



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

PALOMA VERAS PEREIRA

AS RELAÇÕES DE PODER EM UMA CIDADE EM RUÍNAS:
o lugar dos excluídos no romance *Vencidos e Degenerados*

São Luís – MA

2018

PALOMA VERAS PEREIRA

AS RELAÇÕES DE PODER EM UMA CIDADE EM RUÍNAS:

o lugar dos excluídos no romance *Vencidos e Degenerados*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante

São Luís – MA

2018

Pereira, Paloma Veras.

As relações de poder em uma cidade em ruínas : o lugar dos excluídos no romance Vencidos e Degenerados / Paloma Veras Pereira. - 2018.

176 f.

Orientador(a): José Dino Costa Cavalcante.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Excluídos. 2. Literatura e Sociedade. 3. Novos Atenienses. 4. Relações de Poder. 5. Vencidos e Degenerados. I. Cavalcante, José Dino Costa. II. Título.

PALOMA VERAS PEREIRA

AS RELAÇÕES DE PODER EM UMA CIDADE EM RUÍNAS:

o lugar dos excluídos no romance *Vencidos e Degenerados*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Silvana Maria Pantoja dos Santos
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Dinacy Mendonça Corrêa
Universidade Estadual do Maranhão

Não é com poucos anos que se transforma uma sociedade e se desenraizam preconceitos.

Nascimento Moraes in Vencidos e Degenerados

AGRADECIMENTOS

O momento de externar gratidão é, sem dúvidas, um dos mais importantes à essência de *ser humano*. É preciso compreender – sentir – que nada somos se não pensarmos que cada passo dado e cada conquista alcançada provêm de alicerces sólidos, mãos acolhedoras e olhares que nos guiam por caminhos que talvez não descobríssimos sozinhos. Por isso, deixo aqui meus sinceros agradecimentos àqueles que foram cruciais para esta jornada enriquecedora:

A Deus, pelo sopro da vida, por iluminar os caminhos por mim trilhados, por ser meu interlocutor e guia em todos os momentos.

À minha mãe, Edina Veras, por ter me ensinado o valor da educação, por seu incondicional apoio, por tornar minha vida mais feliz e tranquila através de seu zelo e amor.

Ao meu pai, Rivaldo Pereira, meu exemplo de responsabilidade com o trabalho. Tê-lo comigo é fundamental, sou grata por cada valor que me transmitiu.

À minha irmã, Daianne Veras, por sua amizade, por sempre me dedicar afável atenção. Ter uma irmã como você é um privilégio para poucos.

Ao meu sobrinho Victor Hugo, por sua gentileza, carinho e solicitude.

A Thiago Victor Nogueira, por ter plantado em meu coração a ideia de fazer um mestrado, encorajando-me, por ter me acompanhado em cada passo que dei nessa jornada, desde sua fase embrionária até a hora de sua conclusão. Através de você a palavra *companheirismo* adquiriu um sentido mais amplo e colorido, sou grata por tudo que temos vivido juntos, seu amor e doação tornaram-me, sem dúvida, uma pessoa melhor e mais feliz.

Ao professor Dino Cavalcante, por seu acolhimento desde quando iniciei o Curso de Letras da UFMA. Agradeço-o por sua confiança em mim, por partilhar seu conhecimento, por ter me mostrado a riqueza de nossa Literatura Maranhense, por demonstrar tanta preocupação com meu futuro, por sua fundamental orientação no mestrado. O senhor é um exemplo de competência, responsabilidade e de credulidade na educação como maior arma de um povo.

A todos os professores do PgLetras/UFMA, especialmente à professora Márcia Manir, por compartilhar conosco seu conhecimento e suas experiências.

Às minhas amigas Danielle Gomes e Rita Cirqueira, pelos desafios que partilhamos durante o mestrado. Estar ao lado de vocês foi um presente enorme.

À CAPES, pelo financiamento necessário à pesquisa concedido.

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar o romance *Vencidos e Degenerados* (1915), do jornalista e literato José do Nascimento Moraes, a partir do cotidiano dos *excluídos* em uma São Luís perpassada pelo discurso do decaimento social vivenciado no final do século XIX e início do século XX. Para tanto, discorreremos acerca de dois eixos analíticos: a abolição da escravidão e o posterior lugar e discursos em torno dos ex-cativos, bem como os embates em relação ao desenvolvimento das letras fomentado pela arraia miúda – intelectuais que, devido à posição que ocupam no seio social e à falta de investimentos para permanecer no torrão natal, veem-se cerceados quanto ao ofício de escrever e divulgar suas ideias. Nessa ótica, utilizaremos como aportes teóricos as discussões que versam sobre: pressupostos da relação entre Literatura e Sociedade, com base, principalmente, em Candido (2006), Compagnon (2010) e Pesavento (2003; 2004); aspectos da História do Maranhão – a partir de Meireles (1960), Lima (2006; 2008; 2010), Viveiros (1954), Almeida (1983), entre outros –, enfatizando os períodos da *Idade de Ouro*, do *discurso da decadência* e da escravidão; o panorama das letras maranhenses, a respeito da constituição simbólica da *Atenas Brasileira* – de acordo com Leão (2013), Borralho (2010; 2011), Corrêa (2001; 2017) – e o período de revivência intelectual idealizado pelo grupo dos *Novos Atenienses* – segundo Lobo (2008) e Martins (2016) –, destacando-se o papel de Nascimento Moraes neste; as relações de poder e a perspectiva do *herói problemático*, de acordo, respectivamente, com Bourdieu (1989, 2004) e Lukács (2009). Entrelaçando as discussões teóricas apresentadas ao bojo narrativo da obra, observaremos que ser *excluído*, na São Luís de *Vencidos e Degenerados*, é ser fruto de uma cidade em ruínas materiais e morais, traços associados a uma decadência e a um marasmo que atingem a todos, mas, de modo especial, aos historicamente desprivilegiados e desassistidos.

Palavras-chave: Relações de Poder. Literatura e Sociedade. Novos Atenienses. Excluídos. *Vencidos e Degenerados*.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the novel *Vencidos e Degenerados* (1915), from the Brazilian journalist and writer José do Nascimento Moraes, from the daily life of the *excluded ones* in a São Luís permeated by the discourse of the social decay experienced in the end of the XIX century and beginning of the XX century. For that, we discuss about two analytical views: the abolition of the slavery of the black and mixed people and the following place and discusses about them, also the conflicts in relation to the development of the letters fomented by the small group – intellectuals who, because of the position that they occupied in the society and the lack of investments to stay in their motherland have seen themselves privatized in relation to the profession of writing and spreading their ideas. Based in this point of view, we will use as a theoretical contribution the discussions on assumptions of the relationship between Literature and Society, based, mainly, in Candido (2006), Compagnon (2010) and Pesavento (2003; 2004); aspects of the History of the state of Maranhão – based in Meireles (1960), Lima (2006; 2008; 2010), Viveiros (1954), Almeida (1983), among others – with emphasis in the periods of the *Golden Age*, also of the *discourse of decline* and the slavery; the panorama of the *maranhense* literature, concerning the symbolic significance of the *Atenas Brasileira* title –according to Leão (2013), Borralho (2010; 2011), Corrêa (2001; 2017) – and the period of the intellectual revival conceived by the group of the *Novos Atenienses* – concerning Lobo (2008) and Martins (2016) –, also we will highlight the role of the writer Nascimento Moraes in this movement; therefore, to conclude, we will stress the power relations and the *problematic hero* point of view, according to, respectively, Bourdieu (1989, 2004) and Lukács (2009). Intertwining the theoretical discussions presented to the narrative bulge of the work, we will observe that to be excluded, in São Luís of *Vencidos e Degenerados*, is to be the part of a city in material and moral ruins, traces associated with a decadence and a stagnation that reach everybody, especially those who are historically underprivileged and unassisted.

Keywords: Power Relations. Literature and Society. *Novos Atenienses*. Excluded people. *Vencidos e Degenerados*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O ENTRELAÇAMENTO DOS FIOS DA LITERATURA, DA HISTÓRIA E DA SOCIEDADE: relações entre narrativas históricas e literárias	13
3 O MARANHÃO E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA: UM OLHAR SOBRE OS ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS EM SUA FORMAÇÃO	19
3.1 O projeto colonizador de Portugal no Maranhão: o malogro das primeiras incursões e a criação do estado	19
3.2 Mitos, primeiras relações socioeconômicas e revoltas: a política portuguesa e os consequentes agravos na Colônia.....	26
3.3 Idade de Ouro e decadência nos séculos XVIII e XIX: as faces antípodas da história do Maranhão.....	36
3.4 A “<i>mancha negra</i>”: aspectos da trajetória da escravidão africana no Maranhão.. ..	52
3.5 A adesão do Maranhão à Independência do Brasil: os jogos de interesses entre a <i>aristocracia do campo</i> e a <i>burguesia urbana</i>	61
3.6 O advento da República: a permanência do marasmo social	72
4 O BOJO CULTURAL E LITERÁRIO DO MARANHÃO NOS SÉCULOS XIX E XX..	79
4.1 A Atenas Brasileira: a constituição da singularidade das letras maranhenses	79
4.2 A revivência intelectual: a atuação do grupo dos <i>Novos Atenienses</i>	102
4.3 Nascimento Moraes no cenário intelectual da Primeira República	119
5 AS RELAÇÕES DE PODER E A CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES DOS EXCLUÍDOS	126
5.1 Nas teias do romance: campo literário e poder simbólico na São Luís decadente de <i>Vencidos e Degenerados</i>	126
5.2 Sob a égide dos estereótipos: a representação dos ex-escravos na obra.....	144
5.3 O cerceamento da produção intelectual na cidade vencida	155
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	172

1 INTRODUÇÃO

Nascido sob um panorama inglório e de decadência – da São Luís do início do século XX – o romance *Vencidos e Degenerados* (1915)¹, do escritor e jornalista José do Nascimento Moraes, traz a lume um enredo em que a maioria dos personagens – por nós chamados de *excluídos* – convive em um espaço marcado pelo atraso social e pela falta de perspectivas, embora tenham vivenciado um breve momento de expectativas de mudança no quadro social após a oficialização da liberdade através da Lei Áurea. Nesse sentido, tendo por princípio a simbólica data de *13 de maio de 1888*, um dos aspectos mais emblemáticos da obra concerne à descrição, sob um ponto de vista negativo, dos modos de vida dos negros e mulatos escravizados, assim que ocorreu esse fato, bem como a dificuldade de convivência entre estes e os que detinham o poder econômico e o capital cultural prestigiado socialmente.

Na *cidade vencida*, construída por Nascimento Moraes, a intelectualidade produzida pelos menos abastados é perpassada pelo cerceamento e pelas dificuldades de produção, difusão e circulação. Isso porque, criticando acerbamente a estrutura decrépita e a falta de investimento real para ocasionar a mudança e, sobretudo, apontando os velhos estigmas e preconceitos, os que se propunham a refletir e repensar o quadro social vigente não encontravam meios para operar as transformações necessárias.

É relevante mencionarmos, diante desse cenário, que o teor ácido da obra apresenta uma intrínseca relação e diálogo com uma série de produções – literárias, jornalísticas, historiográficas – que configuraram o arcabouço das letras, no período de transição entre os séculos XIX e XX, ao apresentar, como um dos principais temas, o discurso da decadência experimentado e arraigado no imaginário social da época. Esse discurso, que figura como um marco na memória do Maranhão, desenvolveu-se por meio de várias esferas, a exemplo da falta de base sólida na economia, das difíceis relações e condições de trabalho, da segregação étnica e ainda da dificuldade encontrada para o florescimento literário.

Quanto ao último aspecto, ao longo da Primeira República, o grupo autodenominado *Os Novos Atenienses* surgiu e firmou-se no seio social como uma geração de pensadores, cujo intuito era reatar e manter a aliança de uma tradição

¹ 1915 é o ano de publicação original do romance *Vencidos e Degenerados*. A edição para análise por nós utilizada, nesse trabalho, concerne à publicação veiculada em 2000.

de intelectualidade e destaque construída em torno daqueles que fizeram parte da chamada *Atenas Brasileira*. Cabe pontuarmos que, perpassados por atravessamentos sócio-históricos díspares, essas duas gerações encontram como ponto de congruência o paradoxo entre a opulência e o decaimento, pois enquanto os Atenienses desenvolveram-se durante a *Idade de Ouro do Maranhão* – em plena efervescência de projetos desenvolvimentistas para o estado – os seus sucessores viram essas bases serem derrubadas e o franco declínio acontecer.

Nascimento Moraes, partícipe da juventude combativa e reflexiva dos Novos Atenienses, apresenta na obra *Vencidos e Degenerados* a dificuldade para se viver em um local eivado de mazelas no plano moral, material e intelectual. Sob essa ótica, o romance possibilita-nos vislumbrar um diálogo entre literatura e sociedade, visto que, para elaboração do *estético*, há, conforme Candido (2006), uma relação com os elementos externos – os fatores sociais – que não devem ser vistos como causa ou significado do fazer literário, mas sim como constituintes que corroboram em sua arquitetura.

Dessa forma, é objetivo deste estudo analisar o cotidiano dos *excluídos* na narrativa de *Vencidos e Degenerados*, considerando para essa categoria alguns personagens – Andreza, Zé Catraia, João da Moda e Domingos Daniel Aranha – que nesse cenário simbolizam os ex-cativos e seus desdobramentos na sociedade pós-abolição. No tocante às suas representações, vemos casos de ex-escravos embrutecidos, viciosos, filhos da inescrupulosa relação sexual entre senhores e servos, ou seja, um panorama tecido sob a perspectiva degradante vivenciada pela ordem social deixada à mercê das esquinas e vielas metafóricas apresentadas pela narrativa. Da mesma maneira, pretendemos expor como ocorria o desenvolvimento da atividade intelectual difundida por aqueles – João Olivier, Cláudio Olivier e Carlos Bento Pereira – cuja voz não alcançava ressoar no bojo social, já que, além da dificuldade de meios para produzir e difundir seus escritos, sofriam as consequências por vincularem-se a paradigmas ideológicos destoantes aos pressupostos daqueles considerados, no enredo, de uma opinião dominante.

Sendo assim, tendo em vista que o “objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2014, p. 26), salientamos que o estudo apresentado, cujo objeto é um texto literário, será analisado com base nos parâmetros da pesquisa qualitativa, já que preconiza que “as ciências humanas têm sua especificidade – o estudo do

comportamento humano e social – que faz delas ciências específicas, com metodologia própria” (CHIZZOTTI, 1995, p. 79).

Como princípio metodológico, consideramos as bases da pesquisa bibliográfica “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2014, p. 50), que auxilia de forma substancial com a abordagem teórico-explicativa de outros autores que discorreram acerca de temáticas que também são encontradas nessa pesquisa. Uma das principais técnicas empregadas, portanto, diz respeito à análise de conteúdo, uma vez que haverá uma análise das informações colhidas, de modo a “compreender, criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. (CHIZZOTTI, 1995, p.98), bem como investigar como os atores sociais do romance manifestam-se no meio cultural em que vivem.

Quanto à estrutura, o trabalho é composto por quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo tem por objetivo mostrar que o texto literário, campo de produção de efeitos simbólicos, pode ser analisado a partir de diversas perspectivas, dentre as quais a percepção de que é um acontecimento vinculado à história, à sociedade e, como tal, pode apresentar os conflitos e as expectativas desenvolvidos em dado momento histórico. Partimos, pois, do ideal de que a literatura é, a seu modo, “uma reorganização do mundo em termos de arte” (CANDIDO, 2006, p.186). Nesse sentido, analisamos a literatura como uma forma correlativa entre a linguagem, a sociedade, o homem e sua relação com as múltiplas tensões da história. Para embasar esses pressupostos, partiremos das colocações de Antonio Candido, Antoine Compagnon, Adriana Facina, Nubia Hanciau, Sandra Pesavento, entre outros.

O segundo capítulo tem por objetivo apresentar aspectos cruciais da História do Maranhão, sobretudo no tocante às relações sociais estabelecidas e ao desenvolvimento gradual e oscilante do estado. A relevância dessa abordagem inicial diz respeito a considerarmos o elo com a história indispensável à análise proposta, uma vez que, na leitura do romance *Vencidos e Degenerados*, observamos que há um intrínseco diálogo com fatos que permearam a historiografia local e as marcas deixadas na sociedade que ressoam no bojo ficcional. Dessa forma, percorreremos um vasto lapso temporal, que parte da gênese do Maranhão em meio ao cenário desenvolvimentista de Portugal; abordaremos os primeiros fatores essenciais em sua formação, como a *mitologia edênica*, o confronto entre

colonos e jesuítas, com a presença marcante de Padre Antônio Vieira, a Revolta de Bequimão e o fim da primeira centúria do estado em plena miséria. Logo após, discorreremos sobre o paradoxo entre a *Idade de Ouro* e a *decadência* nos séculos XVIII e XIX – ponto de extrema importância para a formação da identidade e da tradição de um *Maranhão a ser recuperado* –; em seguida, faremos crucial menção a alguns aspectos da escravidão de negros africanos, situando-a em um contexto político-econômico que a concebia como indispensável fonte de riqueza aos proprietários rurais e à elite mercantil; e, por fim, realizaremos uma descrição analítica de dois acontecimentos marcantes para o estado: a adesão do Maranhão à Independência do Brasil e o advento da República – sobre este, nos deteremos apenas quanto à Primeira República, pois é o período histórico no qual se situa, especificamente, a obra *Vencidos e Degenerados* – os quais dão vasão às querelas políticas pautadas nas lutas pelo poder e controle do estado. No tocante a esse apanhado histórico, valemo-nos de Alfredo Almeida, Barbosa de Godóis, Caio Prado Júnior, Carlos de Lima, Cristiane Jacinto, Jerônimo de Viveiros, Josenildo Pereira, Mário Meireles, Raimundo Gaioso, Ricardo Leão, assim como outras valiosas contribuições.

No terceiro capítulo, com finalidade específica da contextualização literária ao tempo do romance em estudo, ater-nos-emos à faceta literário-cultural e ao contexto que figuraram como solo profícuo para a idealização de São Luís como “cidade letrada” (LEÃO, 2013, p. 288), a *Atenas Brasileira* surgida no século XIX e perpetuada no imaginário local como um dos símbolos da *Idade de Ouro* do Maranhão. Ainda neste capítulo, apresentaremos a proposta dos *Novos Atenienses* – geração da qual fez parte Nascimento Moraes –, enquanto movimento que pretendia reestabelecer o quadro *áureo* de seus predecessores, através de uma “revivência intelectual” (LOBO, 2008, p. 23), que buscava reverter o estado de letargia experimentado após a ida de grandes intelectuais, que marcaram a segunda geração de letrados no/do Maranhão, bem como o tom saudosista para com aqueles que foram os formadores da *Atenas Brasileira*. Nesse sentido, os *Novos Atenienses*, com o discurso da decadência como mote, contribuíram para a emergência de um revigorado cenário literário para o Maranhão, em especial para São Luís, enquanto centro difusor dessa proposta. Para realizarmos essa abordagem, o aporte teórico basilar concerne aos escritos de Antônio Lobo, Henrique Borralho, Manoel Barros

Martins, Ricardo Leão, Rossini Corrêa, além de outros que abordam as mesmas temáticas.

O quarto capítulo será o centro do trabalho, uma vez que nele analisaremos o romance *Vencidos e Degenerados*, associando o arcabouço posto nos capítulos anteriores e apresentando a teorização acerca do campo literário e das relações de poder, consoante os pressupostos de Pierre Bourdieu. Além de nos determos sobre a configuração das relações de forças entre os sujeitos na obra, também discorreremos a respeito de como a própria tessitura do gênero literário Romance nos fornece bases para a análise dos personagens de uma narrativa, partindo da ótica que estes são, de acordo com Lukács (2009), *heróis problemáticos*, os indivíduos que, em meio a um *mundo degradado* e heterogêneo, peregrinam em busca de sua *totalidade*. Portanto, com o olhar pautado nessas discussões predecessoras, observaremos como ocorrem as tramas sociais na cidade de São Luís, a partir do último dia da escravidão e o começo de uma nova página para a história, quando da chegada do telegrama oficializando o término dessa obscura prática. Dessa forma, temos por intuito mostrar que umas das simbologias da obra refere-se ao impacto da Lei Áurea no cotidiano dos cidadãos e dos filhos d'África, que, apesar de livres *oficialmente*, não recebem quaisquer políticas de inclusão para tornar suas vidas fora do cativeiro minimamente dignas. Em meio a esse cenário, lançaremos uma visão arguta sobre como ocorreu a reorganização da estrutura social da cidade de São Luís, modificada pela inclusão dos novos livres e repleta de esperança, resignação, disputas e arraigada pelo preconceito. Ressaltaremos ainda que o sentido da exclusão no romance não se restringe àqueles que, aos olhos da sociedade, são repletos de vícios ou apenas não detinham o capital econômico, já que alguns personagens, que possuíam o saber e a intelectualidade, também sofriam com a dificuldade de meios para produzir e difundir seus escritos, sendo subsumidos por uma sociedade que, mesmo sendo paupérrima, desvalorizava os seus.

2 O ENTRELAÇAMENTO DOS FIOS DA LITERATURA, DA HISTÓRIA E DA SOCIEDADE: relações entre narrativas históricas e literárias

[...] a literatura diz muito mais do que outra marca ou registro do passado. Ela fala do invisível, do imperceptível, do apenas entrevisto na realidade da vida, ela é capaz de ir além dos dados da realidade sensível, enunciando conceitos e valores. A Literatura é o domínio da metáfora escrita, da forma alegórica da narrativa que *diz* sobre a realidade de uma outra forma, para dizer além.

Sandra Jatahy Pesavento

No escopo dos estudos literários, muitas são as indagações e os questionamentos acerca de como proceder para compreender a arte literária e seus desdobramentos. As tradicionais perspectivas da crítica e mesmo das teorias que fundamentam a(s) análise(s) da literatura, não raro, levam-nos a refletir sobre perguntas corriqueiras, como *o que tomamos por base quando o objeto é ficcional?* ou ainda *qual a concepção de literatura para o analista?*

Nesse sentido, Compagnon (2010, p. 25) afirma que “[...] todo discurso sobre a literatura, todo estudo literário está sujeito, na base, a algumas grandes questões, isto é, a um exame de seus pressupostos relativamente a um pequeno número de noções fundamentais”. Estas dizem respeito àquilo que o autor chama de *elementos indispensáveis* para que haja literatura, dentre os quais estão a *literariedade*, a *intenção*, a *representação* e a *recepção*, que, respectivamente, concernem à literatura *per si*, ao autor, ao mundo e ao leitor. Diante disso, Compagnon (2010) reitera que a análise da literatura deve ser perpassada pelo olhar teórico-científico, não com base no que chama de *senso comum*.

Ainda assim, é necessário sabermos que “Em matéria de crítica literária [...] todas as palavras que conduzem a categoria são armadilhas” (COMPAGNON, 2010, p. 24), isto porque, muitas vezes, uma *visada* teórica surge como antípoda aos pressupostos já estabelecidos por outra. Caso clássico e emblemático, nesse panorama, refere-se a quando pomos em pauta se *a literatura é um campo em si*, ou seja, concerne aos fatores da linguagem e da estética ou se *a arte literária mantém uma indissolúvel ligação com o mundo*, isto é, se a referencialidade pode ser vista como um teor constitutivo e explicativo da literatura. A respeito dessa discussão, Candido (2006, p. 13) aponta para um quadro que perdurou por anos nos estudos literários:

De fato, antes procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à

posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão.

A partir de quais pressupostos, então, podemos refletir sobre esse ponto? A literatura, conforme a proposta de Jakobson e outros teóricos, a exemplo de Barthes, é *autorreferencial/autotélica* ou, com base no tradicional conceito de *mimêsis*, seria *uma imitação/representação da natureza*? Compagnon (2010), discorrendo sobre o cerne das referidas questões aponta que Roman Jakobson, distinguindo seis funções linguísticas (cujos centros são o emissor, a mensagem, o destinatário, o contexto e o contato), afirmou que a função poética, prevalecendo sobre a referencial, está diretamente relacionada à literatura, já que a *mensagem* seria seu ponto nevrálgico. Por sua vez, o autor cita que a *mimêsis*, a partir da *Poética* de Aristóteles, “é o termo mais geral e corrente sob o qual se conceberam as relações entre a literatura e a realidade” (COMPAGNON, 2010, p. 97), constituindo-se como o marco sobre o qual repousa o ideário de verossimilhança em relação ao sentido natural (*eikos*, o possível), à cultura (*doxa*, a opinião) e, sobretudo, à “representação de ações humanas pela linguagem.” (*Idem, Ibidem*, p. 104).

Após percorrer uma vasta discussão, Compagnon (2010, p. 126) assinala que seria infrutífero pensar nas duas dimensões teóricas apresentadas de forma estanque, não dialógica. Por isso, pontua que “[...] o fato de a literatura falar da literatura não impede que ela fale também do mundo”. Na mesma perspectiva, sob o ponto de vista contemporâneo, Candido (2006, p. 13-14) corrobora ao afirmar que:

[...] a integridade da obra [...] só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo.

Diante deste cabedal, realizar um estudo cujo objeto é um texto literário pressupõe, em um primeiro olhar, traçar passos analíticos em um caminho constituído pelo *ficcional*, sendo este, convencionalmente, dito como desvencilhado de um compromisso com a realidade objetiva, imediata. Não obstante, embora haja certo consenso sobre esse ponto de vista simplista, é preciso observarmos a literatura enquanto campo do simbólico e “um produto cultural” (FACINA, 2004, p. 10) e, portanto, permeada pelas práticas sociais marcadas pelos distintos e complexos conflitos e vivências que perpassam os partícipes da sociedade. Desse

modo, pensar a relação entre o literário, o histórico e o social diz respeito ao modo como uma obra “reflete uma ideologia, uma sensibilidade de uma época” (COMPAGNON, 2010, p. 203). Convém assinalar que

[...] a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico.

A literatura [...] é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico. (BORGES, 2010, p. 98).

Sendo assim, a literatura, enquanto lugar de produção e efeitos de sentidos, é uma “linguagem carregada de significados” (POUND, 2013, p. 35), da qual emerge, às vezes, uma tênue e importante relação com os aspectos da vida em sociedade. Portanto, o texto ficcional é tido como lugar de inscrição dos conflitos históricos, do atravessamento do ideológico, da manifestação da memória coletiva que perpassa o fio das eras, constantemente ressignificado pelas (re)configurações das práticas sociais e discursivas plasmadas em forma de arte, a qual

[...] depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte. (CANDIDO, 2006, p. 30).

Observamos que “a necessidade histórico-social”, ao lado de fatores oriundos da linguagem, está acoplada às formas do fazer literário. Nessa atmosfera, a dimensão histórico-social desempenha dado papel na constituição do sentido da arte literária, e isso é relevante para notarmos que a linha intermediadora entre literatura e sociedade é tênue, visto que o texto ficcional, ora de forma nítida, ora de maneira turva, apresenta os fatores de ordem social como fundamentais na construção estética.

No que concerne ao diálogo entre a literatura e a história, Hanciau (2001) destaca os ideários que por muito tempo perduraram sobre aquilo que se *dizia* acerca dos dois campos e, principalmente, as linhas delineadas para opor o que remetia ao literário e aos traços *próprios* da história. Para a autora, a História –

enquanto ramo do saber dotado de cientificidade – simbolizava, prioritariamente, “narração de fatos notáveis, ocorridos na sociedade, defendia a adequação de seu discurso à evidência dos fatos” (HANCIAU, 2001, p. 1); por sua vez, a literatura – o *ficcional* – “identifica-se com fingimento, simulação, invenção de coisas imaginadas” (*Idem, Ibidem*, p. 1). É perceptível, diante dessas afirmações, que a base para o distanciamento (calcado em estereótipos) entre essas formas narrativas está no *compromisso* com a *verdade* dos fatos narrados, pois ao passo que a História apresenta saberes oriundos de fontes documentais, das pesquisas sobre os acontecimentos, a literatura, embora dotada de *verossimilhança*, não possui o mesmo rigor formal, é aberta quanto à necessidade da “evidência dos fatos”.

Essa perspectiva estanke a respeito da literatura e da história, segundo Hanciau (2001), remodelou-se no final do século XX, quando as fronteiras entre as duas formas narrativas foram questionadas, “no que se denomina crise da consciência histórica²”. As discussões erigidas, a partir desse momento, tiveram como alicerce a concepção de que tanto a narrativa histórica quanto a literária surgem como “discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem o *mundo como texto*.” (PESAVENTO, 2003, p. 32).

Além disso, a visão que oferece uma proximidade entre os supracitados campos relaciona-se ao próprio trato com as formas de pensar e como elas manifestam-se pela (e na) linguagem. A história, assim como a literatura, é discursivizada através de sistemas de signos, os quais são terrenos de estratégias narrativas, de mecanismos de seleção e descrição dos fatos a partir de pontos de vista e óticas singulares. Indubitavelmente, esse entrelugar no que tange às maneiras de narrar expõe que “[...] a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real” (PESAVENTO, 2004, p.80).

²A *crise da consciência histórica* relaciona-se, segundo Pesavento (2003), ao advento da *Nova História Cultural*, cujo bojo epistemológico dedica-se às discussões e aos embates no que concerne ao modelo arcaico das escritas históricas que não privilegiavam o diálogo com áreas afins. Assim, põe-se em pauta a fragilidade da interposição de fronteiras entre os ramos do saber ligados ao campo social, tal qual a relação entre História e Literatura, bem como a necessidade de olhar para todos os âmbitos da cultura, não apenas para as formas ditas hegemônicas.

Perante esse intrínseco diálogo, outros dois fatores são relevantes: a ideia de representação contida no âmbito literário e historiográfico e a perspectiva de analisar os escritores como indivíduos que são (também) constituídos pelas redes ideológicas que os permeiam. Sobre a *representação*, com base na perspectiva de Roger Chartier em *A história cultural*, Pesavento (2003) destaca que “tanto a História quanto a literatura são discursos distintos que almejam [...] representar inquietações e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história”. (PESAVENTO, 2003, p.81). Isso porque a representação é uma forma de substituição, ou seja, torna presente uma ausência, através de símbolos, da construção intertextual acerca do passado, dos *personagens* (no caso literário) que sugerem, tomam o lugar do *outro*, pondo-se no seu lugar. Acrescentamos a essa concepção que

A sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo. (PESAVENTO, 2003, p. 82-83).

Nessa conjuntura, dá-nos a indagar o que estaria por trás desse processo criador/criativo que faz com que um escritor, pelas metáforas, pelas alegorias, pelo *representar*, apresente traços e personagens que encaminham nosso olhar para os aspectos sociais (re)modelados em suas obras. Facina (2004), citando os pressupostos de Lucien Goldmann em *Sociologia do romance*, afirma que este crítico considera as criações literárias como não sendo elaboradas por um indivíduo isolado, pois as visões de mundo postas por ele “são compartilhadas e também referidas a grupos sociais mais amplos e, nesse sentido, são coletivas” (FACINA, 2004, p.32). Diante disso, o sujeito criador seria “o coletivo”, já que sua expressão artística estaria imbuída da “consciência empírica de um grupo ou classe social, captando as ‘estruturas significativas’.” (*Idem, Ibidem*, p. 33). A isso se endossa:

[...] os escritores são produtores de sua época e de sua sociedade. Desse modo, mesmo o artista mais consagrado, considerado alguém dotado de um talento especial que o destaca dos outros seres humanos, é sempre um indivíduo de carne e osso, sujeito aos condicionamentos que seu pertencimento de classe, sua origem étnica, seu gênero e o processo histórico do qual é parte lhe impõem. Sua capacidade criativa se desenvolve num campo de possibilidades que limita a sua liberdade de escolha. Nessa

perspectiva, faz pouco sentido afirmar coisas do tipo “tal escritor estava à frente de seu tempo”, pois, ainda que não seja compreendida ou admirada em sua época e só venha a ser consagrada posteriormente, toda criação literária é um produto histórico, produzido numa sociedade específica, por um indivíduo inserido nela por meio de múltiplos pertencimentos. (FACINA, 2004, p. 9-10).

Indo ao encontro desses preceitos e considerando que “é através da linguagem que o escritor se apropria do mundo e inventa sua própria realidade” (FACINA, 2004, p. 8), é que faz sentido, para nós, observar as obras literárias enquanto frutos dos paradigmas e tensões das épocas nas quais são elaboradas, havendo, também, resquícios aparentes ou opacos das memórias históricas e sociais que estiveram na confluência de suas produções. Sendo assim, toda essa discussão é um solo profícuo para pensarmos o porquê de um debruçar sobre os acontecimentos históricos que marcaram, no tempo e no espaço, o *surgimento* de cada criação literária.

Dessa forma, adentrando-nos na narrativa de *Vencidos e Degenerados*, é perceptível que sua tessitura reclama um olhar aprofundado sobre os fatos da historiografia maranhense – o elemento *exterior* que se faz *interior* –, os quais estão entrelaçados às suas páginas. Portanto, percorreremos um amplo e necessário recorte temporal sobre a constituição do Maranhão (desde a formação do estado até as primeiras décadas do período republicano) a fim de analisar os acontecimentos que legaram à sociedade e ao seu bojo narrativo um semblante de sistema social falido em sua estrutura, cujas bases foram forjadas em jogos de interesses e calcadas na “exploração do homem pelo homem”.

3 O MARANHÃO E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA: UM OLHAR SOBRE OS ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS EM SUA FORMAÇÃO

3.1 O projeto colonizador de Portugal no Maranhão: o malogro das primeiras incursões e a criação do estado

[...] a História é escrita pelos fortes e conquistadores para exaltar-lhes os feitos e só por acaso aqui e ali deixa escapar a verdade; é preciso garimpá-la nos poucos desabaços, nas reticências e entrelinhas.

Carlos de Lima

Situar o Brasil – e especialmente o Maranhão – no eixo colonizador de Portugal remete-nos, a princípio, a um momento histórico singular na Europa – a chamada “Era dos Descobrimentos” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 13). Esse período ficou marcado pela expansão marítima dos países europeus no século XV, os quais empreenderam uma nova rota comercial em sobreposição à usada no século anterior, que era realizada apenas por via terrestre e por “uma mesquinha navegação costeira” (*Idem, ibidem*, p. 13). Diante dessa mudança de rota – em que aquela que ligava por terra o Mediterrâneo ao mar do Norte deu espaço ao uso do Estreito de Gibraltar –, o mundo europeu (principalmente o comercial), passou por pelo menos duas profundas alterações: o deslocamento da “primazia comercial dos territórios centrais do continente, por onde passava a antiga rota, para aqueles que formam a sua fachada oceânica, a Holanda, a Inglaterra, a Normandia, a Bretanha, a Península Ibérica” (PRADO JÚNIOR, 1998, p.13) e o desbravamento dos mares em busca de novos domínios territoriais a fim de explorar novos e valiosos recursos.

Coube a Portugal, segundo Prado Júnior (1998), o papel de *pioneiro* nesse *lançar-se* aos mares, pois, enquanto os povos holandeses, ingleses, bretões e normandos ocupavam-se com a vida comercial – que envolvia pelo mar o ocidente europeu –, os lusos, gozando de privilegiada posição geográfica no extremo da península, procuraram empresas com as quais não travassem concorrência direta com seus pares. Nesse ínterim, buscaram a costa ocidental da África, onde passaram a traficar com os mouros, que, já nessa época, dominavam os nativos. Avançando cada vez mais, os portugueses, descobriram as Ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores, traçando, para, além disso, uma rota que atingiria o Oriente através do contorno da África. O intuito, com esse projeto, era realizar um contato com “as opulentas Índias das preciosas especiarias” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 14).

Por sua vez, acompanhando os progressos oportunizados pelas invenções que modificaram a navegação – a bússola, a pólvora, a caravela, sendo esta a maior invenção náutica lusitana, de acordo com Lima (2006, p. 41) –, os espanhóis, *pari passu* aos portugueses, também almejavam o comércio direto com as Índias e, para tanto, “tentariam por outro caminho, mais arrojado e perigoso: pelo ocidente”. À frente dessa empreitada, estava o conhecido genovês Cristóvão Colombo que, depois da negativa de cooperação das cortes portuguesa e inglesa, encontrou nos reis espanhóis – Fernando V de Aragão (1452-1516) e a rainha Isabel I (1451-1504) de Castela – os recursos de que precisava para realizar o audacioso projeto. A partir daí, após acreditar ter, de fato, encontrado as Índias³, a historiografia relata que foi à América que Colombo chegou. Não obstante, tempos depois, conforme Lima (2006), coube a outro navegador, Américo Vespúcio, reconhecendo tratar-se de um *novum mundo*, dar nome à América.

Nessa conjuntura, a ideologia mercantil, calcada no modelo “desenvolvimentista” da época Renascentista, proporcionou não só a descoberta de novos mercados, como também o descortinar do Novo Mundo, os quais foram delineados da seguinte maneira:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração de seus vários setores. [...]. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços. Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguidos de perto pelos ingleses, franceses e demais, procurarão outro caminho para o Oriente; a América, com que toparam nesta pesquisa, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que deveria ser contornado. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 13-14).

³Segundo Lima (2006), Colombo, após a concessão da Coroa Espanhola para encontrar as Índias, partindo do oriente para o ocidente, conseguiu *descobrir*, em mais de três expedições, terras que iam da pequena ilha indígena de Guanaani (batizada de São Salvador) até os arredores de Cuba e Espaniola (atual Haiti), incluindo ainda os domínios de Dominica, Maria Galante, Guadalupe e Porto Rico. Diante do nome desses lugares, é latente que o navegador genovês se equivocou ao achar que havia desbravado as Índias, logo “morreu na ignorância de haver descoberto a América, tanto que chamou de índios os habitantes que ali encontrara [...], sem fazer ideia de que encontrara um enorme continente, que se estendia de um pólo a outro, de norte a sul, banhado por três oceanos”. (LIMA, 2006, p. 42-43).

Ocorre-nos, sem dúvida, pensar: como o Brasil e o Maranhão fizeram parte desse momento em que se vivenciava uma mentalidade de descoberta e de latente busca por novas fontes de riqueza? Narra-nos Lima (2006, p. 45) que, após o firmamento do Tratado de Tordesilhas⁴, os portugueses deram “continuidade ao grande sonho português de chegar à Índia” e, para tanto, Pedro Álvares Cabral, após Vasco da Gama *abrir a porta dos mares* que conduziam ao Brasil, crendo ter encontrado o *Eldorado*, ou seja, as Índias, encontrou a costa brasileira. A partir de então, dois fatores, em especial, interessam-nos: analisar o que significava o Brasil para os lusos imediatamente após seu “descobrimento” e verificar quais percalços os colonizadores enfrentaram para chegar às terras do norte.

Quanto ao primeiro fator, é preciso por em relevo que “durante as primeiras décadas após a viagem de Cabral, a Coroa portuguesa não se ocupou ativamente das terras cuja posse procurara garantir através do Tratado de Tordesilhas”. (TAVARES, 2012, p. 41). Pensamento corrente não só entre os portugueses, mas também, em grande parte, entre os povos europeus, que ainda idealizavam um promissor contato com o Oriente. De acordo com Prado Júnior (1998, p. 15), não havia interesse em ocupar efetivamente os extensos territórios americanos, mas sim apenas conquistar novas fontes comerciais. Sendo assim, “colonizar ainda era entendido como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 16). Sendo assim,

[...] a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...]. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros: mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e economia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 23).

Contudo, antes de o Brasil adquirir esse bojo social alicerçado na agricultura, muitos foram os entraves enfrentados para que os portugueses começassem a

⁴O Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494 pelos reis espanhóis Fernando e Isabel e pelo rei português D. João II, estabelecia que as terras situadas “para o ocidente, a partir de uma linha imaginária, distante 370 léguas de Cabo Verde para o leste, pertenceriam a Portugal, e todas as que se encontrassem para o oeste seriam da Espanha” (LIMA, 2006, p. 44). Essa medida é resultado de uma contenda na qual a Espanha propôs ter o domínio da América enquanto a Portugal caberia a África. Como não houve concordância quanto a essa divisão, firmou-se o Tratado de Tordesilhas.

efetivar as primeiras feitorias na *Terra Brasilis*, dentre os quais, segundo Prado Júnior (1998), estão: a diversidade de condições naturais em comparação à Europa, uma vez que acostumados com temperaturas mais amenas, os colonizadores sentiam-se repelidos a estabelecer as devidas ocupações do território; a insuficiente população portuguesa – a qual era inculta e abandonada –, devastada pela peste negra⁵ “que assolara o continente nos dois séculos precedentes” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 16); a falta de disposição para o trabalho – fato que seria cabal para o enraizamento da política escravista em relação aos índios e aos negros –; e ainda, conforme Leão (2013, p. 220), “as dificuldades para se realizar uma viagem entre a Metrópole portuguesa e a Colônia americana”, pois

[...] Uma viagem regular entre Portugal e o Brasil tinha que ser realizada de acordo com um calendário marítimo específico e exato, dentro de um período muito breve, delimitado pelas estações do ano. No caso de uma viagem para o Recife, por exemplo, era necessário partir de Lisboa entre os dias 15 e 25 de outubro a fim de aportar dois meses depois no destino final. A volta era ainda mais complexa, uma vez que as correntes marítimas eram pouco favoráveis, de modo que era preciso sair da Bahia ou Pernambuco até o fim de abril, para alcançar Lisboa no mês de julho.⁶ (LEÃO, 2013, p. 220).

No que concerne ao Maranhão, Leão (2013), Godóis (2008) e Meireles (1960) apontam uma série de empecilhos que envolveram seu povoamento, fatores estes que aliam os percalços oferecidos pela natureza a uma sucessão de tentativas malogradas que marcariam as primeiras décadas do século XVI. Nesse sentido, em primeira instância, é necessário observar quais aspectos da formação natural do Maranhão – um dos elementos explicativos para o tardio investimento nessa parte da Colônia – constituíram-se como verdadeiras barreiras para o contato dos lusos com o então *norte* da Colônia:

No caso do Maranhão, uma série de óbices apontados pelos navegadores é de especial interesse para a devida compreensão do processo de ocupação e povoamento da região. As costas do norte do Brasil, particularmente as maranhenses, apresentam um sem-número de acidentes geográficos das mais diversas características, com um litoral bastante recortado e de escassas elevações, muitas ilhas, baías, barreiras, bancos de areia, praias rasas e arenosas, manguezais, cabos salientes, fozes de rios caudalosos, monções e correntes marítimas fortes em determinadas épocas do ano, regiões propícias a naufrágios constantes, além de baixios e parcéis e arrecifes à flor d’água. De modo geral, essa miríade espetacular de

⁵ Peste negra é forma pela qual ficou conhecida a epidemia, durante a Baixa Idade Média, de peste bubônica. Estima-se que cerca de um terço da população europeia perdeu a vida devido a essa doença.

⁶Essas datas apresentadas por Leão (2013, p. 220) são verificadas apenas nos estudos desenvolvidos por esse autor. Dessa maneira, não podemos atestar categoricamente a exata temporalidade dos fatos abordados.

fenômenos e elementos naturais se reproduz em maior ou menor escala ao longo de todo litoral nordestino e nortista brasileiro, com máxima intensidade e concentração à medida que nos aproximamos das águas do Pará e do Maranhão. (LEÃO, 2013, p. 220).

Entrelaçado a esse arsenal, “os ventos e as correntes oceânicas da região” (LEÃO, 2013, p. 222) representavam um dos mais importantes obstáculos àqueles que se propunham a alcançar o Maranhão e seus entornos. Diante disso, consoante à política das Capitânicas Hereditárias⁷, dois casos são célebres para *demonstração* da dita dificuldade: a expedição de Aires da Cunha em 1535 e a igual tentativa de Luís de Melo e Silva em 1554.

Aires da Cunha, “um marinheiro valente” (GODÓIS, 2008, p. 47), associou-se a João de Barros, Feitor da Casa da Índia, e Fernando Álvares, Tesoureiro-Mor do Reino, firmando um acordo no qual se responsabilizaria pela frente de ocupação do Maranhão. Deixando Lisboa com “900 homens e 113 cavalos” (MEIRELES, 1960, p. 14), a expedição, que também contou com a presença de dois filhos de João de Barros⁸, entraria para história como símbolo de fracasso para o alcance efetivo do Maranhão, pois não só a frota de Aires da Cunha naufragou, como ele perdeu a vida nessa empreitada, tendo-se notícias de que uns poucos sobreviventes teriam fundado a vila de *Nossa Senhora de Nazaré*. Apesar da imprecisão quanto aos detalhes e ao local em que esse *sinistro* aconteceu⁹, há certo consenso de que haja sido na região do Boqueirão, tal qual expõe Leão (2013):

Um dos primeiros e mais célebres naufrágios dos quais se tem notícia nas costas maranhenses é o ocorrido em 1535, quando o donatário João de Barros enviou Aires da Cunha com uma armada de novecentos homens e mais de cem cavalos para a ocupação das terras do Maranhão, então sua capitania. A frota de Aires da Cunha teria naufragado às costas de São Luís, na região designada como Boqueirão, de intensas correntes marítimas e fortes redemoinhos. Os sobreviventes fundaram então uma espécie de fortaleza e uma pequena vila, batizada com o nome de Nossa Senhora de Nazaré, na ilha da Trindade, a atual ilha de São Luís, povoação que teria durado até o ano de 1538. (LEÃO, 2013, p. 221).

⁷A falta de recursos de Portugal em manter a sua colônia na América e a necessidade de proteção contra invasores foram pontos cruciais para o estabelecimento, em 1532, das Capitânicas Hereditárias, que davam o direito de exploração e de colonização a interesses de particulares. Coube a João de Barros e Fernão Álvares de Andrade a posse do terreno que corresponde ao Maranhão, sendo 150 léguas doadas ao primeiro e 75 ao segundo.

⁸De acordo com Godóis (2008, p. 49), os filhos de João de Barros, apesar de salvarem-se do naufrágio da frota de Aires da Cunha, foram trucidados no rio Pequeno por índios pitaguaras.

⁹Apresentando alguns pontos de discordância entre os intérpretes do naufrágio de Aires da Cunha, Godóis (2008, p. 48) afirma que enquanto Berredo acreditava que o acontecimento havia ocorrido defronte à Ilha do Medo, povoado por índios tapuias, Varnhagem, primeiramente, pressupunha ter sido na baía de São José, ao que mudou de opinião, dizendo que teria ocorrido na atual cidade de São Luís.

Por sua vez, Godóis (2008, p. 50) sintetiza o que caracteriza, no nosso ponto de vista, a investida de Luís de Melo e Silva quanto ao plano por ele arquitetado para chegar ao Maranhão: “O malogro dessa tentativa colonizadora [de Aires da Cunha], se, como era natural, repercutiu dolorosamente em Lisboa, nem por isso abateu o espírito de aventura que era a nota dominante nos lusitanos, nessa época”. Imbuído desse *espírito*, o filho do Alcaide-mor de Elvas, pediu a doação da abandonada donataria do Maranhão (devolvida à Coroa), recebendo como resposta não só a concessão da Capitania, como também “três navios e dois caravelões” (GODÓIS, 2008, p. 50). Da mesma forma que seu predecessor, Melo e Silva não logrou êxito, sendo as águas do Maranhão seu carrasco:

A valentia de ânimo do audaz navegante não foi coroada de melhor sucesso que a tentativa dos outros donatários, seus antecessores na empresa. A sua esquadilha, à exceção de uma caravela, naufragou também nas costas do Maranhão. [...].

Menos infeliz, porém, que o chefe da expedição que precedera a sua, pôde ele voltar a Portugal na caravela que escapara do desastre e, intemerato e perseverante nos cometimentos, resolveu tentar a fortuna na Índia para, com os recursos que adquirisse, empreender de novo a conquista do Maranhão. Os seus projetos tinham entretanto, de ser apenas realizados em parte. A fortuna não lhe foi contrária no Oriente, mas, embarcando ele na Índia para Portugal em 1753, não logrou rever a pátria, nem a sua cobiçada Capitania. A nau *São Francisco*, em que tomara passagem foi tragada pelo oceano. (GODÓIS, 2008, p. 51).

Preceram, pois, as primeiras incursões portuguesas em direção ao Maranhão, destacando-se a inviabilidade da implantação de um sistema social que estabelecesse uma mínima unidade de gerência, administração, defesa e ocupação das terras ao norte do Brasil. Esses fatores – que se resumiram em um amplo desguarnecimento dessa porção territorial – facilitou a ação de corsários de várias nacionalidades, sendo o caso mais clássico – o qual, inclusive, tornou-se um palco de querelas entre os estudiosos do caso – o estabelecimento de franceses na ilha de São Luís, os quais fundaram a conhecida França Equinocial. Sobre a iminência das constantes ameaças de invasão de outros povos no Maranhão e seus entornos, Meireles (1960, p. 18), afirma que:

A primeira notícia que se tem destes europeus em terras do Maranhão, é a da presença de corsários de Dieppe em nosso litoral no ano de 1524. A seguir, em 1542, aqui teria estado Afonso Xantegeois, seguido, de pouco, por seu compatriota Jean Mocquet.

E continuaram, certamente, a piratear na região, não só eles como ingleses e batavos, até que, em 1594, chega desarvorado à ilha de Upaon-açu (hoje São Luís então da Trindade) o capitão Jacques Rifault que, com três naus, saíra da França, a 14 de maio desse ano, com destino às costas do Rio Grande do Norte (Poiuu) onde, em suas correrias, confraternizara com

Ibiraipi, ou Ouvirapive, cacique potiguar, que o convidara a se estabelecer definitivamente em suas terras.

Arribado à Ilha Grande do Maranhão, e bem recebido dos tupinambás, seus habitantes, deixou-se ficar, aqui fundando uma feitoria que procedeu ao estabelecimento da França Equinocial, em 1612.

Associado aos problemas pontuados, Leão (2013, p. 225) salienta que, além das naturais barreiras que se interpunham entre Portugal e Maranhão, também havia, no próprio domínio territorial brasileiro, dificuldades de comunicação entre a saída do sul para o norte, isto porque a separação das duas áreas através do baixio do Cabo de São Roque, localizado no território que corresponde ao Rio Grande do Norte, aliado a corrente das Guianas, considerada a mais veloz de todo litoral brasileiro, (*Idem, Ibidem*, p. 222), eram uns dos aspectos que embaraçava “a unificação política e comercial, ou qualquer esforço administrativo emanado da Metrópole, uma vez que as embarcações a vela não conseguiam superar as correntezas e contracorrentes”.

Diante dessa imensa conjuntura de empecilhos – malfadada política de Capitânicas Hereditárias, naufrágios provenientes dos óbices naturais, falta de contato territorial interno e constantes investidas de corsários –, a Corte lusitana, no século XVII, portanto, tardiamente, trouxe a lume uma medida que marcaria profundamente a relação do Maranhão com o Brasil e, principalmente, com Portugal: a decisão de separar em dois pólos administrativos a Colônia portuguesa na América, instituindo, portanto, o Estado do Maranhão e Grão-Pará¹⁰ (1621) em dissociação ao Estado do Brasil:

Com efeito, desde 1618 os papéis oficiais da Metrópole já mencionavam a intenção de separar o Maranhão do Brasil, ideia que amadureceu em Portugal, mas que se tornou efetiva somente três anos mais tarde, através do decreto régio de 13 de junho de 1621, que dividiu as terras da América portuguesa em dois estados distintos, administrativa e politicamente: o do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará. O decreto foi assinado por Felipe IV da Espanha e III de Portugal, referendado pelo então regente da Metrópole lusitana, Conde de Olivares. [...]. No entanto, apesar do decreto e da nomeação de governadores, o Estado do Maranhão e Grão-Pará só começou a efetivamente operar a 3 de setembro de 1626, quando realizada uma solenidade oficial de sua instalação.

O Estado do Maranhão e Grão-Pará compreendia todas as conquistas realizadas pelos luso-brasileiros no antigo Estado do Brasil durante as duas últimas décadas desde a expulsão dos franceses de São Luís, com cerca de 380 léguas de costa, saindo do Ceará, onde começava o seu território, até as margens do rio Oiapoque. Ao longo do interior, entretanto, não possuía fronteiras definidas, o que possibilitou a sua gradativa expansão

¹⁰Segundo Leão (2013, p. 227), a ideia de separar administrativamente o Brasil do norte da Colônia já era mencionada por pilotos e viajantes que passavam pela região. A partir disso, o primeiro passo oficial para isso ocorrer foi dado através de um relatório em 24 de outubro de 1616, em Lisboa, no qual se propunha a “autonomia do Estado do Brasil”.

nesta direção. Devido à sua imensa extensão, foi dividido em três capitanias, comandadas por capitães-mores designados pelo governador-geral: Grão-Pará, Maranhão e Ceará. (LEÃO, 2013, p. 228-229).

Em face do exposto, fica latente que percorrer os caminhos que levaram à criação do estado colonial do Maranhão e Grão-Pará requer uma visão minimamente contextualizada dos aspectos que permearam sua efetiva constituição: surgir, assim como todo o Brasil, enquanto uma necessidade de ser assegurado, já que o projeto expansionista português não incluía em sua envergadura a América; enfrentar os problemas obtidos por meio dos obstáculos marítimos e terrestres entre Maranhão e Portugal, bem como entre Maranhão e o restante do Brasil e; naturalmente, receber maiores atenções a partir da chegada do *outro*, notadamente os franceses, que simbolizava a possibilidade de perda das possessões, do legado e do poder português instituído no Novo Mundo. Certos desses fatores, passemos a outras atmosferas importantes: a povoação, as relações sociais estabelecidas e as primeiras medidas econômicas e organizacionais no Estado do Maranhão e Grão-Pará.

3.2 Mitos, primeiras relações socioeconômicas e revoltas: a política portuguesa e os consequentes agravos na Colônia

Eu me resolvo que esta é a melhor terra do mundo, onde os naturais são muitos fortes e vivem muitos anos, e consta-me que, das que correram os portugueses, a melhor é o Brasil e o Maranhão é Brasil melhor.

Simão Estácio da Silveira

A história e a formação de um povo realizam-se por meio de feitos ocorridos em diversos âmbitos e, à medida que os acontecimentos perfazem uma trajetória, pode ser que alguns caiam no esquecimento e outros perdurem, enraizando-se na sociedade, tornando-se, pois, um símbolo para formulação de dada cultura. No caso da construção do chamado Estado do Maranhão e Grão-Pará, um fato, em sua gênese, nos é tido como peculiar: a imagem forjada de que o território correspondente ao seu domínio estaria dentro de uma espécie de paraíso dotado de inúmeras riquezas não encontradas em nenhum outro lugar do continente.

Sobre o citado fato, Leão (2013) afirma que as origens históricas do Brasil e de algumas de suas regiões, como o Maranhão, estão entrelaçadas a uma *mitologia edênica*, sobre a qual repousa a metaforização de um “paraíso perdido” arquitetado no escopo das obsessões de aventureiros marítimos desejosos de encontrar honrarias e reconhecimento a partir da descoberta do *eldorado* escondido no mundo. Sendo assim, coube ao Novo Mundo – no qual estava a América

Portuguesa –, dominado por uma vastidão litorânea e por “fauna e flora copiosas, nunca antes vistas em qualquer parte do globo” (LEÃO, 2013, p. 231), ser esse local coberto pelo esplendor, pelo extraordinário, cabendo ao Maranhão, também, estar nesse complexo imagético.

O argumento para a ênfase no *roteiro edênico*, centrado nas exuberâncias da terra, é justificado quando nos voltamos à busca de seus alicerces e, como resultado para tal, encontramos uma elaboração que não necessariamente tem a ver apenas com a natureza paradisíaca, mas com uma proposta de política de povoamento traçada, dentre outros viajantes, por Simão Estácio da Silveira¹¹, o qual já em 1613 era conhecido pela sua atuação na conquista do Maranhão, consolidando-se, definitivamente no futuro estado, no momento em que é empossado como primeiro presidente da Câmara Municipal de São Luís. No tempo de Estácio da Silveira – os primeiros do Maranhão e Grão-Pará –, a cidade de São Luís e as outras poucas regiões habitadas configuravam-se, especialmente, por dois fatores: um extenso vazio demográfico e uma rústica economia de subsistência, descritos no seguinte panorama:

Não deviam ter sido grandes os afazeres desta nossa primeira Câmara. A cidade, projetada por Francisco Mesquita, não passava de dois ou três caminhos, quase sem casas. A sua população, – trezentos vizinhos –, espalhava-se em três grupos: um à sombra da fortaleza de São Felipe, outro no sítio chamado dos francêses e o terceiro no Arassoagy. Das aldeias dos tempos de Ravardièrre só nove existiam. No interior, apenas dois povoados: o de Tapuytaperá e o de Itapicorá, nas cercanias do forte da Conceição.

[...]

Mandioca e algodão eram os únicos produtos da lavoura. Tudo muito reduzido, porque tôda a população portuguesa era ocupada no serviço da tropa.

Nestas condições, não havia comércio externo. Faltava o que exportar e faltavam navios do reino. As negociações internas eram limitadas à troca de gêneros, determinada pelas necessidades do momento.

Em 1628, informando Matias de Albuquerque ao Reino sôbre o que rendiam as Capitâneas do Brasil, dizia, referindo-se ao Maranhão, Ceará e Pará: “De presente não rendem à S. M. coisa alguma.” (VIVEIROS, 1954, p. 16-17).

Diante dessa penúria, e tomando, paradoxalmente, o espaço maranhense como “maravilhoso”, Simão Estácio da Silveira, visando a tornar-se um empresário do povoamento português no Maranhão através do incitamento para realização de correntes migratórias pública, em 1624, a *Relação sumária das cousas do*

¹¹ Segundo Leão (2013), Simão Estácio da Silveira, para referir-se às riquezas e ao ínclito do Maranhão, utilizou os relatos de Pero de Magalhães de Gândavo, o qual também exaltou o hábito dos indígenas do Brasil, que, em suas andanças como nômades, sempre encontravam fartos recursos naturais para sobreviver.

Maranhão, no qual expõe “a sua propaganda sobre a terra e [tentativa de] convencer os pobres de Portugal, através da Corte, de que a região pertencia ao roteiro das maravilhas edênicas, se não o próprio Paraíso terreno ou mítico país do Eldorado”. (LEÃO, 2013, p. 234). Dessa forma,

Simão Estácio da Silveira assumiu o encargo de divulgar o Brasil, sobretudo o Maranhão, como a terra de conquista que tinha as melhores condições para estabelecer uma colônia e feitoria de exploração portuguesa. Contudo, em seu texto estão presentes todas as categorias do “maravilhoso” e do paradisíaco terrestre, uma vez que saídas e expressas através do pensamento quinhentista e seiscentista a respeito das riquezas das terras do Novo Mundo. Simão Estácio da Silveira, portanto, foi um destes muitos navegadores portugueses que estavam também certamente impregnados das lendas a respeito de riquezas naturais inesgotáveis existentes ao sul da América. (LEÃO, 2013, p. 232).

É fato inconteste, a partir do exposto, que Estácio da Silveira foi um dos primeiros homens da época da fundação do Maranhão a por em pauta a latente necessidade de uma corrente emigratória¹² que auxiliasse a ocupação do território ainda desguarnecido em sua estrutura social e passível de ser novamente alvo de corsários, como realmente o foi, décadas depois, na época da invasão holandesa. Além disso, para fundamentar o seu relato apresentado na *Relação sumária das cousas do Maranhão*, Silveira lançou suas bases com o uso, segundo Leão (2013, p. 245), da chamada *tendência compensatória* conferida às regiões tropicais. O bojo dessa *tendência* foi construído através de uma revisitação do discurso europeu de que as terras atravessadas pela “linha equinocial eram repelentes e inabitáveis aos seres de saúde forte”, passando-se a considerar essa mesma porção territorial como dotada de uma *primavera eterna*¹³, da temperança e da aprazabilidade do clima e, de modo especial, terra onde os naturais – os índios – eram saudáveis, fortes e com descomunal longevidade. Sobre o último fator, observamos a retomada de um padrão descritivo e explicativo utilizado pelo padre capuchinho Claude d’Abbeville – “em missão com outros frades de sua ordem no Maranhão, quando da fundação da França Equinocial em 1612” (*Idem, Ibidem*, p. 242) – que, dentre outros aspectos, deteve-se a

¹² Sobre as correntes emigratórias para o Maranhão, Viveiros (1954, p. 18) afirma que foram realizadas morosamente: “quarenta casais em 1621, mais algumas dezenas em 1625, e segue-se um interregno de sete anos, findo o qual vêm mais outras dezenas de colonos. Depois disso, leva apreciável só houve no decênio de 1670 a 1680, em consequência da erupção de um vulcão na ilha de Fayal, que lá deixou muita miséria”.

¹³ Afirma Leão (2013, p. 239) que Simão Estácio da Silveira, “impregnado da tópica paradisíaca atinente à sua época”, reproduz o discurso da *primavera eterna* (do *verão eterno*), ou seja, da ausência de outono e inverno e presença de uma natureza “perenemente verdejante e multicolorida com a invariável temperança do clima”.

[...] uma profunda preocupação em compreender e caracterizar os nativos maranhenses, procurando assimilar os traços peculiares do temperamento deles, quanto ao gênio, comportamento, amizade, hospitalidade, inteligência. O Capuchinho francês admira-se de ter encontrado, no lugar dos selvagens – rudes e verdadeiros animais ferozes sobre duas pernas que supunha serem –, homens de comportamento sóbrio e sereno, dotados de grande inteligência e perspicácia, discretos e atenciosos. Deste modo, movido por simpatia e interesse, o Frade atribui aos primeiros maranhenses traços distintivos de destreza e sagacidade, considerando-os como agudos raciocinadores, engenhosos e construtores, excelentes oradores, guerreiros vingativos e cruéis, além de adeptos de uma sociedade de economia comunitária, dividindo entre eles os produtos e gêneros necessários à subsistência de todos. (LEÃO, 2013, p. 247).

Reincidindo quanto às considerações feitas, foi muito oportuno a Simão Estácio da Silveira, munido dos pressupostos da *prodigalidade da terra e da gente*, consoante os termos de Leão (2013), exaltar as qualidades de um Maranhão claramente idealizado, uma vez que associar as benfeitorias do espaço e a bem-aventurança dos seus nativos habitantes foram cabais para a consolidação de um imaginário de que seria o estado do Maranhão um lugar de enriquecimento simples, sem necessidade de dispendiosos trabalhos, o que, ressaltamos, era muito conveniente para os objetivos de quem já estava nestas paragens e para a convidativa propaganda *institucional*, cuja finalidade era atrair novos moradores para o estado, onde “ a terra mágica é produtora do homem pródigo” (CORRÊA, 2017, p. 32).

A constituição do *real paradisíaco* do Maranhão encontrará, na segunda metade do século XVII, uma ressignificação quanto ao exame de suas bases: a terra e a gente pródigas terão sua caracterização destoante em relação ao que pressupunham os primeiros cronistas, isto devido ao arguto e sagaz olhar de Padre Antônio Vieira¹⁴, que, vivendo no Maranhão entre 1653 e 1661, teceu crítica e analiticamente escritos que contrapunham os sustentáculos da *utopia maranhense*. Vieira, desde sua chegada a São Luís, em 17 de janeiro de 1653, deparou-se com um Maranhão repleto de mazelas e de vícios: no lugar do *paraíso edênico*, os colonos, após “passarem mares e atravessarem tão grandes e perigosos rios, apenas encontraram fomes, frios, chuvas, enfermidades e as inclemências do mais

¹⁴ Padre Antônio Vieira (1608-1687) foi um dos homens mais influentes do século XVII em termos de religião, política e oratória, destacando-se como missionário em terras brasileiras, especialmente no Maranhão. Fazia parte da chamada Companhia de Jesus, “fundada para oferecer resistência à degradação da unidade cristã, abalada pelo surgimento das seitas protestantes, que já proliferavam, encontrou campo largo para as suas atividades catequéticas entre os gentios dos novos mundos descobertos”. (MEIRELES, 1960, p. 105-106).

destemperado clima¹⁵ que tem o mundo” (LEÃO, 2013, p. 252); além disso, os portugueses – que, segundo o jesuíta, eram ociosos, preguiçosos e buscavam por enriquecimento fácil – não contribuíam para o engrandecimento da terra, ao contrário, deixaram-na na mesma situação de penúria e miséria que encontraram; os índios – alvo maior da doutrina jesuítica seguida pelo padre – estavam entregues à escravização, a uma política de suplício da qual usufruía o colono à espera dos mais ínfimos recursos para sobreviver. Sobre o último aspecto, Vieira, ao contestar o uso do braço escravo indígena, recebeu a seguinte resposta da Câmara de São Luís:

Está este povo, e os moradores dele, em estado o mais miserável que se pode considerar; a razão por que alguns homens nobres, conquistadores, e povoadores, que derramaram o seu sangue, e têm gastado a sua vida em serviço de Sua Majestade, e ajudaram a conquistar esta Conquista, não trazem seus filhos e família a esta cidade, por não terem remeiros que lhe comboiem canoas para virem, sendo cousa infalível e certa ser a navegação por mar, a qual se não pode conseguir sem escravos; [...] e muitos vivem nesta cidade, que não têm quem lhes vá buscar um feixe de lenha nem um pote de água; [...] e assim mais é cousa certa que padece este povo em geral muitas e grandes necessidades, as quais estão à vista de todos padecendo infinitas fomes, sem poderem valer uns aos outros [...]. É tão grande a necessidade e misérias com que se vive na capitania, que todos os homens geralmente, até os mais principais, andam vestidos de pano de algodão, tinto de preto; [...]. É de considerar a miséria a que têm chegado os moradores desta Capitania, e mais pessoas dela, que vivendo há tantos anos muitos conquistadores e povoadores desta Conquista, e deitando em tantas ocasiões os inimigos da parte do norte destes rios do Curupá e Tucuju, sujeitando com armas os gentios seus aliados, e tomando-lhes fortalezas e artilharia, com que se guarneceu esta de Sua Majestade, lhe seja necessário comprar um escravo do gentio da terra por setenta mil réis, como proximamente se compraram alguns. (BERREDO *apud* LEÃO, 2013, p. 252).

Diante disso, apesar de coadunar com o discurso do Governo metropolitano quanto à negativa de uma terra pródiga no Maranhão, Padre Antônio Vieira, representante maior dos interesses da Companhia de Jesus no estado, não atribuiu esse quadro de privações à natureza ou, ainda, à direta necessidade de mão de obra escrava – causa constante de suas querelas com os colonos –, mas à própria política e personalidade dos portugueses, os quais, segundo o jesuíta, não possuíam quaisquer projetos que visassem à inclusão dos indígenas em sua *casta*, ofertando-lhes nem sequer o mínimo de sua cultura, reservando-lhes, pois, apenas o lugar do subjugo, da exploração. Assim,

¹⁵ Antônio Vieira, contrariando os pressupostos da temperança dos ares do Maranhão, afirmou que muitos dos vícios aqui encontrados eram oriundos do clima, o qual abafado, repleto de mormaço, “um caldeirão equinocial” (Leão, 2013, p. 257) ocasionava a ociosidade, a preguiça e até mesmo a repisada mentira característica dos colonos.

[...] o que escandalizava mais a Vieira não era tanto a natureza, mas a gente. Os colonos açorianos, ou os “forasteiros”, como o Jesuíta os chamava, não tinham projeto de tornar civilizados os indígenas, muito menos convertê-los ao cristianismo. A sua intenção era que continuassem pagãos, a fim de que não pudessem se igualar aos nascidos da Metrópole e, assim, tivessem direito à liberdade e à cidadania portuguesa. Não queriam, pois, a alma dos indígenas. Almejavam, sim, os braços e o corpo dos nativos americanos, para que as riquezas da terra lhes pertencessem, plenamente, sem a necessidade de trabalho. (LEÃO, 2013, p. 255).

As acusações que pesam contra os portugueses seguiram uma linha de pensamento articulada desde os primeiros contatos com o Brasil. Como sabemos, iniciando com lucros oriundos da exploração de pau-brasil à custa da política de escambo com os índios, os colonos, maciçamente, tornaram-se mais exigentes quanto às suas fontes de proveitos, exigindo que o trabalho esporádico dos indígenas viesse a ser desenvolvido com o mínimo de método e disciplina demandados pela implantação da regular agricultura. Dessa forma, o colono-colonizador, encontrando a resistência e as periódicas fugas dos silvícolas para longe dos centros coloniais, empreenderam toda sorte de determinações para assegurar que *seus braços* permanecessem a seu alcance, recorrendo, inclusive, à Metrópole para que isso fosse resguardado.

Para fazer frente a este estado de coisas, a metrópole procurará legislar na matéria. Data de 1570 a primeira *carta régia* a respeito. Estabelece-se nela o direito da escravidão dos índios, mas limitada aos prisioneiros em “justa guerra”. Era entendida como tal aquela que resultasse de agressão dos indígenas, ou que fosse promovida contra tribos que recusavam submeter-se aos colonos a entrarem em entendimentos com eles. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 35).

Outros dois fatos chamam-nos atenção nessa relação entre portugueses e indígenas: o primeiro concerne à visão sobre o índio ser “mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 36) – perspectiva que desembocará como uma das justificativas da escravidão do negro africano; o segundo, quanto aos mesmos revidarem, violentamente, contra as feitorias dos colonos, dificultando, pois, a ordem social. Podemos dizer dessas ocorrências que, *a priori*, o parâmetro da “eficiência mínima” é, em nossa visão, uma fraca explicação sobre a conhecida falta de recursos e investimentos financeiros nas colônias do Brasil, além da tão afirmada ausência de predisposição ou vontade do colono em trabalhar nos árduos campos aqui encontrados. Somamos a isso, no que tange à violência dos índios, uma reflexão sobre aquilo que se põe como óbvio: como esperar de um homem escravizado, cujo *modus vivendi* foi bruscamente alterado,

que nada faça para tentar mudar sua situação? Nesse sentido, citamos Lima (2006, p. 110), ao afirmar que

Aos ultrajes sofridos – expulsão de sua terra, escravidão, maus-tratos, violação de suas mulheres, humilhação de seus pajés e dos seus principais – respondia o nativo com ódio mais do que justo por tantos agravos, e na sua vingança não era mais cruel do que seus dominadores estrangeiros, pois tais foram os massacres, ora das tropas de “resgate”, ora dos índios contra as aldeias e engenhos dos brancos.

No limiar dessas intempéries e das não poucas tentativas de legitimação da escravidão indígena por parte do Governo do Maranhão e Grão-Pará, que Padre Antônio Vieira mais de uma vez recorreu à Metrópole para que se revissem as condições do silvícola no estado. Sua presença simbolizou o ponto alto do “choque entre os colonos e os missionários religiosos, êstes, a serviço do seu ideal religioso, querendo minorar a situação do silvícola ante a ganância daqueles” (MEIRELES, 1960, p. 63). Portanto, pondo-se em campos opostos, jesuítas como Vieira – que já contavam com grande prestígio na Colônia –, segundo Meireles (1960), não raro viam-se envolvidos em intrigas políticas, acusados de exercer excesso de autoridade¹⁶ e prejudicar os interesses dos colonos, os quais à causa dos problemas que se interpunham à escravidão indígena, tinham seu enriquecimento atravancado.

Dessa forma, a obra sermonística de Antônio Vieira sobre o Maranhão – a qual promoveu uma ruptura com o *mito edênico* propalado nas primeiras décadas do século XVII – é considerada uma importante fonte para análise de uma sociedade onde a cultura apregoada pelos colonos era a do vício, da preguiça, da indisposição para o trabalho, da exploração da força de *outrem*. O jesuíta, portanto, longe de criar escritos laudatórios acerca do colonizador, descreveu-o sob o ponto de vista da falta de civilidade, do modo desorganizado e aproveitador, o que estaria em conformidade com sua própria origem: “homens de poucas letras e menos zelo das almas; porque, ou vieram para cá degredados, ou, por não terem préstimo com que ganhar a vida em outra parte, e vieram buscar a estas” (LEÃO, 2013, p. 256). De acordo com essa perspectiva, Vieira foi um catequista que, além de suas funções eclesiásticas, deixou como legado um perfil crítico da sociedade para a qual serviu,

¹⁶ Além das discordâncias políticas, um dos fatores de maior contenda entre os colonos e os missionários da Companhia de Jesus diz respeito à participação destes no ramo comercial – cultivavam cana, café, mandioca, laranja, pacova, remetiam à Europa tabaco, açúcar, algodão extraídos pelos índios – e na conquista de novas possessões, como as fazendas “em Anhamdiba, na Ilha Grande; no Girijó, em Alcântara; no Pericumã, no Mearim, no Itapicuru”. (VIVEIROS, 1954, p. 45).

tecendo-a não como uma continuação de um *eldorado*, mas sim enquanto um lugar oposto a isso: paupérrimo quanto às condições materiais e igualmente morais.

Toda essa situação de conflito entre jesuítas e colonos tinha como uma das bases uma aguda crise econômica que atingia o estado, uma vez que “São Luís e o Maranhão eram nitidamente zona subaproveitada, marcada por sérios problemas de mão de obra, e um arremedo de cultura açucareira mal adaptada ao clima e solo da região” (TAVARES, 2012, p. 121). Por isso, e pela ausência de investimentos na cultura agrícola, o indígena adquiriu status de “rendosa mercadoria da colônia” (VIVEIROS, 1954, p. 26), chegando a ser cotado a trinta mil réis, tornando-se braço dos colonos, executando serviços de toda ordem. Afirma Viveiros (1954, p. 27) que “não houve morador de São Luís, desde o Capitão ao General Governador até o mais humilde colono, que deles [dos índios] se não locupletasse” e, não raro, eram os casos de denúncias à Coroa de que a pobreza das Capitanias devia-se à falta de índios para o serviço dos colonos.

Nesse sentido, sendo o Estado do Maranhão e Grão-Pará composto “por pobres de capitais, onde os recursos individuais não chegam para criar a prosperidade geral” (VIVEIROS, 1954, p. 49), uma das tentativas da Metrópole para reverter esse quadro foi estabelecer, em 1682, o sistema de estanco ou política das Companhias Gerais¹⁷. O contrato – assinado em Lisboa entre o Governo do Reino e uma companhia de negociantes lusitanos, cuja diretoria era formada por seis membros¹⁸ – visava, dentre outros aspectos, a investir no melhoramento da cultura das “drogas do sertão”, a exemplo do cacau e baunilha e, especialmente, a produção algodoeira. De modo geral, instituía-se que

A Companhia teria, por espaço de vinte anos, o privilégio exclusivo do comércio em todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará, a isenção de certos impostos, um juízo privativo, a via executiva para cobrança de suas dívidas, a liberdade de descer do sertão os índios que quisesse e tê-los no seu serviço até cem casais em cada uma das capitanias e outras vantagens de somenos importância.

Os contratadores, também chamados assentistas, obrigaram-se a meter no Estado dez mil negros africanos, durante o contrato, na proporção de quinhentos por ano, e ainda as fazendas e gêneros de que necessitassem os moradores, que teriam prazos para pagá-los, e poderiam também

¹⁷ A Companhia Geral instituída em 1682 era a segunda implantada nas terras do Estado do Maranhão e Grão-Pará. A primeira, chamada de Estanco da Fazenda Real (1678) consistia em fazer “a coroa, por sua conta, o fornecimento de todo o aço, ferro, facas e velórios, necessários para o provimento do Estado e comércio”. (MEIRELES, 1960, p. 128). Não obstante, em 1680, o governador Inácio Coelho da Silva propôs o seu término, uma vez que não proporcionara o bastante para arcar com as despesas da colônia, além de não ter sido bem recebida pelo povo.

¹⁸ Manuel Pinto Valdez, Pedro Álvares, Antônio da Gama de Pádua, Antônio Rodrigues Marques, Pascoal Pereira Jansen e Luís Correia de Paz.

remeter para o Reino, por intermédio da Companhia, alguns produtos de sua lavoura, para obterem em troca dinheiro amoeado. Porque o comércio seria absolutamente proibido aos vassallos, teriam eles o prazo de dois anos para liquidar as suas transações pendentes. (VIVEIROS, 1954, p. 50).

É digno de nota que o estabelecimento do sistema de estanco foi feito à revelia do povo – pequenos comerciantes –, cuja parca fonte de renda viu-se diretamente afetada pelas *cláusulas* do negócio, o qual, claramente, propunha um monopólio quanto ao comércio. À frente dessa empreitada, estavam Francisco Sá de Menezes e Pascoal Jansen Pereira, o primeiro nomeado governador do estado e o segundo administrador e assentista da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Sobre os dois recaíam profundas indignações populares: a Sá de Menezes quanto à insistência de tentar convencer a Coroa de que os vassallos aceitaram voluntariamente a proposta econômica, à negligência no que tange às constantes reclamações dos mesmos e também à ameaça de enviar à Metrópole aquele que se punha contra as determinações da própria Coroa em se estabelecer o estanco; a Pascoal Jansen pelo suborno a alguns vereadores da Câmara de São Luís¹⁹ e pelas práticas vexatórias de corrupção no desenvolvimento da companhia.

Em breve tempo após a sua inauguração, ficava patente que não só o administrador faltava às obrigações a que se havia sujeitado, como se excedia em toda casta de roubos e vexações. Falsificados os pesos e medidas usados nas transações comerciais; de ruim qualidade as fazendas e os gêneros comestíveis expostos à venda. Não obedecia ao tabelamento de preço. Certa vez, vendeu escravos a cento e dez e cento e vinte mil réis, à vista, quando o preço tabelado era cem mil réis, a prazo. O roubo foi encoberto com a mentira de que estas peças africanas não eram do estanco, mas sim do negócio particular de Jansen. Em pagamento de suas vendas, a Companhia só recebia pano de algodão e cravo, recusando açúcar, cacau, tabaco e couros, produtos que os colonos, para não perdê-los, entregavam a baixo preço a mal disfarçados agentes de Jansen. (VIVEIROS, 1954, p. 51-52).

O povo, conforme observamos, estava precariamente representado, não havia para quem apelar, já que se fazia nula qualquer expectativa de resolução do problema pelas vias legais, amparadas e executadas pelo governo e sua administração. Essa atmosfera tornou-se solo fértil para que se aflorassem, tanto em São Luís quanto em Belém, ideias de formulação de um levante cujo intuito era reverter a centralização econômica implantada. O centro dessa idealização e,

¹⁹ Para debelar a insatisfação do povo transmitida pelos vereadores, Pascoal Jansen deu a estes uma série de benesses: “ao vereador Jorge de São Paio presenteou com fazendas e gêneros, ao juiz de órfãos Manuel Campelo de Andrade prometeu o lugar de procurador da Companhia, enquanto a Antônio de Sousa Soeiro, procurador da Câmara, o próprio Sá de Menezes deu a patente de capitão da infantaria paga.” (MEIRELES, 1960, p. 129).

posterior, execução coube a Manuel Bequimão²⁰. Além da participação da população, o movimento – o qual seria batizado de *Revolta de Beckman* – também foi composto por alguns membros do clero, que corroboravam com a necessidade de minar o excesso de poder dos assentistas.

Preparado o movimento, assentou-se deflagrá-lo na madrugada de 24 de fevereiro [1684]. A reunião dos rebeldes efetuou-se, alta noite, no lugar do costume, isto é, na cerca do convento dos Capuchos. Bequimão expôs os objetivos da revolta: extinção do estanco, expulsão dos jesuítas e deposição do governador e do capitão-mor. Surgiram objeções quanto aos dois últimos propósitos, e, conseqüentemente, travaram-se discussões calorosas. O ajuntamento ia dissolver-se quando Manuel Serrão de Castro, ilhéu desabusado, sacando e brandindo a espada, exclamou furioso – “que pois haviam chegado até ali, já agora não havia recuar do propósito começado com tanto perigo, e que o traidor que o contrário sustentasse, ali mesmo acabaria às suas mãos. A turba encaminhou-se para o Palácio, desarmou a guarda e prendeu o Capitão mor Baltazar Fernandes. No Colégio fez o mesmo com os jesuítas, e apoderou-se da casa do estanco. Ao amanhecer a revolução estava vitoriosa, comungando com ela toda a cidade. (VIVEIROS, 1954, p. 54).

Apesar da euforia experimentada após a primeira investida do movimento, houve grandes dissabores em sua própria organização, já que a vila de Tapuitapera (atual cidade de Alcântara) e a Capitania do Pará, ainda que almejassem o fim do estanco, não viram como legítima a proposta de governo²¹ apresentada. Nessa conjuntura, passando-se o tempo e cada vez mais a revolta se restringindo a São Luís, havia a necessidade de que novas e urgentes medidas fossem tomadas, o que foi realizado: Tomaz Bequimão, irmão de Manuel Bequimão, “orador eloquente e advogado” (MEIRELES, 1960, p. 131) embarcou para Lisboa a fim de convencer a Coroa da validade dos atos praticados. Não obstante, já a Metrópole, a par dos acontecidos, prendeu-o, pondo-o a ferros.

No tempo em que se empreendeu essa viagem, o movimento havia sido atravessado por importantes acontecimentos: Francisco Sá de Menezes, incompetente na repreensão da revolta, fora substituído por Gomes Freire de Andrade, ao qual coube ordens expressas de dominá-la; os conjurados de maior responsabilidade encheram-se de temor e fugiram (MEIRELES, 1960, p. 134);

²⁰ Nascido na cidade de Lisboa, filho de pai alemão e mãe portuguesa, Bequimão (Beckman) muito cedo emigrou para o Maranhão, onde estabeleceu o engenho “Vera-Cruz” no Mearim. Entrou na vida política do estado como vereador na Câmara de São Luís, mas ficou marcado por dois fatos que o levaram ao cárcere: o suposto envolvimento, entre 1670 e 1672, no assassinato de um lavrador que trabalhava em seu engenho e, em 1679, por se opor à nomeação de Vital Maciel Parente para Capitão-mor do Maranhão. Por esse último fato, fora exilado por dois anos no Gurupá.

²¹ Durante o movimento, houve, por parte do clero, nobreza e povo, a votação de um novo governo, “composto dos membros da vereação, de três adjuntos e de dois procuradores do povo. Manuel Bequimão e Eugênio Ribeiro do Maranhão foram aclamados para estes dois últimos cargos”. (VIVEIROS, 1954, p. 54).

ordenou-se a prisão dos líderes, chegando-se ao extremo de o governo prometer recompensas a quem capturasse o chefe maior. A derrocada do movimento estava anunciada e foi devidamente consumada com a condenação ao degredo, ao pagamento de pena pecuniária e ao enforcamento de seus participantes. A Manuel Bequimão deu-se esta última punição²², considerada exemplar. Sendo assim, após seus feitos, esse líder ficou inscrito nas páginas da história local como um dos primeiros homens a ficar à frente de uma revolta na qual se contestava os excessos do governo provincial e sua corriqueira prática de beneficiar, prioritariamente, os seus, deixando o restante da população desamparada.

Findado o movimento liderado por Bequimão, extinguiu-se o sistema de estanco, permanecendo-se na mesma situação vivida antes de seu estabelecimento: “o comércio dos colonos nada lucrou, nem com o estanco, nem com a revolução, que apenas serviu para mostrar a energia das classes conservadoras maranhenses – lavoura e comércio” (VIVEIROS, 1954, p. 56). Era, pois, a reafirmação do Estado do Maranhão e Grão-Pará enquanto espaço marcado pelas lutas que confrontavam os interesses de particulares que nunca visavam ao bem comum, apenas seus próprios progressos. Era ainda um estado que, após um século de fundação, continuava mergulhado no marasmo, no subaproveitamento, longe de progredir.

3.3 Idade de Ouro e decadência nos séculos XVIII e XIX: as faces antípodas da história do Maranhão

Em pouco tempo, o Maranhão atinge níveis de prosperidade jamais vistos, projetando-se com rapidez entre as principais capitanias da América portuguesa.

Ricardo Leão

O percurso histórico do estado do Maranhão, analisado até o presente momento – de sua fundação ao término da época seiscentista –, apresentou alguns acontecimentos que serviram para compreendermos a formação de uma identidade sociocultural e seus desdobramentos dentro de uma série de fatores que conjugam desde interesses institucionais – o poder da Metrópole portuguesa, a intervenção da Igreja – até as primeiras manifestações que emanaram do povo e seus descontentamentos. Sendo assim, os pilares sociais já estavam, de certo modo,

²² Todas as fontes por nós consultadas apontam que a morte de Bequimão – que se escondeu das autoridades governamentais – deveu-se faticamente à traição de Lázaro de Melo, afilhado ou compadre do revoltoso, que, visando a receber a recompensa prometida, acompanhou uma pequena escolta até o engenho “Vera-Cruz”, onde foi recebido por Bequimão, sendo este emboscado, preso e, posteriormente, enforcado.

edificados, mas se mostravam desconexos, doentios, o que contribuiria para a permanência de um estado apático, sem perspectivas de mudança. Essa realidade atravessou o século XVII e atingiu profundamente a primeira metade do século XVIII, pois ainda persistia o quadro de extrema miséria e o isolamento na região Norte, resumindo-se, segundo Campos (2010, p. 98), o cenário maranhense à pobreza e ao marasmo, em que a maioria dos colonos dedicava-se a uma agricultura rudimentar. Sobre essa situação, destaca Gaioso (1970, p. 168-169):

Erão as producçoens da capitania muito insignificantes no seu principio, e pequeno, ou nenhum o seu commercio. Reduzião se as primeiras á cultura de hum pouco de arròs vermelho, farinha de mandioca, milho, mamona, algum café, que quazi tudo se consumia no paiz: havia tambem sua pequena producção de algodão que os naturaes fiavão, e reduzindo a novelos, e rolos de pano, formavão o representativo da moeda, reputando-se o novelo tecido, ou rollo de panno por dez mil reis, de sorte que ainda hoje a gente ordinaria nas suas pequenas permutaçoes, de compra, e venda, se explica pelo termo de tantos rolos de pano, para designar outros tantos dez mil reis.

Essa precariedade que observamos, inclusive na falta de moedas para as relações comerciais, era agravada pelo baixo índice de povoação do estado. Viveiros (1954, p. 63) afirma que em “1720, a cidade de São Luís, capital do Estado, ainda tinha 854 vizinhos; a vila de Santo Antônio de Alcântara, 332; a vila de Santa Maria do Icatu, 54; o rio Mearim, 64; e o Itapicuru, 74. Ao todo 1.378 habitantes”. Dessa forma, repleta de vazios, o estado debatia-se em ruidosa situação de angústia, sem o alargamento das áreas que poderiam ser rentáveis, porém continuavam inócuas.

A estagnação maranhense – a qual não se limitava aos pequenos colonos, mas também aos principais filhos do Reino – agravou-se de tal forma que o então Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado²³ pronunciara, de acordo com Viveiros (1954, p. 68) o seguinte pesar: “Este Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à extrema miséria.” Todos os seus moradores estão na última consternação.” “São poucos os que ainda cultivavam algum gênero”. É fato que, após o malfadado estanco de 1682, nenhuma política econômica havia sido elaborada para intensificar as atividades agrícolas ou de outra ordem no estado, e isso, de acordo com Viveiros (1954) e Campos (2010), teria sido determinante para

²³ A nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado teve participação direta de seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal). Segundo Campos (2010, p. 94), Mendonça Furtado “já havia participado em várias missões no Brasil como oficial da Marinha, demonstrando ainda conhecimentos de trigonometria indispensáveis para quem ia presidir tarefas de medição de terras e demarcação das linhas fronteiriças”.

que os moradores propusessem à administração governamental a implantação de uma empresa de comércio e navegação. À época – segunda metade do século XVIII – o Estado Português estava sob a regência de D. José I, que promoveu algumas medidas que viriam mudar o *status quo* do Maranhão. Gaioso (1970, p. 170), de modo a dar-lhe feições benignas, descreve-o assim:

A este estado se achava reduzido o Maranhão em qualquer dos objetos expendidos, quando a providencia colocou no trono de Portugal ao grande, e imortal Sr. Rey D. Jozé Iº. A natural benignidade deste Monarca lhe fez anuir a todos os projectos que se lhe representarão uteis para procurar o bem geral de todos os vassallos, e não sendo occulto ao seu iluminado discernimento que as cousas proveitosas para úzo dos homens, são as que mais se deve cultivar, fazendo pouco caso das que tem inventado a fantezia, ou a vãn curiosidade, lembrou-se de dár calor ao commercio, e á agricultura do resto das suas conquistas, e fazer a felicidade dos seus vassallos.

Apesar de Gaioso (2010) ter descrito a figura de D. José I²⁴ como um monarca idealizado – uma vez que pensamos que o regente tinha o dever (e não a benignidade) de fomentar planos para melhoria de “seus vassallos” – foi durante seu governo que ocorreu a nomeação – para Primeiro-Ministro de Estado – de Sebastião José de Carvalho e Melo, “homem imbuído de competência para implementar as reestruturações necessárias no sentido da modernização do aparelho estatal”. (CAMPOS, 2010, p. 91). Criado em um local onde funcionava a Academia dos Ilustrados, participando desde a década de 1740 nas engrenagens estatais e observando as disparidades entre o crescente poderio da França e da Inglaterra, frente às nações ibéricas, o futuro Marquês de Pombal escreveria seu nome na História como um homem que pretendia *devo/ver* a Portugal o poder e a influência de outrora. Para tanto, na América “incrementou a imigração, espalhou escolas primárias, reorganizou a máquina administrativa, aumentou a defesa militar e incentivou o comércio e a lavoura” (MEIRELES, 1960, p. 162). A sua política, no tocante ao Maranhão

[...] objetivou principalmente [...] a emancipação do indígena, a introdução da escravatura negra, o reforçamento da defesa militar, o cerceamento das atividades mercantis aos missionários religiosos, o incitamento à lavoura com promessa de mercês reais, e o fomento ao comércio e às indústrias extrativas, programa este que, para sua efetivação, resumiu-se praticamente no da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará, para este fim então instituída sob o bafejo governamental e que não deve ser

²⁴ D. José I, de acordo com Meireles (1960, p.161), era partidário do “Despotismo Esclarecido”, o qual pregava que as monarquias deveriam governar de acordo com o real interesse do povo, “ouvindo aos sábios e filósofos os ensinamentos que lhes permitissem encontrar a solução dos problemas equacionados”, ao mesmo tempo em que se impunha o combate aos resquícios de prestígio da nobreza e do clero.

confundida com a sua semelhante, mas só no nome, de Pascoal Jansen e que provocou a Revolta de Bequimão. Esta nova, muito pelo contrário, abriria para o Estado a porta para um caminho de progresso que o levaria à fase áurea de toda a sua existência, no império. (MEIRELES, 1960, p. 162-163).

Diante das restaurações, mudanças e, principalmente, das reformas econômicas elaboradas pelo Marquês de Pombal, duas perspectivas abriram-se na História do Maranhão: antes de sua atuação a “capitania do Maranhão era uma colônia periférica do império colonial português” (ASSUNÇÃO *apud* CAMPOS, p. 104); após o peso de suas atitudes “advém uma fase de prosperidade, que tira o Maranhão do atraso e o insere no mercado internacional, via exportação de produtos tropicais” (MOTA, 2006, p. 31). Há, portanto, a cristalização de uma antítese – a *barbárie*, arraigada, anteriormente, no seio maranhense, é substituída por um *período de magnífico esplendor*. Para que essa drástica mudança acontecesse, conforme uma série de estudos, realizados, sobretudo no século XIX e aprofundados no século XX e XXI, foi cabal a assunção da *Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão*, tida como ponto de partida não só para o crescimento econômico da região, mas também para o fomento da cultura, das artes, para a expansão e enriquecimento das cidades e ainda para o acirramento dos laços entre a aristocracia local e a Metrópole. Instituído-se pela “iniciativa oficial e pelo forte caráter estatal” (FAORO *apud* CAMPOS, 2010, p. 95) e sustentando-se no discurso da estagnação econômica, a Companhia tornar-se-ia um grande marco no imaginário maranhense.

Para o seu tempo, a organização da companhia era em verdade modelar. Vem ela em todos os seus detalhes no projeto, composto de cinquenta e cinco artigos, assinado em 6 de junho de 1756²⁵ por Sebastião José de Carvalho e Melo, Rodrigo de Sande e Vasconcelos, Domingos de Bastos Viana, Bento José Álvares, João Francisco da Cruz, João de Araújo Lima, José da Costa Ribeiro, Antônio dos Santos Pinto, Estêvão José de Almeida, Manuel Ferreira da Costa e José Francisco da Cruz, e que foi aprovado por El-Rei Dom José I, em data de 7 do mesmo mês e ano.

[...]

A empresa era um corpo político, composto de um provedor, oito deputados, um secretário e três conselheiros, com o fim de exercer o comércio e a navegação com o Estado do Maranhão e Grão-Pará, designação esta que seria em breve mudada para a de Estado do Grão-Pará e Maranhão. Para isso foi-lhe concedido o mais absoluto monopólio da navegação, do tráfico de negros, da venda de mercadorias e compra de gêneros coloniais, pelo espaço de vinte anos.

Eram qualidades exigidas para os cargos de provedor e deputados ter a profissão de comerciantes, ser vassalo do Rei de Portugal, ter naturalidade

²⁵ Consoante estudo realizado por Meireles (1960), as datas de assinatura do alvará de funcionamento e de extinção da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão ocorreram, respectivamente, em 7 de agosto de 1755 e 25 de fevereiro de 1778.

portuguesa, morar na Corte e possuir dez mil cruzados no mínimo. (VIVEIROS, 1954, p. 70).

Apesar da Companhia ter se tornado sinônimo do despertar econômico, social e político do estado, fez-se à custa do evidente descontentamento dos pequenos comerciantes estabelecidos na colônia, assim como atravancou diretamente o comércio de exportação mantido pelos jesuítas²⁶, que “sentia o golpe decisivo a um negócio quase exclusivamente seu”. (CAMPOS, 2010, p. 96). Da mesma forma, outro duro golpe, que se alastraria por séculos, também seria o grande marco da empresa: o amplo uso da mão de obra de negros africanos, que foram os responsáveis pela viabilização (força de trabalho) da propalada opulência. Sendo *mercadoria humana*, “o tráfico africano era monopólio da sociedade. Vendia [a Companhia] o negro fiado, a longos prazos, findos os quais, muitas vezes, já tinham eles desaparecido, por morte, fuga ou mesmo venda”. (VIVEIROS, 1954, p. 73).

No que concerne aos gêneros de maior lucratividade à época da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, Gaioso (1970, p. 226) destaca que o Maranhão foi “Huma capitania que se fez opulenta com o producto de dous gêneros somente” – a partir do cultivo de algodão e de arroz, sendo o primeiro o mais rentável. O algodão – produto nativo da América – já era utilizado pelos indígenas antes da chegada dos europeus e, após a colonização do *Novo Mundo*, sua plantação difundiu-se, servindo, principalmente, para fiação de tecidos que eram usados para o feitiço de vestimentas dos escravos e das classes mais pobres da população. Além disso, no Maranhão, essa cultura – à falta de papel-moeda – foi empregada como tal, tanto que, segundo Prado Júnior (1998, p. 81) os valores monetários tiveram cotação comercial de “*novelos de fio*, por 100 réis; e *rolo de pano*, por 10\$000”, o que seria desagregado após a proibição dessa prática.

Dessa forma, diante da afirmativa que o algodão “deu novo alento à combatida agricultura brasileira do século XVIII” (LEÃO, 2013, p. 299), é importante saber que isso ocorreu com base em uma série de fatores: à política mercantilista iniciada pelo Marquês de Pombal, à vinda de escravos africanos, aos avanços técnicos da indústria têxtil, ao contexto internacional favorável propiciado pela

²⁶ No Maranhão, as tensões entre jesuítas, colonos e governantes arrastavam-se desde o século XVII. Como os avanços econômicos não alcançaram a classe dos religiosos, Campos (2010, p. 96) afirma que o Padre Manoel Ballester, em pronunciamento na Igreja de Santa Maria Maior em Lisboa, a 15 de junho de 1756, disse que “todos aqueles que tratassem de lucros com usuras, danos e prejuízos das viúvas, órfãos e pobres não eram da Companhia de Cristo e, na última conta, haviam de ser julgados réprobos e condenados ao fogo do inferno”.

diminuição da concorrência com a indústria algodoeira dos Estados Unidos, uma vez que ocorriam as guerras de independência das colônias inglesas da América do Norte e, ainda, ao aumento expressivo do consumo da fibra na indústria têxtil da Europa, especialmente na Inglaterra. Em termos comparativos entre o panorama dos Estados do Brasil e o do Estado do Grão-Pará e Maranhão, é relevante saber que:

A primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior [...] data, ao que parece, de 1760, e provém do Maranhão que neste ano exporta 651 arrobas. De Pernambuco exporta-se a partir de 1778, sendo em quantidade insignificante até 1781. A Bahia e o Rio de Janeiro seguirão o passo. Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transforma-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitânicas. Deveu-se isto em particular à *Companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão*, concessionária desde 1756 do monopólio desse comércio. É esta companhia que fornecerá créditos, escravos, ferramentas aos lavradores; que os estimulará a se dedicarem ao algodão, cuja favorável conjuntura começava a delinear. A Companhia não colherá frutos melhores do seu trabalho: extingue-se em 1777 com a cessação do seu privilégio que não é renovado. Mas o impulso estava dado, e o Maranhão continuará em sua marcha ascendente. Será ultrapassado mais tarde por Pernambuco e Bahia, que contavam ao se lançaram na empresa com recursos de gente e capitais muito mais amplos. Mas o Maranhão terá, pelo menos num momento, seu lugar no grande cenário da economia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 82).

O Maranhão, projetando-se como uma das grandes economias no rol das capitânicas da América Portuguesa com o desenvolvimento, a dinamização e a presença de mercado consumidor do algodão e de outros incrementos agrícolas, vivenciou o que se convencionou chamar de “*Idade de Ouro*”, que despontou no cenário maranhense com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, alavancando-se o plantio de algodão, que se tornou “uma cultura de tão grande impacto para a economia colonial, que todos os grandes produtores, em todas as capitânicas, querem aproveitá-lo e colher os lucros do *boom* econômico da cotonicultura” ²⁷ (LEÃO, 2013, p. 304). Para termos maior dimensão da mudança de uma “unidade desprezível” para uma “expressiva colônia”, comparemos os seguintes dados indicativos do paulatino crescimento do cultivo de algodão:

[...] consta quão insignificante é a exportação deste gênero no seu princípio, pois principiando por 651 arrobas, apenas no decurso de 12 anos em 1771, so havia aumentado até 4055 arrobas pluma. (GAIOSO, 1970, p.179).

²⁷ Afirma Leão (2013, p. 307) que o Maranhão passou a ser conhecido como “a “economia do algodão”, cuja participação na exportação variou entre 73% e 82%, ou seja, correspondia a praticamente todo o movimento econômico da Capitania”.

[...] o Maranhão, que no seu primeiro século de vida mal produzia algodão para o consumo interno, limitado aliás à fabricação de pano grosseiro, chamado caseiro e de redes, teve, graças aos esforços da Companhia de Comércio, em 1760, a sua primeira exportação com 130 sacas de 90 quilos, no valor aproximado de 3120 cruzeiros [...], e daí por diante, numa escala quase crescente, atingiu no último ano do século a cerca de 30.000 sacas, que naquela mesma base de preço dariam 720.000 cruzeiros, ou seja, 240 vezes o valor da primeira exportação. (VIVEIROS, 1954, p. 75).

[...] as exportações de algodão tiveram um aumento expressivo e inegável ano após ano, saltando de 651, em 1760, para 63.510 arrobas em 1788 e atingindo a marca de 402.224 após as aberturas dos portos, em 1809. [...] Um dado importante sobre o fluxo comercial em São Luís é o movimento de navios em seu porto que, antes da criação da Companhia, era de apenas três por ano, chegando a 26 em 1788. [...], e depois alcançando um movimento médio anual de 100 a 155 navios no fim do Período Colonial, atingindo em breve uma exportação extremamente expressiva, da ordem de um milhão de libras. (LEÃO, 2013, p. 303).

Da mesma maneira que o algodão, o arroz – cuja cultura foi incrementada após a implantação da companhia – adquiriu singular relevância na economia maranhense, tornando-se o segundo elemento agrícola em número de exportações. Para alcançar esse patamar, o chamado *arroz vermelho* ou *arroz Veneza* – produto nativo e quebradiço produzido na região – foi substituído pelo *arroz de Carolina*, cujas sementes foram oriundas da Carolina do Sul, área da qual Portugal importava o gênero após 1730. Iniciando-se o plantio desse tipo arroz depois de dez anos da existência da Companhia do Maranhão, as sementes trazidas foram distribuídas no interior da Província e houve a montagem de uma fábrica de soque às margens do rio Anil, progredindo, da seguinte forma, esse gênero mercantil:

Em 1772, saíram 30.194 arrobas carregadas em 13 navios.

Durante o ano de 1773, saíram, ao todo, 15 navios para Lisboa.

[...]. Já no ano de 1775, saíram daqui doze navios e levaram para mais de cem mil cruzados de arroz e tivera ido muito mais, se os navios da praça não viessem com o ajuste de levar só meio porão de arroz.

O mesmo quadro parece ter se repetido em 1776, pois, em 09 de dezembro, dizia para a côrte o Governador Joaquim de Melo²⁸ que o total da exportação desse ano andava perto de 400 mil cruzados, e muito mais seria se houvesse mais navios, porque ficaram muitos efeitos nos armazéns da Companhia. Chegava o arroz maranhense, em 1780, perdendo em importância econômica somente para o algodão. Daquele ano de 1819, sua exportação foi sempre num crescente, atingindo por vezes a marca de 360.000 arrobas. (CAMPOS, 2010, p. 109-110).

²⁸ O Marquês de Pombal, após ter nomeado seu irmão Mendonça Furtado para o cargo de Governador-Geral e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, passou esse posto a Joaquim de Melo e Póvoas (1761-1775/1775-1779), o qual se destacou nos planos de desenvolvimento da agricultura e incremento do comércio. Meireles (1960, p. 169) aponta que datam de seu governo a instalação de uma fábrica de anil, às margens do rio desse nome, em São Luís; a introdução, por iniciativa de João Vieira da Silva, administrador da Companhia Geral de Comércio, do arroz chamado “de Carolina”; e a fundação, pelo Tenente-coronel José Carvalho, de uma *fábrica de soque de arroz*.

O quadro de estabilidade econômica era, pois, uma realidade no Estado do Grão-Pará e Maranhão: organizaram-se os gêneros cultivados, consolidou-se um circuito de produção e exportação, expandiram-se os meios de transporte, enraizou-se ainda mais firmemente o uso da mão de obra escrava. Tudo isso esteve associado à necessária ligação das cidades maranhenses para que o arranjo econômico estabelecido pela companhia pudesse ser realizado. Dessa forma, as áreas que participaram ativamente no plantio e escoamento das produções foram as mesmas a apresentarem o reflexo material da *Idade de Ouro*: a cidade de São Luís, a vila de Alcântara, a Ribeira do Itapecuru, o Arraial das Aldeias Altas (Caxias), partindo-se, portanto, dos núcleos urbanos em direção ao interior – um dos grandes efeitos produzidos, já que adentrar o território mostrou-se por longo período um empecilho durante o Período Colonial.

São Luís²⁹ – no conjunto de mudanças ocorridas – destacou-se pelo processo de expansão proporcionada durante o período pombalino e, sendo anos atrás um território relegado à miséria e ao esquecimento metropolitano, deixou de ser apenas uma “cidade de conquista” (LEÃO, 2013, p. 286), um centro militar e administrativo, para impor-se como uma “*cidade comercial*”³⁰ (*Idem, ibidem*, p. 286), que, além da importância obtida através das atividades portuárias, apresentou um considerável aumento em sua população³¹ e “passou a contemplar também unidades fabris (fábricas de beneficiamento de arroz, de descaroçar algodão, de sola e pólvora) e um bairro comercial, por excelência, consolidou-se: a Praia Grande” (BORRALHO, 2011, p. 48). A paisagem central da cidade mostrava-se a mais opulenta, os *brancos* que moravam nos casarões da área, enriquecendo através do comércio, faziam reluzir as pedras de cantaria importadas da Europa. Sendo considerada “a quarta cidade entre as cidades brasileiras” (atrás apenas do

²⁹ Fran Paxeco (*apud* CAMPOS, 2010, p. 210), referindo-se a termos numéricos, cita que de 1760 a 1771, partiram, de São Luís para os portos portugueses, 71 navios, conduzindo 112.339 arrobas de algodão, 4.437 de arroz, 21.084 de gengibre, 398 de cacau, 249.780 de atados (couros curtidos), 255 alqueires de tapioca, 439 pães de cera, 23 peças de lona de algodão, 3.933 quartos de óleo de copaíba, 138 toras de madeira fina, 1.564 hastes de paineira, 5.350 velas de sebo, 1.599 madeiras para navio, cravo, fumo, café, sola, anil, seda em rama, âmbar, tartaruga, etc.

³⁰ Em paralelo ao “surgimento” da *cidade comercial*, São Luís também se desenvolveu como uma *cidade letrada*. Sobre isso, discutiremos no tópico “A Atenas Brasileira: a constituição da singularidade das letras maranhenses”.

³¹ Borralho (2011, p. 48) afirma que o crescimento da cidade estava registrado num documento chamado de “cartas de datas”, feitas pelo Senado da Câmara de São Luís a todos que quisessem construir suas casas na cidade. Na primeira metade do século XVIII, eram concedidas, em média, 5, 1 “Cartas de data” anualmente. Da segunda metade deste século até as duas primeiras décadas do séc. XIX, esta média passou para 15 “cartas de datas” anuais.

Rio de Janeiro, de Salvador e do Recife), São Luís (e sua elite) era o símbolo de uma cidade abastada:

Isto poderia ser observado tanto na toponímia quanto na arquitetura da cidade. Suas principais ruas levavam o nome dos portugueses, e o estilo das casas revelava seu alto padrão de requinte para a época. A cidade se constitui como a de maior número de azulejaria em suas fachadas entre todas as colônias portuguesas. E andando pelas ruas da cidade, era possível notarem-se os diferentes tipos de azulejos oriundos de várias partes da Europa, como França, Espanha e, é claro, Portugal. São Luís rivalizava com Alcântara (que era sede da aristocracia local) por ser uma cidade extremamente comercial. Ou seja, em São Luís moravam os comerciantes, e em Alcântara, os grandes proprietários rurais. (BORRALHO, 2011, p. 49).

Alcântara, possuindo variadas formas de obtenção de lucro – salinas, canaviais, atividades pesqueiras, fazendas produtoras de um sem-número de gêneros agrícolas – ficou conhecida como cidade onde residiam os mais ricos e poderosos comerciantes e fazendeiros. Para termos noção dessa realidade, Leão (2013, p. 286) afirma que houve um período em que “a economia de Alcântara sozinha, mesmo sem o restante da Capitania, superava na época a débil economia de São Paulo”. Da mesma forma que São Luís, a cidade – que é distante da capital por apenas 16 km atravessando-se a baía de São Marcos – destacou-se pela arquitetura formada por sobrados e casarões imponentes, tetos que, muitas vezes, abrigavam pessoas de condições sociais diversas, os *senhores* e *patrões* em convívio com seus *escravos* e *caixeiros*.

Dentro desse conjunto das regiões que mais se evidenciaram, estiveram ainda a área da Ribeira do Itapecuru e a cidade de Caxias. A primeira entrou no rol econômico pelo largo cultivo de arrozais, algodoads, madeireiras e pela presença de indústria de couro. A segunda entrou no quadro produtor, de fato, em 1790, após o plantio de algodão expandir-se das regiões do vale do Mearim e do Itapecuru em direção ao interior, isso devido às condições necessárias para a instalação da cotonicultura: segundo Leão (2013, p. 304), em contraposição a gêneros que demandam áreas de excessiva umidade, o algodão não se adapta a este clima, o qual deteriora a fibra quando se abrem os caroços. Portanto, os terrenos de Caxias – onde o clima é mais seco e as chuvas são mais escassas, porém regulares – reuniam as condições propícias ao cultivo do algodão.

Caxias (vila desde 1812), antigamente Arraial das Aldeias Altas, é uma das mais florescentes vilas do interior do Brasil. Monta a 30.000 o número de habitantes do seu termo. Deve a sua prosperidade à cultura do algodão, explorada desde uns vinte e tantos anos, com afinco, em seu interior, e fomentada em toda a Província pela Companhia de Comércio do Maranhão

e Grão-Pará, assim como à atividade comercial de seus habitantes, entre os quais se encontram muitos europeus. *Mais da metade de todo algodão produzido na Província é despachado daqui para a capital*, e, nos últimos anos, o número de fardos embarcados em Caxias, cada um do peso de 5 a 6 arrobas, subiu de 25.000 e até 30.000, que, avaliando baixo, mesmo no interior, vale uns 1.65.000 ou 1.980.000 florins. (SPIX e MARTIUS *apud* LEÃO, 2013, p. 305).

No plano das relações sociais estabelecidas entre o colonato maranhense e a Metrópole lusitana, Leão (2013, p. 282) coloca em pauta que as melhorias econômicas oportunizadas pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, longe de fomentar um período em que houvesse o acirramento do nativismo da região – uma vez que surgira uma *élite agro-comercial* na Colônia –, serviu ainda mais para “intensificar e alargar” os laços políticos e culturais com Portugal. Sendo assim, ao contrário do que aconteceu com o Estado do Brasil, no qual o sentimento de nativismo, o descontentamento com os abusos da Metrópole e os ímpetos separatistas já se faziam soantes – exemplos clássicos são a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana – o Maranhão, à guisa da proximidade com o continente europeu e da formação precipuamente de comerciantes de origem portuguesa, não apresentou a mesma tendência de querer tornar-se independente de Portugal e, conforme observaremos mais a frente, isso será determinante para a tardia adesão do Maranhão à Independência do Brasil.

O Maranhão, desde o momento em que experimentou a prosperidade com a criação da Companhia de Comércio, em decorrência de um quadro econômico internacional extremamente favorável, estreitou ainda mais os seus laços com a Metrópole, uma vez que as riquezas começaram a circular em quantidade apreciável, atraindo cada vez mais levas de migrantes europeus, sobretudo os filhos do Reino, que aqui encontraram uma sociedade dócil e propícia mais que o suficiente para o sucesso de seus empreendimentos. A regularidade de vínculo entre as capitânicas do Pará e Maranhão com a Metrópole estava assim consolidada [...]. As ligações entre o Maranhão iam se tornando mais visíveis e profundas à medida que, com o monopólio assegurado por duas décadas à Companhia de Comércio, prosperavam a navegação, a lavoura e o comércio maranhenses. (LEÃO, 2013, p. 285).

É relevante saber, no entanto, que esse “lusitanismo maranhense” (LEÃO, 2013, p. 286) não era partilhado por todos os moradores da região, mas sim por dois segmentos sociais – os *filhos do Reino* e os *nativos que eram proprietários de fazendas e engenhos*. Aqueles monopolizavam o comércio e impunham sua presença na ocupação dos cargos políticos; estes se ocupavam da lavoura. Com isso, abre-nos como interpretação que, apesar de ter havido uma latente mudança no panorama social, sobretudo o crescimento das cidades, o gozo da *opulência*, de direito, concentrou-se nas mãos de uma parcela pequena da sociedade – aquela

que detinha o poder político-econômico. Mais uma vez, não observamos a participação (ou a mera possibilidade) das classes menos abastadas dentro da efetivação dos planos governamentais, sendo essas, portanto, espectadoras do que aconteceria na sociedade da qual faziam parte.

A *Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão*, na ótica apresentada, desenvolveu não só as fontes da economia maranhense, mas também serviu para estabelecer relações sociais simbólicas e marcantes entre a elite formada e sua ligação com a Metrópole. Esse período foi tão relevante ao estado que as épocas futuras, conforme notaremos, sempre o recordam como um passado glorioso, que é retomado como parâmetro de ascensão a ser conquistada, portanto, já não havia mais espaço para a *barbárie*, apenas um *vir a ser* eterno, cujo modelo fora experimentado na *Idade de Ouro*. É importante ressaltarmos que, mesmo depois da extinção da Companhia, o Maranhão continuou em ritmo econômico crescente. Estava consolidado o estímulo ao desenvolvimento, ficou o estado “conhecendo um período de notável crescimento e prosperidade, com volumes de exportação cada vez maiores e balanças comerciais muito expressivas³²”. (LEÃO, 2013, p. 301).

A “marcha ascendente do Maranhão” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 82) ainda manteve-se equilibrada nas duas primeiras décadas do século XIX, “provocando verdadeira euforia entre fazendeiros, que compraram muitos escravos a crédito no intuito de expandir a produção” (CAMPOS, 2010, p. 112). Não obstante, a partir do ano de 1819, gradativamente e com base em *fatores externos e internos*, o estado apresentou uma fase muito diferente da criada na *Idade de Ouro*. Quanto à conjuntura externa, os Estados Unidos – que passaram anos incrustados em sua Segunda Guerra de Independência (1812-1815) – retomaram seus investimentos industriais algodoeiros e, tendo seus produtos custos mais baixos e qualidade superior, principiou, em paulatina substituição ao Maranhão, a ter mais espaço no mercado inglês. Na mesma perspectiva, a concorrência internacional, segundo Faria (*apud* BORRALHO, 2011, p. 42), contava com outros países produtores de algodão, como o Egito e a Índia, que estavam participando intensamente do mercado, “incentivados pela Inglaterra, que queria minimizar a sua dependência em relação ao abastecimento norte-americano”.

³² Campos (2010, p. 110) aponta que “Mesmo depois de extinta a Companhia [...] houve a entrada de 31 navios no porto de Lisboa, entre 13 de janeiro de 1778 e 7 de setembro de 1779, vindos do Maranhão com um carregamento de 12.714 sacas de algodão (50. 856 arrobas), 35.000 sacas de arroz (210.000 arrobas), 44. 939 atanados, 12.646 couros e, “cabello”, 2.372 meios de sola e outras miudezas e diversos gêneros que constavam nas certidões.

A concorrência internacional também se tornou um óbice à economia do estado por ter sido o crescimento forjado “de fora pra fora” (TRIBUZI *apud* BORRALHO, 2011, p. 42), ou seja, oriundo da política metropolitana (na figura maior da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão) que visava a criar excedentes para o próprio Reino de Portugal. Além disso, não houve a criação de um mercado interno no norte da Colônia ou com o Estado do Brasil, fato que deixaria a comercialização dos gêneros produzidos ao sabor das circunstâncias de outras partes do mundo. Sobre a cotonicultura e a rizicultura, fortemente abaladas, temos:

[...] o fato é que o período de sucesso da economia algodoeira maranhense é, na verdade, apenas um momento de prosperidade relativa e efêmera, uma vez que a cotonicultura na região está atrelada às demandas do crescimento industrial na Inglaterra. Isto, somado ao sucesso da rizicultura, entre outros produtos locais, torna crível que os bem-sucedidos empreendimentos maranhenses, até mesmo em função da lógica escravista que tutelava a mentalidade da elite agrária local, devem ser encarados apenas como um ciclo de breve duração até o surgimento de fatores decisivos para a sua derrocada, como a competição norte-americana, mais eficaz e dinâmica, que desagregou e por fim solapou a riqueza erigida sobre bases tão frágeis. Embora estivesse demonstrada a viabilidade de uma economia sustentável no norte do Brasil, as taxas expressivas de crescimento econômico só foram possíveis, a bem da verdade, em razão do ingresso da mão de obra escrava, o tamanho da fronteira agrícola e o aquecimento do mercado internacional de algodão em função da demanda inglesa. (LEÃO, 2013, p. 331).

No tocante às dificuldades enfrentadas no estado, sabendo-se de sua economia fundamentalmente agrária, uma série de fatores provocou a desagregação das bases instituídas, provocando um imenso abalo na estrutura econômica e, por extensão, em toda a sociedade maranhense. No que concerne aos níveis expositivo e explicativo, Gaioso (1970, p. 226) afirma que “Cinco são os escolhos contra que vão naufragar a maior parte dos lavradores, em prejuízo da reprodução annual d’aquelles dous preciózos efeittos o algodão, e arrôs”. Ei-lo que diz:

He o **1º a falta de terreno para se continuar na lavoura**, por se acharem reduzidas a arbustos as da antiga cultura, e occupadas as mattas virgens pelo gentio bravo, que não deixa formar novos estabelecimentos, sem risco vizível dos cultivadores. **2º O horroroso preço a que tem chegado a escravatura no tempo presente.** **3º As infinitas execuções na mesma escravatura, como consequência d’aquella carestia.** **4º O ínfimo preço a que se ácha reduzido o algodão**, não pela fatal combinação das áctuaes criticas circunstancias, más por effeito do escandaloso monopolio de huns poucos de capitalistas, que em todos os tempos souberão aproveitar se das calamidades publicas. **5º O novo arbítrio, bem publico nesta cidade, que dá nova forma a cobrança do dizimo**, pagando-se este em efeitos beneficiados. (GAIOSO, 1970, p. 227, *grifos nossos*).

A postulação dos entraves a que se refere Gaioso (1970) – além de fazerem parte do quadro geral da lavoura – é oriunda da ótica de quem era partícipe de uma elite formada pela riqueza vinda da agricultura. Por isso, faz sentido ver nos *naturais*, nos *escravos* e nas próprias cobranças governamentais empecilhos ao progresso desejado. Para termos noção, o autor, que afirma que os índios têm uma “indolência natural”, classifica-os como “a última classe dos habitantes da capitania” (abaixo mesmo dos negros, que formavam a “quarta divisão”), considerando suas atividades “não produtivas” em terras que eram tidas como as mais frutíferas em relação às cansadas terras do Vale do Itapecuru, onde se cultivava o algodão. Por sua vez, Gaioso³³ (1970) era partidário da ideia de que não se podia prosperar sem escravatura e, subindo o preço dessa “mercadoria”, os lavradores estariam fatalmente encaminhados à ruína, já que, cada vez mais, iam contraindo dívidas junto aos fiadores para terem acesso aos escravos. Nessa mesma linha de pensamento, a falta de capitais – que embarreiravam as ampliações e melhoramentos aos terrenos das fazendas, desfavorecendo o aumento da produção – e a nova forma de cobrança do dízimo (imposto)³⁴ punham a classe aristocrática a uma face adversa em comparação à qual estavam acostumados.

A anunciada “crise da lavoura” – a bancarrota dos proprietários rurais – além dos fatos vistos, é apontada em decorrência, também, de dois movimentos singulares ocorridos na História do Maranhão: a Setembrada (1831) e a Balaiada³⁵ (1838 – 1842), associadas ao quadro de instabilidade da política local. A Setembrada, contemporânea a outras revoltas ocorridas no Norte do Brasil (A Setembrizada, em Pernambuco; e a Agostada, no Pará), caracterizou-se na província do Maranhão pelo forte teor antilusitanista, indo-se de encontro à tentativa de restauração do trono abdicado por D. Pedro I e exigindo-se ainda a retirada dos portugueses dos cargos públicos ocupados no estado. A Balaiada, por sua vez, contendo em sua organização número expressivo de negros, caboclos e pobres,

³³ Raimundo José de Sousa Gaioso, cuja naturalidade não era brasileira ou portuguesa, mas sim argentina, chegou ao Maranhão em 1787, fazendo parte, desde seu estabelecimento da *classe dos lavradores*. Possuía uma grande propriedade em Rosário, onde cultivava principalmente algodão.

³⁴ Para termos noção da alta dos impostos, Assunção (*apud* CAMPOS, 2010, p. 112) afirma que “Enquanto outros produtos pagavam apenas o ‘consulado’ de saída de 2%, o algodão era tributado pelo ‘imposto’ em rama, estipulado em 600 réis por arroba, além de 100 réis por arroba para a Real Junta do Comércio. Para o pagamento destes dois impostos não se levava em conta nem a qualidade do algodão, nem o preço do mesmo no mercado mundial. Em tempos de preço alto, este imposto de exportação representava apenas 7% do valor do arroba de algodão, mas quando os preços baixavam, podia alcançar até 21%”.

³⁵ A chamada “Balaiada” será analisada com mais propriedades no tópico “A adesão do Maranhão à Independência do Brasil: os jogos de interesses entre a *aristocracia do campo* e a *burguesia urbana*”.

ameaçava derrubar as bases das instituições detentoras do poder econômico-social, asseverando a situação de disputas políticas entre a burguesia mercantil e a oligarquia rural. Na ótica de Almeida (1983, p. 101), a insurreição dos negros contribuiu para a elevação do preço dos escravos, fato que acarretaria a “falta de braços para a lavoura”, tornando-se, pois, um “legítimo” motivo para o agravamento da crise agrícola.

O período de perda de mercado, do sucateamento da produção algodoeira e de levantes populares são tomados como elementos-base para “a marcha descendente” do Maranhão. Isso se torna tão latente que “os documentos oficiais passam a propalar a decadência através dos relatórios do Presidente da Província, dos discursos e falas” (BORRALHO, 2011, p. 45). As autoridades locais foram unânimes em registrar a “crise da lavoura” – perpetrada, sobretudo, entre 1840 e 1880 – enquanto um agravo para as elites políticas e mesmo intelectuais, que a consideraram uma catástrofe, já que obliterava da província quaisquer possibilidades de crescimento e de progresso. Diante disso,

A mencionada *decadência da lavoura*, por demais salientada pela imprensa e enfatizada em documentos e pronunciamentos oficiais no decorrer do século passado [XIX], suscitou uma infinidade de interpretações empreendidas por produtores intelectuais os mais diversos, segundo as mais variadas formas discursivas. Artigos em periódicos de circulação ampla produzidos por jornalistas, pronunciamentos proferidos na Assembléia Legislativa Provincial e junto aos Ministérios por destacados mandatários, relatórios, falas e mensagens preparadas por presidentes e vice-presidentes da província, ensaios e memórias, elaborados por estudiosos vários como juristas e historiadores, planos, projetos e programas intitulados de “racionalização da agricultura”. (ALMEIDA, 1983, p. 17-18).

Coadunando com a perspectiva de Almeida (1983, p. 18), a *decadência* – palavra amplamente revisitada quando se estuda o binômio *crescimento e derrocada* no Maranhão – “impôs-se como um acontecimento de menção obrigatória nas análises que versam sobre aspectos políticos e econômicos” do estado, isto devido a pelo menos dois fatores essenciais sobre o fato: a quem cabia o lugar e o discurso sobre a *Idade de Ouro* e a *Decadência* e como esse imaginário se enraizou nas discussões que se propõem a observar a intrínseca relação entre essas fases antípodas.

Afirmamos em páginas anteriores que a opulência difundida como símbolo do Maranhão, à época da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e nas duas décadas iniciais do século XIX, estava diretamente associada às classes sociais que controlavam os meios de produção e distribuição dos produtos dispostos

no conjunto da economia. Na mesma rede de discursivização, algumas interpretações contemporâneas (ALMEIDA, 1983; LEÃO, 2013) discorrem que a circulação dos padrões explicativos apresentados para a formação da riqueza seguida a um período de decadência partiu de uma ordem de poder emanada dos partícipes da elaboração da historiografia local, os quais, membros da decadente elite, documentaram textos que “não apresentam apenas a manifestação de um tipo de produção intelectual, mas também uma interpretação orientada pelo próprio campo de atuação [grupos sociais] dos intérpretes” (LEÃO, 2013, p. 320). Os autores mais consagrados, cuja produção de trabalhos ocorreu entre 1813 e 1822, ficaram conhecidos como *patronos*³⁶ da historiografia maranhense e receberam da crítica o peso de serem chamados de *clássicos*.

Os *patronos* e *clássicos* – veiculando a visão pertencente aos lavradores, aos representantes dos interesses comerciais e aos militares a serviço das preocupações metropolitanas – produziram discursos (cujo principal interlocutor era o Estado) metaforizando o Maranhão como “um organismo vivo, potencialmente forte, mas resolutamente doentio” (ALMEIDA, 1983, p. 37). Essa imagem criada de um estado decrépito (passível de ser curado), após ter sido resolutamente saudável, – para usar os termos biológicos tomados como ponto da metáfora formulada – entraria tão maciçamente e repetidamente nos centros de discussão que adquiria força de *tradição*, uma vez que tendo “força de autoridade”, as interpretações dos *patronos* e *clássicos* alojaram-se no seio social como valor de verdade, inquestionáveis, tornando-se tão difusas que “na produção intelectual, e até mesmo no senso comum, que, mesmo sem ler ou identificar os autores, o inconsciente cultural repete as concepções e os padrões explicativos” (LEÃO, 2013, p. 320) formulados por quem via a realidade unilateralmente.

³⁶ Almeida (1983, p. 29) afirma que *patronos* é a nomeação corrente dos escritores ilustres sob a égide dos quais estão as diversas cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e as antologias elaboradas pelas academias e instituições congêneres. Nesse grupo, estão, consoante Leão (2013, p. 316-317), José de Sousa Gaioso, *patrono* nº 13 do referido instituto, e cujo *Compêndio histórico-político dos princípios do Maranhão* foi escrito em princípios de 1813 e publicado em Paris em 1818; Francisco de Paula Ribeiro, cujos relatos foram produzidos entre 1815 e 1819, *patrono* nº 12 do mesmo Instituto; Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, que escreveu em 1820 sua *Poranduba maranhense*, sendo *patrono* da cadeira nº 16 do IHGM; Antônio Bernardino Pereira do Lago, *patrono* nº 14 do Instituto, cujos principais trabalhos são *Itinerário da província do Maranhão* e *Estatística histórico-geográfica da província do Maranhão*, além de João Garcia de Abranches, Manuel Francisco Xavier, que escreveram, respectivamente, *Espelho crítico-político da província do Maranhão* (1821) e *Memória sobre o decadente estado da lavoura e comércio da província do Maranhão* (1822).

É importante não perdermos de vista que esse teor validado pelos *clássicos* e discutidos pelas interpretações contemporâneas impossibilitam a dissociação entre a *Idade de Ouro* e a *decadência*, pois ambas estão inscritas como um contínuo histórico, sendo o marco inaugural e o elemento argumentativo maior para esse elo a fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão – o grande propulsor da economia da região – em contraposição à citada conjuntura – iniciada no final da segunda década do século XX – de fatores que fizeram *surgir* a decadência. Nesse sentido, “a origem da *decadência* está atrelada à *prosperidade* e, portanto, é preciso delimitar o período anterior ao fenômeno da *decadência*, correspondente à *prosperidade* da região” (LEÃO, 2013, p. 325). Essa relação enrijecida foi chamada por Almeida (1983) de “periodização ortodoxa”, lapso temporal no qual se consolida a intrínseca justaposição entre o alvorecer econômico (superando-se o estado de barbárie e fracasso) e o período nefasto descrito nos documentos oficiais da Província.

A nostalgia do passado impressionisticamente registrada pelos intérpretes deixa à mostra que o corte temporal da memória social dos mencionados *lavradores* e da história da lavoura no Maranhão é justo o mesmo. Descrevem-no com termo, que expressam fausto e um desenvolvimento incomuns tais como *opulência* e *prosperidade*. Isto tanto para designar os chamados *princípios da lavoura*, quanto para caracterizar a origem da riqueza dos referidos *lavradores*. Os intérpretes [...] idealizam igualmente o passado, na mesma proporção. (ALMEIDA, 1983, p. 54).

Estão inscritos nesse escopo, na perspectiva de Leão (2013), a *idealização* e a *presencialidade do passado*, sendo o primeiro arquitetado como o paradigma de um momento daquilo que *deve ser (re)conquistado* e o segundo formulado como um presente nutrido pelo trabalho da memória, o qual apresenta os padrões explicativos e nostálgicos sobre o porquê das mudanças erigidas e a necessidade de sempre revisitar o momento tido como singular e áureo para o Maranhão. A *Idade de Ouro*, portanto, é o divisor de águas da historiografia maranhense quando o assunto concerne ao aspecto econômico e à formação do capital que possibilita o crescimento em todas as áreas e no bojo das relações intelecto-culturais. Inegavelmente, as concepções traçadas sobre esse largo período de tessitura da ascensão e queda do estado estão postas como uma realidade comum à população, não obstante, conforme observado, elas estão precipuamente colocadas no horizonte aberto aos interesses da elite local e dos governantes – os que deram tônus a essa discrepância. Portanto, enquanto para estes o Maranhão era uma

“eterna tendência [...], percebe-se um vir-a-ser permanente” (BORRALHO, 2011, p. 44), há para as classes menos abastadas (pequenos comerciantes, pobres que trabalhavam na lavoura, mestiços, negros) a omissão, a falta de referência, o menosprezar quanto ao que viveram na fase da prosperidade e o que esperavam diante do *retorno à miséria*, se é que um dia a deixaram.

3.4 A “*mancha negra*”: aspectos da trajetória da escravidão africana no Maranhão

O escravo vermelho, o nativo, teve quem o chorasse – o missionário; e quem o protegesse quando em vez – a Coroa. O escravo negro importado, porém, teve tudo contra si – o missionário apontou-o para substituir o seu catecúmeno e a Coroa permitiu que fosse comprado aos sobas da Guiné e Angola, para ser revendido no Brasil, no Maranhão, ou alhures, onde melhor preço desse e maior lucro proporcionasse.

Mário M. Meireles

Afirma Meireles (1960, p. 181) que “Não haverá nunca razões que possam convencer da justificativa, desse crime da Civilização Ocidental Cristã, em plena Idade Moderna, quando se processava a Revolução Intelectual”. O crime ao qual o autor refere-se é a escravatura negra, o alicerce de sustentação econômica do Brasil no período colonial e imperial, uma “das mais relevantes instituições sociais constituintes do processo histórico brasileiro” (PEREIRA, 2015, p. 303), que se enraizou profundamente no país e legou marcas ressentidas ainda na chamada pós-modernidade, sobretudo aos modos de vida da população negra, a qual, de forma clara ou velada, continua a sofrer, por parte da sociedade, com olhares discriminatórios e preconceituosos. Diante disso, a temática da escravidão, presente no bojo das lentes historiográficas, na tessitura de muitos enredos literários, no seio das descrições legais, nas análises de várias formas de discursos, é tida como uma árvore frutífera, cuja semente é amarga, para os estudos das *raízes do Brasil*, espaço indiscutivelmente formado, também, pelo suor e pelo sangue do negro. A discussão posta em pauta surge, então, de questionamentos comuns, e ao mesmo tempo, profundos: *de onde surgiu essa prática e como ela foi incorporada à sociedade brasileira e à maranhense? Qual a relevância e as consequências do uso dessa força de trabalho?*

Lima (2006, p. 120) informa que “Desde antes do século XVII que a escravidão do negro era praticada por todas as nações com influência nos mares” e já os espanhóis, franceses, ingleses, portugueses, holandeses dedicavam-se à exploração do tráfico negreiro, considerado o mais importante ramo do comércio marítimo nos séculos XVII e XVIII. Além disso, a prática era uma realidade entre os

africanos, uma vez que “Os próprios reis e sobas, chefes de tribos praticavam razias por todo o interior da África para capturar seus irmãos, oferecê-los e vendê-los a quem quisesse comprar” (*Idem, Ibidem*, p. 124). Nesse sentido, o *nefando comércio* era *comum* no universo europeu e, portanto, não coube a Portugal ser o seu precursor, mas apenas um dos países dessa *empresa* que usufruiu dos serviços feitos pelos cativos:

Não se pode com justiça acusar Portugal por haver introduzido a escravidão negra nas suas colônias da América, porque, naqueles tempos, todas as nações a consideravam instituição legal.

No século XV, o regime servil imperava por toda a Alemanha, assim como na maioria dos países que lhe ficavam próximos.

No princípio do século XVIII, os franceses conseguiram da Espanha um contrato para fornecer seis mil escravos anuais, durante doze anos. Um dos sócios desta empresa era Luís XIV, Rei de França.

Neste mesmo século, a fim de lograr a assinatura do tratado de Utrecht, a Espanha concedeu aos ingleses um fornecimento no seu mercado de 144.000 negros, durante trinta anos, ao qual não foi estranha a Casa Real Britânica.

Como estamos vendo, os portugueses tiveram companheiros no nefando comércio. Se foram os inventores, é que lhes fazendo a sorte donos do litoral da África e de boa parte da América tropical, tiveram ao seu dispor a produção e o consumo, a mercadoria e o mercado. Qualquer outro país, com igual sorte, não recusaria a patente do invento. (VIVEIROS, 1954, p. 81-82).

O Brasil – enquanto colônia americana de Portugal – desde as primeiras décadas de colonização apresentou contingência de escravos vindos d’África, não se sabendo ao certo quando de sua chegada ou o total exato de sua população no país. Não obstante, Ramos (*apud* LIMA, 2006, p. 125-126) aponta que já existiam escravos em território brasileiro em 1531 e, em 1535, eles estavam presentes nos engenhos de São Vicente, tendo sua importação oficializada em 1549 depois de, em 1542, Duarte Coelho ter pedido ao Rei permissão para realizar tal *comércio*. Ademais, Lima (2006, p. 125) acrescenta que as capitanias do Norte e da Bahia, com o açúcar, foram as primeiras importadoras de negros e, diante do período áureo da indústria açucareira, no século XVII, a escravidão negra instalou-se em definitivo no país. Quanto ao numerário de escravos no país, Viveiros (1954, p. 86) apresenta duas visões:

Abordando este mesmo problema [precisar a população de escravos] em relação ao Brasil, Pandiá Calógeras assevera nada se poder se afirmar de positivo, por não haver estatísticas precisas e terem desaparecido os arquivos. E atribuindo aos negros, na colônia, uma taxa negativa de sobrevivência de 4,5% por ano, e sabendo que eles somavam, apesar disso, 1.200.000 em 1820, conclui ele ter sido o tráfico para o Brasil de 5 a 6 milhões por século, ou de 10 a 12 milhões em dois séculos.

Simonsen fez outro cálculo. Partiu da produção anual média, que dá a cada africano cinquenta arrobas de açúcar, duzentas gramas de ouro e cem arrobas de café, e considerando não passar de sete anos a limitação da vida de cada um e que eram empregados em outros misteres cerca de 1.100.000 indivíduos, chega à conclusão de que a importação negra foi de 3.300.000.

A diferença entre as duas perspectivas é bastante acentuada, contudo ambas evidenciam que a escravidão no Brasil foi tida como “uma necessidade e um valor, era a linha de horizonte a partir da qual as pessoas [sobretudo os antigos proprietários rurais] compreendiam seu mundo” (PEREIRA, 2015, p. 306). A produção da riqueza e o conseqüente prestígio eram conquistados por meio dessa “instituição”, por isso, também, houve muita relutância em se considerar a extinção dessa lucrativa fonte de formação de patrimônios. A par disso, não fica difícil de crer nas duras palavras de Lima (2006, p. 124) quando ele afirma que “os que exerciam o *nefando comércio* (brancos, negros, asiáticos) não se consideravam cruéis ou pecadores: encaravam-no como uma profissão igual às outras [...], que alguém tinha de exercer”. A indispensabilidade da mão de obra africana era, portanto, uma realidade, tão real quanto as condições de miserabilidade e de negativos índices de crescimento vegetativo dos negros, já que havia desproporcionalidade entre homens e mulheres no tráfico, precárias condições de vida – que ocasionavam a baixa fertilidade das escravas – e a tendência de achar-se mais oneroso criar um escravo a comprar um.

Assim como o Brasil, a gênese do Maranhão está vinculada à expansão lusitana na América e, do mesmo modo, sua base econômica está diretamente associada à agricultura mercantil, cujo alargamento foi baseado, sobretudo, a partir do trabalho escravo empregado no plantio de produtos primários – como algodão e arroz – cuja exportação gerava excedentes econômicos à Metrópole. Nesse sentido, “a escravidão se realizava com base nessa determinação econômica, ou seja, gerar mais-valia para comerciantes e proprietários de terras e escravos, os quais, como capitalistas, personificavam o capital mercantil escravista” (PEREIRA, 2015, p. 306). Para que se atingisse esse patamar, o caminho do uso da força de trabalho dos africanos foi paulatino e como marco de seu início no Maranhão, também há várias perspectivas, descritas por Meireles (1960, p. 182):

César Marques, em seu “Dicionário”, afirma textualmente – *a primeira introdução africana, que tivemos, foi no ano de 1761*, ou seja, coincidente com a execução, aqui, pelo Governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, do decreto real que fez a emancipação do ameríndio.

Deve ter sido engano, porém, do emérito e escrupuloso pesquisador, haja vista que em ofício de 13/10/1686, transcrito pelo não menos erudito Jerônimo de Viveiros, em sua “História do Comércio do Maranhão”, o Tenente-general Gomes Freire de Andrade, dominada a Revolta de Bequimão, escrevia a El-Rei que *a generalidade dos moradores de São Luís, Tapuitapera e Belém, são pobríssimos e estão individados pelas anteriores compras de negros*. Assim, não pode restar dúvida de que já há um século, pelo menos, que o africano era para aqui trazido, e não em pequena quantidade, tanto que a compra das “peças da Índia”, como os mandara designar o Alvará de 12/2/1682, dera a empobrecer os colonos das três maiores e mais ricas cidades do estado.

Aliás, em 1680 fora contratado pela Coroa, com José Erdovico, a introdução, no Estado, de 600 africanos escravos, ao preço de Rs. 60\$000 por unidade [...]. A seguir, a Companhia de Comércio de Pascoal Jansen, a provocadora da Revolta de Bequimão, obrigara-se a introduzir dez mil africanos à razão de 500 por ano e preço de Rs. 100\$000 por cabeça [o que acabou não ocorrendo].

Indubitavelmente, um dos *capítulos* de maior destaque para o “ingresso” dos negros no Maranhão diz respeito à carta de Padre Antônio Vieira – missionário jesuítico em favor dos índios –, a 12 de fevereiro de 1661, enviada à Coroa portuguesa e cujo conteúdo requisitava a importação do escravo negro para “minoração da miséria em que se debatiam os colonos, ressaltando que, assim como acontecera com o Brasil, os moradores nunca tiveram remédio senão depois que os serviram com escravos negros de Angola”. (MEIRELES, 1960, p. 182). Conforme visto anteriormente, a escravidão indígena constituiu-se como um acentuado palco de desavenças entre os colonos e os jesuítas, embora saibamos que, cada um, à sua forma, valeu-se indevidamente do trabalho do íncola. Diante desse fato, o apelo de Vieira não apresentou teor exclusivamente altruísta, mas também econômico: “defendia-se a liberdade do nativo, compensando-a com a servidão de africano!” ³⁷ (*Idem, Ibidem*, p. 179). Era, pois, a permanência de uma tradição: conseguir através do trabalho do *outro* as benesses para o engrandecimento pessoal.

Após essa ocasião e a tentativa de uso da mão de obra escrava na Companhia de Comércio fundada em 1682, que foi extinta depois da Revolta de Bequimão, não cumprindo a integração de 10.000 negros, no prazo de 20 anos, o tráfico negreiro para o estado – procedendo “dos portos de Bissau, Caxéu e Angola, na Guiné, ou dos entrepostos negreiros de Cabo Verde e Serra Leoa” (Lima, 2006, p. 130) – seria efetivamente organizado quando da implantação da Companhia de

³⁷ A escravidão indígena foi extinta oficialmente no século XVIII, no período em que Marquês de Pombal estabeleceu um conjunto de medidas na administração colonial, como a ordenação da expulsão dos jesuítas do Brasil mediante a ampla influência política e econômica que tinham dentro da colônia. Logo depois, em 1757, proibiu a escravidão indígena, alargando consideravelmente o uso da força de trabalho dos escravos africanos.

Comércio do Grão-Pará e Maranhão, chegando os escravos em quantidade considerável³⁸, tornando-se os principais elementos para a viabilização da *Idade de Ouro* nos séculos XVIII e XIX. Lima (2006, p. 143) afirma que o tráfego regular de escravos ganhou incrementos ainda mais sérios “a partir da década de 1800, quando mais de 4.000 negros entraram no Estado. Em 1821, a proporção entre negros e brancos era de 55% contra 15%, respectivamente”.

O cenário que se punha no Maranhão, segundo Pereira (2015, p. 306) torna possível considerar que o estado foi “uma criação do capital mercantil escravista”, pois a produção interna estava diretamente ligada ao uso da mão de obra escrava, a qual influía, consideravelmente, na produção de mercadorias exportáveis ou não, gerando a renda distribuída entre os donos dessa *ferramenta*. É importante salientar que a classe servil dividia-se em *escravos de eito* e *escravos urbanos*, sendo estes *de ganho* ou *de aluguel*. A primeira categoria era envolvida nos trabalhos agrícolas, caracterizando o “processo de produção de mercadorias como o algodão, o arroz e o açúcar em estado bruto” (*Idem, Ibidem*, p. 308) e tendo uma carga horária massacrante de “16 a 20 horas de trabalho por dia, durante uma semana de seis dias e meio, o que equivalia a uma média de 4.992 a 6.240 horas de trabalho, num ano de 312 dias” (MESQUITA *apud* PEREIRA, 2015, p. 308). Por sua vez, os *escravos urbanos* – cuja atuação foi mais dinâmica na cidade de São Luís, dado o entreposto comercial e portuário – desempenhavam inúmeras ocupações, cabendo aos homens atuarem como carregadores, estivadores, oficiais da construção civil, marinheiros, marceneiros, entre outras; e às mulheres ocuparem-se de serviços domésticos e do comércio informal de alimentos (peixes, vísceras de gado, frutas e doces) (PEREIRA, 2015).

No tocante à relação entre a classe senhorial e a servil, sobretudo no meio agrícola e comercial, parece um verdadeiro truísmo mencionar que foi realizada através de um alto rigor, uma vez que, além da ampla jornada de trabalho, faltava aos cativos o necessário sustento quanto a fatores básicos, como a alimentação e a vestimenta. O ponto que se abre para essa carência é oriundo dos vínculos que as duas ordens possuíam – o trabalho escravo tinha por finalidade maior ser a fonte para geração de riquezas acumuláveis por parte dos comerciantes do setor exportador e dos proprietários rurais, por isso era uma comum estes designarem o

³⁸ Viveiros (1954, p. 86-87) afirma que antes de 1755 estima-se que houvesse no estado 3.000 escravos negros e 12.000 no período da Companhia de Comércio (1756-1777) e 15.000 até o final do século XVIII, tendo assim 30.000 ao começar a centúria seguinte.

mínimo para a manutenção de sua força de trabalho, reduzindo-se a casa, alimentos e roupa.

[...]. Para os proprietários rurais, esses eram itens de custo muito baixo ou quase nulo, pois, em geral, as casas onde os escravos moravam, chamados de ranchos, palhoças, choças ou taperas, eram construídas pelos próprios escravos. As roupas que usavam eram confeccionadas pelos próprios escravos ou por pessoas livres com habilidades de costura, utilizando-se pano grosseiro, fabricado na região e comprado a baixo preço pelos donos de escravos. Os alimentos que consumiam eram também por eles cultivados, a princípio em áreas isoladas em relação ao algodão. (PEREIRA, 2015, p. 310).

Consoante Pereira (2015), outro aspecto relevante na relação entre os escravos e seus detentores concerne ao fato de que a posse destes quanto àqueles era vista como “uma marca de distinção social e um dos critérios de acesso ao mercado de capitais”. Sendo assim, ter uma escravaria numerosa, ainda que a custo de um acentuado endividamento, era um parâmetro para que se desfrutasse de alto prestígio social, símbolo de opulência. O imaginário da aquisição de status social elevado a partir do quantitativo dos negros escravizados foi tão latente que o discurso acerca desse fato permaneceu sendo retomado e ressignificado em outros âmbitos, como o literário. Para termos dimensão, em 1915, José do Nascimento Moraes, em seu romance *Vencidos e Degenerados*, escreveu que, no Maranhão “pertencer à primeira sociedade era possuir, pelo menos, duas ou três cabeças de negros” (MORAES, 2000, p.37). Décadas atrás, Machado de Assis, descreveu em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) o caso, fictício, do ex-escravo Prudêncio, o qual, depois de livre, age como seus ex-patrões: adquiriu um escravo e nele descarregava toda sorte de maus-tratos. Nos dois casos pertencentes à esfera literária, vemos os desdobramentos do poder oriundo da posse de escravos – ele não se limitava à esfera econômica, pois já era algo instituído culturalmente.

A escravidão para qual se apontou a construção do alicerce econômico do estado – principalmente no que tange à opulência dos proprietários rurais e à elevação das condições materiais dos mercantilistas – foi a mesma acusada de contribuir decisivamente para sua derrocada. A propalada decadência econômica, após a segunda década do século XIX, foi atribuída, dentre outros fatores, ao alto preço dos negros, conforme dito por Gaioso (1970), associado às insurreições com participação de escravos, como a Balaiada, e às constantes fugas e formações de quilombos por eles. Segundo Lima (2006, p. 139), “Coincide com a Abolição da escravatura a estagnação econômica do Maranhão, toda a vida do Estado até então

apoiada no latifúndio e no trabalho escravo”. Essa coincidência – aliada aos fatores da decadência expostos em páginas anteriores – não ocorreu por acaso, já que não se precaveram os donos de escravos em buscar outras fontes para manutenção dos meios de trabalho, fato que seria revertido com o impulso da imigração estrangeira.

As dificuldades do Maranhão à época da crise intensificaram-se de tal forma que, com o fim do tráfico transatlântico, os proprietários de escravos começaram a deslocar seus escravos para região Sudeste – que vivia a expansão cafeeira –, processo que se estendeu entre os anos de 1846 e 1885, ou seja, findo às vésperas da promulgação da Lei Áurea (1888). Para que compreendamos como esse quadro se abriu para o estado, é necessário observá-lo em contexto que não se restringia apenas aos problemas locais, mas também aos internacionais: em 1808, a Grã-Bretanha tornou ilícito o comércio de escravos para os súditos britânicos, passando então a intitular-se como defensora do fim desse comércio³⁹, “usando sua força econômica para convencer outras nações a fazerem o mesmo” (JACINTO, 2015, p. 243). Nesse sentido, como os países ibéricos ainda realizavam de forma intensa o tráfico de escravos, Portugal e Inglaterra iniciaram uma árdua batalha diplomática, que culminaria, em 1810, com a assinatura do Tratado de Aliança e Amizade entre as duas nações e, em 1815, no Congresso de Viena, “a Corte Portuguesa proibiu o tráfico ao norte da Linha do Equador, iniciando a caminhada rumo à sua extinção total” (*Idem, Ibidem*, p. 244). Quando o Brasil tornou-se independente, a Inglaterra iniciou as negociações do fim do tráfico diretamente com ele, lançando-se, após várias discussões e retificações, tratados e leis antitráficos⁴⁰, os quais, em curto prazo, resultaram no aumento das importações de escravos para o trabalho na lavoura de café no Brasil e, em médio prazo, tornaram-se, como se convencionou a dizer, “letra morta”, “para inglês ver”.

Diante desse descumprimento do acordo⁴¹, a Inglaterra intensificou sua vigilância, chegando a assinar uma série de tratados com outros países com os quais combinou a vistoria e a apreensão de navios negreiros, que continuava

³⁹ Segundo Jacinto (2015, p. 244), a Inglaterra encontrava-se em plena Revolução Industrial e o “continente africano poderia se tornar um mercado consumidor das suas manufaturas. O fim do tráfico favoreceria esse comércio”.

⁴⁰ Foram assinados (e retificados) tratados e leis em 1826, 1827, 1830, 1831, além de emendas em vários documentos formulados no período entre 1830 e 1850.

⁴¹ De acordo com Jacinto (2015, p. 246), a falta de acordo entre os governos brasileiro e inglês levou a uma medida unilateral deste último, que, em 1845, promulgou uma lei, conhecida como Bill Aberdeen, permitindo que as embarcações desse país apreendessem qualquer embarcação envolvida com o comércio de negros, além de estabelecer que os infratores fossem julgados pela prática de pirataria.

relutante o Brasil, uma vez que, de acordo com Bethell (*apud* JACINTO, 2015, p. 246) [o tráfico continuou] “durante a segunda metade dos anos quarenta, excedendo efetivamente todos os níveis exteriores”. Essa tensa situação, ocasionada pela pressão inglesa e pela mentalidade de parte da elite política do Brasil que via, agora, a escravidão como empecilho ao desenvolvimento econômico, teve como consequência maior a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, a qual decretava a proibição do tráfico de escravos no Brasil⁴². O Maranhão entrou nesse cenário como fonte de escravos para o Sul, e depois, Sudeste, onde desenvolveram atividades para as lavouras de café e para produção de charque. O estado, portanto, ocupava uma posição inversa ao século anterior: deixou de ser um dos maiores compradores de mão de obra escrava, tornando-se fornecedor. Sobre esse fato, acrescenta Ribeiro (1983, p. 89-90):

A terrível seca, assolando o Nordeste e atingindo parte do território maranhense, em 1877, agravou ainda mais a situação de penúria da maioria dos proprietários rurais maranhenses. Essa crise levou-os a dispor com mais frequência de seus escravos, sendo estes um dos poucos, senão o único recurso disponível. A situação, portanto, não podia ser mais desfavorável à lavoura e comércio do Maranhão. Principalmente se considerarmos que, em contraposição à situação de estagnação e decadência do Norte-Nordeste, a crescente expansão da lavoura cafeeira, sobretudo nas novas áreas do Oeste paulista elevou, na década de 1870, consideravelmente, os preços dos escravos. [...].

Assim, face à situação do Maranhão, o tráfico continuou por toda a década de 1870, estendendo-se até os primeiros anos da década seguinte. Como consequência, no período de 1874 a 1884, a perda líquida de escravos da província foi de 4.157, o que representou uma média anual aproximadamente de 416 cativos.

Com a vida política do país desorganizada, Prado Júnior (1998, p. 173) afirma que “a escravidão só entra em franco debate depois que se começa a reprimir efetivamente o tráfico em 1850” e a ideia de emancipação começa a conquistar forças políticas importantes, que fariam frente às forças conservadoras e francamente escravocratas. Assim, no final da década de 1860, o partido liberal apresentou “largo programa de reformas, inclusive a emancipação dos escravos, aparece entre os princípios oficiais do partido. Dois anos mais tarde, a ala extrema deste partido agrupar-se-á sob a bandeira republicana”. (*Idem, Ibidem*, p. 177). Por sua vez, o Imperador D. Pedro II, no centro das discussões conservadoras, faz votar nas Câmaras a chamada Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) e mais de uma década depois a Lei dos Sexagenários. As duas, consideradas um ultraje à

⁴² Como a discussão do fim do tráfico negreiro estava na ordem do dia, a substituição da mão de obra escrava tornou-se umas das principais pautas da sociedade. Para tanto, os imigrantes eram vistos como a solução para essa questão.

situação dos negros, foram vistas como uma manobra bem arquitetada, resultando, nos anos da década de 1880, no fortalecimento da campanha libertadora.

Era como se as comportas se abrissem para águas longamente represadas. Já não se tratará mais de soluções parciais e preparatórias: a abolição irrestrita, sem condições e imediata, inscreve-se desde logo na ordem do dia. Além disto, o assunto já não se restringirá mais a círculos políticos e partidários, acompanhados mais ou menos passivamente pela opinião pública. A campanha se deslocou para rua. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 180).

A situação ora descrita, que será retomada quando abordarmos o cotidiano anterior e posterior à abolição no romance *Vencidos e Degenerados*, tomou uma dimensão descomunal na sociedade, compreendendo os setores contrários à libertação dos escravos que a represália a esse acontecimento se tornara inútil. Como aponta Prado Júnior (1998, p. 182), “A campanha estava ganha para os abolicionistas [...]. Em março de 1888 cai o último governo escravocrata do país: dois meses depois [...] a lei de 13 de maio de 1888 dumada penada punha termo à escravidão no Brasil”. Dessa forma:

[...] a abolição aparece como resultado de um processo de longa duração que envolve mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminaram na Lei Áurea. Neste tipo de abordagem, o episódio (por exemplo, a aprovação da lei que proíbe o tráfico de escravo) é visto como ponto de movimentos de longa e média duração (estruturais e conjunturais). Tais movimentos ocorrem simultaneamente no plano internacional e nacional. Condições internacionais explicam a decadência da escravidão e seu desaparecimento mais ou menos simultâneo nas várias regiões do Novo Mundo. As determinações internas (nacionais ou regionais) explicam o ritmo e a forma pela qual a escravidão foi abolida nas várias áreas. (RIBEIRO, 1983, p. 9-10).

Faria (2012, p. 67) afirma que em 13 de maio de 1888, quando a escravidão se tornou ilegal, o Maranhão apresentava um contingente de aproximadamente 30.000 escravos, tomando-se por base o levantamento feito no ano anterior, o qual registrou 33.446 pessoas. Diante desse extenso e sofrível caminho até a libertação, cabe a crítica e a reflexão de Pereira (2015, p. 303) ao pontuar que o provérbio “vão-se os anéis e ficam os dedos” seria representativo para a situação dos recém-livres: “aboliu-se o trabalho escravo, mas se mantiveram nas mãos de antigos proprietários de escravos os pressupostos geradores de prestígio, riqueza e poder, quais sejam: a terra, o controle de instâncias de poder do Estado”. No caso maranhense, o invólucro da cultura escravocrata fez-se perceber a partir das relações estratificadas presentes na sociedade, pois a ampla reforma social, pautada na escolarização e no repensar do valor do trabalho, ainda não havia encontrado espaço para ser operada,

fato difícil de ser realizado, já que “o governo conduzira o processo de abolição gradual da escravidão, mas deixara a inserção do liberto e do livre pobre no mercado de trabalho à mercê das necessidades deste e do poder de pressão dos proprietários dos meios de produção”⁴³. (FARIA, 2012, p. 281).

3.5 A adesão do Maranhão à Independência do Brasil: os jogos de interesses entre a *aristocracia do campo* e a *burguesia urbana*

O Maranhão era uma [província] das que mais sentiam a influência dos portugueses, que nele representavam as principais fortunas e ocupavam todos os cargos públicos. Além disso, separada das outras Províncias que lhe ficavam ao sul, durante todo o tempo em que existiu o Estado que teve o seu nome, as suas relações econômicas e comerciais se realizavam com Portugal, donde lhe emanava a direção política superior. Nada tinha ele que ver [...] com o que então se chamava o Estado do Brasil, mas tudo com a Metrópole.

Barbosa de Godóis

O Estado do Maranhão, separado administrativamente do Estado do Brasil em 1621, estendeu esse isolamento a muitos âmbitos, indo ao encontro de uma *nacionalidade* fragmentada, já que cabia a cada região definir sua fisionomia, respeitada “pelo governo metropolitano, bem atento às peculiaridades de todas elas”(LIMA, 2008, p. 18). Aponta a historiografia que, a partir da vinda da Corte lusitana ao Rio de Janeiro, em 1808⁴⁴, paulatinamente, começa-se “a verificar-se o processo de maior aproximação entre as várias unidades político-administrativas, que vai resultar na sua integração a uma nacionalidade” (*Idem, Ibidem*, p. 18). Não obstante, no caso do Maranhão, as relações socioeconômicas com o restante do Brasil figuraram em um patamar muito diminuto, se comparadas à aliança com a Metrópole portuguesa, com a qual manteve vínculo direto pelo longo período colonial, sendo esse um dos fatores para o sentimento pátrio nascido nas outras unidades ter demorado a germinar no estado, sobretudo na capital São Luís.

O ímpeto *nativista* que surgiu no panorama nacional deve-se a uma ampla conjuntura de fatores: integrou um movimento maior que abrangeu todas as Américas, “como consequência fatal do surgimento e sobreposição do sentimento de ‘patriotismo’ – concepção nova no campo das ideias políticas que encontrou campo ideal de experimentação e cultural no Novo Mundo” (MEIRELES, 1960, p. 225);

⁴³ A temática da escravidão ainda será mais discorrida neste trabalho quando apresentarmos o tópico “Sob a égide dos estereótipos: a representação dos ex-escravos na obra”.

⁴⁴ Segundo Lima (2008, p. 20), Portugal foi por muitos anos tradicional aliado da Inglaterra, aliança resultante de sua subordinação econômica. Assim, quando se defrontaram França e Inglaterra, Napoleão Bonaparte conquistando toda a Europa, as tropas do general Junot invadiram Portugal, obrigando a corte portuguesa a fugir ao Brasil.

emergiu dos ressentimentos contra a exploração por parte da Metrópole, já que eram inúmeros os privilégios e a prepotência dos funcionários portugueses; o desenvolvimento das indústrias era inexpressivo, pois havia a preocupação de que houvesse concorrência às portuguesas; era “impossível continuar como colônia um país onde o soberano tinha residência [...] uma administração colonial em um país que não era mais colônia” (SAINT-HILAIRE *apud* LIMA, 2008, p. 19). Com efeito, o clima de insatisfação, segundo Sérgio Buarque de Holanda (*apud* LIMA, 2008, p. 21-22) dava-se há muito tempo no Brasil, onde se interpunham “dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõe o tradicional, ao abstrato, o corpóreo e o sensível”, ou seja, um quadro de *sensações* aberto em um lugar que já reivindicava transformações que modificassem suas feições.

No intenso curso que levou à Independência do Brasil, o Maranhão ainda prendia-se aos grilhões da Metrópole Portuguesa, não só pelas repisadas afirmações da “aproximação geográfica às terras lusas” ou “pelos anos de afastamento com o Brasil”, mas também, e, fundamentalmente, pelo processo de *transculturação* ocorrido, o qual acarretou na formação do *lusitanismo maranhense*. Esses termos, cunhados por Leão (2013), advêm da interpretação de como o Estado do Maranhão entrelaçou-se ao *habitus* lusitano, tendo-se como ponto de partida a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, por nós já discutida. Segundo o autor mencionado, desde o momento em que o estado despontou como centro próspero, estreitou ainda mais os seus laços com Portugal, uma vez que “as riquezas começaram a circular em quantidade apreciável, atraindo [...] os filhos do Reino, que aqui encontraram uma sociedade dócil e propícia mais que o suficiente para o sucesso de seus empreendimentos” (LEÃO, 2013, p. 285).

Assim, à medida que prosperavam a lavoura, o comércio e a navegação, mais portugueses procuravam o Estado Colonial do Maranhão como lugar que garantiria a certeza da riqueza. Em certa proporção, isso aconteceu, já que foram tomadas medidas que os asseguravam os principais cargos públicos, empregos e meios comerciais, concessões que minariam qualquer sentimento nativista que viessem a ter os “naturais da terra”. Nesse sentido, cabe ressaltar a divisão das *classes sociais* proposta por Gaioso (1970): “a mais poderosa, e a que merece a primeira contemplação he a dos filhos do reino”; os nacionais ou descendentes dos Europeós estabelecidos no Maranhão, formão a segunda classe dos cidadãos”; “a

terceira classe [...] huma gente misturada, proveniente de hum Européo e huma negra, ou de hum Européo e huma India”; “os negros occupão a quarta classe dos habitantes”; “os Indios formam a ultima”. Simbolicamente, embora sendo uma divisão obsoleta para o século XXI, para os tempos de Gaioso (século XIX), essa “pirâmide social” ilustra uma apregoada estratificação que, se não explica, sugere como se davam as relações sociais no Maranhão colonial. Diante disso,

[...] os segmentos mais proeminentes da sociedade maranhense colonial passaram, a partir de então, a aspirar a uma unidade política com a Metrópole, com o “ser lusitano”. Um fator que, com efeito, contribuiu para aumentar ainda mais esses vínculos reforçando o lusitanismo maranhense, é o critério do espaço de nascimento nas relações sociais e na divisão social do trabalho [...]. Ser filho do Reino ou ser filho da Colônia, ainda que português, criou uma estratificação ortodoxa – ser nascido na América ou na Europa –, em que os naturais da Colônia, inclusive os descendentes diretos de portugueses, estavam automaticamente excluídos dos empregos, encargos, prebendas e sinecuras mais destacados, mormente no que diz respeito à condução e organização da administração colonial. Portanto, os privilégios concedidos aos naturais da Metrópole criaram divisões profundas até nos círculos dominantes da sociedade maranhense, como reflexo da organização social brasileira, dando origem a tensões que, de um modo ou de outro, estavam implícita ou explicitamente patentes. (LEÃO, 2013, p. 289).

Outro fator importante quanto à divisão social apresentada concerne ao desenvolvimento de uma *cultura letrada* por parte das classes privilegiadas, possibilitado a partir da então ascendente economia. Nesse sentido, os “filhos do Reino”, que dominavam o comércio e os empregos públicos, e os “bem-nascidos da terra”, os quais se concentravam nas atividades da lavoura, tiveram como umas das marcas distintivas a possibilidade de investir na educação de seus filhos seguindo uma tendência da época: enviá-los para estudar na Metrópole, “sobretudo a fim de formar os primeiros em bacharéis na Universidade de Coimbra, especialmente em Ciências Jurídicas” (LEÃO, 2013, p. 287). Com essa formação ou de outras congêneres, esperavam as classes abastadas a manutenção da família no rol das melhores ocupações, “como a política, a magistratura, a administração provincial” (*Idem, Ibidem*, p. 288). A aquisição do saber por parte dos maranhenses que possuíam o grau de bacharel e de formação superior em Coimbra foi vista por Leão (2013, p. 288) como “um dos agentes sociais da transculturação e da importação cultural” do modo de *ser* dos lusos, uma vez que se difundiram “costumes, valores, modismos, atitudes e comportamentos europeus” deles.

Portanto, a assimilação da identidade europeia, amalgamando-a à mentalidade americana, foi uma realidade bastante específica dos séculos coloniais no Maranhão. A tentativa de incorporação, na íntegra, dos valores

e *habitus* do *ser lusitano* é reflexo de uma atitude de reação daqueles que, segregados pelo espaço de nascimento, não tinham acesso à condição plena de dominantes de uma sociedade onde desfrutavam apenas do “privilégio” de segunda categoria, embora fossem donos e usufrutuários da terra conquistada. (LEÃO, 2013, p. 292-293).

Dessa forma, o *período áureo do lusitanismo maranhense* – iniciado com a reforma econômica de Marquês de Pombal – foi vivido a partir da internalização da cultura e da identidade dos colonizadores, que passaram a ser aspectos distintivos em relação ao restante do Brasil, fato que, como afirma Leão (2003, p. 343) “mais tarde refletiu em separação política, uma vez que o domínio português na região [...] começou por ali fundar uma possessão diretamente ligada à Lisboa, o Estado autônomo do Maranhão”. Poderíamos, até este ponto, ter em vista que a tardia adesão do Maranhão à Independência do Brasil foi exclusivamente motivada pela falta de elo político entre os estados que marchavam efusivamente em busca de autonomia em relação à Metrópole, como Bahia e Pernambuco, e aqueles que obedeciam a Portugal, como por muito tempo foram o Maranhão e o Pará. Todavia, Lima (2008) apresenta uma coerente perspectiva sobre a relutância do Estado do Maranhão a aderir à Independência Nacional: o confronto político-ideológico entre a chamada *aristocracia do campo* e a *burguesia urbana*.

De acordo com Lima (2008, p. 60), a aristocracia do campo, cujas profundas bases estão no latifúndio predominante nas culturas “que requeriam muitos braços e extensos territórios”, era composta pela possessão de terras, pelo investimento na lavoura e pelo uso da mão de obra escrava, gozando de muito prestígio e poderes no âmbito maranhense, incluindo ampla participação no campo administrativo. Em seu bojo, cultivavam-se gêneros que demandavam muitos trabalhadores para a lida na terra, na natureza hostil, que permitiam a plantação, a colheita e o transporte dos elementos que alicerçavam sua relevância no campo econômico. Sua organização, na visão do autor, era semelhante à feudal, já que os *donos das terras* praticavam o arrendamento das extensões territoriais para os trabalhadores livres⁴⁵, que estavam sujeitos aos ditames dos arrendatários. Um dos momentos de maior efervescência desse grupo deu-se no período em que a indústria têxtil inglesa passou a exportar grandes volumes de algodão, que, como vimos, foi o gênero nº 1 em exportação à

⁴⁵ Lima (2008, p. 61-62) afirma que a junção do “elemento brasileiro” (oriundo dos latifúndios interioranos) – advindo, principalmente, das camadas mais baixas, numerosas e menos preconceituosas –, dos estabelecimentos citadinos – pertencentes, em grande parte, a estrangeiros –, e da exclusão dos empregos públicos aos nacionais foi propícia ao clima de lutas que se travariam pela Independência, entre a cidade e o campo, entre a nobreza rural, cheia de tradição e ociosidade, e a nova sociedade urbana.

época da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão. Por sua vez, a *burguesia urbana* desenvolveu-se nas cidades, formada “pelos comerciantes-intermediários, os funcionários públicos e os poucos profissionais liberais, a nascente classe dos *artífices*, como eram chamados e discriminados” (*Idem, ibidem*, p. 60), tendo destaque, ainda, o fato de que os cargos administrativos eram, em sua maioria, ocupados pelos portugueses. Dessa forma,

Entre as duas ordens, natural e insensivelmente foram-se aprofundando divergências e antagonismos, provocados desde o atávico preconceito de que o trabalho era atividade vil de classes inferiores, até a arraigada convicção de que o comerciante, intermediário entre o produtor e o mercado externo – o *comissário volante* ou o *atravessador* – era elemento desonesto, parasitário e desprezível, e malvisto o exercício da profissão liberal, processo natural, idêntico ao verificado na Idade Média, quando os núcleos urbanos nascentes, onde se concentravam os mercadores e pequenos industriais, tornaram-se concorrentes dos feudos, daí advindo essa ancestral antipatia entre os senhores rurais e as comunidades urbanas. [...]. Atente-se ainda para o fato de que os fazendeiros e industriais mantiveram por muito tempo prepostos, empregados seus, pagos por eles, para tratarem nos portos com os capitães de navio o despacho de suas mercadorias e gêneros. Ficou-lhes no subconsciente a impressão de subalternidade desses intermediários pelo que, quando surgiu a classe dos comerciantes-comissários, encontrou radicado nos espíritos a predisposição de considerá-los dependentes, subordinados. Além do mais, eram os senhores rurais membros de uma nobreza emergente à qual a corte oferecia privilégios, como incentivos à aplicação de capitais, coisa que só mais tarde favoreceria os comerciantes. (LIMA, 2008, p. 61).

A disputa entre os dois grupos, ocorrida, inicialmente, no campo ideológico e explicitada nas relações econômico-sociais toma contornos mais nítidos à época da Independência do Brasil, uma vez que os integrantes da aristocracia do campo – a *Colônia do interior* – objetivava ver-se liberta da *Metrópole* de São Luís, cuja imagem, para a população interiorana, “era a de governantes tiranos e seus prepostos, a dos comerciantes exportadores e seus apadrinhados [...] corrompida e corruptora, e seus habitantes, de maioria portuguesa” (LIMA, 2008, p. 65). Diante desse contexto, fica evidente que a demora do estado do Maranhão em reconhecer a Independência do Brasil como legítima é consequência de um *aportuguesamento* intensamente difundido na capital São Luís⁴⁶, reduto de pessoas “fiéis” à Coroa lusitana (que proporcionava aos seus maiores vantagens) em contraposição ao

⁴⁶ Após o Piauí aderir à Independência, a Junta de São Luís condenou seus entusiastas de traidores e demagogos. Entretanto, não podemos generalizar quanto ao fato de “toda São Luís” ser contra esse movimento, pois, segundo Lima (2008, p. 53), “entre o povo já havia quem se havia deixado entusiasmar pela causa brasileira”, indo de encontro às investidas da Junta.

interior⁴⁷ que, em busca de benefícios próprios, “juntou-se” à maioria do Brasil. Nessa conjuntura:

O movimento da Independência entre nós nasceu e cresceu no interior. O major João José da Cunha Fidié, quando comandante das forças portuguesas em Caxias, afirmava haver naquela localidade muitos negociantes ricos e grandes lavradores europeus *independentes*, o que reforça nossa opinião de que o movimento libertário do Maranhão, pelos muitos fatos ocorridos [...], não foi apenas uma guerra entre brasileiros e portugueses. Outros interesses de diversas naturezas pesaram decisivamente na questão. Caracterizou-se o dissídio, entre os *brasileiros*, na figura do senhor de engenho e sua gente do interior, e, do outro lado, os comerciantes de modo geral, os comissários incorporados pelas suas origens à legião de estrangeiros, dadas as suas implicações com a Metrópole. Ao contrário do verificado em muitas partes, essa nobreza agropastoril foi o elemento revolucionário, mudancista, libertário, o interior progressista, subversivo – enquanto o comércio, a população da capital compunha o grupo dos conservadores, a urbe comprometida e conformada. Na realidade, ambas defendendo sua posição econômica. (LIMA, 2008, p. 64).

Observando esse quadro de fatores, Meireles (1960, p. 226) discorre que a adesão do Maranhão foi uma “ação de fora para dentro, forçada, haja vista que [...] não se haviam ainda oferecido manifestações bastantes que nos permitam reconhecer [...] um clima para adesão espontânea imediata”. Esse movimento de ordem “contrária”, conforme visto, é fruto de uma esfacelada unidade no próprio estado e quanto ao plano nacional. Assim, por mais que a Junta Provisória e Administrativa⁴⁸ tentasse manter-se irreduzível ao que estava acontecendo no Brasil, as forças vindas de outros estados e das principais cidades do interior⁴⁹ conduziram ao inevitável: a integração de todo o Maranhão à independência quanto à Metrópole, embora saibamos que, na prática, até a chegada do período republicano, isso tenha acontecido convenientemente a Portugal, já que o Brasil seria regido por D. Pedro I, instalado no Rio de Janeiro e, portanto, longe do “periférico” estado do Maranhão.

⁴⁷ Lima (2008, p. 52) aponta que, apesar do empenho dos integrantes do Governo provisório maranhense, vilas e cidades – como Alcântara, Caxias e Itapecuru-Mirim –, aos poucos, foram aderindo à causa da Independência, e só a capital permaneceu contra essa tendência.

⁴⁸ De acordo com Leão (2013, p. 295), a fim de concitarem os maranhenses a se manterem leais a Portugal e não aderirem à causa do Império, os portugueses radicados no Maranhão lutaram, após o Sete de Setembro, pela constituição de uma Junta Governativa, a qual foi implementada e presidida pelo português Frei de Nossa Senhora de Nazaré.

⁴⁹ Na difusão da proposta de adesão à Independência no Maranhão, nomes como os dos bacharéis Joaquim Vieira da Silva e Sousa, José Mariano Ferreira, Francisco Corrêa Leal, Leocádio Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza e João Braulio Muniz “fizeram-se paladinos das novas ideias, procurando demonstrar a impossibilidade e insanidade de qualquer oposição e resistência a um fato do determinismo histórico, que, mais ou menos dias, seria fatal” (MEIRELES, 1960, p. 227-228). Sobre as efetivas disputas para adesão do Maranhão à Independência do Brasil, ver Godóis, 2008, Lima 2008 e Meireles, 1960.

Dessa forma, a adesão do Maranhão à Independência do Brasil, cuja data oficial é 28 de julho de 1823 – quase um ano após o 7 de setembro de 1822 –, foi um processo litigioso, por trás do qual se instalaram elementos essenciais da sociedade maranhense: a tradição de manter estreitas ligações político-culturais com Portugal, bem como as contendas entre “as duas classes mais privilegiadas do estado”, cada qual afiliada aos movimentos e aos traquejos que trouxessem a manutenção do poder econômico e, sobretudo, cultural, já que o *modo de ser* – substancial para formação da identidade e do reconhecimento – , muitas vezes, é mais arraigado no imaginário social do que simplesmente a posse do capital. De toda forma, com a controversa chegada do *Lord Thomas Cochrane*, o “Marquês do Maranhão”, os que ainda relutavam contra a Independência foram vencidos, submetendo-se à ordem imperial.

Com efeito, somente em 28 de julho de 1823 se deu a adesão do Maranhão ao Brasil independente, ante a forte resistência da população portuguesa em São Luís. Uma razão, entre várias outras, para a sociedade maranhense não se incorporar no primeiro momento à emancipação política do Brasil é o fato de que o Maranhão passou a maior parte de sua existência histórica, entre 1621 e 1808, desligado administrativamente do Brasil, sendo integrado somente após a chegada da Família Real no Rio de Janeiro e, portanto, perdendo os privilégios com o contato direto que manteve com a corte portuguesa em Lisboa. Com o fim do Estado Colonial do Grão-Pará e Maranhão, os maranhenses e sua sociedade saem da condição de centro colonial para a de periferia da Colônia, o que decerto trouxe ressentimentos, com a queda do *habitus* local. Ligado ao Brasil somente durante quatorze anos após 1808, com a proclamação da Independência brasileira não houve, com este quadro histórico, nenhuma comoção nos segmentos sociais dominantes do Maranhão. Não interessava aos maranhenses a condição de periferia da periferia. (LEÃO, 2013, p. 294).

O período monárquico no Maranhão – o qual se encerraria com a adesão do estado à República em 1889 – pode ser descrito como curto e conturbado, pois, ao longo de menos de um século de duração, foi palco da vivência de homens ostentando títulos nobiliárquicos – como os *viscondes*, os *barões*; de muitas desavenças políticas, cujas origens estiveram incrustadas no antagonismo entre *conservadores e liberais*⁵⁰; dos resquícios da política pombalina, cuja Companhia de Comércio da época colonial deixara plantada “a ordem econômica”; de diversos movimentos contra os excessos de poder em busca do acesso a ele; da Balaiada;

⁵⁰ O Maranhão pós-adesão à Independência do Brasil, no panorama político, ficou marcado pelo dualismo partidário entre Conservadores e Liberais. Estes, chamados de *Bem-te-vis*, possuíam ideias republicanas e faziam frente àqueles, os monarquistas, remanescentes do legitismo português, os chamados de *Cabanos*. Sobre os dois, Serra (*apud* LIMA, 2008, p. 172) afirma que foram “duas elites que se digladiavam na arena rasa das competições do poder, uma, brilhante vanguardeira do espírito liberal, [...], outra, reacionária e conservadora dos princípios ferrenhos do reinol colonizador, [...], mandando e desmandando, como nos tempos de El-Rei de Portugal, o Maranhão”.

da plena decadência econômica e; ainda, da abolição da escravatura. Associados, cada um desses fatores e acontecimentos legaram ao império, no Maranhão, uma simbologia de época de intranquilidades, passando-se diante de uma população que, às vésperas da adesão à Independência, em 1821, era de 152.893 – da qual, mais de 50% era de origem africana –, saltando para 430.864, em 1890, quando já era findo o período imperial.

No plano social, sem nos determos às especificidades das épocas das duas juntas provisórias (1823/ 1823-1824) ou aos acontecimentos do primeiro e do segundo reinados (1824-1831/ 1840-1889), voltamo-nos ao quadro de tensões no Maranhão, cujas origens, muitas vezes, tiveram relação com o panorama político, que “havia se constituído o centro de todas as atividades humanas” (LIMA, 2008, p. 171), uma vez que, além das costumeiras disputas quanto a qual partido estaria no *centro* das decisões políticas, a Independência não adquiriu status de uma mudança histórica que modificou substancialmente a estrutura do estado, o qual, conforme mencionado, passou a ser *periferia* da *periferia*, com grande parte dos seus cidadãos estagnados na mesma situação em comparação à época colonial. Envolto nesse cenário, Meireles (1960) afirma que, revoluções como a Praieira (em Pernambuco), a Sabinada (na Bahia) e a Guerra dos Farrapos (no Rio Grande do Sul) tiveram suas raízes nos resquícios do sopro liberal que culminaram com a emancipação administrativa do país, acentuando-se contra a dominação portuguesa, nesse caso, “viva” na imagem de D. Pedro I, que abdicaria em abril de 1831, os desmandos e as injustiças do governo imperial vividas de norte a sul. Resguardadas as diferenças de fundo ideológico e a organização em relação aos citados movimentos, também fez parte da conjuntura do Brasil Monárquico a famigerada *Balaiada* (1838-1841) – a principal revolta do estado do Maranhão imperial. Compreendê-la é bastante complicado, pois os pontos de vista dos estudiosos que a ela se dedicaram são distintos e, em várias perspectivas, notamos uma carga de pessoalidade ao descrevê-la: Carlos de Lima chama-a de *movimento libertário*, Barbosa de Godóis de *insurreição*, Matthias Assunção de *movimento de inversão*, Mário Meireles de *movimento das massas rurais contra os potentados* e Ribeiro do Amaral diz “que seus componentes eram indivíduos tiranos da última ralé da sociedade [...] tendo por chefes homens embrutecidos e ignorantes” (AMARAL *apud* LIMA, 2008, p. 180).

A relevância da menção à Balaiada reside no fato dela ter sido uma revolta impulsionada pelos *excluídos*, pois, ainda que haja, por parte de Meireles (1960) e Lima (2008), uma referência ao fato de que ela possuiu uma insuflação dos líderes opositoristas (os Bem-te-vis)⁵¹, o que se sobressai é uma frente de revoltosos oriundos do interior maranhense e de estados vizinhos⁵², cada qual em busca de seus próprios objetivos, sejam eles pessoais ou voltados ao bem comum. Ressaltamos que os partícipes desse movimento vieram de distintas frentes: dos que, após lutar pela Independência no Maranhão, ficaram pelo sertão, “ociosos, desajustados, desambientados”, envolvendo-se nas constantes refregas vividas no estado (na Guerra dos Três Bês, na revolução de 1824 e na de 1831); além dos “sequazes do negro Cosme, chefe dos escravos fugidos e aquilombados; no meio deles, anônimos, os foragidos da fracassada Confederação do Equador” (LIMA, 2008, p. 173), acrescidos, ainda, a caboclos, vaqueiros, artesãos, camponeses, índios, mestiços, ou seja, toda sorte da arraia miúda maranhense que, sem uma unidade ou homogeneidade, realizaram um dos piores conflitos do Maranhão. Sobre quem esteve ao lado da Balaiada, é essencial saber que:

Havia no Maranhão, segundo cálculos da época, cerca de 20.000 índios, 2.000 escravos, e pelos sertões perambulavam os ex-combatentes da Independência, com o gosto da liberdade na alma, escravos que haviam sido *promovidos* a soldados, agora obrigados a regressar à posição inferior de peças do eito do engenho, agregados e/ou meeiros de poderosos senhores. Gente que, envolvida na luta, distanciara-se de suas terras e não queria, ou não podia voltar, fosse porque, depois de tantos acontecimentos, olhos de tantas vistas, braços de tantos feitos, pesava-lhe a ideia de retornar ao sofrimento cotidiano, à rotina diária se, horizontes, fosse pela decepção da prometida e frustrada “independência”. Afinal, o que mudara em suas vidas? Para que tanto sacrifício, se tudo continuava no mesmo, todos sujeitos à vontade sem limites dos poderosos? Que independência era essa, se continuavam presos à casa-grande, ou pela compra aos mercados negreiros, ou pela interdição do uso da terra, ou pela meação compulsória das colheitas, ou nas contas jamais saldadas nos barracões de aviamento? Ao primeiro sinal de inconformação, a qualquer queixa, o

⁵¹ Segundo Meireles (1960, p. 259), a política dos Bem-te-vis – através do verbo escrito de José Cândido, de João Lisboa e de Estevam Rafael de Carvalho – foi “um campo adubado para a fermentação” das ideias dos balaios, a exemplo de D. Cosme Bento das Chagas, o “Tutor e Imperador das Liberdades Bem-te-vi”. Além disso, a proposta liberal despertou nas massas rurais o desejo de libertação, dos grilhões com que sempre houvera sido espezinhadas. Por sua vez, Lima (2008, p. 186) afirma que “há o determinado objetivo de negar à Balaiada qualquer influência política, pela precípua razão de inocentar todos os que para ela concorreram, atirando a responsabilidade tão-somente aos ombros dos desprotegidos caboclos”.

⁵² Os principais chefes da Balaiada foram: Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o *Balaio*; Raimundo Gomes; Lívio Lopes Castelo Branco e Silva; e os conhecidos por apelidos – Relâmpago, Trovão, Corisco. Raio, Caninana. Sete-Estrelas, Tetéu, Cafuzo, Andorinha, Tigre, Jiritana, Ruivo, Coque, Mulungueta, Pio, Riachinho, Lamego, Violette, Macambira, Aroeira, Coco, Tempestade e Gavião, entre outros.

Sobre o envolvimento de cada um dos principais líderes da Balaiada ver Godóis (2008), Lima (2008), Meireles (1960).

tronco, a chibata, a cadeia, ou a expulsão, quando não – a morte? [...] Naquelas mentes rudes abrem-se nesgas de céu, perpassa no ar um odor de liberdade... Como resistir aos sonhados acenos de uma vida melhor? (LIMA, 2008, p. 176).

Portanto, uma das principais perspectivas abertas quanto à Balaiada foi que, sem uma figura maior que chefiasse os revoltosos e a falta de “membros de um patriciado, como a dos Farrapos, no Rio Grande do Sul dos Bentos Gonçalves e dos Canabarro” (SERRA *apud* LIMA, 2008, p. 185), houve (há) uma tendência em classificá-la como uma reunião de “massas indisciplinadas, apanhadas aqui e ali”, como “as classes inferiores desenfreadas na avidez da pilhagem” (*Idem, Ibidem*, p. 185). Inevitavelmente, o que se apresenta como questionamento *são quais causas impulsionaram “essa revolução que ainda não logrou conceituação”* (MEIRELES, 1960, p. 257) e *levantou mais de 10.000 homens?* A essa questão, a historiografia aponta uma série de fatores para sua explicação:

A contenda travada desde muitos anos entre Bem-te-vis e Cabanos passou ao terreno da luta armada [...]. Os habitantes de Caxias e do alto sertão, vendo-se sem garantias e conhecendo que a lei era ficção e que mais valia quem mais forte e poderoso era, tendo por certo a impunidade, começaram a desforçar-se por suas próprias mãos.

[...]

[...] o sentimento nativista, a atividade bélica suscitada pelos ideais de liberdade da massa combatente pela Independência e tornada ociosa de uma hora para outra; as inimizades das facções políticas; o recrutamento militar como instrumento de perseguição a adversários e vinganças particulares, e a famigerada Lei dos Prefeitos, além dos despotismos dos governos provincial e municipal. (LIMA, 2008, p. 183-185).

Depois de concentraram-se em várias cidades maranhenses – como Itapecuru, Tutóia, Miritiba, Brejo, Vargem Grande, Coroatá –, os “balaaios”, em um dos momentos de maior congruência no que tange a uma mínima organização dos objetivos da revolta, organizaram-se, instituindo uma Junta Provisória, “com elementos qualificados em Caxias” (MEIRELES, 1960, p. 263), que enviou ao governo da Província uma série de exigências para a deposição das armas:

- 1º) revogação da Lei dos Prefeitos⁵³ e da que organizara a Guarda Nacional;
- 2º) prévia anistia para todos os revoltosos, decretada pela Assembleia Provincial;
- 3º) Rs. 80:000\$000, para o pagamento do soldo de suas tropas;
- 4º) processo regular para os presos retidos nas cadeias públicas;
- 5º) expulsão dos portugueses natos e restrição dos direitos que houvessem se naturalizado;

⁵³ De acordo com Lima (2008, p. 97), a Lei dos Prefeitos, sancionada pelo presidente Vicente Pires Figueiredo Camargo e instituída em 26 de julho de 1838, dava a estes mandatários um poder tal que rivalizava com os juizes de paz, sendo apresentada pela oposição como um instrumento de perseguição política e arma de vinganças pessoais.

6º) confirmação dos oficiais revoltosos em seus postos, mediante apuração regular da idoneidade de cada um. (MEIRELES, 1960, p. 263).

Com o movimento chegando a esse nível, a imprensa em São Luís, cidade em que a revolta não aconteceu efetivamente, “abriu colunas contra o governo, contra o presidente e, principalmente, contra o comandante-das-armas” (MEIRELES, 1960, p. 264), acusando-os de incompetência para dissolver a frente dos insurretos. Diante disso, foram inevitáveis os ecos do “problema” na Corte, que, reconhecendo o agravamento da situação maranhense, nomeou em dezembro 1839 o “novo presidente da província e comandante-em-armas, o Coronel Luís Alves de Lima, o futuro Duque de Caxias” (*Idem, Ibidem*, p. 265), o qual, depois de inúmeras investidas e da distribuição de sua tropa em importantes eixos – entre Caxias e Pastos-Bons, Vargem-Grande e Brejo e Icatu e Miritiba –, seria cabal para pôr fim, em janeiro de 1841, à Balaiada.

Nesse sentido, o término do movimento, com a prisão e a morte de alguns de seus líderes, a exemplo do negro Cosme, que foi mandado à forca, deixou, assim como seu princípio, algumas lacunas quanto ao que almejavam os envolvidos nessa querela, pois, por um lado ela foi vista como uma horda banditista, cujos integrantes – desordenados, saqueadores, assassinos – estavam entregues aos sabores das circunstâncias, sem lutarem “por uma real causa”; e, em outra visão, esse grupo foi tomado como símbolo de resistência à opressão, “um movimento de inversão, onde o perseguido virou perseguidor” (ASSUNÇÃO *apud* LIMA, 2008, p. 180). Seja qual for a “bandeira” levantada, a Balaiada continua sendo uma página turva na história política-administrativa do Maranhão, sendo, inclusive, apontada como uma das causas para a derrocada da lavoura na época da já discutida decadência econômica do estado.

Do período monárquico, no Maranhão, são dignos de nota ainda, os ciclos do algodão e do açúcar, os quais, respectivamente, na primeira e na segunda metade do século XIX foram o esteio econômico do estado; a fundação de importantes órgãos, como a Comissão da Praça, na Praia-Grande, o Gabinete Português de Leitura, o Hospital Português, o primeiro Banco Comercial do Maranhão, entre outros bancos; a organização da Empresa de Navegação a Vapor dos Rios do Maranhão; e, no plano intelectual, a atuação do *Grupo Maranhense* e a formação da *Atenas Brasileira*. Todavia, mesmo que tenha havido esses e outros avanços, houve um grande destaque para a desestabilização do estado quanto à economia, conforme observado quando nos referimos à decadência em

contraposição à Idade de Ouro, bem como o choque da abolição da escravatura, em 1888, os quais – juntos ao desequilíbrio social – culminariam em uma difícil adesão à República.

3.6 O advento da República: a permanência do marasmo social

[...] o Maranhão quase que sem se aperceber, como coletividade política, do que fazia, fêz-se, em novembro de 1889, três dias após a Proclamação ocorrida no Rio de Janeiro, um dos vinte estados em que se repartiu [...] a federação da República do Brasil.

Mário M. Meireles

Ler e interpretar a história do Maranhão, durante a longa jornada apresentada, fez-nos pensar em um ponto importante: o que seria a transição de períodos históricos no escopo do estado: uma evolução progressiva da sociedade, em sua totalidade? A mudança da mentalidade social que se agrega e se desagrega conforme as distintas *ordens do dia* que foram surgindo? A imposição de fora (dada às conjunturas nacionais, internacionais) para dentro, já que o Maranhão *deveria acompanhar a marcha ascendente comum ao país*? Ou, ainda, seriam as várias metamorfoses do próprio poder local, que, constantemente, movimentou-se de acordo com seus interesses? Uma pergunta desdobrada em inúmeras, com certeza, povoam não só a nossa reflexão, mas também daqueles que se debruçam sobre a compreensão de um estado que, na Primeira República (e, em certa proporção, hoje), foi um dos mais carentes de desenvolvimento da federação, que, segundo Meireles (1960, p. 339) “ainda não conseguiu se soerguer, persistindo, sob o aspecto fiscal, como uma das menos rendosas [...] para os cofres do Tesouro Nacional”.

Período Colonial, Monárquico, Republicano – o Maranhão se fez presente no quadro nacional, mesmo quando indiretamente ligado a ele, desde o século XVII, momento em que houve a separação entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará em relação ao Estado do Brasil. Passando por muitas dificuldades, encontrou, na segunda metade do século XVIII, o início de seu esplendor e, na centúria seguinte, tornou-se decadente. Às portas da República, no campo político, permanecia com os mesmos antagonismos acirrados durante a Monarquia, com visível desprestígio em comparação ao panorama nacional. Da mesma forma, encontrava-se arrasado economicamente, pois a sólida economia agrária e escravocrata da província, com a Abolição, foi fortemente abalada em uma de suas mais profundas bases. Para termos noção desse abalo, não foram poucos os casos de engenhos e fazendas

abandonados, pois a nobreza rural e latifundiária, no prenúncio da falência total, emigrou para a capital São Luís a fim de investir seus escassos excedentes nos parques fabris. Nesse sentido, aponta Meireles (1960, p. 345):

Com a assinatura da Lei de Treze de Maio, a *desvalorização da fazenda agrícola maranhense atingiu 90%* (apud VIVEIROS, 1954). Foram-se por terra, praticamente, e de um golpe, todas as nossas lavouras de algodão, arroz e cana de açúcar, com elas nossas indústrias açucareira e nosso comércio exportador, tudo levado no arrastão do impacto da libertação em massa do trabalhador servil, agravado isso com o se não indenizarem os proprietários que, na aquisição do braço escravo, haviam investido grandes capitais.

A Associação Comercial do Maranhão conclamou seus sócios para o estudo do problema [...]. Então, o pouco que se pôde salvar do desastre, vendendo-se as propriedades agrícolas por 10% de seu valor, foi aplicado na loucura industrial que se apoderou de nossos homens de negócio, na ânsia de se agarrarem à primeira tábua de salvação que se lhes apresentou.

As fábricas proliferaram em São Luís para onde se mudaram os grandes senhores agrários.

Diante das tensões locais, o Maranhão – participando irrisoriamente do processo que culminaria na Proclamação da República – assistiu e também vivenciou a oposição ao Império quanto à abrangência do Poder Moderador e a figura do Monarca, que nomeava os governadores das províncias, limitando, em larga proporção, a atuação das famigeradas oligarquias que se viam impedidas de realizar as ações pretendidas. A princípio, portanto, Lima (2010) apresenta a conjuntura na qual se *idealizou* a República brasileira: mudar-se-iam os homens à frente do poder, mas não haveria substanciais mudanças quanto à concentração do mesmo:

O advento da República⁵⁴ foi, praticamente, decorrente de sucessivos descontentamentos do Partido Conservador, fundamente afetado pela libertação dos escravos... sem a pretendida indenização. Ambições contrariadas, pouco a pouco o Partido Liberal fazia exigências que vinham sendo, mesmo a contragosto, satisfeitas. Protestavam em vão os conservadores, reclamando uma decidida reação do Imperador. Inutilmente. A assinatura da Lei Áurea, que dava o golpe de morte na economia escravagista, decidiu o rompimento: os conservadores alhearam-se na crise, abandonando o trono à própria sorte, negando-lhes apoio contra os liberais. Muitos até, em represália, passaram para o recém-fundado Partido Republicano. (LIMA, 2010, p. 15).

Sem entrarmos em méritos mais profundos sobre os porquês da pressão para a Proclamação da República, é relevante sabermos que o Partido Liberal (federalista), à frente dos principais postos políticos no Brasil desde 1885, golpeava

⁵⁴ De acordo com Lima (2010, p. 15), a ideia de República não era estranha ao Brasil, pois se manifestara em várias ocorrências: em 1710, em Pernambuco, à época da Guerra dos Mascates; na Conjuração Mineira de 1789; na Revolução Pernambucana de 1817; na dos Farrapos, em 1835, entre outras. No Maranhão, o autor cita a caricata presença da “República de São Bento”.

o princípio centralizador da Monarquia e, por sua vez, o Partido Conservador aferrava-se à mesma por muitos de seus chefes terem perdido o poder, além do já mencionado descontentamento com o “desamparo” sofrido por eles depois de extinta a escravidão. Assim, a inconsistência organizacional da Monarquia – alvo de constantes ataques – mostrava-se refém da “política errônea e corruptora do Imperante, tendo feito dos partidos grupos que tudo sacrificavam pela posse do poder, tornou-os entidades mercenárias, movediças ao aceno do interesse”. (GODÓIS, 2008, p. 359).

A par disso, a fundação do Clube Republicano no Rio de Janeiro, após a Guerra do Paraguai, ratificava o protesto contra o centralismo administrativo da Monarquia e o desejo da implantação de uma República Federativa no Brasil, aos moldes do que acontecera nos Estados Unidos da América. Difusas essas ideias pelo país, nomes como Quintino Bocaiúva, Prudêncio de Moraes, entre muitos outros, fizeram espalhar e ampliar os pressupostos que resultariam no dia 15 de novembro de 1889 – a data da Proclamação da República entoada pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Lima (2010, p. 16-17) afirma que no Maranhão, aos poucos, foram surgindo os clubes republicanos, merecendo destaque o de Barra do Corda, fundado e chefiado pelo juiz municipal Dr. Isaac Martins dos Reis, o qual dividia os mesmos anseios que Dunshee de Abranches Moura, Frederico Figueira e Antônio Rocha Lima, “este que, no jornal *O Norte*, fundado em 12 de novembro de 1888, fazia propaganda das ideias democráticas”. Na capital, apresenta ainda o autor, um dos maiores partidários da República foi Paula Duarte, jornalista “aguerrido, tribuno popular festejado”. A par desses exemplos, José Ribamar Caldeira (*apud* LIMA 2010, p. 17) diz-nos que “até o momento da queda da Monarquia, o Maranhão se incluía entre as províncias nas quais os movimentos organizados para instaurar a República eram inexpressivos”.

Godóis (2008, p. 359) afirma que a notícia da revolução de 15 de novembro “sucedeu a adesão de ambas as parciais políticas” do estado e, nesse mesmo dia, o republicano Quintino Bocaiúva havia mandado proclamar ali a República. Não obstante, a costumeira morosidade local seria mais uma vez reafirmada: apenas no dia 18 de novembro de 1889, o Maranhão aderira à República⁵⁵, após a Câmara

⁵⁵ O Maranhão, ao transformar-se de província em estado, conforme dados apresentados por Meireles (1960, p. 309), era composto de 430.854 habitantes, dos quais 136.290 brancos, 229.252 pardos e 65.312 negros. São Luís, em 1900, possuía uma população de 29.745 pessoas. Por sua vez, as principais cidades do interior apresentavam a seguinte disposição populacional: Caxias

Municipal de São Luís, na figura de seu presidente, ter recebido um telegrama informando o ocorrido, mas esta aguardou as ordens do marechal Deodoro da Fonseca para se anunciar o estado como parte do país recém-federado. Dessa forma,

A notícia que corra, como boato, ao anoitecer de 15, só fora confirmada na noite de 17, como o telegrama ao comandante da Guarnição Federal, tenente-coronel João Luís Tavares, autorizando-o a organizar o Governo Provisório para a Província. Também do Rio, o Dr. Graco Sá Vale transmitia a novidade ao Dr. Francisco de Paula Belfort Duarte, chefe do Clube Republicano Maranhense, que a divulgou em boletim: “*República proclamada. Ministério preso. Grande entusiasmo. O exército e o povo confraternizados. Viva a República*”. (LIMA, 2010, p. 30).

Dada a importância desse acontecimento, dois fatos chamam atenção: a falta de participação popular para o *reconhecimento* da República e o Partido Conservador subir ao poder após a adesão. Quanto ao primeiro aspecto, Viveiros (*apud* LIMA 2010, p. 30-31) afirma que as pessoas *comuns* da capital não tomaram parte no grande ato da queda da Monarquia; à semelhança, o povo do interior, mesmo das “classes altas”, não se entusiasmou pelo ocorrido, pois, sendo *inexpressivo* o telegrama, apenas o “Dr. Oscar Galvão, do Engenho Central, dizia ao tenente-coronel Tavares: Salve! Ave, *Libertas*”. Por outro lado, a ascensão do Partido Conservador deu à adesão a feição de uma mera “formalidade burocrática” (LIMA, 2010, p. 29), pois mais uma vez ficou nítido que as modificações encetadas giravam em torno dos mesmos nomes e interesses. Assim, “A República chegou com os mesmos vícios, os mesmos homens, as perseguições e a farta distribuição de pingues empregos a parentes, amigos e correligionários” (*Idem, Ibidem*, p. 23).

Para os “cabanos”, a República foi uma solução, pois lhes proporcionou ocasião de reunir, sob a nova denominação de Partido Federalista, as duas alas dissidentes do Partido Conservador. O Partido Liberal ficou à margem, e o Republicano, apesar de figurar na Junta, na pessoa de Paula Duarte, pouco representou, mesmo porque reunia meia dúzia de sonhadores, como o poeta e filósofo Sousândrade. (LIMA, 2010, p. 29).

O Maranhão, além do fato do Partido Conservador ter ditado, inicialmente, os rumos da política republicana, sobressaiu-se pela emergência de uma ressignificada conjuntura social: já não havia mais o *escravo* e seu *senhor*; destacavam-se os livres pobres, que executando outras formas para aquisição de renda, compunham remodeladas relações de produção. Em São Luís, uma massa de trabalhadores – ocupando subempregos – aglomerou-se no espaço urbano,

(14.445), Pedreiras (7.185), Codó (6.027), Ribamar (5.339), Rosário (5.316), São Bento (5.191), Viana (4.995), Coroatá (4.970), Bacabal (4.857), Carolina (4.659) e Pinheiro (4.477).

vendendo sua força de trabalho a preços módicos ou dedicando-se aos trabalhos informais, como vendedores ambulantes, feirantes, domésticos, pedreiros e uma vasta gama de funções desassistidas oficialmente pelo governo. Dentro desse conjunto, os ex-escravos e seus descendentes viveram uma situação de desemprego crônico e, da mesma forma, foram pondo-se nas esquinas da cidade para realizar trabalhos que lhes garantissem a sobrevivência, quando não, agregavam-se a famílias mais abastadas, as quais, em troca do teto “oferecido”, tinham quem trabalhasse por extensas jornadas de trabalho doméstico, muitas vezes não remunerado. Gomes (2015, p. 234) afirma que o modelo de colonização tido no Maranhão, excludente e mantenedor de privilégios, refletiu-se na lógica de divisão social do trabalho adotado à época das primeiras décadas da República:

Os trabalhadores sob regime forçado eram confinados aos trabalhos da grande lavoura e às atividades domésticas. Uma parcela da população, os livres pobres, dedicava-se às atividades de subsistência nas pequenas lavouras e nas cidades, com destaque para a pecuária, da função de vaqueiros. À elite econômica eram reservadas as atividades comerciais, burocráticas [...]. Era usual o envio dos filhos da aristocracia e dos comerciantes ricos para estudarem na Europa, retornando ao Maranhão, iam atuar como profissionais liberais, funcionários públicos, administradores das fazendas familiares. Assim, percebemos que a desigualdade na divisão social do trabalho foi um legado significativo deixado pelo modelo de colonização implantado no Maranhão.

Apresentando a mesma tensão estavam as cidades de Caxias – “o grande empório do sertão, enquistado em seu progresso” (MEIRELES, 1960, p. 338) – e Alcântara, a antiga *Tapuitapera* que, um pouco antes do alvorecer do século XX, transformou-se em *cidade fantasma, monumento, recordação* que reúne em seus casarões, cobertos de histórias e de limo, o passado de uma nobreza agrária afugentada da miséria que se impusera como absoluta. Para garantir a sobrevivência, não só nessas duas cidades, a grande lavoura do passado deu lugar às diminutas produções de agricultores familiares, as quais, segundo GOMES (2015, p. 235), ocorriam a partir “das amarras das relações clientelísticas que mantinham os pequenos agricultores dependentes economicamente dos latifundiários, que os obrigava a vender-lhes o produto do seu trabalho como pagamento de uma renda pela exploração da terra”. A esse clima de mal-estar acrescenta-se:

A estabilização da monocultura cafeeira no sul e o fantasmagórico surto de enriquecimento produzido pela borracha amazônica no decênio 1901/1910, completaram, concorrendo no tempo com nossa maior crise, a obra de aniquilamento de nossa economia regional que, já esgotada em seus diminuídos capitais para se restabelecer ou insistir na pretendida industrialização, com suas próprias forças, não recebeu ajuda de qualquer parte, antes deixando-se dessangrar pela imigração em massa dos que

fugiam à angustiosa situação, atraídos pelo fascínio do El-Dorado que se reerguera de entre as selvas seculares que marginam o Solimões. Milhares e milhares de homens trocaram os campos de nossa Baixada e de nosso Sertão, e também nossas cidades, pela esperança de um enriquecimento rápido e fácil que iam procurar até nos confins acreanos, e de onde a maior parte não voltou mais.

A evidência dessa emigração está nas estatísticas. O Maranhão, em 1872, tinha 3,57% da população do país; em 1900 e em 1920 não teria mais de 2,88% e 2,85%, respectivamente. (MEIRELES, 1960, p. 342-343).

Por sua vez, a capital do estado, que no advento da Independência foi alçada ao posto de quarta cidade do Império em importância, acabaria por “ser excluída, nos compêndios de Geografia do Brasil, do número de suas cidades principais” (MEIRELES, 1960, p. 339). Apesar da manutenção de uma classe média urbana e das oligarquias que compunham a elite local, a prevalência observada era não só a instabilidade financeira destes grupos ou a dificuldade econômica dos livres pobres, mas também o atraso quanto a fatores essenciais ao convívio público – a urbanização e a higienização precárias, bem como a escassez de serviços básicos como o transporte público. Nesse sentido, lembra Meireles (1960, p. 338) que São Luís, em comparação ao restante do país, foi uma das primeiras cidades a servir-se de iluminação pública a gás e a usar o transporte urbano por meio da tração animal, mas seria uma das últimas capitais a substituir esses serviços de utilidade pública pela iluminação e tração elétricas.

Araújo (2011) destaca que, dentro do arcabouço governamental da República, muitos fatores foram relacionados às questões de salubridade, higiene e melhoria da paisagem urbana. Como exemplos dessas resoluções, na capital maranhense, o desleixo do comércio com a manipulação de alimentos – sobretudo a carne –, a falta de limpeza dos rios, cujas águas serviam para o abastecimento das residências, o acúmulo de lixo nas ruas e tudo que atentasse contra a saúde eram sujeitos a multas. A autora aponta ainda que os serviços públicos de São Luís, antes do advento da República, além de precários, eram limitados à área que hoje compreende o Centro Histórico, ocupado, em sua maioria, pelas elites. O restante da população convivia com a “quase inexistência de serviços sanitários essenciais, como abastecimento de água, sistema de captação de esgotos e remoção de lixos” (ARAÚJO, 2011, p. 73). Além disso, Cantanhede (*apud* Araújo, 2011, p. 75) tenta orientar a população acerca da higiene pública e privada:

É preciso imprimir na massa popular a necessidade inadiável de se conformar às exigências da hygiene e mostrar que a insubordinação a esses reclamos se converte em moléstias que definham, quando não victimam. Devido sobretudo à apathia e à indolência, uma parte

considerável da população infringe impunemente as mais elementares de hygiene. Se alguém faz uma observação sobre a sordidez da casa em que está se alastrando, não é mais do que a consequência do desleixo, que encontra, nesse modo de exprimir, uma resposta fácil, atrás da qual se acastelam aos poucos asseitados.

Diante desse cabedal, o marasmo social – plasmado através do atraso, da negligência, da crise econômica e da desigualdade na divisão do trabalho – seria maciçamente revertido no governo de Godofredo Viana, a partir de 1924, quando houve, na capital, uma modernização em sua infraestrutura urbana e sanitária. Porém, antes disso, as décadas que iniciam o período republicano no estado reafirmam suas *bases de barro*, uma vez que a noção de cidadania era subsumida à ideologia de classe, sobre a qual repousavam os estigmas ancorados na longa formação do Maranhão.

Aproximando-nos do encerramento da apresentação dos principais aspectos do Maranhão durante a Primeira República, não poderíamos deixar transparecer que apenas fatos inglórios aconteceram no estado, pois, embora a feição percorrida seja a predominante, o plano intelecto-cultural foi muito florescente. Lembremo-nos de que a essa época houve a formação do grupo dos *Novos Atenienses*, os quais encetaram uma “fase franca de revivência intelectual” (LOBO, 2008, p.23), na qual uma produção intelectual considerável foi dedicada, entre outros fatores, para discussão de amplas ideias sobre a realidade local e suas rachaduras, as quais foram evidenciadas em folhetins, romances, crônicas, nos jornais, entre outros meios de difusão, ao mesmo tempo em que se tentava manter o Maranhão como símbolo de uma *cultura letrada* diferenciada, o berço da eterna *Atenas Brasileira*. Em suma, a decantada decadência firmou-se na historiografia maranhense como um conjunto de páginas negras, mas estas ainda deixaram cintilar o brilho dos que não se conformaram em ver seu estado definhar e, cada qual à sua forma, tentaram soerguê-la.

4 O BOJO CULTURAL E LITERÁRIO DO MARANHÃO NOS SÉCULOS XIX E XX

4.1 A *Atenas Brasileira*: a constituição da singularidade das letras maranhenses

Perante o teu martyrio
Tão grandes, fundos penas,
Como enxugar-te as lágrimas,
Oh, brasileira Athenas?
Outr'ora tantos cânticos,
E hymnos festivaes!
Fundou o coro harmônico,
Elle mudou-se em ais!

Perante a dor tão vivida
Que agora te atribula,
Todo consolo é ephemero,
Toda esperança é nulla!
Carpe convulsa e tremula
A tua viuvez,
Pois hoje está paupérrima
Quem Deus tão grande fez!

Joaquim Serra

O poema ora apresentado – de tom lastimoso e nostálgico – resgata, como figura central, a *Atenas Brasileira* já em vias de ruir, depois de trazer às terras maranhenses – o berço da Atenas nacional – um período de galardão e honrarias que fez parte da constituição do *ser maranhense* no século XIX, diante de um contexto de formação da identidade *autenticamente* brasileira após séculos de dominação colonial portuguesa. O autor da poesia que encima nossa discussão – Joaquim Serra – escreveu essa produção literária em 1872, quando os grandes da Atenas – Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Sotero dos Reis, João Lisboa e Gomes de Sousa – jaziam mortos e eram, naquele momento, os símbolos de uma cultura elevada e de um arcabouço intelectual incomensurável para a sociedade.

Ao partirmos do plano cultural e literário sobre a Atenas no século XIX, – posteriormente, também, das retomadas sobre seu ideário nos séculos XX e, atualmente, XXI – encontramos diversos marcos materiais que resguardam a presença da *Atenas Brasileira*: além das praças, dos monumentos, das bibliotecas, chamou-nos atenção uma placa de trânsito – posta na Avenida Colares Moreira, na capital maranhense – onde há escrito: *Bem-vindos a São Luís – Atenas Brasileira*. Essa mensagem – com teor marcadamente distintivo, de identificação e direcionada a todos que por ali passam – traz uma intensa simbologia para quem conhece o mínimo do passado histórico do Maranhão e seus desdobramentos. Borralho (2011, p. 57) afirma que “A presença mítica da Atenas cristalizou um ideário de significações das mais variadas possíveis que serviu para os mais diferentes

propósitos”. Então, qual seria o propósito de, no ano de 2018, haver locais que fazem referência a uma criação do século XIX? Na perspectiva de Borralho (2011, p. 57), coerente a nosso ver, isso se justifica pelo fato da “Atenas” ser usada para “configurar espaço de legitimidade e legibilidade urbana, tanto por parte da elite política quanto intelectual”, ou seja, referir-se a esse epíteto é uma estratégia do poder local, baseada em um emblema que se eternizou como uma característica laudatória do Maranhão, sobretudo São Luís – a *real Atenas*.

Indubitavelmente, somos levados a pensar como ocorreu a tessitura e o enraizamento da *Atenas Brasileira*, enquanto marco de diferenciação da cultura maranhense e quais dispositivos sociais foram mobilizados para que seu emblema se perpetuasse no tempo. Em uma perspectiva que toma os aspectos históricos como parâmetros essenciais à análise, um fator crucial para compreender as bases dessa *singularização* diz respeito a uma comparação do quadro da sociedade do Período Colonial em relação ao Imperial.

No que tange àquele, vimos que o Maranhão, desde sua criação oficial em 1621, até a primeira metade do século XVIII, caracterizou-se, economicamente, pela escassez de meios e de recursos para que se organizassem polos de obtenção de renda, pelo monopólio (e disputas) dos colonos e dos jesuítas no que concerne ao domínio agrícola e, dentre outros aspectos, pela insatisfação popular, a exemplo do ocorrido na *Revolta de Beckman*, gerada devido à falta de inclusão do povo nas decisões político-econômicas. Atrelado a essa conjuntura, o cenário educacional no Estado apresentava-se atravancado, uma vez que a política lusitana era “refratária à fundação de universidades coloniais” (CORRÊA, 2001, p. 27), fato que significou um óbice ao desenvolvimento intelectual em terras maranhenses. Do mesmo modo, desde a mais tenra idade, a população vivia em meio a uma educação formal e a uma instrução civil praticamente nulas. Segundo Corrêa, (2001, p. 65) a ideia e a prática de educação perpassavam as “poucas escolas elementares regidas pelos jesuítas”, pautadas em seus dogmas religiosos. Sendo assim:

Durante a maior parte do Período Colonial, a instrução pública permaneceu nas mãos dos jesuítas, conforme acontecia no resto da América portuguesa. No Maranhão, assim como em outras regiões da Colônia lusitana, a situação do ensino foi muito precária, devido à enorme desatenção e proposital negligência da administração metropolitana com a educação básica dos colonos americanos. Ao longo desse período, a educação e a instrução civil, assim como a formação moral e até mesmo religiosa, eram quase inexistentes, mesmo entre as classes dos cidadãos considerados nobres ou mais abastados. (LEÃO, 2013, p. 525).

Conseguimos vislumbrar, então, os fatores que figuraram como essenciais para que, durante o Período Colonial no Maranhão, os *genuinamente maranhenses* não pudessem engajar-se em atividades no âmbito cultural e literário. Aquilo que apontam os estudiosos, a exemplo de Corrêa (2001) e Leão (2013), baseados nos apontamentos de João Lisboa, é que os poucos que se propunham a fomentar o desenvolvimento intelectual, como os *homens versitas* – produtores de sátiras e pasquins –, eram constantemente rechaçados e perseguidos pela administração portuguesa. Nesse sentido, não é difícil compreender por que os próprios portugueses são citados quando se fala em produção intelectual no Maranhão Colônia. Da mesma forma, compreendemos por que demorou tanto para eclodir a autenticidade maranhense na atmosfera das letras: não havia interesse e não era interessante à Metrópole dar subsídios à população para que esta “pensasse”, pois a preocupação maior concernia à exploração de elementos rentáveis economicamente, e não à instauração de meios que a elevasse mentalmente. A partir dessa perspectiva e de outras endossadas por Veríssimo (1963, p. 187), pontuamos que:

O Maranhão foi no Brasil um dos bons centros da cultura jesuítica, tãda ela particularmente literária. Ali viveu alguns anos de sua vida, pregou vários dos seus sermões, escreveu muitas de suas cartas, participou das suas lutas e contendas o padre Antônio Vieira. Que desde o século XVII havia em S. Luís poetas, embora nenhum nome tenha chegado até nós, mostra-o o fato de existência de devassas contra os *homens versistas*, autores de sátiras contra os governantes. Bequimão, o cabeça dos motins de 1684, possuía e lia livros de história de revoluções. Mais de um dos fidalgos portuguêses que governaram o Maranhão, além de Berredo, o autor dos seus *Anais*, era homem culto e ainda de letras; [...]. Fôsse qual fôsse a constituição da sociedade maranhense nos tempos coloniais, tivesse ela no extremo norte e a primazia da prosápia, da riqueza ou da cultura, e demais um sentimento cívico mais apurado pelas suas lutas com o estrangeiro invasor, ou brigas intestinas que muitas foram e que, bem como aquelas, poderiam concorrer para lhes aguçar o entendimento, o certo é que nesse período não concorreu o Maranhão sequer com um nome para engrossar o nosso cabedal literário. Não há com efeito um só maranhense entre os escritores brasileiros do período colonial.

O panorama ora descrito – que aponta a falta de nomes maranhenses na vida intelectual brasileira à época colonial – transformou-se, à medida que o progresso econômico maciçamente adentrou o Estado. Sabemos que, apesar de não ser determinante, o poderio financeiro é um dos fatores basilares quando se pensa nas reais possibilidades para que um local se desenvolva em distintos aspectos, dentre os quais, o cultural. A partir disso, de acordo com o que discutiremos em tópicos anteriores, a *urbe* ludovicense e uma parte significativa do

Maranhão vivenciaram, na segunda metade do século XVIII, uma importante fase de avanço com a implantação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, a qual, inspirada pelos preceitos da política pombalina e baseada, sobretudo, na cotonicultura e na rizicultura, ajudou a superar o quadro de acentuada pobreza e alçar o Estado ao patamar de “quarta em importância econômica; e a capital, a quarta em população” (BORRALHO, 2011, p. 28).

[...] a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, instituída pelo Marquês de Pombal [...] alterou profundamente a vida do estado, abrindo a lavoura e seu comércio a um período de franco progresso que se traduziu no enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade, e culminaria, já no Império, no surgimento de uma elite fundiária e de uma nobreza rural que concederiam à então província uma posição de primeiro plano no cenário nacional, não só no campo econômico, como no político e no cultural. (MEIRELES, 1960, p. 283).

Extinta ainda no Período Colonial, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, segundo Meireles (1960, p. 283-284), após “quatro lustros de efetivo e eficiente funcionamento, dera à economia do estado uma estabilidade que, embora se ressentisse, não se deixaria afetar profundamente”. Diante disso, às portas do Período Imperial e em seus primeiros anos, as bases da prosperidade material estavam fincadas, e o Estado, daí em diante, teria o papel de continuar administrando e mantendo a primazia conquistada. Nesse transcurso histórico, São Luís, marcadamente exportadora, destacou-se pela consolidação do comércio, e Alcântara, com sua nobreza rural, singularizou-se pelo domínio político que exercia⁵⁶. Diante desse cenário, observados os aspectos de crescimento na infraestrutura e na criação de centros governamentais, Meireles (*Idem, Ibidem*, p. 280) afirma que “o período do Império foi a fase áurea do Maranhão”.

A “fase áurea”, a que se refere Meireles (1960), apresenta um ponto de convergência no rol de apontamentos e pesquisas feitas sobre a história maranhense, quanto às bases para o nascimento de uma cultura letrada no Maranhão, pois, para termos noção, historiadores, críticos literários, jornalistas, estudiosos da cultura, dentre outros, apontam o crescimento econômico e a projeção das maiores cidades maranhenses no final do século XVIII e início do XIX como uns dos fatores essenciais para que surgisse não só a já citada *Idade de Ouro*, mas

⁵⁶ Meireles (1960, p. 286) afirma que São Luís e Alcântara, pelas boas maneiras de seus habitantes, impressionaram a dois naturalistas conhecidos como Spix e Martius. As duas cidades destacavam-se pela “excelência dos sobradões solarengos de fachadas de azulejos” e, na capital, já se havia construído um “um Teatro em cujo palco muito cedo viriam exhibir-se companhias líricas que o bom gosto de nossos lavradores e comerciantes enriquecidos e afidalgados sabia e podia custear.”

também a construção da *Atenas Brasileira*⁵⁷. Efetivamente, conforme Corrêa (2001), “a ascensão econômica resultante da presença da companhia mercantil [...] articulou uma espécie de prosperidade suficiente para o Maranhão disputar, com a Bahia e com Minas Gerais, a primazia de ter seus filhos estudando em universidades”. Ou seja, o florescimento dos bacharéis – formados, por exemplo, em Coimbra, em Olinda ou em Recife – era um reflexo (ou consequência) de um momento social cujas relações, para o potentado, baseavam-se na expansão agrícola e comercial aliada às projeções que o capital poderia financiar. Esse estreitamento é evidenciado a partir da constatação de que:

O desafôgo econômico, enriquecimento particular, permitiram aos grandes senhores do Maranhão, desde o último quartel do século XVIII, o luxo de mandar seus filhos, os futuros condes, viscondes, barões, moços fidalgos e comendadores, a estudar na Europa principalmente em Coimbra, mas não raro na França e na Alemanha, de onde voltariam bacharéis e doutôres em leis, filosofia, medicina, matemática; também, como judiciosamente observaram Spix e Martius [...] costumavam enviar suas filhas-família a se educarem no Velho-Mundo, na antiga metrópole. E, uns e outros, com o exemplo local da aristocratizada colônia inglesa e o incitamento do comércio francês de artigos de luxo, deram a nossa sociedade, no Império, um toque de refinamento que criou campo propício ao surgimento de um núcleo intelectual bem a gosto e feitio do romantismo literário que, justamente a essa época, atravessava o Atlântico e entrava a fazer prosélitos nas literaturas incipientes no Novo-Mundo. (MEIRELES, 1960, p. 289).

O “surgimento de um núcleo intelectual”, a tendência em copiar os hábitos europeus, o financiamento dos estudos dos filhos da elite agrícola do Maranhão, ou seja, a reconfiguração social e da sociabilidade, estavam diretamente associados – e em relação de paradoxo – à cultura escravocrata vigente à época, pois a mão de obra que oportunizava o acúmulo de riqueza era a mesma que não recebia nenhuma contrapartida quanto a mudanças passíveis de ocorrer. Nesse sentido, com acentuada criticidade, Martins (2006, p. 89) afirma que “essa elite [de intelectuais] maranhense foi cultivada na estufa da escravidão”. Da mesma forma, Veríssimo (1963, p. 186) pontua que, desde o começo, foi o Maranhão um estado agrícola e onde, também, desde os seus princípios, empregou-se numerosa escravaria negra e indígena. Foi, ainda, uma “grande propriedade agrícola, mormente quando baseada no trabalho escravo, sempre e por tôda a parte criou presunções ou fumos de fidalguia, vida ou aparências de grandeza” (VERÍSSIMO, 1963, p. 186) e, além disso, “Excetuado talvez Pernambuco, foi o Maranhão, em

⁵⁷ Das fontes consultadas – Meireles (1960), Veríssimo (1963), Corrêa (2001, 2017), Martins (2006), Borralho (2010, 2011), Leão (2013) –, é uma unanimidade estabelecer um elo entre a *estabilidade financeira* e o *crescimento intelectual* dos maranhenses, notadamente “os filhos do Reino” e “os bens nascidos da terra”, na acepção de Leão (2013).

todo Norte do Brasil, o lugar de mais numerosa escravatura negra [...] onde esta mais maltratada e desprezível se achou”. (*Idem, Ibidem*, p. 186).

Apesar dessa discrepância entre o *modus vivendi* de senhores e escravos e destes serem subjugados àqueles, é inegável como o quadro da sociedade imperial compôs-se não só pela *formação de uma elite intelectual*, como também por mudanças quanto aos costumes em São Luís:

A classe social abastada não utilizava seu dinheiro apenas para adquirir bens materiais que lhes garantissem o conforto e indicassem o seu status social. Enquanto sobrados e casarões se erguiam, processava-se um refinamento dos costumes, buscando reproduzir nos trópicos o modo de vida europeu, especificamente o francês. Assim, em 1816, começava a funcionar o Teatro União, que passou a se chamar São Luís, em 1852, e hoje, teatro Artur Azevedo, onde se apresentavam as mais variadas companhias teatrais européias.

[...]

Nos saraus realizados nas salas dos sobrados e casarões, para alegrar as mornas noites ludovicenses, ouviam-se músicas dedilhadas ao piano por jovens e senhoras educadas com esmero nos padrões europeus. Poesias eram recitadas, mostrando erudição e embalando os namoros [...]. (BORRALHO, 2011, p. 51).

Esses ares de refinamento – vivenciados pelo “segmento social que visivelmente prosperava” (LEÃO, 2013, p. 286) – eram alicerçados pela chamada *transculturação*, isto é, a “adoção” de valores culturais marcadamente europeus, sobretudo, conforme Leão (2013), o acentuado lusitanismo oriundo da educação dos filhos da elite maranhense que, ao voltar da Metrópole, traziam consigo os paradigmas da organização social portuguesa e os reproduziam em sua terra natal⁵⁸. Tão importante quanto esse “espelhar-se” eram as perspectivas que se abriam aos jovens bacharéis: seriam eles os continuadores do controle do Estado, ocupando a chefia dos negócios herdados e/ou à frente dos cargos públicos que, muitas vezes, possuíam o poder de decisão sobre os fatores organizacionais e estruturais da sociedade. Desse modo,

A esperança dos abastados segmentos sociais da Colônia era, como sempre, a possibilidade de continuarem, como membros da família, à frente dos negócios do comércio e da lavoura, embora alguns retornassem com diplomas que não encontravam boa adequação em meio às ocupações usuais da região. Com o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas, no entanto, era possível aos formandos integrarem-se na ordem constituída, com grande funcionalidade, preenchendo as vagas ociosas dos cargos melhor remunerados da burocracia estatal superior, garantindo assim a

⁵⁸ Leão (2013, p. 288-289) afirma que, com o tempo, a “importação cultural” é disseminada a tal ponto que “as cidades e vilas maranhenses contraíram os hábitos de seus bacharéis, passando a imitá-los, absorvendo então o sotaque português, um maior alinhamento no convívio social e no vestuário, bom gosto nos hábitos de consumo [...]”, transformando a paisagem, dessa forma, de cidades como São Luís, Alcântara e Caxias em tipicamente portuguesas quanto aos conjuntos arquitetônicos.

possibilidade de concentrar nas mãos dos mais ricos os mecanismos da organização oficial e uma carreira aberta às diversas possibilidades, como política, a magistratura, a administração provincial. Caso chegasse a alcançar grande proeminência, esta carreira tinha a possibilidade de terminar com um título de nobreza ou distinções honoríficas. (LEÃO, 2013, p. 287-288).

José Veríssimo em sua *História da Literatura Brasileira* (1963) – ao citar os pontos para a emergência do Grupo Maranhense, ou seja, os patronos da Atenas Brasileira – afirma que, no Maranhão, já na época da Independência, existia o gosto pela literatura, enfatizando que “Prova-o o apuro com que ali se estudava e escrevia a língua nacional em contraste com o desleixo com que era tratada no resto do Brasil e a parte que ali se dava no mesmo jornalismo político à literatura”. (VERÍSSIMO, 1963, p. 188). O crítico literário, ao referir-se sobre o culto às letras no Maranhão, encaminha nosso olhar analítico a uma questão muito cara à transformação do status de São Luís, partindo de sua fundação até a *Idade de Ouro*: a capital maranhense foi *uma cidade de conquista*⁵⁹, *uma cidade portuária*⁶⁰ e alcançou seu cume quando alçada à *cidade letrada*, sendo as metamorfoses ocorridas no plano econômico, as projeções no campo intelectual e os reflexos da imitação do *habitus europeu* cruciais para que isso acontecesse. Leão (2013, p. 288) considera que:

Com este passo, a cidade comercial aos poucos vai se transformando em *cidade letrada*, à medida que este *grupo social especializado*, composto pelos bacharéis formados na Metrópole, começa a ocupar encargos, empregos, prebendas, sinecuras e postos estratégicos da administração estatal da Colônia, tarefas para as quais se demanda um elevado número de letrados que se concentram, sobretudo, nos centros urbanos. A função social dos intelectuais, antes desnecessária na ordem econômica colonial, formada apenas por cidades de conquista, vai se fazer sentir não apenas em razão de seu elevado número de integrantes da *cidade letrada*, mas especialmente em virtudes dos recursos que concentrarão em suas mãos, em decorrência do destaque público que alcançarão e das funções sociais que cumprirão no exercício de seus encargos e, acima de tudo, da capacidade inquestionável que possuíam de se institucionalizar com os seus atributos característicos – senhores da letra, da palavra escrita –, tornando-se com isto um poder relativamente independente dentro do poder constituído.

⁵⁹ Cidades de conquista, na visão de Singer *apud* Leão (2013), consistiam em pontos fortificados, a partir dos quais se irradiava o poder colonizador, o qual submetia as populações autóctones às autoridades reais e às ideologias de outros aparelhos, como os religiosos, além de expropriar e redistribuir as terras *encontradas*.

⁶⁰ Conforme Leão (2013), São Luís, após deixar de ser um território entregue à miséria e ao esquecimento, tornou-se, à época da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, uma importante cidade de rotas comerciais para o Reino, suprimindo, dentre outras, as demandas têxteis da Inglaterra e do mercado norte-americano. Ressaltamos que, na perspectiva do autor, durante o Período Colonial, as cidades mais expressivas para o processo civilizatório eram as portuárias, por serem centros irradiadores das tramitações econômicas e do contato entre os povos.

Borrvalho (2011, p. 26), confrontando os fatores sociais citados, assinala que é importante “perceber as formas com as quais literatos, artistas e intelectuais no Maranhão se relacionaram com o poder desde o século XIX”, uma vez que essa foi uma maneira de “cooptação ao poder ou das benesses que dele puderam usufruir” (*Idem, Ibidem*, p. 26). Dessa imbricação entre os letrados e o acesso e o pertencimento ao campo do poder, Rama (*apud* BORRALHO, 2011), afirma que se consolida a “cidade das letras ou letrada”, característica não apenas de São Luís, mas uma identificação de outros povos da América Latina.

A cidade das letras foi uma marca essencial da colonização da América desde Tenochitlan até Brasília. Foi um parto de inteligência, foi um sonho de uma ordem e um lugar propício para encenar. A cidade letrada articulou-se com os meandros do poder, poder de toda ordem, poder simbólico, poder ordenador de estruturas de significação enquanto linguagem simbólica da cultura. (RAMA *apud* BORRALHO, 2011, p. 2011).

São Luís, segundo Leão (2013, p. 296), foi preparada para tornar-se a *cidade letrada* maranhense desde séculos anteriores à Independência, período esse atravessado pelo domínio da cultura ibero-lusitana⁶¹, “cuja influência formou o estofado do lusitanismo maranhense”. Após ser uma *cidade de conquista* e uma *cidade comercial*, a já alicerçada *Atenas Maranhense*, relacionou-se com o restante do Brasil, entronizando os ideais da afirmação de uma identidade brasileira, mas, ao mesmo tempo, ainda carregando muito da cultura e dos simbolismos herdados da presença portuguesa.

Sendo assim, a partir do cenário de mudanças na estrutura e na mentalidade maranhense, defrontamo-nos com as principais características (condições) que estão na base para a gênese do mito da *Atenas Brasileira: pari passu* ao avanço econômico, à transculturação, ao *habitus* requintado, à emergência da *cidade das letras* no Maranhão, à afirmação da nacionalidade e seus distintivos em relação ao colonizador, muitos marcos (materiais, culturais, servis), figuraram como *chave* para que a *Atenas* se solidificasse:

[...] Dá-se início ao processo de formação do *sistema literário* maranhense: florescimento das sociedades recreativas, artísticas e literárias, conferências e polêmicas, inauguração de escolas e bibliotecas públicas, multiplicação de

⁶¹Corrêa (2001 p. 93) afirma que o alicerce para o teor valorativo das letras e das artes – ponto principal da *Atenas Brasileira* – já existia no Maranhão desde a implantação da Companhia de Jesus, nos séculos de colonialismo no Maranhão. Nesse sentido, Borrvalho (2011, p. 38) enfatiza que a constante retomada do nome de Padre Antonio Vieira tem, dentre outros objetivos, a função de corroborar com a perspectiva de que, já no século XVII, São Luís era terra de grandes intelectuais e local propício ao desenvolvimento das letras.

gráficas e de publicações⁶², consolidação do jornalismo político e literário⁶³, escravismo, prosperidade e decadência econômica e, por fim, surgimento e publicação de escritores e homens de letras. Foi neste cenário que surgiu um eminente grupo de poetas, tradutores, romancistas, teatrólogos, biógrafos, geógrafos, historiadores, matemáticos e vários intelectuais, cujas atividades [...], conferiram a São Luís a antonomásia de *Atenas Brasileira*. (LEÃO, 2013, p. 296-297).

Aliado a todo esse panorama, o ponto alto e efetivo para consolidação da *Atenas Brasileira* foi a constituição do literariamente chamado “*Grupo Maranhense*”, formado pelos doutores e bacharéis de Coimbra e de Olinda, bem como por homens que se “formaram sem escolas e universidades” (MEIRELES, 1960, p, 290), os quais atuaram na época do Romantismo Brasileiro, durante o período Imperial. Essa elite de intelectuais foi responsável pela “referência singular” (MARTINS, 2006, p. 87) criada em torno de São Luís, fato este que “incrustou-se profundamente no imaginário social maranhense, referendando práticas sociais, políticas, econômicas e culturais dos mais dispares sujeitos do devir histórico do torrão gonçalviano” (*Idem*, *Ibidem*, p. 87). Eis, pois, os principais atenienses:

Foram os primeiros: Odorico Mendes, publicista, poeta, humanista, parlamentar, tradutor clássico de Homero e Virgílio; Sotero dos Reis, professor, publicista, poeta e filósofo; Freis Custódio Serrão, helenista e naturalista.

[...]

[...] é Gonçalves Dias a figura maior, e não só do “Grupo Maranhense”, mas das letras pátrias, com sua Escola Indianista em que se fez insuperável, só encontrando êmulo em Alencar [...].

A seu lado, integrando, no “Grupo Maranhense”, o número dos chamados *poetas campesinos*: Gentil Braga, Trajano Galvão, Dias Carneiro, Marques Rodrigues, Joaquim Serra, Franco de Sá, Frederico Corrêa [...]; contemporâneo deles, injustamente menos conhecido e por certo maior que qualquer deles, os campesinos, Sousândrade, o estranho e extravagante poeta de “O Guesa”, em que se revela, talvez, o mais remoto precursor do Modernismo atual, nas letras pátrias.

Sousândrade não era de formação coimbrã; era engenheiro de minas e bacharel em letras pela Sorbonne.

⁶²Um dos principais aspectos desenvolvimentistas à época da *Atenas Brasileira* foi a ampliação dos serviços gráficos em São Luís, recebendo-se, por conta de sua boa qualidade, demandas de todas as partes do Império. Aponta Jean-Yves Mérian (*apud* BORRALHO, 2011) que, em meados do século XIX, a capital maranhense possuía várias gráficas modernas, de onde partiam, por exemplo, os jornais literários de circulação semanal ou quinzenal e ainda livros de produções estrangeiras. Assim, “o movimento editorial era de tal ordem em São Luís que José de Alencar teve um dos volumes de seus discursos parlamentares editados lá. Grandes Revistas Literárias, um jornalismo extremamente vivo e atuante, grandes livrarias, tudo isso [...] suscitou uma ebulição intelectual singular”. (MAIA *apud* BORRALHO, 2010, p. 52).

⁶³A intensa atividade tipográfica foi decisiva para que houvesse a consolidação do jornalismo literário e político, e a conseqüente relevância para a estabilização das atividades letradas em São Luís. Não obstante, antes mesmo que houvesse a instalação da primeira tipografia, já circulava, em 1821, o jornal manuscrito *O Conciliador do Maranhão*, que tratava de interesses da administração pública portuguesa. Destacamos, também, como exemplo do jornalismo literário, o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845), revista criada pela Associação Literária Maranhense, fundada por estudantes do Liceu Maranhense, onde foram publicados os primeiros poemas de Gonçalves Dias.

Dentre os segundos, os prosadores, a figura maior é, sem dúvida, a de João Lisboa, historiador e publicista, sem títulos universitários [...]. Com ele, como historiadores, formaram Cândido Mendes, Henriques Leal, César Marques e o Visconde de Vieira da Silva [...]. [...]. Gomes de Sousa, matemático e poliglota [...]. Pedro Leal, jornalista e professor, mestre da língua; D. Luís de Brito e o Cons. Gomes de Castro, grandes oradores, aquele sacro, este parlamentar. (MEIRELES, 1960, p. 290-291).

No que tange à cronologia do ponto de partida para que se iniciasse a atuação desses intelectuais e se construísse a *Atenas*, tomando-se o parâmetro de *grupo*, existem várias opiniões que, muitas vezes, são divergentes. Por exemplo, Veríssimo (1963, p. 88) afirma que “a bela progênie de jornalistas, poetas, historiadores, críticos, eruditos, sabedores” apareceu desde o momento da Independência até os anos de 1860, “isto é, durante cerca de quarenta anos ilustraram o Maranhão e lhe merecera, a alcunha gloriosa de Atenas brasileira” (*Idem, Ibidem*, p. 1963). Por sua vez, Meireles (1960, p. 291) aponta que “o Grupo Maranhense abrange, no tempo, o ciclo que vai de 1832 a 1868 e corresponde assim, no campo econômico, ao Ciclo do Algodão”. E, em um estudo mais recente, Borralho (2010, p. 118), apesar de seguir a cronologia mais recorrente (1832-1868) para efervescência do *grupo*, propõe que “A ideia de Athenas havia sido forjada na década de quarenta”⁶⁴, após a derrota da Balaiada, quando os grupos dominantes maranhenses se firmaram como setores que iriam comandar a política local no decorrer do oitocentos e lançariam os traços de civilidade e de sociabilidade que eram seus constituintes. Seja qual for a perspectiva adotada e os mecanismos analíticos para que cada autor chegue a *um período específico* em relação à Atenas, a trajetória dos *letrados* que fizeram parte do panteão maranhense cristalizou-se de tal forma no imaginário social, que, geralmente, é retomada como símbolo de elevação cultural e paradigma de uma produção que, de tão singular, perpetuou-se no tempo.

É relevante mencionarmos que não houve, entre os homens que compuseram o “Grupo Maranhense”, uma homogeneidade nas funções que ocupavam e, até mesmo, nas orientações ideológicas que os conduziam. Suas produções e influência estavam atreladas à literatura, ao jornalismo, à política, à administração pública e a outras tantas esferas do domínio cultural⁶⁵. Sobre isso,

⁶⁴ Além da colocação de que a “ideia de Athenas foi forjada na década de quarenta”, Borralho (2010, p. 46) afirma que a “expressão Athenas Brasileira aparece recorrentemente na segunda metade e mais vivamente em fins do século XIX”.

⁶⁵ De acordo com Borralho (2010, p. 25), os intelectuais que contribuíram para a formação da Atenas organizaram uma parte da cultura maranhense, pois, ocupando funções essenciais, criaram

Corrêa (2017, p. 144) afirma que – sendo frutos de uma *geração histórico-estrutural* –, os membros da *Atenas Brasileira* pertenceram à “classe cimeira” da sociedade⁶⁶, isto é, “provenientes dos segmentos dos senhores (pessoas), guardando considerável distância social dos segmentos dos homens pobres e livres (quase-pessoas) e dos escravos (coisas)”. Distante de pôr em questão a capacidade e a grandeza que emanaram dos atenienses, o argumento no qual se apoia o autor é o da discussão do lugar de onde falavam esses intelectuais e o espaço por eles ocupado em uma sociedade em que não havia a disseminação e o alcance da cultura letrada. Assim, acrescenta que, apoiando-se no ideário imagético do gênio e do conhecimento oriundo do berço intelectual do Ocidente⁶⁷ – a Atenas, na Grécia –, “os segmentos dominantes da sociedade maranhense [...] reservaram-se a condição de terra de gente de excelência e de qualidade culturais: no Brasil, a Atenas”. (CORRÊA, 2017, p. 138). Em suas passagens mais críticas, enfatiza Corrêa (2017, p. 152):

Havia um casamento, sem divórcio, de senhores de intelectuais na sociedade maranhense, quando em primeiro grau a ideologia Greco-timbireense. Da funcionalidade recíproca, de senhores e de intelectuais, resultavam, no mínimo, a organização do trabalho e a consciência oficial, subestruturas essenciais da totalidade da estrutura social. Houve, portanto, um Grupo Maranhense dos magnatas da agricultura, da pecuária e do comércio, escondido pelo brilho literário e pela função científica, com os quais tem uma profunda e intestina relação de entrelaçamento. Os intelectuais do Grupo Maranhense cumpriram, sem nenhuma linearidade cartesiana, uma funcionalidade aristocrática. Interessa observar-se, nada obstante, que muitos conseguiram transcender o imediato histórico, contribuindo, sob perspectiva criadora, na elaboração do programa do que poderia/deveria ser uma consciência comunitária do concreto específico brasileiro, correspondente ao emergente Estado-Nacional.

Além disso, Corrêa afirma que a propagação da ideia de *Atenas* ocorreu, também, a partir da imbricação entre o que chama de *Aristocratismo dominante* e *Reprodução valorativa*. O primeiro termo, referente às práticas dos comerciantes e dos agricultores, surge com base na imaginação de que “o desempenho dos educados na Europa era consequência do segredo, do mistério e do prodígio da

consciência da própria função, sendo estas exercidas “na estrutura administrativa do aparato burocrático como presidentes de província, secretários de estado da província, juizes, fiscais de higiene pública, professores, no legislativo central, provincial e local, como senadores, deputados e vereadores [...], enquanto liberais autônomos como tipógrafos, redatores, jornalistas”.

⁶⁶ Para Borralho (2010, p. 24-25) a Atenas não foi fruto de um único mentor, mas sim de uma aspiração de frações de classes que atuavam conforme mudava o jogo político no Brasil e no Maranhão. As figuras que auxiliaram em sua ideação ocupavam cargos de poder e decisão, seja na administração, na imprensa, na educação formal enquanto educadores ou na literatura.

⁶⁷ Apesar da referência à Atenas grega, Corrêa (2001, p. 66-67) reitera que a síntese da cultura erudita maranhense “foi ibérica, com destaque para a busca do purismo e do castiço, em seu imaginário de lusitano tropical”.

terra, a frutificar [...] o dom da superioridade” (CORRÊA, 2017, p. 139) representada pelos senhores, ou seja, havia no *ser maranhense* uma superioridade nata. Por sua vez, a segunda acepção concerne à aceitação desse primado e à crença de que, a princípio, homens pobres e livres poderiam ascender socialmente a partir do exercício de uma atividade cultural e “conquistada pelo esforço individual de inteligência talentosa, permitida, em última instância, pela determinação ontológica da terra e da gente”. (*Idem, Ibidem*, p. 140). Partindo dessa arriscada relação, o autor acrescenta que a

Atenas Brasileira apareceu, pois, como uma discriminação positiva da essência maranhense, esmerada e aristocrática, com superioridade integrada no conjunto da unidade nacional brasileira, e, ainda, como uma hipotética atividade, resguardada, a princípio, no ser latente da totalidade dos que experimentaram o nascimento maranhense, capacitados a oferecerem sucessivas descargas de criatividade intelectual, no emergente Estado-Nacional, demarcando a sua excelência de origem enquanto terra e enquanto gente. (CORRÊA, 2017, p. 140).

Dessa forma, apesar de ter emanado da “classe cimeira”, a Atenas, na visão de Corrêa (2017), funcionou como veículo de integração social, refletindo-se, pois, em uma consciência de ser o Maranhão um local estratificado, mas que lançou as bases para que “o conjunto desigual dos maranhenses” pudesse ser partícipe da convivência intelectual, prestadora de serviços a bem da emergência da nacionalidade e, ainda, geradora de um panteão que legaria aos pósteros seu significativo passado. Embora haja esse ponto de vista, não podemos olvidar que o arranjo da Atenas foi realizado em um contexto, mesmo com a economia crescente, de muitos déficits, inclusive o educacional⁶⁸. Conforme visto, diversos dos atenienses não se formaram em seu torrão natal, pois esse não possuía sequer uma universidade⁶⁹ ainda. Pensamos, portanto, que *essa discriminação positiva é, para*

⁶⁸ Sobre o estabelecimento das escolas no Maranhão, Leão (2013) afirma que, com a expulsão da Companhia de Jesus, o Marquês de Pombal criou as primeiras escolas públicas – as escolas régias – em 1759. Por outro lado, apenas em 1827, com a promulgação da Constituição do Império brasileiro, houve o primeiro dispositivo legal sobre a questão educacional no país como um todo, determinando-se a criação de escolas de primeiras letras. Na capital maranhense, contudo, somente anos depois surgiram as primeiras escolas secundárias e profissionalizantes, com destaque ao Liceu Maranhense, que começou a funcionar em 14 de fevereiro de 1839, e foi celeiro de muitos intelectuais, como João Lisboa, o qual teve como professor, na citada escola, Sotero dos Reis. Além disso, e das criações de outros centros públicos e privados, a instrução, reforça o autor, era acanhada.

⁶⁹ Consoante Boralho (2010, p. 334-335), a sociedade ludovicense era, no fundo, moribunda e, a par de todas as suas pobrezaas, o ideal de civilização não competia as seguintes características:

[...] uma sociedade cabocla, escravocrata, mestiça, cujo sistema político estava assentado nas fraudes; uma parcela de jornais políticos, ainda que combatentes, incipientes, em virtude do número significativo de iletrados; controle exercido pelo poder público sobre este aparelho de comunicação;

nós, difícil de ser concebida, afinal, quais condições os *outros maranhenses* tinham para poder formar um panteão? A Atenas nos trópicos, propõe Borralho (2010, p. 18), “existiu para aqueles que assim a consideravam e dela se consideravam participantes”, isto é, mesmo se tornando identificadora de um povo e parte da memória social maranhense, à época de sua criação, não foi a Atenas lugar de participação de todos. Para tanto, acrescenta Borralho (2010, p. 21-22):

Os maranhenses e aqueles que participaram da ereção do epíteto Athenas Brasileira têm em comum com os forjadores da civilização ocidental o caráter racista e preconceituoso, pois tal como na Grécia Clássica, escravista, em que culturas como as afro-asiáticas tiveram papel predominante na sua formação e ainda assim foram sistematicamente negligenciadas, no Maranhão, imerso na escravidão, a fundação de uma província com características específicas, dotada de figuras “geniais”, privilegiou aspectos europeizantes em detrimento dos africanos e indígenas. Esta escolha foi consciente.

A notabilização, e anterior formação da Atenas, foi, segundo Borralho (2010), uma resposta para o isolamento geográfico, cultural e político do Maranhão, sobretudo em relação aos habitantes de São Luís. Esse isolamento dava-se, na ótica do autor, através do distanciamento com a velha Europa e também com outros centros do país, como o Rio de Janeiro, sendo, pois, o Maranhão *periferia da periferia* – para recordar as palavras de Leão (2013) sobre a situação do Estado pós-independência. Destarte, permanecia, assim como na época colonial, o Maranhão mais próximo a Portugal – no que tange à cultura e às trocas comerciais – em comparação ao restante do então império. O intercâmbio entre os dois ocorria por meio do contato marítimo – já que inúmeros navios entravam e saíam do porto de São Luís –, da dinâmica econômica, bem como da educação de maranhenses nas universidades lusitanas. Sendo assim, refletindo sobre esse isolamento, Borralho (2010, p. 22-23) chega à conclusão de que esse argumento foi:

ausência de “partidos” mais fortes e representativos de suas próprias ideologias; de uma educação voltada para a arte que se fizesse notar na arquitetura da cidade; uma sociedade autoreferenciada, insular, em que os poucos consumidores de um padrão social distinto do cômputo geral estendiam seus *modos vivendís* para o restante da sociedade como se fosse comum a todos, embora, na ordem do dia, as diferenças ficassem muito bem balizadas, inclusive na hora da morte; nessa mesma parcela da sociedade que não compreendia o movimento diacrônico de setores populares, como aqueles que, na Festa de Nossa Senhora dos Remédios, tocavam zabumba, enquanto senhoras e senhoritas acochadas por seus espartilhos cantavam num latim indecifrável dentro das igrejas; nas divisões de categorias sociais muito bem representadas na Procissão dos Ossos entre brancos ricos, brancos pobres, pretos, mulatos e forros.

[...] um recurso discursivo para alguns habitantes da capital, ora reivindicarem mais proximidade econômica e cultural com a antiga metrópole, criticando o centralismo político e econômico da corte, ora para legitimar que nessa distante ilha forjou-se uma experiência social tão esplendorosa quanto a Grécia clássica, por isso, constituía-se enquanto arquétipo para o restante do império.

A Atenas, enfatiza Borralho (2010, p. 71), foi uma “moeda de troca da elite maranhense em se fazer notar”, isto porque, não sendo um paradigma de importância em outros campos, como o econômico, oscilante dada as influências do mercado internacional, era notável quanto ao panorama intelectual. Assim, a legitimação do esplendor nas letras e na cultura punha a capital maranhense em primeira ordem quando o referente trata-se do lugar por ela ocupado na formação da literatura nacional.

Essa representatividade, segundo Borralho (2010), foi construída pelos “*homens-semióforos*”, aqueles cuja biografia e atuação social foram vistas como tão insígnias que se tornaram o parâmetro e a base para constituição da cultura oficial do Maranhão, sobretudo a letrada. Sendo, pois, dotados da verve intelectual, notadamente, literária, foram “pontes entre o mundo visível e o mundo invisível, são suportes materiais de ideias, desempenham a função de intermediadores entre os espectadores e o mundo invisível de que falam os mitos, os contos e as histórias” (ABREU *apud* BORRALHO, 2010, p. 26). Essas *pontes* atuaram como aspecto nevrálgico para a consolidação da Atenas, pois a simbologia que ajudaram a erigir trouxe ao Maranhão, principalmente a São Luís – a Atenas Brasileira⁷⁰ propriamente dita – a asseguuração, disseminada por vários segmentos, de que havia em sua conjuntura uma marca de diferenciação social capaz, não só, de ser um distintivo louvável, mas, principalmente, símbolo de civilidade e de cultura de homens inigualáveis.

De acordo com Leão (2013, p. 575), a singularização dos intelectuais maranhenses foi tecida em direta consonância com a formação da identidade nacional após a Independência do Brasil, já que foram os *homens de letras* “um poderoso agente social de avanço da *marcha civilizatória* em sociedades regionais importantes, como a do Maranhão, assim como o foi para toda a Nação brasileira ao longo do século XIX”. O autor acrescenta que, “sendo figura de proa da

⁷⁰ O codinome *Atenas Brasileira* foi dado a São Luís. Não obstante, a partir das tradicionais literaturas historiográficas, é possível observar que o epíteto acaba por estender-se ao Maranhão, que, quando da criação do epíteto, restringia-se a poucas cidades, destacando, administrativamente e politicamente, a capital. Essa relação entre a *parte* (São Luís) representar o *todo* (Maranhão), foi chamada por Borralho (2010) *sinédoque cultural*.

consolidação da nação” (*Idem, Ibidem*, p. 575), os homens de letras⁷¹ foram agentes formados sob o signo da Ilustração, cuja influência foi sentida na primeira geração de escritores brasileiros, durante o pré-Romantismo, quando foi iniciado o estabelecimento dos ideais nacionais em detrimento dos da antiga metrópole portuguesa⁷². Dessa forma, ressalta Leão (2013, p. 602) que, com a Independência, firmou-se o *lugar social* do literato e da produção literária como fundamentais ao *processo civilizatório* do país, após a abdicação de D. Pedro I.

Tal confluência de fatos e circunstâncias propiciou em nosso então jovem país um *encontro histórico* sem precedentes: os nossos intelectuais e homens de letras, lutando por consolidar a sua independência perante as outras nações, conseguiram fundir, de maneira muito propícia, as ideias do Romantismo europeu com o esforço conjunto de fundação e organização de uma literatura genuinamente brasileira. Numa palavra: o processo de construção da Nação e da nacionalidade brasileiras está atravessado pela coincidência histórica entre o surgimento do Romantismo e nossa Independência, secundado pelo anseio de nossos líderes políticos e intelectuais em criar a nossa identidade literária. (LEÃO, 2013, p. 603).

No plano literário, dentro do contexto dessa marcha emancipatória nacional, o Maranhão teve como símbolo-mor Gonçalves Dias (1823-1864). Seu nome aparece nos mais diferentes manuais literários, sua figura foi monumentalizada, suas obras foram e continuam sendo consideradas um dos marcos para a

⁷¹ Os *homens de letras*, de acordo com Leão (2013, p. 587) apresentavam características bem peculiares: o cultivo das letras como ornamento intelectual, [...] imprescindível à formação [...] do homem de ciência e cultura; uma variada, ampla e intensa atividade intelectual [sobretudo na política, no jornalismo]; a *agitação cultural* e os estudos científicos; a concepção da *literatura* como *missão civilizatória*, como agente de transformação da sociedade e; por último, a constante preocupação em conferir feição nacional à cultura do País.

No tocante à grande visibilidade dos *homens de letras*, Ricardo Leão (2013, p. 426-428) discorre que parte da consagração por eles conquistada deve-se às características do panorama social nas décadas iniciais do Império: havia “miséria intelectual quando da chegada de D. João I”, uma vez que as condições para circulação de ideias eram precárias, sendo notável a falta de bibliotecas, de livrarias, de gráficas; “pouca tolerância com as atividades intelectuais e os livros”; a “opinião pública não existia”; eram poucos espaços disponíveis para a publicação do diminuto contingente de intelectuais; a atividade crítica era praticamente nula; a instrução era difícil de ser obtida. Tendo essa conjuntura como pano de fundo, os *homens de letras*, que atuaram na construção da *Pátria*, foram cercados, segundo o crítico, de “um mito” que os concebia como *membros diferenciados da sociedade*, aos quais – devido à inteligência e ao talento – cabia a difusão das ciências e das letras. Como consequência desse prestígio, afirma Leão (2013, p. 427) que:

[...] os intelectuais-literatos cultivaram entre si certo sentimento de superioridade e exceção, principalmente a respeito da condição e posição social do homem de ciências e letras, o que, por um lado, é um dos efeitos diretos da propagação de ideias iluministas entre nós, que tendem a superestimar o papel do *filósofo* e do intelectual dentro da sociedade, atribuindo-lhe a função de difusor das luzes e do conhecimento e, portanto, agente da razão e do progresso entre os homens.

⁷² É importante assinalar, segundo Leão (2013), que a afirmação e o reconhecimento identitários almejados partiram, sobretudo, das discussões fomentadas pela pequena, mas destacada, burguesia agroescravista, que visava ao controle de um país independente.

dissociação entre a literatura brasileira em relação à portuguesa. Para que observemos o *lugar social* desse poeta, Candido (1975), em *Formação da Literatura Brasileira*, ao referir-se aos primeiros românticos, principia uma sessão de capítulo com a frase “Gonçalves Dias consolida o Romantismo”. Elaborada com bastante objetividade, essa frase traz uma imensa carga simbólica para a análise da composição da literatura nacional, pois, ao lado de homens como Magalhães, Pôrto Alegre, Norberto, entre outros, Gonçalves Dias deu lume a uma poesia legitimamente brasileira, como afirma Veríssimo (1963, p. 177) “não por exterioridade de inspiração ou de forma ou pela intenção dos temas e motivos, mas pelo íntimo sentimento do nosso gênio com suas idiossincrasias e peculiaridades”, isto porque, dentre outros aspectos, a escrita do maranhense notabilizou-se pelo apreço à cor local – as paisagens e suas exuberâncias – e ao índio – o *bom selvagem*, o natural da terra⁷³.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Gonçalves Dias, após publicar, no Rio de Janeiro, em 1846, seus *Primeiros Cantos*⁷⁴, começa a receber mais visibilidade tanto no local onde os lançara, quanto nas outras províncias. A crítica, pontua Veríssimo (1963, p. 180), acolheu esse livro com “calorosos e merecidos encômios [...], com atilada compreensão de seu valor”, pois encontrava-se em seus versos harmonia, original inspiração, vivo sentimento e maior sensibilidade emotiva. Ainda sobre a mencionada obra, foi Alexandre Herculano, poeta português da era do Romantismo, quem noticiou os primeiros elogios a Gonçalves Dias, representando, portanto, um importante reconhecimento da escrita e da estética da literatura brasileira em seu momento de ruptura com a portuguesa. Borralho (2010, p. 278) afirma que a opinião de Herculano, mesmo sem aparente intenção, estava revestida “de tensão política, afirmação da nacionalidade, disputa entre as elites das duas nações”, uma vez que, no arranjo de separação entre o modo de pensar da metrópole e do império, a literatura portuguesa simbolizava o velho, a perda de fôlego, eivado de passadismo, enquanto as letras do Brasil,

⁷³ Segundo Candido (1975, p. 21), o indianismo dos românticos denotou uma tendência para *particularizar os grandes temas* de que se nutria a literatura ocidental, inserindo-os na realidade local e tratando-os como próprias de uma tradição brasileira. Portanto, “o espírito cavaleiresco” foi “enxertado no bugre”, “a ética e a cortesia do gentil-homem” foram trazidas para interpretar o comportamento do homem genuinamente brasileiro, o indígena.

⁷⁴ *Primeiros Cantos* foi um importante livro de poesias de Gonçalves Dias, destacando-se seu poema de abertura – a “Canção do Exílio” – e a referência ao índio não só como personagem central, mas, principalmente, como *herói* virtuoso.

embebidas na existência de um sentimento nacional e no projeto de uma *Nação*, eram o novo. Sobre sua obra, aponta o próprio Gonçalves Dias:

[...] Fui para o Rio de Janeiro em 1846, em cujo ano apareceu o 1.º volume de minhas poesias *Primeiros Cantos*. Algum tempo se passou sem que nenhum jornal falasse nesse volume, que, apesar de todos os seus defeitos, ia causar uma espécie de revolução na poesia nacional. Depois de acordarem todos ao mesmo tempo, o autor dos primeiros cantos se viu exaltado muito acima do seu merecimento. O mais conceituado dos escritores portugueses – Alexandre Herculano – falou desse volume com expressões bem lisonjeiras e esse artigo causou muita impressão em Portugal e Brasil. (DIAS *apud* CANDIDO, 1975, p. 83).

Destarte, a repercussão dos *Primeiros Cantos*, através das opiniões dos nacionais e de Alexandre Herculano, propagou a figura de Gonçalves Dias como um dos importantes edificadores do Romantismo. A partir disso e de sua contínua produção literária, Veríssimo (1963, p. 180) o considera “o primeiro grande poeta do Brasil”. Por sua vez, Candido (1975) afirma que o maranhense destacou-se pelas qualidades superiores de inspiração e consciência, sendo visto, pela maioria dos poetas e jornalistas de meados do século XIX, como “o verdadeiro criador da literatura *nacional*” (CANDIDO, 1975, p. 81). Sendo assim:

Se todo povo tem uma literatura diferente conforme as suas diversas fases, tendo Homero, a Bíblia, Virgílio, Horácio, Dante, como exemplos, tinha o Brasil, Gonçalves Dias. Se Dante Alighieri era a expressão de uma Itália sanguinolenta, tendo sido perseguido e torturado, o poeta brasileiro era fruto de um passado e um presente de tranquilidade. Dante era marcado pelo “gênio tenebroso”, Gonçalves Dias pelo “pacificador”. (BORRALHO, 2010, p. 281).

Gonçalves Dias, antes de qualquer referência, era um maranhense que estava na linha de frente da construção da ideia de *Brasil* e de *brasileiros*, em um momento de autoafirmação nacional. Por isso, ao lado de sua atuação na literatura do país, estava ele dentro do rol do *Grupo Maranhense*, aquele que foi cabal para São Luís vir a ser a *Atenas Brasileira*. Chamando-o de *pedra angular* da Atenas – metáfora que traz como sentido simplificado uma base sólida para dar existência ou fundamento de uma construção – Borralho (2010, p. 69) afirma que a elite maranhense usava a figura de Gonçalves Dias como um dos “criadores da língua e poesia nacionais imbricando língua, progresso e raça, conotando a emergência desta nova nação”, isto tudo, partindo de um Estado que vivia uma fase de esplendor cultural e literário. Dessa forma,

[...] Gonçalves Dias serviu como vórtice tanto para a construção da literatura quanto para os defensores da Atenas brasileira. À medida que os jornais fluminenses, indiscriminadamente, apontavam-no como um dos pilares da

literatura brasileira, os maranhenses reivindicavam seu lugar de “pertencimento social”. – “Pertencia ao Maranhão!”, bradavam os maranhenses: o lugar do torrão que lhe permitiu os caracteres geniais que o resto da nação tomou conhecimento. Quanto mais na capital do império ele angariava prestígio, tanto mais arrefecia o orgulho ‘por ser maranhense’ e não por ‘apesar de ser maranhense’. (BORRALHO, 2010, p. 288).

Em uma perspectiva cronológica, antes de Gonçalves Dias, o Maranhão já aclamava outro importante ateniense: Manuel Odorico Mendes (1799-1864), cujas atividades iniciais na carreira jornalística ocorreram no período de formação do *Grupo Maranhense*, do qual é “considerado uma espécie de patriarca”⁷⁵ (LEÃO, 2013, p. 422). Nascido em São Luís, descendente de uma antiga família residente no Maranhão, ainda jovem foi para Coimbra estudar Medicina, sem, no entanto, concluir seus estudos. De volta para a capital maranhense, Odorico Mendes consolida definitivamente seu posto de jornalista ao fundar, em 1825, o periódico *O Argos da Lei*, que tinha como objetivo “cuidar dos interesses maranhenses e debater-se contra aqueles que desejavam a recolonização do país” (JORGE *apud* BORRALHO, 2010, p. 229), denunciando, ainda, a posição privilegiada que os portugueses ocupavam no Maranhão⁷⁶ e fomentando discussões sobre a necessidade de ecoar a defesa da Pátria recém-independente.

Sendo partícipe dos acalorados debates sobre a independência e recebendo visível destaque a partir de seu periódico, Odorico Mendes lança-se na carreira política, candidatando-se e elegendo-se como deputado pela província do Maranhão. Tomando posse de seu cargo no Rio de Janeiro, o jornalista, afinado com os ideais liberais, passa a trabalhar diretamente com políticos que coadunavam com sua orientação ideológica. Destaca Leão (2013, p. 425) que “Odorico Mendes teve a oportunidade de fazer parte da pequena elite formada entre a chegada de D. João VI e o Primeiro Reinado, grupo de homens de letras, intelectuais e políticos”, sendo cada vez mais requisitado no cenário nacional:

[...] a figura de Odorico Mendes, ainda na década de vinte do século XIX, começava a ganhar notoriedade. Odorico Mendes exerceu cargos públicos, representando o Maranhão, sendo Deputado por esta província por três legislaturas e uma por Minas Gerais. Ganhou, em início da década de trinta, mais espaço político durante o período regencial, quando opositores do

⁷⁵ Segundo Leão (2013, p. 423), “no sentido cronológico, Odorico Mendes funda a linhagem literária que, depois dele, ao lado de Sotero dos Reis, permite a fundação do mito da *Atenas Brasileira*”.

⁷⁶A existência de *O Argos da Lei* foi contemporânea à publicação de *O Censor*, jornal dirigido pelo português João Antonio Garcia de Abranches. Os dois periódicos nutriam destacada animosidade, dado ao fato do jornal de Odorico Mendes seguir uma tendência próxima ao liberalismo e defender as causas maranhenses, enquanto o outro era conhecido por seu conservadorismo, pela defesa de seus compatriotas e por suas críticas “aos excessos do partido dos novos patriotas maranhenses” (LEÃO, 2013, p. 417).

imperador D. Pedro, na tentativa de aplacar disputas locais e reafirmar a sua condição de condutora da nação pós-abdicação do imperador, momento em que a atuação de Odorico Mendes foi decisiva, convidaram-no para ser um dos seus integrantes da Regência Trina Provisória. Defensor desta durante a menoridade de D. Pedro II, recusou o convite de membro da Regência Trina Permanente, indicado para o seu lugar João Bráulio Muniz. (BORRALHO, 2010, p. 230-231).

A brilhante atuação de Odorico Mendes no jornalismo e na política foi tão notável quanto o seu potencial enquanto literato e tradutor. Em Odorico, destaca Leão (2013, p. 447), “é possível encontrar aquela confluência de atributos em que o *literato é jornalista*, e o *orador é político*, qualidades muito apreciadas durante o século XIX”. Na esfera literária, em 1832, seu poema *Hino à Tarde* – afeito ao modelo árcade – foi considerado como o ponto de partida para a autonomia da Literatura Maranhense. Após muito tempo da publicação desse poema, depois de anos mergulhado em sua vida parlamentar e em alguns dissabores que esta a trouxe, sem, contudo, deixar a literatura em segundo plano, Odorico Mendes mudou-se para Europa, realizando lá feitos importantes para o conjunto de sua carreira:

[...] conseguiu dedicar o seu tempo inteiramente ao trabalho das obras de Virgílio e Homero, com as quais se ocupava já havia alguns anos, nos intervalos de suas obrigações como parlamentar e funcionário da Tesouraria do Rio de Janeiro. Em 1854, consegue publicar a primeira edição de sua *Eneida brasileira*, em Paris. Em 1858 publica *Virgílio Brasileiro ou tradução do poeta latino*, volume que, à obra anterior, acrescentava as *Bucólicas* e as *Geórgicas*, de autoria do grande poeta latino. Em 1860, em Lisboa, Odorico publica o seu famoso *Opúsculo acerca do Palmeirim de Inglaterra e de seu autor*, estudo no qual consegue, à luz dos argumentos convincentes, resolver a polêmica sobre a autoria da Obra e sua nacionalidade. As duas últimas grandes traduções que empreendeu, de Homero, foram publicadas postumamente: a *Ilíada* (1874) [...] e a *Odisseia* (1929). (LEÃO, 2013, p. 447).

Apesar do apanhado ora proposto contemplar apenas alguns aspectos da vida de Odorico Mendes, ressaltamos que a referência à sua trajetória é fundamental para compreendermos os fatos que estão no alicerce da formação da *Atenas Brasileira*, pois, assim como Gonçalves Dias seria futuramente, o *Virgílio brasileiro* – por seu papel na imprensa maranhense, a qual ajudou a didatizar, por seus grandes debates em esfera nacional e internacional e por sua verve literária – foi reconhecido como “notável, herói e elemento dístico da sociedade” (BORRALHO, 2010, p. 251). Ou seja, em uma terra como o Maranhão, que, até então, não possuía tanta representatividade, homens como Odorico Mendes⁷⁷ não só eram vistos como

⁷⁷ Odorico Mendes, além de jornalista e tradutor aclamado, foi sócio de algumas associações – Academia Imperial de Belas-artes, Academia Real das Ciências de Lisboa –, membro da Sociedade Amante da Instrução, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conservatório Dramático Brasileiro e, no âmbito da política, fundou a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

orgulhos locais, mas também como aqueles que, imbuídos do *poder das letras*, são capazes de se tornarem símbolo de um povo.

Pode-se afirmar que Odorico Mendes foi um daqueles raros homens de certo senso e disciplina intelectual, um humanista no amplo sentido do termo, que a literatura brasileira, então nascente e carente de autores que a representassem, possuiu em seu período de fundação e formação. Odorico foi, sobretudo, um clássico à moda antiga, cujo empenho em traduzir os poemas de Virgílio e Homero é a tradução, por assim dizer, do desejo de dotar a sua pátria de uma gênese literária para a qual convergissem a formação de todos os futuros poetas que se aventurassem no empreendimento do canto épico em nossa literatura. Ao lado de sua intensa atividade como tradutor, Odorico também foi um poeta de versos medianos aceitáveis que, apesar da evidente concepção e influência clássicas, já apresentavam alguns elementos da sensibilidade romântica, experimentando em seu tempo certo prestígio e notoriedade. (LEÃO, 2013, p. 780).

Compondo a constelação dos notáveis da *Atenas* está também Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), intelectual que, ao lado de Odorico Mendes, foi fundamental para consolidação do jornalismo e consequente propagação das atividades letradas em São Luís. Lembrado corriqueiramente por seu *Curso de Litteratura Portuguesa e Brasileira*, publicado em quatro tomos entre 1866 e 1867, Sotero dos Reis – que nasceu na capital maranhense e nunca a deixou para atuar em outras regiões – desde tenra idade mostrava sua inclinação para o mundo dos estudos, tendo adquirido, por conta própria, conhecimentos que englobaram do Latim à Literatura Brasileira e Portuguesa.

Pari passu à sua carreira na docência – com destaque para sua atuação como professor de Gramática Latina e primeiro diretor do Liceu Maranhense (1838) –, foi grande seu engajamento no jornalismo, cujos primeiros passos foram dados em *O Argos de Lei*, de Odorico Mendes, seguindo-se a um imenso cabedal de periódicos em que colaborou – dentre os quais *O Investigador Maranhense* (1836), *A Revista* (1840), *O Observador* (1847) e *O Publicador Maranhense* (1856) –, discutindo sobre temas como política, literatura, linguagem e outros fatos sociais – a exemplo da *Balaiada* – que se constituíam como *ordens do dia* no período imperial. Da mesma forma que os intelectuais anteriormente destacados, foi Sotero dos Reis um homem plural – o professor que foi jornalista, político, historiador da língua – cujas múltiplas *funções* foram tomadas como distintivo social em uma cidade onde se edificava um epíteto glorificador. Sendo assim:

[...] a importância de Sotero junto à opinião pública maranhense deve-se ao fato de sua inegável contribuição para a formação do gosto literário da época, com seus artigos de crítica literária e estímulo dos talentos locais e nacionais. Ao lado de sua intensa e destacada atividade como latinista,

filólogo e historiador da literatura, a sua atuação como jornalista exerceu grande influência sobre os fatos públicos da Província, ajudando a consolidar a fama do Maranhão como um celeiro de intelectuais e homens de letras, com repercussão nacional, sem jamais ter saído de sua terra natal. (LEÃO, 2013, p. 483).

A maestria de Sotero dos Reis foi contemporânea à de um dos seus mais destacados alunos⁷⁸, João Francisco Lisboa (1812-1863) – aquele que seria um dos maiores porta-vozes do jornalismo político, da crítica aos costumes e da falta de condições sociais básicas para se viver de forma digna no Maranhão. Oriundo da região de Itapecuru-Mirim, João Lisboa cursou suas primeiras letras em São Luís e nessa cidade iniciou sua carreira no jornalismo, escrevendo, ao longo de sua trajetória, em periódicos como *O Brasileiro* (1832), *O Farol Maranhense* (1832-1833), *Eco do Norte* (1834) e a *Crônica Maranhense* (1838-1840).

Vivendo sob o signo de uma geração perpassada pela ebulição política no campo nacional – em virtude da abdicação de D. Pedro I – e estadual – à causa da Setembrada e da Balaiada⁷⁹, João Lisboa, devido a seu posicionamento e à defesa dos ideais liberais, tornou-se, conforme Leão (2013, p. 453), “a voz mais importante do Partido Liberal e seu mais importante e conhecido líder”, sendo o periódico o *Eco do Norte* o mais destacado órgão do citado partido político e, segundo Antonio Henriques Leal (*apud* LEÃO, 2013, p. 452), jornal em que Lisboa encerra sua primeira fase da vida jornalística, a *juvenil*, “na qual manifestou estilo e independência de opinião” e onde se podia observar que “as suas ideias políticas ainda estavam em plena formação”. Através de sua projeção nas causas políticas do Maranhão e candidatando-se pelos liberais, foi eleito duas vezes para o cargo de deputado (1834-1837/1838-1841), levantando como umas das principais bandeiras o interesse pelos problemas da educação e os rumos da economia local.

⁷⁸ Sendo aluno de Sotero dos Reis na cadeira de Latim, João Lisboa não foi elogioso quanto à qualidade das aulas de seu mestre. Chegou a afirmar, na publicação do dia 24 de junho de 1838 de *Crônica Maranhense*, em relato disposto em 1ª pessoa que: “era tão desleixado em cumprir os seus deveres em todo o tempo em que nos ensinou o Latim, que foi ano e meio, que as três quartas partes da aula consumia em ruminar as suas poesias, as suas unhas e o seu tabaco, e apenas aplicava uma escassa meia hora em tomar e passar lições” (NISKIER *apud* LEÃO, 2013, p. 449). Além disso, a relação entre os dois ficou marcada pelas divergências no campo político – eram partidários de ideias políticas discordantes –, acirradas na imprensa local. É digno que nota que, apesar das tensões existentes, ambos se tratavam com respeito e cordialidade e, publicamente, Sotero dos Reis manifestava admiração pela inteligência, pelo caráter e pelo profundo político que era seu ex-aluno.

⁷⁹ Um dos mais célebres casos envolvendo o nome de João Lisboa foi a *acusação* dos cabanos de que ele era, secretamente, um dos chefes/mentores da Balaiada ou, pelo menos, simpatizante da causa dos revoltosos. A justificativa para essa afirmação partia, dentre outros fatores, da intensa escrita do *Timon Maranhense* defendendo os pressupostos liberais, que se contrapunham, aos conservadores.

Nas duas legislaturas, tornou-se reconhecido como orador, além de demonstrar acentuada preocupação com a instrução pública da Província, cujas peculiaridades conhecia muito bem desde a sua formação nas primeiras letras e aulas de Latim. Legislou e lutou pela nacionalização do comércio, procurando favorecer os comerciantes nacionais, aliviando-os da concorrência estrangeira; ocupou-se da laicização do Estado, defendendo a extinção das ordens religiosas, seguindo os preceitos da ideologia liberal da província. (LEÃO, 2013, p. 453).

Exercendo por muitos anos a advocacia, a vida intelectual de João Lisboa notabilizou-se ainda por diversos fatores: pela crítica, em *Publicador Maranhense*, aos costumes da população na tradicional *Festa de Nossa Senhora dos Remédios*, em São Luís, – que para ele, apesar de uma novena, parecia “um estranho ritual de egotripes, vaidades, presunção e comédia” (BORRALHO, 2010, p. 321) –; pelo lançamento, a partir de 1852, do consagrado folheto *Jornal de Timon*⁸⁰ – no qual desenvolve sua veia de historiador ao abordar, entre outros temas, como ocorriam as eleições desde a antiguidade até seu tempo, enfatizando, sob o invólucro de *Timon* – alusão ao poeta grego do período clássico que desprezava a humanidade e seus simulacros – como eram os hábitos políticos do Maranhão, com as suas rachaduras morais, os seus desmandos e a falta de real representatividade das famílias que se mantinham por décadas à frente do governo do Estado e; por seu pioneirismo nos estudos sobre os jesuítas no Norte do Brasil – com ênfase a Padre Antônio Vieira.

Como jornalista, historiador e homem de letras, João Francisco Lisboa foi, em suma, um dos mais atuantes e eminentes colaboradores para a consolidação da cultura e da identidade nacional em formação, um exemplar típico do intelectual-literato forjado no Maranhão oitocentista, extremamente valorizado pela escassa *intelligentsia* brasileira [...]. Era, em síntese, um literato intensamente empenhado em investigar e criticar as bases do *processo civilizatório* brasileiro, cuja marcha pecava por querer pular etapas importantes, sem as quais, no juízo de Lisboa, era impossível o país equipar-se às grandes nações. O autor do *Jornal de Timon* era, portanto, um dos membros mais ilustres e reconhecidos daquele diminuto círculo de intelectuais brasileiros do século XIX. (LEÃO, 2013, p. 476).

A relevância do *Grupo Maranhense* – ora ilustrado através dos nomes de Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Sotero dos Reis e João Lisboa⁸¹ – foi decisiva

⁸⁰ O *Jornal de Timon* – completamente redigido por João Lisboa por um longo período, com algumas interrupções –, segundo Leão (2013, p. 463), “trata-se de uma obra cuja classificação por gênero é totalmente impossível, dada a diversidade de assuntos que contém, que vão desde a crítica de costumes aos hábitos políticos [...] até reflexões de caráter historiográfico sobre a Antiguidade e o Maranhão, sem falar de uma não pequena dose de ficção literária”.

⁸¹ Ao lado desses quatro intelectuais, outro grande notável do Grupo Maranhense foi Joaquim Gomes de Sousa (1829-1864), doutor em Ciências Físicas e Matemáticas, dotado, segundo Martins (2006, p. 94), “de inteligência exuberante, [que] ainda muito jovem conseguiu galgar posições de relevo nas carreiras que abraçou”.

para a denominação de *Atenas Brasileira* para a cidade de São Luís, epíteto que seria reafirmado ainda no século XIX com a eclosão de uma nova geração de *homens de letras* que ensejou “a segunda geração de intelectuais maranhenses, disposta no lapso temporal que vai da década de sessenta (1868) à década de noventa (1894)” (MARTINS, 2006, p. 96). Essa geração⁸², que mantinha contato com outras perspectivas científicas, como os postulados de Darwin, Comte e Spencer e vivia em um contexto local diferente em comparação à primeira geração – que viu florescer a economia e eclodir várias revoltas sociais no Maranhão –, caracterizou-se pela saída do torrão natal, isto porque grande parte das possibilidades de desenvolvimento, de atuação e de conquista de notoriedade foi vislumbrada em outras partes do Brasil, com destaque para Recife, Amazonas e Rio de Janeiro, sendo este último o principal itinerário dos *continuadores da Atenas*, para os quais o “Rio era a esperança para os que através da pena queriam triunfar, triunfar pela e para a literatura, nos campos culturais e políticos”. (BORRALHO, 2011, p. 61). Em síntese, na conjuntura do Maranhão, a efervescência da segunda geração foi:

[...] um sopro de esperança na continuação da ideia de perpetuar-se como terra de prodigalidade, das belas letras, do talento do bem escrever. Com a situação econômica em declínio, boa parte desses literatos rumou para a capital da República com o fim de sobreviver escrevendo para os jornais, além de produzirem peças teatrais, poemas e romances. Alguns integrantes deste segundo grupo fizeram parte da fundação da Academia Brasileira de Letras, e a presença maranhense nesta agremiação continuaria por todo o século XX. Desta feita, estava assegurada para os intelectuais e literatos maranhenses a presença deste “rincão” dentro do quadro da literatura brasileira. (BORRALHO, 2011, p. 29).

A constante referência à *Atenas Brasileira* – através de seus literatos, jornalistas, artistas, políticos, marcos materiais e culturais – é, além de um aspecto distintivo do Maranhão no século XIX, um ponto para o qual convergem muitos olhares analíticos, que coadunam no tocante à percepção de que faz parte da memória e da identidade maranhense a tradição de manter-se viva a presencialidade da *Atenas*, ou seja, passados anos da criação do *mito*, sua representação permanece cristalizada no imaginário social, seja através de estudos

⁸² A segunda geração de atenienses foi composta, entre outros nomes, por Celso Magalhães, Aluísio Azevedo, Raimundo Corrêa, Arthur Azevedo, Teófilo Dias, Adelino Fontoura, Coelho Neto, Graça Aranha, Nina Rodrigues, Teixeira Mendes, Barbosa de Godóis, Ribeiro do Amaral e Dunshee de Abranches. Dentre os feitos desse ciclo literário, destaca-se a participação de Coelho Neto, Aluísio Azevedo, Raimundo Corrêa, Arthur Azevedo e Graça Aranha como fundadores da Academia Brasileira de Letras, havendo ainda como patronos Adelino Fontoura, Gonçalves Dias, João Lisboa, Joaquim Serra e Teófilo Dias, sendo também Odorico Mendes e Sotero dos Reis patronos correspondentes.

recentes que se debruçam sobre discorrer e problematizar as condições de produção que abalizaram esse epíteto, seja por meio da costumeira relação entre os períodos literários – sobretudo no que tange aos atenienses e às gerações seguintes –, ou ainda pelas estratégias governamentais em utilizar, através de placas, praças, monumentos, totens, entre outros, a *Atenas* como chamariz de um povo de cultura singular e berço de grandes intelectuais, principalmente literatos.

Embora hajamos visto a proposição de que a Atenas Brasileira foi alicerçada pelo potentado existente à época do Maranhão Imperial, podemos observar que a manutenção desse ideário foi viabilizada não por um dado grupo político, mas por várias vozes que se utilizaram de sua ressonância. Assim, a partir de um “perfil da elite ludovicense” (BORRALHO, 2010, p. 124), e dos mecanismos de legitimidade social – como a imprensa, o poder jurídico e os marcos materiais dispostos nos espaços públicos – a Atenas serviu e ainda serve para os mais distintos propósitos que continuam salvaguardando a perspectiva de que, no passado, São Luís destacou-se como capital privilegiada quanto ao desenvolvimento das letras e belas artes. Dessa forma, apesar das contestações sobre a existência da Atenas Brasileira e a afirmação de que possui um caráter mítico, é inegável que o passado histórico, atrelado à memória social, possibilitou que a referência e a presença desse epíteto adquirissem status de *tradição*, compreendendo-se esse termo, na perspectiva de Hobsbawn (1997, p. 9) como “um conjunto de práticas [...] de natureza ritual e simbólica [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação do passado”.

4.2 A revivência intelectual: a atuação do grupo dos *Novos Atenienses*

Aos tempos de fausto, a florescência de Atenas, aos tempos de decadência, as ruínas de Tebas.

Manoel Martins

As gerações literárias maranhenses, no bojo da historiografia, parecem estar incrustadas em símbolos quase que incontestáveis: foi a *Idade de Ouro* berço da *Atenas Brasileira*; foram as decadências econômica e cultural propulsoras do nascimento dos *Novos Atenienses*. A operação e as mudanças da/na História, atreladas às formas de pensar e de agir dos sujeitos, influenciaram sobremaneira o modo de *fazer e ser literário/literato*. Dentro dessa relação – conforme aludido em nossa assertiva inicial – recaem paradigmas, e vozes, que receberam força de

tradição: referimo-nos, neste caso, à divisão dos ciclos da Literatura Maranhense, a qual, geralmente, é associada às fases “da evolução de nossa vida econômica e de nossa vida cultural” (MEIRELES, 1960, p. 345). Nesse sentido, um ponto de partida para compreendermos quem eram e o que fizeram os *Novos Atenienses* é olharmos a tessitura social, econômica e cultural – e as discursivizações daí emanadas – que figurava por trás das ações por eles delineadas e postas (ou não) em prática.

Pensando-se em termos temporais, o período de efervescência dos *Novos Atenienses* – entre a última década do século XIX e as três primeiras do século XX – estava em consonância com o “discurso monocórdio” (MARTINS, 2006) da “ideologia da decadência” (ALMEIDA, 1983). Essas expressões, consideradas *chave* em nossa análise, apontam para o quadro social do Maranhão quando do fim do Império e ascensão da República: um clima de instabilidade/estagnação econômica oriunda da chamada *crise do sistema agroexportador*⁸³; a presença de investimentos em estabelecimentos fabris com capital advindo das propriedades agrícolas⁸⁴; a maciça emigração dos maranhenses para o trabalho de extração da borracha amazônica⁸⁵; no plano político, a permanência das contendas entre liberais e conservadores, nutrindo-se a disputa pelo controle do governo; nas camadas populares, a alastrada sensação de *decadência*, vivendo-se dias cada vez mais difíceis, dada a escassez de trabalho formal, falta de moradia própria e não acesso ao mínimo de instrução e de condições sanitárias. Tal conjuntura – que apenas exemplifica alguns fatos do cabedal de problemas do Maranhão no lapso temporal mencionado – é representada pela afirmação de Reis (2013, p. 136): “o quadro de

⁸³ De acordo com Reis (2013, p. 44), a “crise que o sistema agroexportador conheceu na década de 1880 abriu um longo período de transição” o qual modificou as relações na organização da economia e dos vínculos comerciais do Estado. Nesse ínterim, o autor, em termos da economia oriunda dos produtos agrícolas mais cultivados, aponta que:

Houve grande retração principalmente entre 1908 e 1912 [...]. A queda acentuada no valor das exportações acompanhou a diminuição do preço médio do algodão, que passou de 981 réis o kg, em 1904, para 541 e 538, em 1905 e 1906. Cairia mais nos anos seguintes. A estagnação no valor das transações comerciais deve-se, então, a um aumento do comércio nacional, que recebeu novo impulso com o crescimento da produção de arroz. (REIS, 2013, p. 41).

⁸⁴ Meireles (1960, p. 341) afirma que, “vendendo-se as propriedades agrícolas por 10% de seu valor” “a loucura industrial se apoderou dos homens de negócio, na ânsia de se agarrarem à primeira tábua de salvação que se lhes apresentou”. Dessa forma, as fábricas proliferaram em São Luís, mudando-se para essa cidade os senhores agrários. Nesse sentido, Reis (2013, p. 40) pontua que, num momento que o sistema exportador estava posto em xeque, o setor fabril contribuiu para os problemas não serem maiores, com “uma queda mais acentuada no conjunto das atividades produtivas e no núcleo das grandes firmas comerciais”.

⁸⁵ Segundo Meireles (1960, p. 342), aliado aos fatores oriundos no Maranhão, o surto de enriquecimento proporcionado pela extração da borracha amazônica no decênio de 1901/1910 foi outro aspecto que contribuiu para o “aniquilamento da economia regional”.

dificuldades de ordem econômica e financeira [...] não seria minorado com a transformação do regime político e a organização da federação”.

De todas as explicações por nós vistas para que acontecesse a emergência da famigerada *decadência* no Maranhão, a posta por Meireles (1960, p. 340-341) é a mais contundente quanto a atribuir à Lei Áurea o ponto de eclosão do decaimento econômico do Estado. O historiador, tomando por parâmetro comparativo a *Idade de Ouro* possibilitada pela política administrativa de Marquês de Pombal ao estabelecer a regozijada Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁸⁶, é categórico ao afirmar que, através da assinatura da Lei de Treze de Maio, houve a desvalorização das fazendas agrícolas, “foram-se por terra” as lavouras de algodão, arroz e cana de açúcar, desembocando-se na quebra das indústrias e do comércio exportador. Ou seja, na perspectiva do crítico, a “libertação em massa do trabalhador servil”, sem a esperada indenização dos aristocratas rurais pelo investimento de “grandes capitais”, foi, em síntese, o início da marcha econômica descendente:

Já o dissemos mais de uma vez e repetimos outra: data da Lei Áurea o desequilíbrio econômico do Maranhão e, com ele e, conseqüente dele, sua decadência em comparação com a posição saliente que lhe coubera no palco da vida nacional durante o Império. (MEIRELES, 1960, p. 340).

É perceptível que as considerações tecidas por Meireles (1960) partem do olhar sobre os problemas das classes abastadas, isto é, *a priori* interessa abordar as conseqüências da inevitabilidade da decadência econômica em relação aos que, de fato, usufruíram da situação oposta – das benesses dos tempos da supracitada *Idade de Ouro*. Levando em consideração as retomadas de discursos – cujas linhas ora se justapõem, ora se interpõem –, cabe destacar que o ideário da decadência não foi teorizado a partir do século XX, mas sim do próprio século XIX, quando os partícipes da aristocracia rural, e de outros ramos dos quais emanavam poder de controle econômico e/ou influência em outros campos, escreveram e divulgaram textos⁸⁷ que confrontavam o “advento de um processo de ativação econômica sem

⁸⁶A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão – cuja relevância já foi reiterada várias vezes em nosso estudo – é o aspecto precípua para a *Idade de Ouro* na economia do Maranhão. É importante não perdermos de vista que, se houve “uma situação estável e equilibrada” (MEIRELES, 1960, p. 340) vivida no Reinado e no Império, deve-se muito à mão de obra escrava, mormente culpabilizada pela decadência. Cabe destacar, mais uma vez, que estudar a temática da *hecatombe* no Maranhão exige que nos refiramos à época anterior, durante a qual as elites viviam um singular momento de prosperidade.

⁸⁷ Dentre os cronistas que enunciaram “o exame das entranhas maranhenses” – fortalecendo as bases do *discurso da decadência* –, Martins (2006, p. 27) cita Raimundo José de Sousa Gaioso, Francisco de Paula Ribeiro, Antonio Bernardino Pereira do Lago, Manuel Antonio Xavier, João Antonio Garcia de Abranches.

par em terras do Maranhão” (MARTINS, 2006, p. 28) com “um período de decadência avassaladora, que deveria ser combatido por todos os espíritos lúcidos com vistas ao retorno, no porvir, a uma nova Idade de Ouro, da regeneração” (*Idem, Ibidem*, p. 28). Diante desse vínculo que expôs conformidade entre os intérpretes da época, Almeida (1983, p. 28) assevera que eles “instituíram um padrão de explicação confirmado de maneira unânime pelos intérpretes posteriores”, isto é, o “*discurso da decadência*” propagado pelos contemporâneos não só foi incorporado por sua geração, como pelas posteriores, sem, muitas vezes, haver um filtro das informações apresentadas e, principalmente, de onde elas partiam.

Com base nessa continuidade discursiva, Martins (2006, p. 27) afirma que a temática da decadência avulta na produção intelectual sobre o Maranhão, reiterando que “Seminal ou sub-repticiamente, a noção de decadência perpassa o âmago da produção literária, econômica, política e científica; informou e continua informando, crítica ou acriticamente, as mais distintas dimensões discursivas”. Dessa forma, é possível observarmos que o ideário da derrocada maranhense ultrapassou a esteira econômica, sendo transferida para todo o conjunto social, incluindo, portanto, o intelectual e o cultural.

Em uma perspectiva notadamente política, o discurso da decadência foi imperioso durante a Primeira República não só como a reiteração de um entrave às primeiras administrações republicanas – que tiveram como óbice as péssimas probabilidades financeiras e econômicas –, mas também como forma de lançar e legitimar um “discurso de progresso”, ou seja, proporcionar ao Maranhão finanças equilibradas e o mínimo de estrutura, compreendendo, ao menos, o investimento nas estradas, na criação de portos e no sistema de água e esgoto. Estendendo-se, pois, o discurso da crise e do renascimento a todas as esferas sociais, os primeiros governadores do Estado – citando-se os de maior relevo, Benedito Leite, Luís Domingues, Urbano Santos e Godofredo Viana –, apresentaram discursos pautados na necessidade de reverter o panorama vivenciado através de ações e melhorias concretas.

Conforme Fernandes (2003, p. 45), o Maranhão, até 1900, “fez a sua vida autônoma a passos lentos e vacilantes, como quem pisa um terreno desconhecido e evita surpresas desagradáveis”. Nesse sentido, coloca que a Monarquia legou à República um “Maranhão anêmico e cheio de dívidas” (*Idem, Ibidem*, p. 48) e, enquanto este não tinha forças para se reerguer, as outras unidades federais do Sul

já contavam com vias férreas e com o trabalho dos imigrantes. Esse foi o Maranhão recebido por Benedito Leite, que, antes mesmo de se tornar governador – cargo que ocuparia de 1906 a 1908 – debatia sobre as condições precárias do estado, que apresentava, dentre outros problemas, elevada dívida fundada e dívida flutuante, bem como imensa dificuldade para pagar os funcionários públicos, cujos pagamentos, muitas vezes, eram realizados através de apólices. Dessa forma, trazendo consigo “elevados intuitos de levantamento material e moral de sua terra” (FERNANDES, 2003, p. 53), o então governador Benedito Leite iniciou uma série de feitos, a exemplo do incentivo à navegação, a expansão da instrução pública e a distribuição de gados de raça por alguns municípios, que traria ao estado o *sopro renovador* que era dado a lentos e esperados passos. Perpassado, todavia, pelo decréscimo da receita, o governo ainda sofria com os atrasos dos funcionários, com a elevação da dívida flutuante e a necessidade de se recorrer a empréstimos contraídos com bancos e comerciantes locais.

A situação de desequilíbrio enfrentada por Benedito Leite ultrapassou o período de sua administração, permanecendo o estado, em seu terceiro decênio republicano, com uma configuração ainda bastante precária. Sendo assim, no governo de Luís Domingues – 1910 a 1914 – mais uma vez o fio condutor das medidas que deveriam ser tomadas foi desencadeado, como cita Fernandes (2003, p. 67), através da afirmação do governador de que “o Maranhão não pode permanecer nesta situação de avarento, que, de andrajos, monta guarda ao seu Tesouro”. Constatando que a dignidade do estado estava “abatida pelo descrédito”, Domingues alicerçou sua gestão, de modo destacado, nos cuidados com o transporte, com a produção, com o saneamento na capital e com a preocupação de pagar os ordenados do funcionalismo, recorrendo, para tanto, a empréstimos externos – que já haviam sido pleiteados e inviabilizados no governo de Benedito Leite – que foram utilizados nessas e em outras esferas.

Na mesma linha de atuação, já entre os anos de 1918 a 1922, o governador Urbano Santos, que também mantinha em sua governança o ideal de progresso no lugar da crise, notabilizou-se por grandes projetos e realizações, como a aprovação do plano geral das obras de melhoramento do Porto de São Luís, a contratação do serviço de profilaxia urbana e rural, o tratamento da higiene, da água e do esgoto da capital, as reformas e aquisições de prédios públicos, entre outros. Embora tenha enfrentado vários problemas em sua política de melhoramentos, o estadista “deixou

uma sólida base” (FERNANDES, 2003, p. 108) no Maranhão, assim coube aos seus sucessores prosseguir no caminho do avanço, sem que se interpusesse a tão famigerada falta de continuidades nas iniciativas e trabalhos em prol do estado. Nesse sentido, Godofredo Viana, assumindo o governo estadual nos anos de 1922 a 1926, foi ao encontro das ações e discursos de Urbano Santos, enfatizando, para a tomada de suas providências, os seguintes parâmetros:

“O Maranhão necessita de um impulso vigoroso que o coloque no lugar que de direito lhe compete na Federação. Para isso, faz-se mister se lhe dêem os elementos essenciais à consecução dos seus gloriosos destinos, e só uma política de realizações, de visão serena e imparcial, pode guiá-lo seguro nessa rota”.

“O aspecto econômico dos seus problemas é o que mais exige, presentemente, a nossa solicitude, nesta hora única em que todos os povos têm voltada com intensidade a sua atuação para aqueles que lhes dizem respeito”.

“É para ele, porque, afinal, tudo mais com ele entende que orientarei minha ação administrativa”. (JORNAL *O IMPARCIAL* apud FERNANDES, 2003, p. 116).

No campo literário maranhense, igualmente se utilizou o critério das mudanças históricas – como a prosperidade em contraste à decadência – para se estabelecer a divisão dos ciclos ou gerações literárias, tal qual a proposta por Meireles (1960):

Enquanto vivemos a economia colonial, até o fim do século XVIII, não tivemos cultura (literária, que esta é da especialidade da terra) própria; apenas a literatura dos cronistas.

Entrando, porém, o século XIX, feita a Independência, emancipamo-nos da antiga metrópole tanto econômica como culturalmente, embora sem ruptura dos laços que nos prendiam e prendem, através da mesma tradição, e uma origem comum. E, então, vemos no ciclo econômico do algodão, que poderá ser limitado no tempo à primeira metade da centúria, caber, rigorosamente, o ciclo literário do chamado Grupo Maranhense (1832/1868), dominado pelo espírito humanístico dos doutores e bacharéis de Coimbra e Olinda, embora trabalhado pelas ideias emancipadoras, e que foram os filhos dos nossos grandes senhores rurais; ao ciclo da cana de açúcar (1864/1888), compreender o segundo ciclo literário (1868/1894) quando a província, com larga projeção política no cenário nacional, não mais se satisfazer com o ter, em sua capital, um “grupo” românticista, embora com larga irradiação além das fronteiras regionais, e exporta os seus valores intelectuais, ainda incipientes, para que, na Corte, se façam e se firmem como nomes nacionais, apenas nascidos no Maranhão.

[...] sobrevinda a República, e com ela o desequilíbrio e decadência econômicas consequentes da Abolição, estende-se, do último decênio do século XIX para o primeiro quartel do século XX, o ciclo decadentista (1894/1932), em que o Estado, vivendo das glórias daquele passado e dos poucos sobreviventes do segundo ciclo que ainda o representavam no sul (e não só no campo das letras como no da política com o fazê-los geralmente seus representantes nas duas casas do Parlamento), apenas procura lutar por que não se apague a chama daquele ideal e se não perca a tradição que lhe deu as glórias de Atenas do Brasil. (MEIRELES, 1960, p. 345, *grifos nossos*).

A afirmação por nós destacada ilustra o que Faria (*apud* CARDOSO, 2013) chama de “equação pronta”: a Atenas Brasileira, fruto do sistema agroexportador, manteve uma relação diretamente proporcional com a Idade de Ouro, alicerçando-se, assim, a primeira geração literária maranhense; por sua vez, “o ciclo decadentista”, ou seja, a terceira geração de literatos, coincide com o período nefasto do Maranhão. Nesse sentido, “a ideologia da decadência” perpassou e, ao mesmo tempo, incentivou as ações dos *Novos Atenienses*, que incorporaram os paradigmas vigentes para promover questionamentos sobre o progresso econômico e intelectual do Estado, tendo em vista que o corolário de problemas vividos – que atravancavam a prosperidade da civilização – deveria ser modificado através de uma *reanimação*, ou seja, de intervenções propostas por aqueles que não deixariam a marcha civilizacional desaparecer. Formando-se, então, em um contexto de múltiplos enfrentamentos, a geração emergente, não mais vivendo sob o signo de um dos grandes centros do país, como no início do Império, tinha por conjuntura o receio de seu berço cair no esquecimento e na letargia.

Os intelectuais do séc. XX estão dentro de uma longa *démarche* que provavelmente teria nascido no séc. XIX: de imaginar o Maranhão como lugar que um dia já possuiu “destaque”. Entretanto, por força das contingências históricas – por eles explicados dentro de uma mesma lógica orientada pelos clássicos do séc. XIX –, mergulhou em um sono profundo, colocando, a princípio, a província e depois o Estado, em uma situação deplorável de pobreza e miséria. (BORRALHO, 2011, p. 38-39).

A par desse quadro – perseguindo um ideal de reencarnação histórica – os *Novos Atenienses* foram os responsáveis por nutrir o cenário cultural tendo por estímulo a época em que São Luís foi condecorada com o epíteto de *Atenas Brasileira*. Nessa perspectiva de que era necessária uma dinâmica social que se voltasse contra o *status quo* vigente, Martins (2006) enfatiza que os intelectuais maranhenses viviam em um contexto de relações paradoxais: por um lado, sentiam uma angustiante sensação de impotência diante de um Estado mergulhado em uma profunda crise econômica, política e moral; por outro, reuniam as diminutas forças disponíveis para intervir “nessa realidade movediça”.

O clima de desânimo e a sensação de impotência dos *Novos Atenienses* são ainda mais acentuados quando o referente por eles tomado são os *homens de letras* que compuseram a geração dos *Atenienses*: as grandes figuras do *Grupo Maranhense*, quase todos por razão de óbito, deixaram, além de seu legado literário, político e cultural, o sentimento de melancolia para os que se autoconclamavam

seus *herdeiros*. O sentido da morte, nesse caso, propõe Borralho (2010, p. 54-55), era dual, diacrônico, pois se liga ao desfecho do Maranhão, com sua convalescença; e, ao mesmo tempo, é afirmação de que o passado – tal qual vivido pelo primeiro ciclo literário – embora perto, não voltará mais, já que fora idílico e inimitável, “pois fez surgir o que o Maranhão era, ou a forma como os maranhenses se viam ou gostariam de ser [...], era morte que produzia vida, lembrança, motivo de memória”.

Lobo⁸⁸ (2008, p. 33-34), endossando a situação mencionada, afirma que a extinção do *Semanário Maranhense*⁸⁹ – onde “colaboraram todos os espíritos superiores da época, não só os que já vinham do passado, como também os que posteriormente haviam surgido para as letras” – foi o *canto do cisne* para os que faziam parte da brilhante geração literária. Sendo assim, buscando outros modos para sobreviver, muitos intelectuais, senão emigraram para outros lugares do país, dedicaram-se a atividades de “ordens práticas”, diferentes de “suas preocupações de outras eras”. Delineando sua narrativa a partir dessa conjuntura, o autor de *Os Novos Atenienses: Subsídios para a História Literária do Maranhão* é enfático ao afirmar que já não havia vida literária local e, se o Maranhão continuava a ser representado na cultura geral brasileira, não era pelo que se fazia em suas terras, mas sim pelo que desenvolviam, na capital do país, os muito cedo emigrados, “os herdeiros diretos de nosso nome literário, os únicos que nos asseguravam ainda incontestado direito ao realçante cognome de Atenas Brasileira”. (LOBO, 2008, p. 37). Para os que ficavam no Estado, este era o quadro descortinado:

Começou então para o Maranhão essa tristíssima e caliginosa noite, em que, por tão longo tempo, viveram imersas as suas letras, noite cortada, por vezes, pelo clarão fugidio de algum astro errante, que para logo se ia eclipsar na morte, ou perder-se na distância a que era impelido pelas inelutáveis fatalidades da sua trajetória.

Pouco a pouco se foram obliterando as reminiscências das épocas fecundas do passado, e o espírito público desabitado ao espetáculo dos torneios literários e inspirando-se no critério daqueles que apenas viam, no cultivo desinteressado das letras, uma simples diversão de ociosos e de pelintras[...].

As raras tentativas de reação contra esse estado de coisas, que, de quando em vez, a medo apontavam, viam-se irremediavelmente condenados ao fracasso, por falta absoluta de repercussão alentadora no meio social em que se produziam. E os seus promotores, ante a barreira inexorável da indiferença pública, indiferença em alguns casos, transformada até em

⁸⁸ Antônio Lobo (1870-1916), segundo opinião de Jomar Moraes no prefácio de *Os Novos Atenienses: Subsídios para a História Literária do Maranhão*, é “a mais importante figura de líder intelectual de sua geração [dos Novos Atenienses], “foi o principal agitador de ideias de seu tempo e o entusiasta da renovação mental do Maranhão”.

⁸⁹ Para efeito de divisão didática e metodológica, Moraes (1979) aponta que o primeiro ciclo da literatura maranhense foi encerrado com a extinção do *Semanário Maranhense*, em 1868, e iniciado em 1832, com a publicação de “Hino à tarde”, de Odorico Mendes.

agressão, exercida por certos órgãos de publicidade, ou desanimavam de vez, submetendo-se às injunções de que eram alvo e indo engrossar as fileiras dos *homens práticos* incensados pela opinião, ou então, quando sentiam as espinhas rebeldes aos salamaleques requeridos, emigravam da Província, indo levar a outras mais afortunadas o concurso precioso dos seus talentos e da sua atividade. (LOBO, 2008, p. 35).

Apesar das adversidades sofridas, o saudosismo e a decadência cultural observados não foram, para a geração literária que ascendia, uma barreira que os impossibilitasse de lutar contra “*essa tristíssima e caliginosa noite*”, pois os jovens intelectuais – nascidos entre as décadas de 1870 e de 1890⁹⁰ – nutriam-se, conforme Martins (2006, p. 132), da reverência, da inspiração, do exemplo e do contato possíveis de serem hauridos a partir dos emigrados [...], dos remanescentes do Grupo Maranhense. A força motriz, portanto, era advinda de uma juventude que, em nome de uma tradição e sua representatividade, empreendeu uma série de projetos de revitalização e de ações concretas e longevas, cujo objetivo, *a priori*, era “extirpar do Maranhão a modorra, a letargia contagiante, em que se debatia a sociedade” (*Idem, Ibidem*, p. 132). As palavras de Lobo (2008) ilustram esse quadro conjuntural:

Aos anos de apatia e de marasmo, que se seguiram à brilhante e fecunda geração agitação literária de que foi teatro a capital deste Estado, nos meados do século findo, e que ficará marcando, para honra e glória nossa, uma das épocas mais fulgentes da vida intelectual brasileira, **substituiu-se, afinal, uma fase franca de revivência intelectual que, desde o seu início, vem progressivamente caminhando, cada vez mais acentuada e vigorosa, destinando-se a reatar as riquíssimas tradições das nossas letras, que a muitos se afiguravam já totalmente perdidas.** (LOBO, 2008, p. 23-24, grifos nossos).

Borrvalho (2011, p. 76) pontua que, a despeito do pensamento e dos feitos dos literatos que compõem parte deste grupo de intelectuais, repousa uma imagem valorativa “de passividade”, ou seja, uma exaltação da “qualidade da pena” ou “bela letra” dos que ensejaram a *Atenas Brasileira*. Destaca o autor que perder a tradição de um Maranhão culto e civilizado no âmbito intelectual significava “perder importância ou reconhecimento dentro do poder simbólico das letras”. Nesse caso – perpassados pelo discurso da decadência – os jovens do século XX construíram-se identitariamente como *herdeiros* de seus prógonos, asseguradores e responsáveis pela preservação/continuação das tradições culturais do Estado. Esta reapropriação,

⁹⁰ De acordo com Martins (2006, p. 117-118), em termos geracionais, os Novos Atenienses incluíram os nascidos entre 1870 e 1890, assim como alguns intelectuais identificados como da segunda geração, e ainda alguns oriundos do “grupo primacial”, como Sousândrade e César Marques.

compreendida como estratégia de legitimação e consolidação, foi assim interpretada por Nascimento (2011, p. 247):

Os intelectuais maranhenses na Primeira República, ao se designarem como os novos atenienses, buscavam exatamente se apropriar dessa herança representada no imaginário da *Atenas Brasileira*. Penso ser importante pensar a noção de herança como Capital simbólico condensado, cujo legado é elaborado por gerações posteriores de intelectuais, capaz de ser apropriado por diferentes grupos e distintos objetivos. A noção de herança pressupõe uma tradição elaborada a partir de um referencial destacado como ápice de certa trajetória intelectual. Como não há, na maioria das vezes, testamento e nem herdeiros diretos, a herança simbólica é disputada por diferentes grupos e necessita de formas legítimas de apropriação, que possam operar uma transmissão verossímil de Capital simbólico.

É importante pôr em relevo que “a mocidade estudiosa” – apropriada da herança condensada a partir do imaginário da *Atenas Brasileira* – teve por farol não só os seus antecessores, mas também intelectuais com quem conviviam em seu tempo/espço. Dentre eles, há um destaque dado pelos críticos e pelos historiadores a Manuel de Béthencourt, distinto professor de Filosofia do Liceu Maranhense, que, através de suas iniciativas de revigoração cultural e de seu carisma, ganhou “a confiança de parte da juventude letrada de São Luís” (MARTINS, 2006, p. 122). Das ações que fomentou, as palestras noturnas – chamadas de “cavacos” – que realizava foram exponenciais para movimentar as discussões sobre o mundo das artes, pois propiciavam aos jovens conhecer obras de intelectuais do Brasil e do exterior. A essa relevância, enfatizou Lobo (2008, p. 38-39):

No ano da proclamação da República, um punhado de estudantes, quase todas as noites, habitualmente, se agrupava em torno à banca de trabalho de Manoel de Béthencourt, professor de Filosofia do Liceu e, indubitavelmente, um dos espíritos mais lúcidos e cultos que, nestes últimos anos, têm vivido no Maranhão.

Chamavam-se esses estudantes, de cujo número faziam parte o autor do presente folheto [Antônio Lobo], Aluísio Porto, Antônio dos Reis Carvalho, I. Xavier de Carvalho, Euclides Marinho, Montrose Miranda, Manoel Miranda etc.

Manoel de Béthencourt acolhia-nos a todos amistosamente, em franca e íntima camaradagem, sem que procurasse afetar os ares clássicos do mestre-escola, a dominar pela carranca conselheiral e doutrinária, a assembleia de alunos que lhe circundava a banca. Ouvia-nos as parolices, interessava-se pelas opiniões que expendíamos, escutava a leitura dos ensaios literários que submetíamos à sua apreciação, resolvia as dúvidas que lhe propúnhamos, fornecia-nos todas as informações que do seu saber solicitávamos e não raro fazia coro conosco nessa tarefa, tão cara à irreverência indomável dos primeiros anos, e que deveria mais tarde ser cultivada como uma preciosa e útil qualidade, de desancar, pela troca, os grandes ídolos convencionais do oficialismo, da burocracia, do magistério etc., etc.

Em decorrência dessa troca de saberes e dos debates erigidos, Béthencourt criou, com participação direta da juventude a quem orientava, o periódico literário *O Século* (1889), cuja publicação objetivava, além de difundir aspectos das discussões efetuadas por ele e seu grupo, dar visibilidade à produção literária dos “*frutos selvagens* carentes de reconhecimento de seus conterrâneos”. (MARTINS, 2006, p. 122). Em meados da década de 1890, outros dois periódicos orientados por Manoel de Béthencourt surgiram: *Filomatia* e *O Estudante*, sendo o primeiro dedicado, dentre outras vertentes, a descrever o momento histórico vivenciado pela sociedade regional, que enfrentava a tão reafirmada *crise* causadora dos “óbices travadores da entrada do Maranhão nas sendas do progresso almejado e da modernidade”. (*Idem, Ibidem*, p. 123).

Apesar de ter havido este notável conjunto de fatos, e de serem consideradas de boa qualidade as produções literárias e científicas, Lobo (2008) – em tom de desconsolo – cita a efemeridade de *O Século*, desaparecido após um ano de sua publicação inicial em virtude da falta de materiais de subsistência; o malogro de *Filomatia* e de *O Estudante*; o rareamento dos “cavaqueadores literários” e; a definitiva partida, em 1898, de Manuel de Béthencourt para Manaus, como fatores que ameaçavam, mais uma vez, haver uma estagnação literária local.

Como as sendas da literatura maranhense parecem, muitas vezes, estar envoltas em acontecimentos singulares, Antônio Lobo (2008, p. 46) – através do caráter testemunhal de sua obra – lança as bases para uma das simbologias mais caras para os *Novos Atenienses*: atribuir à vinda de Coelho Neto, em 1889, o “início da vigorosa e promissora renascença literária a que de presente assistimos”, ou seja, a presença de um dos mais importantes emigrados do Maranhão foi, em outras palavras, o marco precípua da “revivência intelectual” realizada pelos formadores do terceiro ciclo literário maranhense. O contexto em que se operou essa formação imagética concerne aos preparativos empreendidos para receber Coelho Neto quando este veio a São Luís em nome da Comissão Central dos Festejos Comemorativos do Centenário da Descoberta. Para ocasião, Lobo (2008, p. 45) destaca que, depois de realizada uma reunião com “os representantes das principais classes sociais”, organizou-se uma grande recepção para o literato, o qual – respondendo com uma “peça oratória emocionada e brilhante” – travou “o brinde de ouro” com Sousândrade, “único sobrevivente da fecunda geração literária de outros tempos”.

Dessa forma, tendo em vista o cenário de letargia vivida após o encerramento dos periódicos lançados no tempo de Béthencourt, a passagem de Coelho Neto por sua terra natal representou o “papel de detonador de energias represadas, em face do malogro de iniciativas intentadas visando o soerguimento cultural do meio esterilizante” (MARTINS, 2006, p. 125); por sua vez, o encontro com o poeta do *Guesa errante* foi “o símbolo grandioso de duas gerações [...] que prosseguiram na tarefa nobre do restabelecimento dos créditos mentais da terra feliz que lhes serviu de berço”. (LOBO, 2008, p. 46). Esse acontecimento – ratificado por historiadores da literatura e da cultura – foi descrito por Humberto de Campos em suas *Memórias*:

O Maranhão ressonava, desde o crepúsculo vespéral da monarquia, quando haviam emigrado para o sul e para o norte os mais belos espíritos que a província então produzira, num fundo sono, vizinho da morte. De súbito, aparece-lhe, cercado de sua glória risonha e nascente, em visita ao seu berço natal, em 1899, Coelho Neto. À sua voz de pastor, as ovelhas se levantam, a juventude maranhense, vencida antes de combater, toma-se de coragem. Um sopro ardente de vida e de esperança congrega os atenienses, que já haviam esquecido os grandes vultos da pátria. E funda-se a “Oficina dos Novos”, destinada a operar, num milagre, a ressurreição do espírito literário, e que veio a oferecer, efetivamente, ao Maranhão, a sua última geração de escritores com projeção fora do Estado. (CAMPOS *apud* MORAES, 1979, p. 204).

Como frutos desse “sopro renovador”, os *Novos Atenienses* – que tiveram outras influências, como a de Fran Paxeco⁹¹ – foram protagonistas/agentes da criação de algumas associações literárias cujo objetivo era não só reanimar a cultura maranhense, bem como trazer à tona, através de seus escritos e de suas discussões, a situação decadente que pairava sobre o Estado, ressentido ainda da abolição da escravatura, da mudança de sistema político, da crise no âmbito agroexportador, do constante fluxo de emigração de intelectuais, entre outros aspectos. Notadamente, as duas agremiações que mais se destacaram – por sua importância e pela querela entre seus líderes (Antônio Lobo e Nascimento Moraes) – foram a *Oficina dos Novos* (1900) e *Renascença Literária* (1901), sendo esta última uma dissidência da primeira. Segundo Martins (2006, p. 113), o clima de rivalidade entre as duas associações contribuiu, sobremaneira, para elevar o tom dos debates em nível regional, fazendo com que os intelectuais entrassem “em franca produção”, inspirando outros jovens ao exercício das letras. Sendo assim, os “operários da

⁹¹ O português Francisco Manoel Paxeco foi um dos membros mais proeminentes do movimento dos Novos Atenienses. Dentre suas obras, destaca-se *Geografia do Maranhão* (1923).

saudade” publicaram alguns periódicos⁹², como *Os Novos* – ligada ao grupo de Lobo – e *A Renascença* – pertencente ao grupo de Moraes –, nos quais emitiam opiniões sobre livros, divulgavam versos, breves biografias e contos, entre outras esferas de suas produções letradas.

Em um panorama que envolvia profissionais dos mais distintos ramos – dentre os quais historiadores, geógrafos, filósofos, advogados, literatos, médicos – Martins (2006, p. 115) afirma que, sob o signo de um sistema político desenvolvido como uma “ampla fábrica de exclusões”, os *Novos Atenienses* tiveram como um dos marcos fundamentais uma reflexão sistemática sobre o Maranhão, no sentido de expor e de repensar as suas mais profundas entranhas, escancaradas durante a República Velha. Nesse sentido, enfatiza o historiador, a “eles competia realizar o mapeamento dos entraves paralisantes da vida ativa regional e indicar alguma projeção de futuro que engendrasses uma realidade estadual renovada”. No âmbito literário, obras como *A Crise* (1902), *A Nova Aurora* (1913) e *Vencidos e Degenerados* (1915) – respectivamente escritas por Manuel de Béthencourt, Astolfo Marques e Nascimento Moraes – apresentam as pronunciadas “*rachaduras solarescas*” reinantes na capital e no interior do Estado, lugares que, não só na ficção, apontavam para a ressentida decadência estrutural. Com base nessa problematização da realidade maranhense, que não era tecida apenas como fundamentação estética para textos literários – já que discutida por meio da imprensa, da política, da administração –, observamos que, ficando raízes em seu torrão natal, a geração de Nascimento Moraes foi diferente de suas predecessoras, pois agiu diretamente em seu berço, preocupando-se com suas mazelas, seus conflitos, empreendo, ainda, esforços para que as tradições da *Atenas Brasileira* continuassem imorredouras. Dessa forma,

Os Novos Atenienses operaram, evidentemente, uma mudança substancial no ambiente cultural do Maranhão, durante o espaço temporal compreendido entre os anos de 1890 e as três primeiras décadas do século XX. Foram eles responsáveis pela reavaliação e resignificação do universo de representações existentes acerca da realidade regional, instituídas sob a égide de outras referências. Por outro lado, entronizaram novas representações nesse mesmo universo simbólico, em decorrência da intervenção procedida, através da qual pretendiam compreender a natureza do processo histórico maranhense para elencar algumas providências necessárias ao soerguimento do Maranhão contemporâneo, avaliado por esses letrados como a vivenciar um nefasto processo de degenerescência dos alicerces que lhe deram notoriedade. (MARTINS, 2006, p. 146).

⁹² Lobo (2008), além dos periódicos *Os Novos* e *Renascença Literária*, cita a criação de *A Atualidade* (1900), *A Revista do Norte* (1901) e a *Nova Atenas* (1903).

Pensando-se em como ressignificar o presente – que emanava o discurso decadentista – e propor um futuro no qual houvesse lugares de memória para si e para seus luminares, os Novos Atenienses encetaram uma série de projetos e de ações que entrariam para a historiografia como símbolos de uma geração comprometida em salvaguardar e elevar a cultura intelectualizada, traçando, pois, um perfil identitário maranhense calcado em acontecimentos notáveis, à semelhança do que ocorreu durante a formação do mito ateniense, quando o Estado recebeu visibilidade nacional. Destarte, por mais que o ciclo vigente não alcançasse tão distantes paragens, já que suas atividades não ressoaram em grandes centros, no seio local, as instituições e as associações criadas, bem como os centros reformados, demonstravam que a movimentação da intelectualidade tinha por orientação tornar dinâmico o carcomido sistema cultural das terras gonçalvianas. Parte da concretude desse dinamismo ocorreu a partir dos seguintes feitos:

[...] instituições sodalícias e de difusão cultural foram criadas ou reformuladas como a Oficina dos Novos, a Renascença Literária, a Academia Maranhense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e a Biblioteca Pública do Estado; foram criadas instituições escolares como a Escola Normal, a Escola de Música, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia; foram realizados eventos para atender interesses localizados como o Congresso Pedagógico, o Congresso de Lavradores e as Festas Populares do Trabalho e para atender a necessidades de celebrações cívicas como as edições comemorativas do descobrimento do Brasil (1900), da abertura dos portos (1908), da fundação de São Luís (1912), da independência do Brasil (1923) [...]. (MARTINS, 2006, p. 134).

[...] pulularam associações literárias e científicas como o Grêmio Literário Maranhense, a Cooperativa Sotero dos Reis, o Clube Nina Rodrigues, o Grêmio Odorico Mendes, entre outros, levadas a efeito pela juventude letrada oriunda do Liceu Maranhense, em especial, e de escolas secundárias privadas do Maranhão. (MARTINS, 2006, p. 177).

Outro campo de ação amplamente desenvolvido pelos Novos foi o periodismo, que – tendo por referencial o passado de uma imprensa dinâmica e de um estabilizado segmento de editores, cujo mercado e público consumidor iam além das fronteiras locais – foi fomentado no sentido de divulgar as produções e as discussões emergentes, assim como possibilitar que os intelectuais atuantes no ramo pudessem alcançar reconhecimento ao terem suas ideias difundidas e conhecidas pela sociedade. Não obstante, embora hajam existido muitos periódicos⁹³, uma constante observada era a duração efêmera de suas publicações,

⁹³ Martins (2006, p. 169) cita que, considerando-se a penetração nas cidades onde eram editados, os veículos de comunicação mais importantes durante a Primeira República no Maranhão foram *Diário do Maranhão*, *A Pacotilha*, *Federalista*, *O Imparcial*, *O Combate*, *A Hora*, *O Jornal*, *Diário de São Luís*, todos de São Luís; *O Norte*, de Barra de Corda; *Jornal do Comércio* e *Jornal de Caxias*;

fato ocorrido, principalmente, devido à conjuntura técnico-financeira: os custos com montagem e operação eram elevados, o declive econômico impossibilitava maiores investimentos das forças estaduais. Quanto a esse aspecto, temos que:

[...] nesse curto espaço de quarenta anos, de 1890 a 1930, foram concretizadas mais de 240 publicações diárias, hebdomadárias, quinzenais e mensais. Esse elevado quantitativo de cometimentos jornalísticos revela um apreciável dinamismo da imprensa regional, levando-se em conta que de 1821 a 1889, isto é, durante 68 anos, as publicações periódicas maranhenses não ultrapassaram a marca de 150 iniciativas. Se for considerado o meio século compreendido entre 1931 e 1980, o número de periódicos editados gira em torno de 150 títulos.

A grande maioria dos periódicos publicados durante a vigência da República Velha no Maranhão não ultrapassou o nível de iniciativas fugazes, de curta e de curtíssima duração, formando a grande imprensa regional e servindo de pousio para o exercício da atividade jornalística de expressiva parcela dos intelectuais. (MARTINS, 2006, p. 169).

Nessa atmosfera de adversidades, nomes como os de Antônio Lobo, Nascimento Moraes e Fran Paxeco – considerados, por Martins (2006), os expoentes máximos da geração dos Novos Atenienses – evidenciavam-se não apenas por sua presença e atuação em eventos sócio-culturais, mas também pela produção intelectual por eles desenvolvida, que, ao apresentar temas voltados aos fatos da vida regional, influenciava seus pares para continuarem agindo em prol da mudança do cenário de sofreguidão cultural. Consoante proposta de Lobo (2008), além das figuras centrais mencionadas, incluem-se no *ciclo decadentista* os poetas Inácio Xavier de Carvalho, Inácio Raposo, Corrêa Araújo, Costa Gomes, Vieira da Silva, Maranhão Sobrinho, Alfredo de Assis, Luso Torres, Luís Carvalho, Agostinho Reis, Humberto de Campos, Vespasiano Ramos, Francisco Lisboa Filho, Godofredo Viana (também prosador), Fabiano Vieira, Carlos Reis, Américo César e Altino Rego, Heráclito Matos, Lemos Viana, Arlindo Martins, Leonete Oliveira, Laura Rosa, Francisco Serra; e os prosadores Viriato Corrêa, Astolfo Marques, Domingos Barbosa, João Quadros, Fabiano Vieira, Antônio Lopes, Raul Pereira, Luiz Viana, Alfredo Viana, entre outros. Foram esses autores os responsáveis pela organicidade do sistema cultural na Primeira República, propiciando o surgimento de obras que, segundo Martins (2006, p. 148-149), apresentavam dois níveis interagentes de preocupações:

[...] de um lado, aqueles orientados para a discussão do contexto sócio-cultural vigente, propondo alternativas para o aperfeiçoamento do ser humano, da sociedade e de seus problemas e potencialidades; por outro,

aquelas direcionadas a reafirmar mitologias pretéritas consagradoras de uma posição singular atribuída ao Maranhão no universo intelectual brasileiro.

No primeiro caso, figuraram obras de inspiração sócio-humanística, produzidas por historiadores, geógrafos, pedagogos, políticos, sociólogos, etnólogos, antropólogos, etc, e aquelas oriundas da literatura médica e técnica, produzida por médicos, de várias especialidades e, por engenheiros. [...].

No segundo caso, enquadram-se as obras literárias. Nestas, apesar de na produção de alguns literatos constarem títulos cuja temática visava problematizar questões cruciais para alicerçar a reprodução da realidade inclusiva em novas bases, uma significativa parcela dessas peças literárias restou marcada pelo cultivo reiterativo e acrítico do patrimônio cultural instituinte da tradição ateniense.

De tudo o que descrevemos sobre os Novos Atenienses, uma consideração a respeito de sua representatividade merece reiteradas análises: no arcabouço discursivo por eles delineado, assim como na própria historiografia, é comum atribuir-se à sua conjuntura um panorama de “menoridade” quando se toma por referente “os maiores” da Atenas. Sobre isso, mais uma vez, o parâmetro observado é o ideário da decadência, o qual, além de enredar as produções intelectuais, acabava por levar toda a geração a ser associada a um clima de desestrutura no plano estético. Para termos dimensão do alcance dessa ossatura, Meireles (1960, p. 346) – em sua *História do Maranhão* –, ou seja, em uma obra cujo intuito é mostrar um ponto de vista sobre os desdobramentos e os acontecimentos do Estado – afirma que a fase vivida pelos Novos “foi inferior às dos ciclos anteriores”, embora tenha se caracterizado pelo sadio empenho na luta pelo restabelecimento dos “foros de grandeza intelectual da terra”. Da mesma forma, alguns veículos de comunicação contemporâneos também corroboravam com essa visão, a exemplo do periódico *Filomatia*⁹⁴ que, em 1895, estampava em suas páginas que, dado ao meio decadente e à cultura intelectual apoucada, “o presente do Maranhão [era] por demais inferior a seu passado, a êsse passado onde eram menores as escolas, e maiores os alunos”.

A despeito dessa condição, Borralho (2011) afirma que, ao se estabelecer um quadro comparativo entre as distintas fases da produção literária maranhense, os historiadores literários – e conforme vimos, os próprios partícipes da terceira geração –, subsidiam um aparato conceitual que torna quase inválida qualquer proposta de análise no plano das letras sem que se recorra a uma análise comparativa. Em consequência, criaram-se – graças à notoriedade local e nacional do primeiro ciclo literário – os estereótipos de “melhor” ou “pior” de tudo que viria

⁹⁴ Citado por Martins (2016).

após o Grupo Maranhense. Problematizando esse “diagnóstico”, Martins (2006, p. 141) pontua que, se a elite letrada concebia-se como “menor”, devia-se ao fato de ter desempenhado um papel voltado ao cumprimento das exigências contemporâneas, como “a instituição de um campo cultural efetivamente articulado por autores, obras, temáticas, público, editoras, instituições, eventos e demais elementos necessários para garantir movimentos a esse campo”. Em outras palavras, as diferentes preocupações entre as fases literárias faziam com que os trânsitos da vida fossem endereçados a outros caminhos. Basta pensar, nesse sentido, que, se os Novos Atenienses não conquistaram a consagração nacional, foi, também, em virtude da necessidade de realizar mudanças em sua terra de origem – daí vermos serem construídos um patrimônio nunca antes erguido no Maranhão e um acervo institucional que, em parte, ainda hoje se mantém no tempo e no espaço. Sendo assim, não parece justo legar o termo “menor” aos Novos Atenienses, pois, embora a atuação do grupo seja pouco conhecida na sociedade, foram eles responsáveis por, em nome de uma tradição, efetivar ações em um Maranhão repleto de infortúnios.

Em vista da natureza da intervenção operada pelos Novos Atenienses, em nossa opinião, longe de fazerem na penumbra da história intelectual do Maranhão, para onde quase sempre os remete a historiografia regional, os integrantes dessa elite de letrados devem nela ocupar um lugar consentâneo à natureza e às especificidades da produção intelectual por eles realizada tendo por norte repensar o Maranhão, à medida que a atuação deles incidiu sobre lacunas cruciais para o esforço de consolidação de linhas evolutivas da formação maranhense. Dessa maneira, ao reabilitarem o convívio com dinamismos específicos da vida cultural regional, assentaram bases para que ela pudesse caminhar minimamente sobre seus próprios pés, estabeleceram a sementeira, bastando, conforme criam, adubá-la e regá-la para que a colheita se revelasse minimamente pródiga. (MARTINS, 2006, p. 144).

Sob essa ótica, e coadunando com Corrêa (2017, p. 250), reforçar as bases de uma análise comparativa entre “as capacidades dos intelectuais reconhecidos (maranhenses do Maranhão) e dos intelectuais desconhecidos (maranhenses no Maranhão) fabricou uma tradição histórica de ressentimento”, permitindo que, aos “desconhecidos”, ocorresse uma diminuição da retórica dos méritos, enquanto aos “reconhecidos” pairasse uma superestima. Em relação a perspectivas enrijecidas como essa, é necessário que não sejam desconsiderados alguns fatos: as condições de produção e de atuação de cada um dos ciclos literários maranhenses, conforme observamos, foram perpassadas por temáticas e concepções teóricas distintas e, assim, o produto de suas intervenções responde a anseios e a objetivos

igualmente diferentes. No caso dos Novos Atenienses, os *frutos selvagens* – respondendo a questões cujo referente, entre os outros, era o Maranhão – deixaram por legado uma série de obras, de periódicos, de instituições que contribuem para que reafirmemos que o papel por eles desempenhado não foi de secundária importância, pelo contrário, já que, vivenciando um meio adverso, foram cabais na construção da identidade de um estado que relutava em vivificar as glórias de um passado.

4.3 Nascimento Moraes no cenário intelectual da Primeira República

Jornalista vigoroso, de pena flamante e enrijada em lutas memoráveis, *mestre* Nascimento é uma das últimas glórias do Maranhão do passado.

Academia Maranhense de Letras

Em 19 de março de 1882, a capital maranhense via nascer mais um filho seu: José do Nascimento Moraes; no dia 22 de fevereiro de 1958, morria esse mesmo filho, após uma vida inteira dedicada à sua terra, à sua língua, à sua literatura. Foi “poeta, romancista, crítico literário, cronista, crítico teatral, ensaísta, homem de jornal”. Essa descrição, dada por Josué Montello, originalmente, no *Jornal do Brasil* (01/04/1958), na coluna *Areia do Tempo*, e apresentada na coletânea de crônicas *Escritores Maranhenses* (1955-1965), publicada em 2017, ressalta atributos que ficaram marcados na história da Literatura Maranhense quando o referente é Nascimento Moraes. Montello (2017, p. 48), ao tecer sua crônica sobre este que foi um de seus mestres no Liceu Maranhense, afirma que foi um dos guias de suas leituras essenciais e, tendo-o como um amigo, podia sentir “a grandeza de sua inteligência e de sua cultura”.

Sobre a trajetória de seu mestre, o autor de *Os Tambores de São Luís* propõe que poderia ter dado enredo a um romance cujo foco fosse “escritores que ficam na Província e perdem lá mesmo, no volver do tempo, as suas belas ilusões” (*Idem, Ibidem*, p. 47). De fato, o localismo do qual se ressentia Montello, que talvez tenha contribuído para a falta de “uma irradiação maior” do nome de Nascimento Moraes, foi um dos óbices e uma das bandeiras dos Novos Atenienses. Ficar em São Luís – no contexto de decadência vivido e descortinado por Nascimento em suas obras – era sinônimo de lutar contra o reiterado quadro de uma cidade esfacelada e que pouco tinha a oferecer quando o assunto eram os meios concretos para se desenvolver o ofício de literato e por isto haver reconhecimento. Como

afirma Corrêa (2017, p. 243), os intelectuais maranhenses apresentam-se entre os que se deslocavam e os que permaneciam – os primeiros, segundo ele, aventuraram-se pela necessidade, “em um ato de vontade do contexto ambiental [...] marcados pela tradição, com o compromisso de vencer na literatura”; e os segundos, contemporâneos das circunstâncias materiais da decadência, em um conjunto que se diferenciava das décadas passadas, construíram um trabalho intelectual baseado no autodidatismo, longe dos centros universitários, como os de Lisboa, Paris, Recife e Rio de Janeiro. Nesse sentido, levando em consideração aquilo que Nascimento foi – “um escritor talentoso, de forte vigor de espírito, mas exilado do reconhecimento nacional” (*Idem, Ibidem*, p. 244) – e não as projeções do que ele poderia ter sido, atuou largamente em seu torrão natal, ao lado de homens como Antônio Lopes e Corrêa de Araújo, para “enfrentar guerrilhas, quase sempre inglórias, na Ilha de São Luís” (CORRÊA, 2001, p. 167).

Nascimento Moraes foi, em sua genealogia, filho de Manoel do Nascimento Moraes e de Maria Catarina Vitória, respectivamente, um mulato, sapateiro, que combateu na Guerra do Paraguai, sem ter recibo qualquer condecoração; e uma escrava, que para ajudar no sustento da família, vendia frutas. Os pais do autor de *Puxos e Repuxos* (1910), *Vencidos e Degenerados* (1915), *Neurose do Medo* (1923)⁹⁵ e um imenso cabedal de crônicas eram analfabetos. Essa condição de pobreza e de escassez de acesso à educação formal, tão comum na São Luís de outrora, longe de ser um fator determinante para que Nascimento fosse mais um na lista dos desinstruídos na República, foi sinônimo de luta, de superação e da vontade de vencer por meio da educação. Em sua formação, ocorrida durante a transição do século XIX para o XX – ou seja, em meio a um estado imerso em transformações políticas, econômicas e culturais –, frequentou o curso preparatório do Liceu Maranhense e, de forma rápida, movido por idealismos, passou pela Academia Militar. Tornou-se, através de concurso no qual havia concorrentes do quilate dos irmãos Antônio e Raimundo Lopes, professor da cátedra de Geografia no Liceu Maranhense. Lecionou ainda essa mesma disciplina e Português em escolas privadas de renome da São Luís de seu tempo.

⁹⁵ Nascimento teve quatro obras publicadas: *Puxos e Repuxos* (1910), compilação de artigos do jornal *Correio da Tarde* a respeito das polêmicas que travou com Antônio Lobo; *Vencidos e Degenerados*, seu único romance, publicado em 1915; *Neurose do Medo* (1923), de cunho notadamente político; e *Contos de Valério de Santiago* (1972), publicação póstuma que reúne contos escritos na *Revista Atenas*.

Considerado uma figura ímpar na geração dos Novos Atenienses, Nascimento Moraes “impôs-se no concerto sócio-cultural maranhense do seu tempo após vencer, pela instrução formal, as barreiras sociais interpostas ao fato de ser ele originário de pais analfabetos, pobres e negros” (MARTINS, 2006, p. 159). Nesse sentido, conforme afirma Moraes (1979, p. 214), “vencendo as naturais restrições de um meio acanhado pelas discriminações de origem familiar e preconceitos diversos”, nada melhor sintetizaria a figura de Nascimento que a frase “Eu sou lutador”, inscrita no busto em homenagem ao escritor na Praça do Panteon. Essa memória monumental, que, em três vocábulos, mostra “tudo quanto, ao longo de sua vida fez e foi Nascimento Moraes” (*Idem, Ibidem*, p. 214) não faz mais parte da praça referida, sendo encontrada apenas nos relatos dos historiadores e dos críticos literários, os quais ratificam que sua produção foi marcada por uma trajetória de afirmação, de superação e de confrontos desde os caminhos trilhados para que tivesse formação, até as veredas em sua carreira de professor, literato e jornalista.

Do conjunto das características multifacetadas desse “lutador”, destacam-se suas polêmicas com outros escritores de sua geração que ainda hoje são tomadas como um dos principais símbolos quando seu nome é lembrado; seu apreço (e conhecimento) pela gramática, usada – muitas vezes – como *arma* para criticar seus pares⁹⁶; e, sobretudo, suas obras que se tornaram representativas da condição social do Maranhão em sua mudança de século – XIX e XX.

Um dos aspectos basilares da primeira característica aludida diz respeito à própria formação dos Novos Atenienses, geração literária que agrega um período da literatura maranhense em que houve a afirmação da necessidade de um soerguimento cultural que mantivesse a tradição ateniense, consolidada por homens como Gonçalves Dias, João Lisboa, Coelho Neto, mas que se encontrava na tão reafirmada letargia. Incluído, pois, no círculo da saudade de um passado visto como incomparável, Moraes foi membro, primeiramente, da *Oficina dos Novos*⁹⁷ (1900) e,

⁹⁶ Nascimento Moraes, no conjunto das críticas que realizou, destacou-se pela urdidura com as questões gramaticais dos textos que chegavam às suas mãos. Em suas análises, observava e corrigia, conforme Cardoso (2013), desde as construções sintáticas, pontuações, concordâncias e regências até aspectos da literalidade, como a métrica, a forma, o ritmo dos versos e, inclusive, as imagens poéticas construídas pelos escritores. Utilizando seu sólido conhecimento sobre esses assuntos, foi rígido e depreciativo quanto a muitos trabalhos, o que, para Araújo (2011, p. 45), pode ser compreendido tanto como uma tentativa de desqualificar a capacidade de outrem para a vida literária, como uma maneira de se autopromover para usufruir do “status de homem de letras”.

⁹⁷ Segundo Araújo (2011), Nascimento Moraes, em *Puxos e Repuxos*, afirma ter sido o primeiro presidente da *Oficina dos Novos*, posto que foi creditado a Francisco Serra em *Os Novos Atenienses: subsídios para a História Literária do Maranhão* de Antônio Lobo. A pesquisadora, partindo do

um ano após, da *Renascença Literária*. Essas agremiações, vistas como duas das principais casas de cultura/literatura da Primeira República, foram consideradas polos catalisadores da juventude maranhense, assim como figuraram como centros de onde emanavam uma intensa rivalidade entre seus líderes – Antônio Lobo e Nascimento Moraes – registrada nos jornais de que faziam parte. Um dos fatos que compuseram essa relação estremeada está registrado, indiretamente, em *Os Novos Atenienses* (2008) de Lobo, quando este cita, sem quaisquer aprofundamentos sobre as causas, que a *Renascença Literária* “desligou-se da Oficina”. Moraes, referindo-se a esse episódio, ressignifica, de modo categórico, a colocação de Antônio Lobo:

Fala o homem no celebrado livro em dissidência literária, e então explica que um grupo de moços se desligou da Oficina para formar a ‘Renascença Literária’, e diz mais que esses homens foram: I. Xavier de Carvalho, Nascimento Moraes, M. George Gronwell, Octavio Galvão, Rodrigues d’Assumpção, Leoncio Rodrigues, Leslie Tavares e Caetano de Souza. Perguntamos: - que membros ficaram na Oficina dos Novos? Três, apenas: João Quadros, Astolpho Marques e Francisco Serra, porque todos, ao contacto de um estragado que chegava, e que Lobo sem nada ser na Oficina, simples amigo e collega de Francisco Serra, queria impôr como a sabença das sabenças. (...) O que Lobo queria fazer com a Oficina dos Novos, e o que conseguiu depois, era um grupo de rapazes que o apoiasse, que lhe batesse palmas, que lhe glorificasse o nome e o do mano [Fran Paxeco]. Muita gente entrou pr’ali à murro. Quando mal esperava estava aceito sócio, a representar um morto illustre! Muitos não ligavam importância à coisa, mas outros, inexperientes, não tiveram remédio senão engrossar ‘os homens’ com todas as veras. (MORAES *apud* ARAÚJO, 2011, p. 32).

As discordâncias entre esses homens de letras não se restringiram ao nível do “ponto de vista” da conjuntura inicial dos Novos Atenienses e o lugar ocupado pelos intelectuais nesse momento, uma vez que ambos travaram singulares contendas nas páginas dos periódicos, a exemplo dos jornais *Pacotilha*, *Diário de São Luís* – porta-vozes de Lobo e seus pares⁹⁸ – e *Correio da Tarde*, de onde partiram algumas publicações de Moraes. Entre os ferrenhos apontamentos de cunho gramatical e sobre a profundidade dos temas abordados nos textos de seu contemporâneo, a crítica mais contundente – a partir das colocações de Araújo (2011, p. 33) –, a nosso ver, de Moraes a respeito de Lobo, concerne ao fato daquele ter afirmado que este trazia, em seu projeto, não só a intenção de contribuir

princípio de que o livro de Lobo tem sido usado como fonte referencial, aponta que a preocupação de Moraes quanto ao assunto citado é significativa, já que sua versão não é a mais propagada.

⁹⁸ É relevante mencionar que Nascimento Moraes não teve desavenças e teceu opiniões que lhe renderam dissabores – e a fama de polemista – apenas com Antônio Lobo. Para que se conheçam outros casos, sugerimos a leitura do estudo de Cardoso (2013).

para o renascimento de um passado adormecido, mas também “manter e reafirmar valores sociais e raciais que o atingiam (e o excluía) diretamente”. Nesse caso, coloca-se no plano interpretativo, uma visão corrente quanto a este aspecto: Lobo pertencia à elite tradicional ludovicense, ligava-se aos espaços de legitimidade do poder⁹⁹; Nascimento, que se distanciava dessa realidade, apesar de seu conhecimento e de sua influência, não foi isentado de sofrer discriminações, estas que o faziam trazer o brado de ser “um lutador”.

Na República da Nova Atenas, conforme é possível depreender, também estavam em jogo como deveriam ocorrer as formações imagéticas acerca de cada intelectual e de que forma estas alcançariam a posteridade. No caso de Nascimento Moraes, observamos que o enfrentamento às palavras de Lobo – e de outras pessoas – tem a ver, dentre outros fatos, com a tentativa de conseguir status, adquirir respeito e não permitir que seu “nome” fosse esmaecido de acontecimentos ocorridos no processo de “reativação” das atividades literárias em São Luís. Dessa forma, em um contexto de ações que visavam à continuidade de uma tradição em um ambiente beirando a esterilidade, as disputas individuais punham em xeque aqueles que figurariam com mais notoriedade no rol da história literária do Maranhão.

No que se refere à formação de sua representatividade enquanto homem de letras, Nascimento Moraes, testemunha ocular da decadência econômica e cultural de seu estado, foi um dos escritores que mais soube expressar, através de suas produções, as sensações vividas pelo povo em um panorama de ruínas. Partícipe das rodas de discussões dos “novos”, teve em seu arcabouço de leituras obras de pensadores clássicos, modernos, do Brasil e de outros países. Dentre um dos luminares que corroborou em sua aquisição de substrato intelectual, está Manuel de Béthencourt, o qual, segundo Araújo (2011, p. 17) foi “o responsável pela iniciação de Nascimento Moraes no jornalismo, no jornal *A Pacotilha*, por volta de 1900”.

Esse passo inicial transformou-se na lida diária de Nascimento, que se envolveu profundamente nas sendas do universo jornalístico, alicerçando “uma sólida reputação que o alçou à condição de figura exponencial” (MARTINS, 2006, p. 160). Notabilizou-se, nesse âmbito, como homem cuja “luta” envolvia desde as

⁹⁹ Antônio Lobo ocupou cargos importantes em São Luís, como diretor-chefe da Instrução Pública, da Biblioteca Benedito Leite, do Liceu Maranhense, sendo também, fundador ou colaborador de alguns periódicos. É importante saber que a Academia Maranhense de Letras, fundada em 1908, também é conhecida como “Casa de Antônio Lobo” e Nascimento Moraes passou a fazer parte desta instituição apenas em 1935.

denúncias das condições material e moral de sua gente, passando por questões científicas, literárias, políticas, até as memoráveis críticas que tecia aos poemas e outras formas de escrita de seus contemporâneos. No ofício seu de cada dia, tornou-se símbolo de escrita flamejante, através da qual expunha aos leitores e aos seus pares um singular capital cultural, transparecido em uma série de jornais em que contribuiu – por cerca de meio século – como colaborador ou redator, de periódicos como *A Campanha*, *O Maranhão*, *A Pátria*, *Diário de São Luís*, *O Jornal*, *A Tribuna*, *A Hora*, *Diário de Norte*, *O Globo*, *Diário Oficial*, *Correio da Tarde*, *A Imprensa*, *Regeneração*, *Diário do Maranhão*, *O Imparcial*. Sendo assim, Nascimento Moraes – assinando com seu nome ou com seus pseudônimos, *Braz Sereno*, *Sussurana*, *João Sem Terra*, *Zé Maranhense*, *João Maranhense*, *Valério Santiago*, *Junius Viactor*¹⁰⁰ – legou um vasto cabedal de textos jornalísticos ao estado, apresentando, em sua verve, uma prosa “afiadíssima, quase cortante”, bem como “suave, repleta de imagens metafóricas, evidenciando um texto alicerçado na correção gramatical e na perfeição sintática” (CARDOSO, 2013, p.101).

Em seu labor nos periódicos, comuns eram as crônicas que apresentavam como cenário a São Luís – de tanta resignação, carência e perspectivas – vivida por Moraes. Os personagens, os becos, as esquinas, o olhar sobre o trabalho, sobre as trivialidades apontavam, em singular paralelo, para uma capital que, distante de grandes projetos de (re)estruturação, transformava-se a passos, muitas vezes, lentos, proporcionais às reformas que, não raro, ficavam apenas no papel e que eram realizadas mediante às inevitáveis necessidades que se impunham na remodelação dos espaços urbanos. No único romance escrito por Nascimento Moraes, *Vencidos e Degenerados*, a cidade descrita é a da euforia, do movimento, da expansão dada pela “cana-capim” quando do dia da chegada do telegrama que anuncia a abolição da escravatura. É também a “cidade letrada” com suas agremiações, seus embates; cidade do marasmo comercial; dos conflitos de cunho social e racial; do caminhar de personagens – como João Olivier – que acompanham o íntimo do espaço que é sufocante, mas inspirador. As “cidades de São Luís” escritas por Moraes em seus textos demonstram sua perspicácia como observador de sua terra natal, apreendendo sua dinâmica, suas rachaduras, seus costumes. Era, pois, um homem urbano, um cronista nato que não buscou “a paz do campo, o conforto da vida silenciosa, o canto da virgem, merencório e tristonho”,

¹⁰⁰ A lista ora apresentada com os pseudônimos criados por Nascimento Moraes foi retirada do estudo realizado por Cardoso (2013).

mas sim “a audácia nos olhos, a coragem na alma, a guerra, a estrondosa e canglorosa guerra” (MORAES *apud* ARAÚJO, 2011, p. 57).

Sendo assim, seja na escrita jornalística, na explosão do romance ou no lirismo da poesia, Nascimento Moraes – apesar de pouco ser conhecido na São Luís atual e em outras paragens – foi um dos mais importantes partícipes de sua geração literária, sendo esta marcada por uma República que ainda dava seus primeiros passos nas discussões mais efetivas sobre igualdade, cidadania, inclusão. O reconhecimento pelos seus feitos talvez tenha, por algum tempo, ficado turvado pela associação de seu nome às rivalidades e às polêmicas a que deu vasão. Da mesma forma, a habilidade e a competência que possuía eram, às vezes, menos reluzentes do que aquilo que os olhos viam de imediato: Nascimento era “homem de cor” e isto, em uma sociedade de cunho escravista, de preconceitos enraizados, pois, em sua base, era motivo para fazê-lo impor-se como “era” e não “apesar do que era”. Nesse sentido – mesmo sofrendo em um contexto discriminatório, onde havia uma divisão entre “eleitos e marginalizados dentro do mundo letrado da República Ludovicense” (ARAÚJO, 2011, p. 53) – conseguiu, devido à sua produção e representatividade, compor – tardiamente se comparado a outros de seus contemporâneos – o quadro de intelectuais da Academia Maranhense de Letras em 1935¹⁰¹, sendo presidente desta instituição por duas vezes. De tudo que expomos, é nítido que o autor de *Vencidos e Degenerados*, desde o tom mais rígido até o mais sereno, foi um crítico por excelência, viveu e expôs as mazelas de sua cidade, denunciou as vicissitudes da política que o perpassava, via na educação a maneira de mudar a realidade de um país onde o analfabetismo ainda figurava com entrave para o progresso. Coadunando com Neiva Moreira, a arma de que se valia Nascimento Moraes era “a inteligência, legando-nos o exemplo excepcional de uma vitória revolucionária contra o preconceito de cor e da riqueza” em um meio onde homens como ele “preto e pobre, humilde e sem proteção, tinham que abrir caminho rompendo a floresta a golpes de talento e pela sua bravura moral” (MOREIRA *apud* ARAÚJO, 2011, p. 44).

¹⁰¹ De acordo com Araújo (2011, p. 52), o intenso trabalho jornalístico e o professorado compensaram a ausência do nome de Nascimento Moraes nas instituições culturais mais destacadas, pois, além de não fazer parte da Academia Maranhense de Letras até 1935, nunca foi integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Além disso, em estudo feito por Antônio Lopes sobre a imprensa no Maranhão – que aborda a imprensa maranhense de 1821 a 1925 –, o nome de Moraes não é citado.

5 AS RELAÇÕES DE PODER E A CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES DOS EXCLUÍDOS

5.1 Nas teias do romance: campo literário e poder simbólico na São Luís decadente de *Vencidos e Degenerados*

A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco.

Machado de Assis in *Esaú e Jacó*

Propor uma análise de um texto literário é caminhar, a princípio, por um universo que parte do subjetivo – o autor que dá lume à sua criação – e é posto em um mundo objetivo – o espaço social com seus meios de recepção. Entre o ponto de partida e o ponto de chegada, há uma teia de configurações que nem sempre é perceptível ou posta em jogo: a formação do artista, suas influências, seu lugar na sociedade, os arranjos sociais vigentes quando do surgimento de seus produtos, a forma como cada sujeito lê, interpreta, repercute uma obra, um produto cultural. Considerando a complexa perspectiva de Candido (1993, p. 123), ao afirmar que “embora filha do mundo, a obra é um mundo”, ou ainda a colocação de Proust (*apud* CANDIDO, 1993, p. 123) ao dizer que “Todas às vezes que um grande artista nasce, é como se o mundo fosse criado de novo, porque nós começamos a enxergá-lo conforme ele o mostra”, deparamo-nos com um conflito próprio da esfera literária quando tomada como objeto de estudo: podemos considerá-la como dotada de autorreferencialidade, em que é possível concebê-la como fruto da estrita subjetividade de um autor, ou seriam as obras uma transposição do real, sendo o escritor um “puro sujeito em face do objeto puro, registrando [...] as noções e impressões que iriam constituir o seu próprio texto” (*Idem, Ibidem*, p. 123)? A essa dúvida quanto ao modo de se analisar uma obra, Candido (1993, p. 124) propõe, que, muitas vezes,

Ver criticamente a obra é escolher um dos momentos deste processo como plataforma de observação. Num extremo é possível encará-la como duplicação da realidade, de maneira que o trabalho plasmador fique reduzido a um registro sem grandeza, pois se era para fazer igual, por que não deixar a realidade em paz? É possível, noutro extremo, vê-la como objeto manufaturado com arbítrio soberano, que significa na medida em que nada tem a ver com a realidade, cuja presença eventual seria um restolho inevitável ou, de qualquer modo, um traço sem categoria hermenêutica.

Pensar nessas questões tão caras ao estudo literário não se resolve, ou se restringe, a partir apenas de uma filiação teórica adotada, pois muitos são os

emaranhados encobertos ou transparentes de uma atmosfera ficcional. Nesse sentido, evidenciamos, no princípio de nossa exposição, que a compreensão da obra *Vencidos e Degenerados* – o objeto de estudo desse trabalho – parte não só da natureza do próprio romance, mas também daquilo que foi o seu entorno e de quem foi a sua autoria. O embasamento precípuo, portanto, leva em consideração que tão importante quanto o conteúdo textual é o contexto textual, ou seja, é a relação entre literatura e sociedade, sabendo que “o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura [literária], tornando-se, portanto, interno”. (CANDIDO, 2006, p. 13).

Para que tomássemos essa perspectiva como norteadora, foi fundamental – além de uma visão sociológica da literatura – a noção de *campo* proposta por Pierre Bourdieu em *Os usos sociais da ciência* (2004). Nessa obra, o citado autor afirma que todas as produções culturais – seja a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura – são objetos de análise com pretensões científicas, e diante dessa ótica, há uma história da literatura, da filosofia, bem como de outras áreas, que, não raro, trazem em sua estrutura os antagonismos entre as interpretações chamadas internalistas (internas) ou externalistas (externas). É com base nessa oposição clássica que Bourdieu afirma que “para compreender uma produção cultural (literatura, ciência) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta”, (BOURDIEU, 2004, p. 20), é necessário, segundo a hipótese que ele lança, notar que entre esses dois polos existe um universo intermediário, que ele chama o *campo literário, artístico, jurídico ou científico*, isto é, “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (*Idem, Ibidem*, p. 20).

Dessa forma, o sociólogo francês propõe que é preciso que escapemos à alternativa da “ciência pura” – livre de qualquer necessidade social – e da “ciência escrava” – sujeita a qualquer condicionamento. Cada campo possui certo grau de autonomia, mas é importante perceber que todo campo é um campo de forças, um campo de lutas que é formado, dentre outros fatores, por meio das relações objetivas entre os agentes sociais¹⁰², que estão inseridos nos jogos e nas constituições das relações de poder e, como sabemos, falam de “algum lugar” com

¹⁰² Segundo Bourdieu (2004, p. 28-29), os agentes sociais não são “partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo”, atuam conforme suas posições e suas estratégias.

algum interesse. Sendo assim, é preciso pôr em relevo que a teoria dos campos concerne aos vários aspectos que constituem a realidade do mundo social, bem como os distintos lugares onde se constroem sentidos, como um campo/texto literário. Nesse sentido, Lima (2010, p. 14) aponta que cada “campo é estruturado pelas relações objetivas ocupadas pelos agentes e instituições, que determinam a forma de suas ocupações” pelas lutas concorrenciais concernentes entre seus próprios elementos, que giram em torno de interesses específicos e demonstram as relações de forças advindas de suas organizações. No centro dessa discussão, Bourdieu (1989, p. 69) explicita que “Compreender a gênese social de um campo, é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que os sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram”.

Nesse terreno, que envolve as produções culturais e o caráter simbólico que elas proporcionam, destacam-se também os pressupostos de Bourdieu sobre o *campo intelectual*¹⁰³, que, formado por agentes sociais, permite que compreendamos um autor, uma obra e ainda a formação cultural daquele em termos que transcendem as barreiras de uma visão não relacional, ou seja, que levam em consideração o autor ou a obra analisados em si mesmos. Para alicerçar seus fundamentos sobre o campo intelectual, Bourdieu (*apud* LIMA, 2010, p. 14) parte do princípio de que um criador e sua obra são determinados pelo sistema das relações sociais, realizando-se a criação através de um ato comunicativo e da posição que o criador “ocupa na estrutura do campo intelectual”. Dessa forma, tendo por parâmetro que as atividades intelectuais ocorrem em um contexto histórico datado e situado, a própria conjuntura do campo evidenciado apresenta as marcas de um sistema de linhas de força, onde se agregam e se opõem ideologias que atravessam o *inconsciente cultural* vislumbrado nos objetos culturais que são, destacadamente, lugares de produção de sentido irmanados nos jogos entre a linguagem e os simbolismos daí advindos. Diante desse vínculo,

Diz Bourdieu que o intelectual está situado histórica e socialmente - já que faz parte de um campo intelectual, por referência ao qual seu projeto criador se define e se integra, - na medida em que é contemporâneo daqueles com quem se comunica e a quem dirige a sua obra, recorrendo a todo um código que tem em comum com eles: temas, problemas, formas de raciocinar, formas de percepção, etc. Suas eleições intelectuais ou artísticas, conscientes e inconscientes, estão sempre orientadas por sua cultura e seu

¹⁰³ Para noção mais aprofundada sobre esse conceito, ver *Campo de poder, campo intelectual* de Bourdieu (1983).

gosto, ou seja, interiorizações dos valores de uma sociedade, de uma época e de uma classe.

Diz ele, a respeito do criador, em síntese: a cultura que incorpora - sem sabê-lo - em suas criações, constitui a condição de possibilidade da concretização de uma intenção artística (ou científica) em uma obra, pela mesma razão que a língua como "tesouro comum" é a condição da formulação da palavra. São os gostos, as formas de pensar, as formas de lógica, os traços estilísticos, a tonalidade de humor que colore as expressões de uma época, que contém as marcas do campo cultural. Em outras palavras, **os que se apropriam de um pensamento, pensando que é o seu próprio, estão, na verdade, imersos em um inconsciente cultural de uma época, de um sentido comum que faz possíveis os sentidos específicos nos quais se expressa.** (LIMA, 2010, p. 18, *grifos nossos*).

Diante desse escopo que propõe que o campo literário e o campo intelectual, bem como os outros, são perpassados pelo inconsciente cultural e pelas práticas dos agentes sociais, é possível que associemos à consideração de Eagleton (2011, p. 19) quando esse afirma que, muitas vezes, “entender a literatura significa entender todo o processo social do qual ela faz parte”. Essa premissa relaciona-se diretamente com diversas obras da literatura maranhense – sobretudo as escritas a partir da segunda metade do XIX até as décadas iniciais do século XX – que apresentaram como viés a discussão do cenário da escravidão no Brasil e suas consequências para os escravizados e para a sociedade. Assim, atuando como sujeitos/agentes de uma literatura de *denúncia* e de *combate*, prosadores – como Maria Firmina dos Reis, Aluísio Azevedo, Alfredo de Assis, José do Nascimento Moraes – e poetas – a exemplo de Trajano Galvão e Celso Magalhães – escreveram obras literárias através das quais é possível refletirmos sobre nossa formação cultural, a respeito das bases das relações sociais no país, assim como muitos dos estigmas formados no passado e enraizados no bojo social.

Nessa atmosfera – sob o signo das discussões sobre os (des)caminhos do Maranhão nos primeiros anos da República –, José do Nascimento Moraes, em 1915, apresenta, no cenário literário maranhense, o romance *Vencidos e Degenerados*, que principia com os preparativos para a chegada de uma notícia que significou, na narrativa ficcional e na historiografia, um acontecimento sinônimo de ruptura com um quadro social de bases que não facilmente seriam desentranhadas do imaginário coletivo: referimo-nos à Lei Áurea e aos impactos que ela legaria a uma São Luís – espaço ficcional da obra – repleta de estigmas e *despreparada* para ter em seu cotidiano, como cidadãos livres, os ex-escravos. Nesse sentido, o romance, também chamado de *crônica maranhense* pelo seu autor, é visto como dotado de singular representatividade quanto aos problemas sociais do Maranhão

do final do século XIX, caracterizando-se por um ponto de vista narrativo que demonstra, em um tom de denúncia, uma preocupação no que se refere às perspectivas de vida e de sobrevivência do povo, sobretudo os humildes, os perseguidos, os intelectuais, os quais – de muitas formas – são lançados em um universo de degeneração, tornando-se, pois, *vencidos*.

É importante mencionar que o romance, cuja ênfase centra-se em uma descrição crítica da realidade social, segue um percurso que apresenta um espaço em posições antípodas: São Luís é, primeiramente, uma cidade de *esperanças* – já que se iniciava um outro ciclo histórico – e, de maneira predominante, uma cidade *decadente*, sendo esta última forma composta pelas relações sociais arraigadas pelo preconceito – com os negros libertos ainda sendo inferiorizados – e pelos óbices quanto à produção e à divulgação da atividade letrada, constantemente dominada pela falta de recursos e pelo cerceamento quanto àqueles que pertenciam a essa classe. Nas teias que constituem cada uma dessas esferas, estão os *excluídos*, os personagens que vivem em uma rede de relações cuja circulação do poder simbólico os põe em um lugar de dominados, não de dominantes.

A tessitura desses *espaços* e *modos* de exclusão tem por preâmbulo o semblante de uma cidade *de esperanças*, de auspícios de um novo *resplandecer*. O narrador insere-nos na paisagem das ruas históricas no centro da capital maranhense, descrevendo a agitação que nela havia no dia 13 de maio de 1888. Nessa conjuntura inicial, destacam-se os abolicionistas e seus discursos sobre o término da exploração do homem pelo homem. A intelectualidade e o debate, nesse princípio, mostram que uma cidade de mudanças é construída por aqueles que lutam em prol da erradicação das disparidades sociais, com a participação de pessoas de diversas classes – “desde o funcionário público e o homem de letras até artistas, operários livres, não faltando vagabundos e desclassificados” (MORAES, 2000, p. 27). O espaço vai aos poucos sendo representado como um ambiente que traz aos moradores, com exceção dos senhores de escravo, o palco das transformações, conduzidas com entusiasmo. Avulta-se nesse contexto:

A passeata do *Clube* devia sair de uma casa, na Rua de Santaninha, onde já se achavam todos os aprestos, ornamentos e dourados que tinham de figurar na “sensacional”, segundo expressava Santana Reis, um dos mais valentes, inteligentes e prestimosos membros do clube.

Na Rua de Santaninha, já estavam o retrato de José do Patrocínio e os de Nabuco, João Alfredo e outros vultos do gabinete libertador e de gabinetes que o procederam, trabalhando para os negros. (MORAES, 2000, p.33).

Com base nessa passagem, em que os abolicionistas conduzem as comemorações, percebemos como se dá a relação dos sujeitos com a cidade e sua configuração: em um intenso frenesi, com a simbólica atuação de homens que presenciariam os arroubos do *acontecimento* aguardado e com a rememoração daqueles – José do Patrocínio, Nabuco – que historicamente se punham na linha de frente para que esse fato acontecesse. Destacam-se, nesse momento, os personagens José Maria Maranhense e João Olivier – dois mestiços politizados que encabeçam, na obra, o movimento abolicionista, e, após a notícia da abolição, continuarão sendo atuantes quanto ao embate às vicissitudes de sua terra natal. Os dois, quando receberam o *telegrama* com a chegada da esperada notícia, foram assim retratados no romance:

Maranhense não se tinha em si de alegria: a todos abraçava, atabalhoadamente, derramando uma verbosidade sem fim. Olivier, ufano, chega à janela e fala ao povo que se apertava na **rua estreita**. Nesta ocasião rebenta um grupo de abolicionistas, companheiros de Maranhense, rompendo violentamente na rua estreita. Levantou-se novo aranzel: novos discursos, novos abraços, José Maria não se contém: lança-se, por sua vez, à janela, e saúda os seus irmãos de luta. Vitor Castelo responde, inflamado, feroso, sacudindo o chapéu ao ar, num estrondoso *viva à Isabel!* (MORAES, 2000, p.35, grifo nosso).

Essa “rua estreita” que vibra diante de uma conquista aguardada, em nossa concepção, é uma metáfora para a cidade em que todos os sonhos cabiam, lugar da esperança comum aos segregados, cujas expectativas eram tamanhas que o espaço tornou-se limitado para as projeções feitas por uma sociedade marcada pelo atraso e desigualdade – uma *cidade vencida*. Nas horas que antecederiam a chegada do telegrama com o documento que extinguiu a escravidão no Brasil, os abolicionistas realizaram alusões muito ferrenhas quanto às práticas “corretivas” que se aplicavam sobre os negros, descortinando alguns dos suplícios sofridos pelos escravos ainda no dia em que se aguardava a abolição. Nesse sentido, em uma noite em que não dormiram abolicionistas, escravos e senhores, o presente e passado estavam entrelaçados, pois se estava a um passo de acabar a escravidão, mas ainda eram sentidos os horrores que marcaram substancialmente a relação entre os donos de escravos e sua *força de trabalho*. José Maria Maranhense e João Olivier apresentam-nos o Coronel Lousada que, se não pode ser visto como uma sinédoque na relação entre senhores e escravos, demonstra uma das faces mais cruéis da escravidão no Brasil:

Lousada era um terrível senhor de escravos, que abalava a cidade com suas torpezas, quase diariamente cometidas, com variantes de requintada selvageria. Lousada tinha especiais e originalíssimos instrumentos de suplício, tais como: cabos preparados com estilhaços de vidros, por onde forçadamente subiam e desciam os escravos, até cortarem inteira e profundamente as mãos: redes com lâminas lacerantes e pregos onde se embalavam, num horrível balanço, aqueles infelizes até se retalharem as carnes e se rasgarem os tecidos das costas e dos flancos; martelinhos para baterem na arcada do peito até o sangue espirrar ou golfar pelo nariz e pela boca; espetos de ferro que se levavam ao fogo até o rubro, para queimarem os olhos, a língua e os membros dos escravos, que endoideciam nas prisões úmidas e sufocantes do pavimento térreo.

De noite, à plácida mórbida e pavorosa de seu silêncio ouviram, os que moravam nas casas contíguas ao sobrado do coronel Lousada, gemidos surdos que mãos de ferro violentamente estrangulavam na garganta, espanqueamento de corpos, de encontro às paredes e às lajes, queixas e ais, imprecações de almas desesperadas, rugidos de corações entumecidos pela cólera, brados, pragas e vingança e, frequentemente, uma frase cheia de terror, do terror nascido, repetida com precipitação e fervor, na agonia da dor e de martírio: ai meu senhor! ai meu senhor! (MORAES, 2000, p. 30-31).

Com a expressividade de uma narrativa memorialística, Dunshee de Abranches, em seu *O Cativo* (1992)¹⁰⁴, também apresenta, como em *Vencidos e Degenerados*, alguns aspectos do contexto social maranhense, dando ênfase aos problemas da escravidão negra no estado e no país. Sob a perspectiva de um jovem ainda em formação quanto aos valores humanitários, Abranches, neto do autor de *Espelho Crítico-Político da Província do Maranhão* (1821) – Garcia de Abranches, o *Censor Maranhense* –, teve a oportunidade de ler o citado livro de seu avô e daí observar, em suas raízes, os desdobramentos da política escravocrata, a qual perpassava os liames dos “horrores da escravidão”, “os mercados da carne humana”, “os preconceitos de raça”, entre outros marcos. Referindo-se ao cotidiano dos escravos, destaca que, em uma formação cultural que envolveu diversas etnias, o negro – em nome do *progresso*, a exemplo da época da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – foi posto e viveu em condição de hediondez, já que era o *produto* no tráfico de carne humana. Sendo assim, Dunshee de Abranches cita o *Censor Maranhense* quando este diz que “a maior parte dos habitantes, ou por uma cega ambição, ou por falta de sentimento de humanidade, ou por falta de moral [...] não fazem distinção entre estes filhos de Deus [os escravos] e um rebanho de gado” (ABRANCHES, 1992, p. 22). Acrescenta, ao se reportar ao trabalho exercido pelos negros, o papel coercivo realizado pelo feitor, os excessos na carga diária de serviços e o contato perigoso com as lavouras.

¹⁰⁴ *O Cativo*, com as narrativas *A Setembrada* e *A esfinge do Grajaú*, compõem a chamada trilogia memorialística de Dunshee de Abranches sobre o Maranhão. Segundo Jomar Moraes (*apud* ABRANCHES, 1992, p. XIX), “Esses três livros são de fundamental importância para o conhecimento da vida maranhense no século XIX”.

Com o seu admirável poder descritivo, passava então, o *Censor* a narrar o que era a vida das lavouras e das senzalas.

“Causa assombro e pavor, exclamava ele, ver no Brasil os negros entrarem no mato, aparelhados de grandes foices com que principiam a roçar expostos a mil perigos. Alguns são mordidos de cobras e se lhes segue quase sempre a morte. Outros são rasgados com frequência por infinidade de espinhos e amiudadamente cobertos e feridos por uma multidão de diversos vermículos peçonhentos, que inundam as confusas ramas das árvores; e mal lhes tocam no corpo levantam-se-lhes postemas, principalmente um abominável formigueiro, que chama *poró*, sendo improviso o seu efeito letífero. Não menos cresce o terror quando, depois, começam a derrubar de machado os monstruosos e elevados troncos que, muitas vezes ao cair, revertem com o vento e esmagam alguns desgraçados lenhadores. [...]”.

E conclui o emérito publicista com estas palavras dramáticas: “Maior desventura não pode haver nesta vida que a desgraçada condição de escravo no Brasil: Ele se levanta sempre de madrugada ao som da voz do cruel feitor e do vergalho. Debaixo da mesma música, leva todo o dia no serviço mais violento: é muito raro que a fome não o acompanhe sempre. E, quando chega para ele a noite apetecida, nunca vai deitar-se sem primeiramente fazer um rigoroso serão, dando conta infalível de uma tarefa grande. Dorme em cima de uma meaçaba ou de um couro de boi; e, ali, o seu espírito e os seus ossos apenas têm três ou quatro horas de repouso!” (ABRANCHES, 1992, p. 23-24).

Os âmbitos do suplício, da violência simbólica, iam além do castigo dos corpos ou da ausência de um *olhar humano* no contexto laboral dos negros, uma vez que Abranches (1992, p. 27-28), ao relatar as narrativas que ouvia de um escravo de sua família – Adão –, mostra que este, cuja voz é a do oprimido, discorre que “os cativos eram mesmo cousa tão ruim que nem podiam ter cova no Cemitério da Misericórdia, ali ao lado da Sé: *enterravam-nos fora da cerca!...*”. Este fato, de carga muito representativa, associa-se a *Vencidos e Degenerados* quando podemos observar a ênfase à postura dos ex-escravos ao darem expansão à sua alegria ou ao seu ódio quando a Lei Áurea foi decretada e eles puderam bradar contra aqueles que os haviam minado a dignidade da vida – “Pelos ruas cruzavam-se grupos e grupos de escravos, a gritar, loucos de satisfação; outros berravam obscenidades que iam bater nas janelas dos escravocratas: insultos soezes, ofensas terríveis, contra a família dos ex-senhores” (MORAES, 2000, p. 35). Era, pois, o momento deles ficarem “dentro da cerca” da sociedade em um sentido renovado, não mais um “dentro” de ser apenas força de trabalho, mas um “dentro” de participar de outras esferas sociais como cidadãos. Da mesma forma, era o momento de acabrunhar a “pobreza fidalga” com suas presunções por terem “duas ou três cabeças de negros” (MORAES, 2000, p. 37) e limar a possibilidade, como disse Olivier, de os próprios escravos procurarem ter escravos.

No círculo dessa transição, Nascimento Moraes, a partir de seu romance, conduz-nos à (re)interpretação das tramas da escravidão no cotidiano de São Luís,

fazendo-nos analisar tanto o contexto imediato de produção – a abolição da escravatura e suas consequências – quanto a arquitetura ideológica, virtual e atemporal sobre os fatos que constituíam o imaginário de São Luís e os estigmas arraigados às suas representações. A expectativa dessa ruptura pode ser resumida com aquilo que afirma João Olivier:

[...] **O grande acontecimento** de ontem, que ainda hoje se festeja, que se festejará sempre, por causa de sua alta importância político-social, este acontecimento me veio encher de esperanças no peito. **A liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar-lhes novas formas, novos elementos, novos aspectos...** Esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o **princípio de confraternidade** virá acabar com estas supostas e falsas superioridades do ser, que tem sido um dos mais vis preconceitos da nossa existência política. (MORAES, 2000, p.67, grifos nossos).

Notável é que esse acontecimento, na perspectiva do romance, representa a iminência de um *por vir*: a sensação de que todos os ex-cativos, além de livres, experimentariam a igualdade de condições para viver em sociedade, sem os olhares estigmatizantes pautados nas “falsas superioridades do ser”. Não obstante, não é dessa maneira que “o amanhã” reconfigura-se, uma vez que a obra apresenta-nos um quadro de profunda decadência social, ramificada no plano econômico, intelectual e moral. Esses planos, longe de terem barreiras definidas, mostram-se completamente entremeados, relacionando-se de forma singular à *ideologia da decadência* vivida no estado do Maranhão no mesmo período em que se passa a narrativa – final do século XIX e início do XX –, no qual a elite letrada disseminava, em suas produções escritas, o corolário de problemas decorrentes da abolição da escravidão, do declínio do sistema agroexportador e da ascensão da República. Sobre as ideologias, assim como a da decadência em *Vencidos e Degenerados*, Bourdieu (1989, p. 13) afirma que elas “devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação”, perspectiva esta que se observa sobre as formas de discursivizações oficiais ou não a respeito do Maranhão no final do período oitocentista no tocante ao marasmo social.

Moraes (2000, p. 54) insere-nos, portanto, não mais em um clima alvissareiro, “característico de vida próspera e feliz”, mas sim em um contexto de “clara denúncia de decadência e estagnação dos elementos essenciais à atividade do trabalho”, com pessoas de braços cruzados, sem a mesma rotina laboral, deixando-se entreter pela *cana-capim* tão característica dos que se encontram em uma posição desprivilegiada. Esse panorama é o mesmo onde se convive com o

trabalho desenvolvido por uma face tríplice: de um lado, sustentando as aparências sociais (e a decadência moral), estão os que trabalham por vaidade – aqueles que ganham baixos ordenados, com o mínimo para “pagar o domicílio e as refeições”, mas que não hesitam em imitar os hábitos dos patrões; no outro, os que trabalham por necessidade – pobres que, lutando contra o determinismo social, são arrimos de seus pais, ocupando, devido ao esforço e aos estudos, melhores postos; e ainda aqueles que trabalham por fatuidade – sujeitos que, geralmente, oriundos de um berço abastado, são “os futuros patrões, os diretores de Banco, os proprietários capitalistas”. (MORAES, 2000, p. 57).

Enquanto essa parcela da população ocupava esses espaços, desempenhando suas funções laborais e tendo, com maior ou menor facilidade, o acesso aos estudos e a outros meios de ascensão, os ex-escravos – que têm ampla ação nos fatos subsequentes à abolição, sendo marcados pelo pauperismo e pela degeneração nos hábitos – desenvolviam apenas atividades informais/autônomas, exercendo trabalhos – como sapateiros, trabalhadores de aluguel, vendedores ambulantes – de onde se retirava o mínimo para o sustento diário. A carga da narrativa torna-se bastante pessimista (e realista) nesse sentido, pois aponta para a falha (ou insuficiente) organização social que desse conta da inserção dos novos livres em campos que não as esquinas – metafóricas e reais – de São Luís. Dessa forma, a partir do olhar perscrutador de João Olivier, notamos o cotidiano da arraia miúda, dos *vencidos*:

O sol lhe faiscava no *pince-nez* e lhe luzia o rosto, como um encerado novo. Ele saiu caminhando pela Rua do Trapiche abaixo, com seu andar pausado de anos atrás, aquele mesmo bambolear de troncos, luvas no bolso superior do paletó e brilho nas botinas. Cumprimentavam-no, e ele correspondia, tirando o chapéu, ou dando com a mão num gesto largo. E foi seguindo até a esquina da rua com o beco que vai ter à Rampa Campos Melo. Aí parou, apoiando-se com o chapéu, que a mão direita segurava, e metendo a esquerda no bolso da calça lançou o olhar observador em derredor: bem defronte, na calçada oposta, **uma mulata velha vendia doces** a caixeiros e populares que passavam; mais adiante **uma preta vendia comida feita**, arroz-de-toucinho e feijão a duzentos réis o prato¹⁰⁵. (MORAES, 2000, p. 58-59, *grifos nossos*).

Desenvolvendo trabalhos sem vínculos empregatícios, fora dos custos despendidos pelo Estado ou outras instituições reguladoras, o papel desempenhado pelos negros encontra-se dentro dos jogos das forças sociais, próprios da experiência histórico-política narrada no romance. Partindo dessa adoção de ponto

¹⁰⁵ Pelo contexto e pelos usos monetários da época em que se ambienta a obra, inferimos que esse valor era irrisório.

de vista, com o olhar contemporâneo sobre as vidas beneficiadas pela Lei Áurea, Nascimento Moraes destaca a precarização material e a desqualificação simbólica dos negros sustentadas pelo discurso racial. Sendo assim, após a Abolição e a Proclamação da República – outro fato histórico que permeia a obra – a discussão centra-se no *lugar* ocupado pelo grupo de livres pobres, postos em condição de “segunda classe”, sem fazer usufruto da *cidadania*, constituída através da existência de um Estado que determina os deveres dos sujeitos e oferece-lhes – por meio do cultivo do conhecimento, do trabalho, do acesso à saúde, à higiene, à segurança, entre outros – seus direitos. Não obstante, representando-se os ex-escravos a partir da continuidade da inferiorização,

observa-se que nem todos os indivíduos podem exercer essa cidadania, pois a muitos dele é negada a legitimidade no espaço urbano. Ou seja, são excluídos dos benefícios concedidos pelo Estado e das obrigações que ele impõe. (ARAÚJO, 2011, p. 96).

Colocando, pois, a literatura com seu ponto de intersecção na história, sendo o literato o porta-voz desse diálogo, vemos *Vencidos e Degenerados* como um texto que anuncia e denuncia as experiências e lutas ocorridas no espaço social, em suas distintas formas materiais e imateriais de expressão. Dessa forma, a cidade que Moraes nos apresenta, imersa em uma aura decadente, necessita de homens que “façam da fraqueza, força [...]”, procurando “os que podem com energia e competência intelectual, e firmados princípios morais, reconstruir o templo arruinado”, abalado pelo “cataclismo social” (MORAES, 2000, p. 76). Assim, a dura realidade para os novos livres – a falta de oportunidades de emprego, a permanência dos preconceitos étnicos, a escassez de educação formal, a discriminação e diferenciação pelas vicissitudes – é sintetizada e criticada pelos personagens João Olivier e Carlos Bento Pereira, este último, um professor “considerado um dos maiores políglotas, uma das mais vastas ilustrações de que se honrava o Maranhão, nesse tempo”. (*Idem, Ibidem*, p. 74):

Quando se proclamou a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperanças me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi do meu erro e exclamei, no desafogo de minha queixa ao ruir das minhas ilusões, como nosso querido Gonçalves Dias:

- Que me enganei, ora vejo!

[...]

[...] Eu esperava que depois do 13 de maio, por que trabalhei tanto; depois do 15 de novembro, com que me alegrei bastante; **esperava que houvesse uma renovação social**. Errônea ou acertadamente eu cuidava que a pública administração com luzes mais fortes e puras, tomasse outro caminho que não esse que hoje nos infelicitava.

- Mal cuidaste, bem compreendo. **Só se poderia dar semelhante transformação se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que se chama direito político.**

- **Mas é que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder...** (MORAES, 2000, p. 76-77, *grifos nossos*).

É visível, pois, que a quebra das algemas da escravidão abalou a ordem social, para a qual pertencer à elite era possuir, mesmo a duras penas, um ínfimo cabedal de negros. Entretanto, não mais a escravidão foi, na obra, o parâmetro para desigualdade social, mas sim outros fatores, tão segregadores quanto, os quais remontam às fissuras e às problemáticas marcadas na história e marcantes para construção de um passado e seus resquícios no presente e para o futuro. Assim, podemos relacionar a trama dos *vencidos* à natureza do romance proposta por Moisés (2013, p. 411-412), quando esse afirma que:

Todas as metamorfoses do real, todas as formas de conhecimento cabem no perímetro do romance, assim transformado numa espécie de síntese ou de superfície refletora da totalidade do mundo. Dessa conjuntura provém a sua função gnoseológica: mais conhecimento que entretenimento, o romance permite ao escritor construir um projeto ambiciosamente globalizante das multiformes experiências humanas, e ao leitor, desfrutá-lo de modo privilegiado [...]; o prosador conhece o mundo por meio do romance, e, convida o leitor a fazer o mesmo percurso; não existe, nos quadrantes da criação literária, instrumento mais completo para se chegar a uma imagem totalizante do Universo.

As “metamorfoses do real” acontecem na obra de Nascimento Moraes quando os personagens – filhos da escravidão e de “sua linhagem” – são postos à margem, ocupam, metaforicamente, as esquinas de uma cidade, vindo a configurar o grupo dos *excluídos* – aqueles que são construídos por meio da ênfase às suas vicissitudes e das difíceis e inglórias formas de sobreviver na sociedade.

Observando os aspectos citados, os problemas expostos em *Vencidos e Degenerados* são urdidos dentro de uma visão temporal dos fatos. A narrativa, que não apresenta uma exatidão quanto aos anos em que se passa, mas dá indícios de que seja nas primeiras décadas da República Velha, apresenta que o tempo – através da inércia/ausência de ações que poderiam mudar o panorama de São Luís – é perpassado pela mudança de ciclos históricos que não condizem com a mudança das condições humanas de sobrevivência. Nesse sentido, a perspectiva proposta por Ricoeur (1994, p. 128), quanto à constituição temporal da narrativa,

coaduna com o romance de Moraes no sentido de que “os lapsos de tempo não se encaixam simplesmente uns nos outros segundo quantidades numéricas, os dias nos anos, os anos nos séculos. De um modo geral, os problemas relativos à extensão do tempo não esgotam a questão do tempo humano”. Ao analisar, então, que “o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal” (*Idem, Ibidem*, p. 15), é notório que há muitas dificuldades para que o tempo se *distenda* – mude, de fato, de ciclo – em *Vencidos e Degenerados*, pois, com base na euforia inicial da obra, o que se põe como ordem do dia é a falta de progresso e o enraizamento da decadência, tal qual já se impunha mesmo antes da Abolição e da República.

O elemento narrativo que evidencia essa situação é o *Panfleto (síntese social e política)*, escrito pelo personagem Carlos Bento Pereira, que apresenta uma série de fatores que são responsáveis pela permanência da estagnação na capital e do estado do Maranhão. Principiando pela “constatação da decadência” – a terrível e esmagadora opressão social –, faz-se uma comparação entre o aproveitamento das terras maranhenses em relação a dos outros estados: possuindo condições geológicas diferentes – sendo o Maranhão mais privilegiado por uma “natureza ubérrima” –, o desenvolvimento nos outros estados foi maior devido à criação de forças, além desses apresentarem um clima “sadio, alvissareiro, característico de vida feliz” (MORAES, 2000, p. 80); enquanto isso, na terra da *Atenas Brasileira*, não se ultrapassava a decadência, posto que estava alicerçada em um caráter retrógrado, associada ao “indiferentismo esmagador dos homens da governança, pelos óbices que entravam as forças ativas de toda a coletividade” (*Idem, Ibidem*, p. 80). Centrando-se, pois, na crítica quanto ao governo e ao repasse de benefícios que dá aos seus, Bento Pereira – que fala na condição de intelectual cuja voz é oprimida, por não ter espaço – chama atenção para a decadência moral dos que têm o controle mais direto sobre os meios de promoção de mudança social, mas que não a fazem, entre outros motivos, por usar do erário público para bem pessoal:

Verdade incontestável é, certamente, que muitos não conhecem o ponto onde acaba o partidário e começa o político e o patriota; mas é fato também que alguns tendo pleno conhecimento de tudo, não trepidam, se bem que a consciência lhes censure os atos, em enveredar por escabrosas trilhas, sordidamente subjugadas à canga da inconfessável cobiça, de mal interpretada prática de serviços pessoais que estriba em dar propinas aos amigos e correligionários, sem troca de serviços reais ao Estado, como se o erário público fosse um cofre particular de que seu dono se pudesse dispor à vontade para satisfazer a vaidade, as pretensões, os desejos, e o bem-

estar dos eleitos da amizade, na hipótese de ser esse suposto dono um anfitrião de contrapeso e medida. (MORAES, 2000, p. 80-81).

Da mesma forma que critica o Estado e as pessoas que conduzem a governança, o *Panfleto* exalta um motivo para decadência que ultrapassa os limites da narrativa, ao dialogar com um fato próprio da discursividade sobre o declínio no fim da época Imperial: “De 13 de maio para cá começou o Maranhão a decair materialmente, não por falta de braços como vulgarmente, erroneamente, se propala por aí de toda a região brasílica” (MORAES, 2000, p. 81), começou-se a empobrecer “porque em grande parte não entendiam de lavoura e de criação os que acudiam aos honrosos qualificativos de lavradores, agricultores e fazendeiros” (*Idem, Ibidem*, p. 81). Sendo assim, a visão exposta por Nascimento Moraes, por meio de seu romance, vai de encontro a perspectivas aqui já vistas, como a de Gaioso (1970) e a de Meireles (1960), que põem sobre os ombros do fim da escravidão – ou da escassez ou do alto preço da mão de obra escrava – o motivo precípua para a marcha descendente do estado. Quanto a esse aspecto, a decadência é vista “por cima”, alicerçada não (apenas) pelo fim do regime servil, mas sim pela estrutura herdada do sistema colonial, no qual os grandes proprietários, segundo Moraes (2000, p. 81), “gozando a delícia dos ótimos dias que os céus lhe davam”, atribuíam a organização do trabalho a seus feitores, que conduziam a lida dos escravos com “disciplina e chicote”. Tomando estes a frente de trabalho, ficavam os senhores – na ótica da obra – alheios quanto aos meandros do desenvolvimento direto da produtividade da lavoura, assim, quando da abolição, sentiram fortemente as consequências desse desconhecimento, que, se não os levaram à pobreza, ao menos os fizeram passar por grandes dificuldades durante a transição dos métodos de trabalho.

Atrelando-se esses fatos à falta de imigração, à paralisação das principais fontes produtoras do Estado e ao êxodo da capital e do interior, o personagem João Olivier – interlocutor de Carlos Bento na leitura de seu *Panfleto* – afirma que o Estado, a olhos nus, definhava e, nesse definhamento, estava o governo peiado, sendo a pior de todas a peia do preconceito, da exclusão. Assim, em uma terra que era para duas classes de gente: “portugueses comerciantes e descendentes das antigas famílias” (MORAES, 2000, p. 90), o governo mantinha a estrutura do poder simbólico, em que:

O governo não pode agir contra a companhia A, porque o seu gerente, o Senhor B, é compadre do primo do Doutor C, que é um dos chefes

militantes no partido situacionista. Não pode contra a companhia D, porque é um dos seus diretores, o senhor E, que é sobrinho do coronel F, que é compadre do Doutor G, que é presidente do Congresso, ou administrador do mercado. (MORAES, 2000, p. 89).

Bourdieu (1989, p. 7-8), ao expor a configuração do poder simbólico, afirma que ele se caracteriza como invisível, podendo ser “exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Acrescenta que é um círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma, “é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido”. Nesse jogo da invisibilidade e do reconhecimento, o poder simbólico em *Vencidos e Degenerados* é “descoberto” na tessitura dos sujeitos em relação à sua sociedade e como eles contribuem para que determinada postura, ou mesmo segregação, sejam legitimadas. Nesse sentido – em um enleio entre dominantes e dominados –, João Olivier aponta três defeitos que há no Maranhão e dão origem a todos os seus males: *preto querer ser branco; burro querer ser sábio e pobre querer ser rico*. Observamos que essa vontade de ser o *outro* não é aleatória, vem das raízes da organização social, que imputa a umas classes e a quem as compõem maior representatividade e alcance de ideias, quando, por outro lado, para que isso se estabeleça, é preciso haver quem absorva os paradigmas propostos sem se dar conta, diretamente, de que está envolvido nessa trama.

De acordo com Bourdieu (1989, p. 11), “o campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes” e estas, em suas diferentes frações, lutam para imporem a definição do mundo social conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais”. A estagnação vivida na São Luís ficcional de Nascimento Moraes é fruto, também, de um campo de forças em que o *povo comum* tentava assemelhar-se aos dominantes, adotando suas posturas e reproduzindo seus discursos, fato que contribuía para o avanço do estado em sua instância moral e material. Apresenta o romance:

[...] O pobre que quer passar a conta de rico é um monstro que prejudica até a educação de seu filho para ostentar um certo luxo que lhe prejudica a vida. O desgraçado compreende que sem exteriorizar certa grandeza, não se lhe dispensam algumas regalias, porque ele morre de amor. Há idiotas que não se casam porque não podem gastar dez ou doze contos como os ricos!... O burro que quer vestir-se de sábio é outro monstro não menos prejudicial – ele prejudica todos os negócios ou sociedades em que se mete, razão por que aqui não há sociedade que vá avante. Ele arranja adeptos, partidários, entusiastas e se coloca no alto, a baralhar tudo. O

meio tem culpa disso [...]. Só descobro um pouco de razão no preto que quer ser branco. Esse, coitado, tem razão. Olha que não vale a pena ser preto nesta terra. É ridículo! (MORAES, 2000, p. 189).

A narrativa, avançando no tempo, apresenta-nos a continuação do *Panfleto* de Carlos Bento Pereira, sendo seu interlocutor não mais João Olivier, mas seu filho Cláudio Olivier. O progresso temporal não é perpassado pelo progresso material e moral dos sujeitos no espaço da obra, pois afirma o professor que “Não há iniciativa que vença o meio, não há esforços de homem trabalhador que no fim de algum tempo triunfe” (MORAES, 2000, p. 203). Para escrever essa constatação, argumenta que a administração dos departamentos públicos continuava entregue a descendentes de antigas famílias da província, bem como a iniciativa particular morria por apoiar-se “nos troncos anosos” da fidalguia maranhense, a qual vegetava abaixo de uma mediocridade vadia. De forma ainda mais crítica, Bento Pereira sugere que, se isso se sustentava depois de tantos anos, é porque o povo respeitava a camarilha –, formada por alguns letrados, comerciantes e alguns coronéis, e, também, contribuía para o preconceito asfixiante que dominava toda a sociedade, que não dava vez ao “renovo do sangue pelo cruzamento, fortificando a geração” (MORAES, 2000, p. 206), mas sim continuava com “o ressentimento inapagável que lhe pegou na alma a memória dos tempos passados”. (*Idem, Ibidem*, p. 206).

Nessa terra socialmente infértil, os homens de letras que tinham dificuldades materiais para progredir e não coadunavam com as condições de vida reinantes saíam do seu torrão natalício “fustigados pela má vontade dos cruéis e dinheirudos mandões, que não perdoam a um indivíduo obscuro o crime de querer focalizar-se” (MORAES, 2000, p. 206), ou seja, não era permitido aos pobres demonstrar inteligência. A partir disso, conforme a narrativa, tornou-se uma constante o Sul ficar repleto de maranhenses ilustres, e a Amazônia ser um viveiro deles. O Maranhão, exalta e resume Bento Pereira em seu *Panfleto*, era uma “Terra perdida!”, pois a sociedade batia em si mesma, a falta de vontade de muitos e a manutenção das aparências sociais expunham um lugar repleto de inescrupulosidade, onde ainda havia antigos senhores olhando para os filhos de seus ex-escravos como propriedades suas.

Atestando, portanto, que estava instalada a calamidade no Maranhão, a obra de Nascimento Moraes adentra instâncias mais profundas quando o personagem Carlos Bento propõe o que escreveria João Lisboa “se vivesse nos calamitosos

tempos que correm!” (MORAES, 2000, p. 211), tempo em que são servidos pratos vazios, com a inexistência real de adversários – pois os que hoje se insultam, amanhã se apertam as mãos. No mesmo sentido, ironiza-se como seria possível que os maranhenses progredissem se continuavam presos a uma ideologia de grandeza oriunda do período áureo, ou da Idade de Ouro do Maranhão, colocada em sua face letrada, quanto ao orgulho advindo da representatividade dos patronos da *Atenas Brasileira*:

O maranhense é um nababo, que vive da riqueza acumulada no passado: Gonçalves Dias, João Lisboa, Gentil Braga, Dias Carneiro, o jornalista de O Farol e outros. E porque é rico, pensa que tem tudo; que tem vergonha, que tem dignidade, que tem brios, que tem coragem. – Quando se lhe diz que há tal ou qual progresso, neste ou naquele Estado, ele acorda do seu pesado sono, passa a mão pelos olhos, boceja, espreguiça-se e sorri com orgulho, com uma soberba que se não pode esconder e de que o interlocutor não se pode livrar:

- Qual! Poeta foi o Dias... Antes dele, ele, depois dele, ele. Prosador, o João Lisboa. E quem escreve, ou escreveu crônicas com tanta graça!

Algum espírito culto, ledor das coisas estrangeiras diz a um maranhense: - a instrução pública da França foi completamente transformada. Foram citadas aulas práticas de línguas, de agricultura e lavoura etc. etc.

O maranhense coça a barba, tranquilamente, e responde:

- Não há dúvida. A França progride. O que ela não tem é um matemático da força do Gomes de Sousa... Ah! Isso é que não! (MORAES, 2000, p. 215, grifos do autor).

Compreendendo que o panfleto escrito pelo personagem Carlos Bento Pereira foi a maneira utilizada por Nascimento Moraes para expor a degeneração do seio e dos sujeitos maranhenses, bem como uma de suas formas de entrelaçar os fios da narrativa aos da historiografia, observamos que o clímax dessa exposição – vista como um clamor – diz respeito ao momento em que se afirma que só com luta, mediada pela mudança de postura e pela quebra dos preconceitos enraizados, é que se poderia ter um Maranhão moralmente e materialmente livre:

Contra tudo isto é que é preciso reagir; este estado moral-social do meio é que é preciso combater com alma e denodo. É preciso despertar deste condenável letargo, e trabalhar com amor, para viver vida feliz e progressiva; é preciso viver do presente e preparar o futuro. [...].

É preciso ser mais maranhense, cuidar do torrão natalício, livrá-lo das peias do preconceito, educar a sociedade, administrar com probidade, satisfazer a todas as classes, facilitando-lhes o ganha-pão; socorrer as aspirações dos que têm vontade, e matar a ambição, a desmedida ambição que a todos dificulta e embaraça. (MORAES, 2000, p. 217).

Essa posição de combate foi adotada por Nascimento Moraes em sua vida de jornalista e literato, pois o autor enunciava os problemas de uma São Luís decadente – a São Luís de sua época –, em que podemos observar aquilo que afirmou Bourdieu (2004, p. 23-24) sobre os agentes sociais e suas funções em seu

campo intelectual: “Só compreendemos o que diz ou faz um agente engajado num campo se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos ‘de onde ele fala’”. O lugar de onde Moraes falava era, primeiramente, carregado pelo fato de ser filho de ex-escravos, que muito lutou para obter reconhecimento como literato. Do mesmo modo, o ponto de vista do qual partiram seus escritos foi de um ciclo geracional que tinha por discurso o reavivamento da Atenas Brasileira e o acordar de um “sono profundo” que dariam vazão ao progresso mental do Estado, tão carente de adequação aos ideais de modernização e de progresso postos pela nova ordem vigente: de uma política republicana, com mão de obra livre e assalariada. Nesse sentido, *Vencidos e Degenerados*, único romance de Nascimento Moraes, é, por excelência, uma obra que apresenta as tensões de uma sociedade enredada em relações de poder, na qual os *vencidos* eram assim denominados pela derrota de expectativas que partiam das promessas feitas por quem, pensava-se, eram os mensageiros do progresso. Considerando a narrativa um “retrato multifacetado da vida cotidiana de São Luís”, Martins (2006, p. 64) assim descreve o romance de Moraes:

Enfim, nesse documento sociológico, forjado nas lides jornalísticas, onde atuava o autor com sensibilidade e disposição atávicas, avultam elementos típicos de uma sociedade conservadora, mantida substancialmente nas fimbrias da aparência, desenvolvendo elevadas taxas de preconceito decorrente do enraizamento de ideias e práticas forjadas no passado escravocrata.

O tema central da obra é, pois, a Abolição da Escravidão e suas consequências no interior de uma sociedade visceralmente constituída e reproduzida sob o signo dessa instituição. A memória do cativo invadia e avassalava a consciência de todos os personagens de que se utilizou Moraes para (com eles, já que um deles) trafegar pelos meandros daquela sociedade periférica, pretensamente em dia com as últimas novidades do Velho Mundo, que, entretanto, produzia uma infinidade de sócios miseráveis e nauseabundos, onde vida cruzadas, historicamente definidas, teimavam em resistir, mesmo que vencidos e degenerados pela cruza da batalha de que eram integrantes orgânicos.

O discurso da decadência material e moral do Maranhão, na conjuntura por eles descrita, ocupou posição de relevo no conjunto da obra. Está expresso em muitas passagens em que afloram primorosas imagens sintéticas da vida de São Luís naquele momento.

O campo literário – aqui visto a partir de *Vencidos e Degenerados*, do lugar de onde fala seu autor e de seus atravessamentos históricos e ideológicos – é compreendido, tal qual postulou Bourdieu (1989, p. 14-15), como lugar onde se desenvolve o poder simbólico, sendo este definido em uma relação determinada “entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos”, caracterizando-se por sua forma irreconhecível, transfigurada e legítima, que põe os sujeitos em relações

de forças, as quais se alicerçam na detenção do capital econômico, cultural e social que se tornam capital simbólico. No romance de Nascimento Moraes – sua crônica maranhense tecida sobre as lides da decadência e da exclusão –, o que se vislumbra é um cotidiano em que cada personagem tem uma luta própria, mas é vencido pelo descaso do poder público, por aqueles que aplaudem a camarilha, pelos vícios e preconceitos de seus cidadãos que se submetem aos ditames de uma elite branca e tradicional, cujas raízes são de um passado escravocrata e amplamente segregacionista.

5.2 Sob a égide dos estereótipos: a representação dos ex-escravos na obra

Centrando-nos em uma análise inicial que entrelaçou a Abolição da Escravatura às faces da decadência que dão tônus à narrativa de *Vencidos e Degenerados*, o percurso que seguiremos trilhará as sendas do universo romanesco a fim de observarmos como o gênero romance – em alguns aspectos de sua formação – apresenta-nos um valioso alicerce para que compreendamos como os sujeitos – os personagens – são postos em um mundo onde os valores são degradados e há uma constante busca *por si*, já que o sentido da vida não é dado de forma evidente. Dessa forma, ao discorrermos, anteriormente, sobre o mundo narrativo da obra de Nascimento Moraes, o direcionamento ora proposto concerne aos modos de vida dos personagens, detidamente os ex-escravos, que são descritos em um viés que leva em consideração estigmas que rodeiam as suas formas de vida e de representação. Assim, através dos personagens Domingos Daniel Aranha, Andreza Vital, João da Moda e Zé Catraia veremos, respectivamente, a rudeza, a dominação e a sedução da escrava pelo seu senhor, o fruto dessa relação e o silenciamento daquele que não ocupa a posição do *dizer*.

Silva (1968, p. 264) afirma que o “século XIX constitui inegavelmente o período mais esplendoroso da história do romance”, isto porque se alargou o domínio de sua temática, interessando-se pela psicologia, pelos conflitos sociais e políticos, apresentando novas técnicas narrativas e estilísticas. A partir das mudanças ocorridas desde sua origem, transformou-se o romance “na mais importante e mais complexa forma de expressão literária dos tempos modernos”, volvendo-se ao estudo “da alma humana e das relações sociais, em reflexão filosófica, em reportagem, em testemunho polêmico”. (*Idem, Ibidem*, p. 253). Não obstante, antes de adquirir essa “importância”, o romance, até o século XVIII, era

visto como gênero literário desprestigiado devido à sua degradação perante a estética clássica – era excluído da “grande literatura” – e, também, por servir à burguesia em ascensão, depois da revolução industrial inglesa na segunda metade do mencionado século. Quanto a esse último aspecto, Moisés (1979) afirma que o romance havia se tornado o porta-voz das ambições, desejos e veleidades burguesas, sendo, ao mesmo tempo, ópio sedativo e fuga de sua materialidade diária. Nessa ótica, com um teor comercial, prendia-se o romance a traduzir “fielmente o bem-estar e o conforto financeiro de indivíduos que pagam o trabalho do escritor no pressuposto inabalável de que a função deste consiste em deleitá-los, [...] oferecendo-lhes a própria existência artificial e vazia como espetáculo” (MOISÉS, 1979, p. 92), porém sem que se percebesse esse fato, mas sim que se visse como uma vida que lhes era alheia, não própria.

Apesar de não possuir raízes greco-latinas, o romance, assevera Silva (1968, p. 309), possui, de acordo com a visão naturalista-evolucionista de alguns autores, relativa subordinação genética à epopeia. Essa afirmação assenta-se na colocação de que o romance e as outras formas narrativas modernas cultivadas:

São a antiga epopeia destronada, a poesia objectiva do mundo moderno, cada vez mais cingida aos limites da realidade actual, cada vez mais despojada do fundo tradicional, quer hierático, quer simbólico, quer meramente heróico. (PELAYO *apud* SILVA, 1968, p. 309-310).

Nesse sentido, enquanto a epopeia evoca o tempo dos mitos, com um controle da Natureza e do Divino, sem que o homem apresentasse a consciência do seu significado de indivíduo, o romance, propõe Silva (1968, p. 310), é a forma literária representativa que, por excelência, apresenta o “mundo burguês e o homem como entidade autônoma, como realidade singular perante o mundo e a sociedade”; é, pois, a forma artística que, diante da agonia da epopeia e da tragédia clássicas, centra-se na representação de um homem político e cultural dentro de um mundo desmistificado e desdivinizado.

Na intensa abordagem de *A teoria do Romance*, Lukács (2009, p. 55) afirma que a epopeia e o romance não são diferidos pelas suas intenções configuradoras, mas sim pelos “dados histórico-filosóficos com que se deparam para a configuração”. Esses dados, em uma de suas bases, referem-se à vida do homem em seu mundo: na epopeia, o homem grego, por exemplo, não conhecia a solidão e vivia no equilíbrio de uma estrutura fechada, em harmonia com seu universo; no romance, o homem, distante de um mundo estático, rompe com essa harmonia, já

que conhece um ambiente fragmentado. A partir disso, Lukács (2009, p.55) aponta que “o romance é a epopeia de uma era para a qual a totalidade da vida não é dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade”. O que observamos, portanto, é uma ruptura entre o sujeito e seu mundo, o momento em que se almeja a totalidade – que deve ser buscada – em um meio heterogêneo. Ainda sobre o mundo da epopeia e o mundo romanesco, pontuamos:

A epopeia dá forma a uma totalidade de vida fechada a partir de si mesma, o romance busca descobrir e construir, pela forma, a totalidade oculta da vida. A estrutura dada do objeto – a busca é apenas a expressão, da perspectiva do sujeito, de que tanto a totalidade objetiva da vida quanto sua relação com os sujeitos nada têm em si de espontaneamente harmonioso – aponta para a intenção da configuração: todos os abismos e fissuras inerentes à situação histórica têm de ser incorporados à configuração e não podem nem devem ser encobertos por meios composicionais. Assim, a intenção fundamental determinante da forma romanesca objetiva-se como psicologia dos heróis romanescos: eles buscam algo. (LUKÁCS, 2009, p. 60).

Partindo da metaforização de Lukács (2009), ao propor que a problemática da forma romanesca é a imagem de um *mundo que saiu dos trilhos*, conhece-se o que ele chamou de *herói problemático*, aquele que peregrina rumo a si mesmo, que “busca por aventuras para por elas ser provado e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência” (LUKÁCS, 2009, p. 91) em um caminho perpassado por conflitos heterogêneos e paradoxais. Entrelaçam-se, assim, dois componentes essenciais do romance moderno: mundo contingente e indivíduo problemático – um mundo *abandonado por deus* e um herói cuja psicologia é demoníaca. À guisa dessas considerações de Lukács, Goldmann (1976) propõe que o romance possui uma natureza dialética na medida em que participa, por um lado, da comunidade fundamental do herói e do mundo e, por outra parte, de sua ruptura insuperável, apresentando-se, ambos, de modo degradado. Dessa forma, o herói demoníaco do romance – o personagem problemático – empreende uma busca também degradada, “inautêntica de valores autênticos num mundo de conformismo e convenção” (GOLDMANN, 1976, p. 9).

Considerando, portanto, que o romance surge para exprimir um conteúdo essencial, com a presença de um “mundo contingente e de indivíduos problemáticos”, Goldmann (1976, p. 15) afirma que o primeiro problema que uma proposta sociológica do romance deve abordar é a relação entre a “própria forma romanesca e a estrutura do meio social onde ela se desenvolveu, isto é, do romance

como gênero literário e da moderna sociedade individualista”. Nesse sentido, voltamos a destacar que uma obra literária não se configura como um espelho da sociedade, “de uma consciência coletiva real e dada” (*Idem, Ibidem*, p. 18), mas parte, também, de um nível de coerência oriundo das tendências dos grupos de quais fazem parte os agentes sociais.

Relacionando a tessitura do gênero literário romance com a obra de Nascimento Moraes, observamos que o protagonismo cabe, também, à própria sociedade, pois esta é o elemento degradado, carregado de fissuras, dominado pelo discurso da decadência que agrega os *heróis problemáticos*, os quais refletem, em suas formas de vida, as relações originadas nesse campo de adversidades. Dessa forma, associamos *Vencidos e Degenerados* à afirmação de Silva (1968, p. 275) ao colocar que, em algumas vezes, “a personagem principal de um romance identifica-se como um elemento físico ou com uma realidade sociológica, à qual se encontram intimamente vinculadas ou subjugadas as personagens individuais”. Do mesmo modo, é possível estabelecer conexões do romance moderno à narrativa de Moraes quando se leva em consideração que não almejam ser simplesmente “histórias”, mas aspiram a ser, conforme enfatiza Silva (1968, p. 254), “observação, confissão, análise”, revelando a pretensão de “pintar o homem de uma época da história, de descobrir o mecanismo das sociedades”.

O homem da época em que se passa *Vencidos e Degenerados* é o herói da “terra perdida”, o *vencido* que, em sua construção simbólica, agrega os estigmas de uma São Luís que sofria os impactos da Lei Áurea e da Proclamação da República: mudanças sociais e no sistema político que tiveram por notório desafio alçar o ex-escravo à condição de sujeito, não mais de objeto e de mercadoria no campo dos agentes econômicos. No bojo da narrativa, essa mudança de “posição” foi abordada em uma perspectiva bastante reflexiva, pois os ex-escravos foram representados sob a égide da exclusão, dos vícios e das considerações preconceituosas da exterioridade social. Os personagens que compõem esse núcleo trazem em sua formação as marcas do sistema escravista, fato que nos leva a pensar como se deu a inscrição do negro/do mulato que foi escravizado em outras esferas sociais, observando que havia tantos obstáculos que dificultavam o processo em que esses tornam-se indivíduos na visão singular, enquanto pessoa de direito, não mais como conjunto – o dos escravos.

Nesse sentido, o primeiro personagem que destacamos é Domingos Daniel Aranha, “um mulato alto de meia-idade, mais magro que gordo, pouca barba, bigode ralo, cabelos crespos” (MORAES, 2000, p. 40), conhecido por ser “um homem levado de carepa, cujo nome era associado às “bravatas que constantemente praticava” (MORAES, 2000, p. 41), era um “turbulento”, “um vagabundo” (*Idem, Ibidem*, p. 52). Sua aparição inicial ocorre no “Beco do Precipício”, no tradicional bairro do Desterro, onde bebia à larga festejando a Lei Áurea, próximo a uma horda de pessoas desarranjadas, eufóricas, que discutiam sobre os “crudelíssimos senhores de escravos, de feitores sangrentos” cujas vidas foram modificadas após o 13 de maio de 1888.

A história de Aranha é contada, como a maioria da própria narrativa, de forma não linear. No presente do personagem, destaca-se seu ofício de sapateiro, sua vida em uma morada simples que dividia com Olímpio Sampaio – outro personagem do “núcleo dos excluídos” –, seu romance com Andreza Vital e, sobretudo, sua esterotipação a partir do ex-escravo tecido como “valente e bruto”, do qual as pessoas tinham medo mesmo sem conhecê-lo. Quanto ao seu passado – do qual surgem as raízes de sua caracterização e personalidade –, notabiliza-se um viés diferente daquilo que o senso comum pensa a respeito da relação escravo e escravocrata: ainda que submetido ao regime servil, “do lado dominado”, Aranha é posto como escravo de confiança, servindo de escudo para as enrascadas de índole amorosa e leviana em que se envolvia seu senhor pelo interior maranhense. Com a ênfase de ter salvado muitas vezes a vida de seu dono, livrando-lhe de investidas vingativas, passou “a exercer sobre o ânimo daquele homem uma influência extraordinária” (MORAES, 2000, p. 41) a qual resultou na libertação de Aranha quando estava seu senhor no leito de morte:

Foi quando eles voltaram de um passeio ao “Pascoal”, uma de suas fazendas, que Antônio Prado Ribeiro adoeceu em Cajapió.

Quase nas vascas da agonia a que Aranha tranquilamente assistia gozando pela última vez do espetáculo daquele ânimo mesquinho, que ele acompanhara durante tantos anos, teve um relâmpago a sua consciência empedernida. Chamou o irmão, seu sócio de cabedais e torpezas, e apontando o fiel servidor, testemunha de todas as suas infâmias e desbrios, que, naquele dia, determinava, libertassem o mulato. O pedido, ou melhor, a ordem, surpreendeu os presentes.

Nenhum só músculo se contraiu do rosto do velho guarda costas. Em pé, a um canto da alcova sentiu impassível, na aparência, a comoção extraordinária que lhe abalou o organismo, descendo e subindo da cabeça às plantas. Parece que a morte só pela liberdade de Aranha a vida de Antônio Prado respeitava; porque um instante passado, parca implacável dava um tiro na velha carcaça da existência nefanda do quarentão conquistador. (MORAES, 2000, p. 42).

Pelo fio das vicissitudes que marcam os ex-escravos no romance, Domingos Aranha, após ser liberto, passa a pertencer “a maltas e maltas de turbulentos e vadios”, distinguindo-se, como os outros de seu grupo, pela arrogância do porte e do falar, bem como pela bebedeira a que é entregue, que o faz “brigar por dez”. Constituído como uma personagem *desenhada* ou *plana* – aquela que apresenta um elemento característico que o acompanha durante toda a obra (SILVA, 1968, p. 269) –, não há, na narrativa, qualquer modificação a respeito sobre sua conduta e seu modo de agir, permanecendo, pois, em uma situação de *vencido*, cujas mãos parecem atadas, já que não se percebe quaisquer possibilidades de conseguir ou ter oportunidades que o tirem dessa condição de “bestializado”, tal qual aparece em simples menções, como:

- E o que eu mais me admiro é ainda hoje na idade avançada em que está, muita gente corre dele como o diabo da cruz! Pela festa do Rosário, fui ao adro, todas as noites. No domingo, formaram “um grude”, defronte do Convento. Um pândego que estava perto de mim, disse ao companheiro: - vou já pregar uma peça a este pessoal. Sabem o que ele fez? Gritou: lá vem o Aranha de cacete em punho!
Não vos digo nada! Os curiosos que cercavam o motim, arrancaram pelo adro afora, e desceram pelas travessas do Rosário e do Prego, tomados de pânico. (MORAES, 2000, p. 249).

Apesar desse invólucro, Domingos Aranha notabiliza-se por duas situações singulares relacionadas ao filho, Cláudio Olivier: salva-o de uma emboscada – quando foi perseguido por homens que não aceitavam que ele, “um qualquer”, mantivesse um romance com uma filha da aristocracia – e aconselha-o a ir buscar em outras terras melhores condições de vida, já que seu protetor – o personagem João Machado, o *Paletó Queimado* – fê-lo perder uma de suas fontes de renda devido à suposta postura errônea do jovem. Em uma situação que poderia deixar toda a sua família à beira da miséria, uma vez que a Cláudio cabia o posto de provedor, Aranha, tido como um “ignorante, um sapateiro”, demonstra sua afabilidade e, sobretudo, a sua compreensão quanto ao lugar onde vivia: seu filho, caso permanecesse em São Luís, seria mais um na roda dos enjeitados e perseguidos, por isso era necessário ter “coragem e disposição” (MORAES, 2000, p. 277) ao buscar em outras paragens o sustento e a dignidade tolhidos em seu berço. Ainda que haja, na narrativa, essa perspectiva sobre Aranha, destaca-se o seu viés estereotipado, já que aos olhos dos outros, não era ele o homem sensato, que defende a família, mas sim o homem rude, dado às bebedeiras, um *vencido*.

A história de Aranha encontra-se entrelaçada à de Andreza Vital, sua amásia e mãe de seu filho Cláudio Olivier. Retratada como “uma mulata alta, magra, simpática, de trinta e cinco a quarenta anos aproximadamente” (MORAES, 2000, p. 47), a personagem Andreza também apresenta, em sua caracterização, o peso do presente e do passado: em seu *hoje* se destaca a sua libertação pela Lei Áurea, quando aparece completamente embriagada devido às festividades, bem como sua função no âmbito econômico: trabalha de pequenos expedientes, cujo ordenado proporciona-a residir em um cortiço no “Beco do Precipício”, no bairro do Desterro, sendo, constantemente, protagonista de grandes vexames, em virtude do consumo excessivo de bebidas alcólicas. Por outro lado, em seu *ontem* se ressaltam as agruras do tempo e das circunstâncias, quando ela se separa de Aranha – pois este tinha a obrigação de acompanhar “seu dono” em suas expedições pelo interior do estado – e cede às investidas do Coronel Magalhães, seu senhor, tendo por fruto dessa relação o personagem João da Moda, o qual é envolto em uma vida de sequelas por conta da conjuntura de sua origem.

Ainda que a narrativa não explicita um caso de violência sexual propriamente dita, já que expõe que o “senhor moço” de Andreza Vital seduziu-a, observamos, no limiar das entrelinhas, uma das faces mais marcantes da escravidão: a dominação dos senhores e a submissão dos escravos não só sendo estes força de trabalho, mas também figurando como objeto sexual, colocando-se, as escravas, nesse caso, em um campo de crueldades físicas e psicológicas que as punha em uma posição de subjugo perante aqueles que dominavam e estabeleciam as normas e as regras das relações de poder. No contexto da obra, é nítida a inferiorização da mulher escrava quanto ao destino de seus próprios filhos, pois Andreza – à margem da sociedade, representando a *coisificação humana* – não teve o direito de ficar com João da Moda, uma vez que este – a mando de seu pai, “o senhor”, foi dado como morto para mãe e levado para distante dela. Nesse sentido, apesar de Andreza Vital não ser tecida a partir de uma densidade psicológica, ou a partir de fatos que a façam apresentar “um ponto de virada em sua trajetória”, pois é entregue aos vícios, nela vemos uma escrava (e ex-escrava) que está relegada à condição de sujeito maculado, depreciada socialmente.

Da mesma forma, apresenta-se João Moda, “mestiço, mais gordo que magro, rosto largo, de costeletas (MORAES, 2000, p. 116)”, retratado em um universo degradante – “um refúgio dos desgraçados, dos perseguidos, dos vencidos

da vida!” (*Idem, Ibidem*, p.119) –, ao surgir na narrativa quando o personagem Neiva leva Cláudio Olivier para conhecer o reduto de poetas *vencidos* e toda sorte de pessoas desbragadas. Nessa ocasião, João da Moda conta ao visitante – o qual está inebriado – que, ao nascer foi dado como morto para sua mãe e entregue a outrem por seu pai. Acrescenta à história que soube de sua raiz quando seu progenitor está fugindo de Domingos Aranha:

-Tu! Tua mãe e teu nascimento! Vais saber o que nunca ninguém te disse. Vais saber quem é teu pai... Teu pai é o teu senhor!...

[...]

- Imaginem a minha posição – continuou João, - façam uma ideia aproximada do que se passava no meu ser; como eu estava estarecido, petrificado, ante esse homem que se dizia meu pai. “Teu pai sou eu, gritou-me ele, e tua mãe é... Já alguém te disse quem é tua mãe”.

- Não, meu sinhô, respondi eu com a voz embargada pela comoção.

- Conheces a Andreza, João? – perguntou-me sempre a gritar.

- Andreza?... – fiz eu recordando.

- Andreza, uma cozinheira muito procurada que anda por aí? Uma mulher alta e simpática que gosta de bem vestir-se? É a amásia do Aranha!

[...] Sim, é tua mãe. Ela não sabe que vives, porque após o teu nascimento eu te fiz desaparecer e te entreguei àquela velha em cujo poder se te abriu a razão.

[...]

O que eu previa, aconteceu: Aranha soube, quando chegou, que Andreza se transviara comigo. Só não soube do teu nascimento, porque eu vendi para fora as escravas que lhes assistiram o parto. Zumbiu-lhe aos ouvidos que a tinham visto grávida, mas ele nunca chegou à evidência do fato. Aranha desprezou tua mãe, e todo o seu ódio, todo seu o rancor contra mim se voltou. Cinco vezes eu tenho escapado aos ataques desse cabra terrível, cinco vezes ele tem estado com a minha vida nas mãos.

A Providência me tem livrado de suas garras. Imagina o que ele não faria se soubesse que tu és filho de Andreza!... João, eu vou mudar-me daqui; vou viver noutra parte, onde eu não veja a sombra deste cabra. Amanhã tu serás liberto; não quero que amanhã tu te unas com o Aranha para acabar comigo... (MORAES, 2000, p. 121-123).

Possuindo “uma casa que servia como ponto de encontro para poetas, músicos e escritores excluídos das rodas oficiais da intelectualidade ludovicense” (ARAÚJO, 2011, p. 90), tendo vivido como escravo e sendo brutalmente retirado do convívio de sua mãe, João da Moda é posto na narrativa como “a musa inspiradora de todos os degenerados e vencidos da vida”, “o repositório sem fundo de nossas tradições, do nosso passado”, aquele que “transmite o sentir de ontem, o ódio que se atuou outrora no seio de nossa sociedade” (MORAES, 2000, p. 125). Portanto, sua simbologia está atrelada às fimbrias de uma sociedade escravocrata e patriarcal e, do mesmo modo que Domingos Aranha e Andreza Vital, é definido a partir do ponto de vista da exclusão, da degradação moral, dos olhos segregadores, marcado por uma vida de lamúria, descontentamento e uma permanente busca por si em meio a tantos flagelos. A decadência da sociedade é a decadência dos

personagens, que não possuem perspectivas, são entregues ao descaso, ao descalabro, tal qual João Moda que nunca conseguiu contar à Andreza que era sua mãe¹⁰⁶, e, por isso, morreram ambos no silêncio de um segredo que aponta para a condição de “não sujeito” dos escravos durante o regime servil.

Outro personagem a integrar o grupo dos excluídos diz respeito a Zé Catraia, o qual – também liberto pela Lei Áurea – destaca-se por dois fatores: nos tempos de escravidão, era escravo de confiança de seu senhor, a respeito do qual conhecia “seus secretos negócios de contrabando” (MORAES, 2000, p.46) e é descrito como aquele que tudo conhecia da vida de todos, sobretudo dos detalhes mais obscuros, mascarados pela postura social ilibada de quem a tentava manter. Da mesma maneira, há uma ênfase ao modo expressivo através do qual se comunicava, já que:

[...] quando falava unia a palavra ao gesto, rasgava demoradamente o vocábulo, tinha tons e semitons com que coloria as suas frases, que se não primava pela pureza e precisão vernácula, não eram também amostras de idiotismo e mau gosto sintático. (MORAES, 2000, p.45-46).

Não obstante, à proporção que transcorreram as primeiras décadas do século XX, o personagem vai tomando novos contornos – os quais vão inseri-lo em uma situação marginal. Conforme citado, após a *legitimação* da liberdade dos escravos, muitos permaneceram a mercê socialmente, pois não houve um plano de inclusão educacional e trabalhista que suprisse as novas demandas para a real inserção cultural e econômica destes. Dessa forma, Zé Catraia aprendeu um novo ofício: tornou-se um sapateiro cujo ambiente de trabalho era um quarto em uma das

¹⁰⁶ Essa ocasião revela-se no seguinte trecho:

Uma noite, cresceu-lhe no seio a onda do exaspero. Aquela mulher era sua mãe e ele ia contar-lhe tudo e ia fazer luz naquela treva imensa em que o espírito dela vivia mergulhado há tantos anos. Mudou de roupa e saiu. Na Rua do Monteiro é que ela morava, ou melhor, era onde morava o Aranha em companhia do Olímpio. Era lá que devia estar. Procurou-a. Olímpio veio-lhe ao encontro e disse-lhe que ela não estava lá e sim no aluguel.

[...]

João caminhou para lá com o passo estugado. Estava, realmente, disposto a acabar com aquilo naquela noite.

[...] Seguiu-a, decidido. Seguiu-a por muito tempo, esperando um lugar propício para lhe falar.

Andreza presentiu que era seguida. Começou a prestar atenção. De vez em vez se voltava e o via, a poucos passos.

- Este homem segue-me, pensou. E deu de andar. Já perto da casa de Aranha ela não pôde se conter. Enfrentou-o, resoluta:

- Que diabo você quer comigo? Eu lhe devo?

Aquele tom de voz áspera, irritada, desarmou-o.

Quis falar: embargou-se-lhe a voz na garganta. (MORAES, 2000, p. 231-232).

ruas históricas de São Luís. Sua principal característica, longe de ser o reconhecimento pelo valor de seu trabalho, era ser reconhecido pelo vício que contraiu: o consumo excessivo de bebidas alcóolicas. Tornou-se, pois, aos olhos dos demais, um bêbado inveterado. O personagem, nesse sentido, tomou outra descrição: “Muito macilento, magro, olhos encovados, sujo, [...] tornara-se aquele sapateiro que se embriaga”. (MORAES, 2000, p. 146).

Com essa mudança de *ser*, o outrora orador popular, não abandona seu costume de observar minuciosamente os sujeitos com quem vive. Entretanto, inserido em outra posição, é menosprezado. Passa a ser visto como uma sombra social, pois ao ver dos demais, seu existir e enunciar não deveriam ser levados em consideração por aqueles que se valiam do discernimento da razão. A exemplo disso, em um diálogo que teve com Cláudio Olivier, contou a história de como ocorreu o enriquecimento do personagem João Machado – um dia, *Paletó Queimado*. Este, um português, era no início da narrativa um quitandeiro, mas, por motivos escusos – a apropriação indevida de bens que não lhe pertenciam – tornou-se rico, partícipe da parte dos *nobres*, chefe de importante firma e um dos diretores do Banco Comercial de São Luís.

Catraia – que foi testemunha ocular desse fato – apresenta a veracidade do acontecimento, mostra a face oculta de um personagem que é exaltado socialmente, cuja palavra é constantemente ouvida com veneração e tida como exemplar. Com essa distinção entre os dois, sempre que Zé Catraia atenta contra a índole de João Machado é desacreditado por quem o ouve e, ainda, não raro, há intervenção policial contra as *calúnias* ditas por ele. Nessa perspectiva, aquilo que presencia não é levado em conta por quem é observado, suas palavras não interferem como ameaça, pois sua *nulidade* faz como ele não seja aceito pelos integrantes de outros grupos sociais, assim como há no seguinte fragmento:

- Entre depressa, entre Sr. Flávio – diz uma vozinha trêmula de mulher. E o tipo já se tendo levantado, num salto, alcançou o corredor, sem fazer barulho, em estardalhaço. A porta, rápida, fechou-se. E porque ele se demorasse, consertando-a da queda e do susto, eu ainda ouvi:
 - Mas c’o a breca! Eu nem tinha visto este homem! Quem é? Reconheceme-ia este **miserável**? Estamos perdidos!
 - Não se importe, - respondeu ela. Ora você a incomodar-se com esse **idiota! É o Zé Catraia**. (MORAES, 2000, p. 148-149, grifo nosso).

Nessa ótica, o cotidiano de São Luís nos primeiros anos da República ainda apresentava antigas vicissitudes, como a face do emudecimento e segregação dos que foram, desde sua chegada, o sustentáculo econômico e cultural dessa terra.

Assim, as linhas distintivas das classes sociais foram remodeladas por novos contornos. Os ex-escravos, embora fossem atravessados por uma formação cultural, não sentiam o pertencimento àquela oriunda das classes abastadas, do ponto de vista da “comunhão social”. Nesse sentido, Zé Catraia diz de si sobre sua concepção e, sobretudo a partir do olhar do *outro*:

[...] eu sou o Zé Catraia, um bêbado que anda escornado pelas esquinas... um pobre diabo, imbecil, como dizem os *senhores que conhecem os termos da língua*. Mas ah! É puro engano! Eu tenho cabeça... **Sabe o que me falta? É cultura!** Mas... como eu lhe ia dizendo... Ninguém dá importância ao Zé Catraia, mas o Zé Catraia sabe de tudo. (MORAES, 2000, p. 146, grifo nosso).

No término de *Vencidos e Degenerados*, o narrador reafirma quem é esse personagem: representante do embate indireto entre os obscurecidos, os chamados na história de *vencidos*, e aqueles que agem de acordo com as normas pré-estabelecidas por quem se destaca na arquitetura das relações de poder. Nesse sentido, é perceptível que as amarras sociais são invisíveis e vão sendo constituídas a partir, dentre outros aspectos, por quem delinea as distintas posições sociais, políticas e ideológicas dos sujeitos. Dessa forma, este é Zé Catraia:

[...] homem do povo, conhecedor das misérias de sua terra, da hipocrisia de muita gente e o como dos capitais dos ricos. [...] Obscuro, desprezado, sem amigos, sem recurso, levando uma existência miserável. [...] Vivia mergulhado, sem princípio nem fim, não invejava a boa fortuna dos graúdos. Ali, onde o viam, era dos poucos que sabiam e podiam desprezar os miseráveis, rir do despudor hipócrita, fotografar a eterna comédia da vida. (MORAES, 2000, p. 154).

Catraia é, na obra, símbolo de degeneração e decadência moral, frutos da exclusão que o assolava. O personagem, que sabia os meios pelos quais os *homens de bem* ascenderam socialmente, limitava-se a observar: um expectador da sociedade, a quem era reservada apenas sua margem. Nesse sentido, a representação dos ex-escravos – evidenciada em um contexto que engloba o período da escravidão e, sobretudo, o processo imediatamente posterior à Lei Áurea – ocorre a partir de uma denúncia, posto que vemos a antiga classe servil entregue ao mundo das vicissitudes, da falta de trabalho “oficial”, uma vez que são os ex-escravos, na narrativa, trabalhadores livres autônomos, sem uma qualificação amparada pelo governo, com a aparente ausência de medidas do poder público que proporcionassem mudanças efetivas e significativas nas relações de trabalho.

Observando, portanto, a configuração de *Vencidos e Degenerados* no que se refere às simbologias dos ex-escravos abordados, coadunamos com Ferreira (2009, p. 8) quando afirma que os heróis da narrativa de Nascimento Moraes são

“heróis sem nenhum heroísmo”, “heróis sem nenhum caráter”, que “sobrevivem na terra perdida”. Esta terra – São Luís – é, utilizando a proposta de Lukács (2009), “um mundo que saiu dos trilhos”, um espaço cujo âmago exala a “ideologia da decadência”, sendo esta o ponto de vista e a espinha dorsal utilizada por Moraes ao criar seu romance e seus personagens em um ângulo que enfatiza os sujeitos atravessados por uma história que, se não determina, interfere de modo exponencial na realização das ações da narrativa.

Considerando o teor reflexivo da trama narrativa, é nítido que, no caso de *Vencidos e Degenerados*, “aquilo que cada homem leva na alma é compatível com a estrutura social em que ele vive” (MARTINS, 2012, p. 250); há, portanto, nos moldes romanescos, a confluência entre o mundo degradado e a peregrinação do indivíduo problemático, este último figurando como alguém perdido que sai em busca de si mesmo, procurando entender a sua natureza e as suas próprias leis dentro de uma conjuntura heterogênea, de um mundo árido. Destarte, a obra de Nascimento Moraes constrói-se em torno de um período temporal que não é arbitrário, mas sim essencial e relevante quanto àquilo que *disse*, pois, ao apresentar uma escrita que colocou em pauta a arquitetura do momento “pós-abolição”, observamos não só uma inclusão no eixo das discursividades da época, mas, principalmente, notamos como eram os aspectos formadores das teias sociais e como nestas estavam postas e construídas as personagens/pessoas tais quais Domingos Aranha, Andreza Vital, João da Moda, Zé Catraia e tantos outros cujas perspectivas eram cerceadas em nome de um contexto hierarquizado e estigmatizante.

5.3 O cerceamento da produção intelectual na cidade vencida

A cidade de São Luís de *Vencidos e Degenerados* é um espaço construído em torno da atividade intelectual, fazendo-se esta presente desde a primeira abordagem da narrativa, quando os abolicionistas conduzem os preparativos para a Lei Áurea e entoam os discursos sobre esse acontecimento. Do mesmo modo, o periodismo e as associações literárias também são apresentados como pontos de discussão, seja através das crônicas – cujo mestre *mor*, na obra, é o personagem João Olivier – ou por meio das produções jornalísticas e poéticas das agremiações. O período em se passa o romance de Nascimento Moraes – primeiras décadas da República – é significativo na medida em que dialoga com as movimentações literárias do país após a derrocada da Monarquia: segundo Broca (1975), a

República trouxe, como um dos pontos de seu programa, a organização federativa em oposição à unidade de poder do Império; esta organização – que transformou as províncias em Estados – garantiu uma autonomia nunca antes experimentada, refletindo-se em diversos âmbitos, como o terreno literário, o qual foi incentivado em muitos recantos do país, fomentando-se a formação de agremiações e movimentos culturais, como os que compuseram a atuação dos *Novos Atenienses*. Broca (1975) é enfático ao afirmar que, apesar de produzir em seus estados de origem, os poetas e escritores, para “realizarem-se literariamente”, procuravam a *corte*, ou seja, o Rio de Janeiro, de onde emanava a centralização política da época. Em *Vencidos e Degenerados*, o aspecto de “realizar-se em outros estados” tem papel de grande relevo, não apenas em nome de um “reconhecimento”, mas, principalmente, pelo cerceamento das atividades intelectuais desenvolvidas por homens que pertenciam à arraia miúda da capital maranhense.

Nesse sentido, um dos aspectos de maior relevância no romance concerne ao desenvolvimento das atividades letradas, as quais são tecidas sob o ponto de vista da criticidade, da denúncia, das expectativas da população, porém, como afirmado, são envoltas em muitos fatores que figuram como óbices. Os personagens que atuam diretamente nessa *lida* são João Olivier, Cláudio Olivier e Carlos Bento Pereira, sendo considerados por nós os centros ou os núcleos do *campo intelectual* da obra de Nascimento Moraes. O conceito evidenciado – *campo intelectual* – é utilizado conforme Bourdieu (2004), para quem essa noção diz respeito ao princípio de que um criador e suas produções são perpassados pelas relações sociais dinâmicas, destacando-se, portanto, o contexto histórico e as tomadas de posição dos agentes sociais, que se influenciam reciprocamente. Sobre o termo *intelectual*, coadunamos com a proposta de Cardoso (2013, *apud* SIRINELLI, 2010, p. 125):

[...] o termo *intelectual* pode ser definido em duas acepções: uma ampla e sociocultural na qual ele é visto como produtor e mediador de conhecimento, e outra mais restrita, baseada na noção de engajamento, como atores sociais conscientes atuando de forma específica no social. Essas acepções, embora essencialmente diversas, não são excludentes, mas, pelo contrário, complementam-se mutuamente, pois, na medida em que produz conhecimento ou funciona como mediador do público, o intelectual está inexoravelmente intervindo sobre a sociedade. Historicamente, o engajamento nas lutas políticas tem sido apontado como característica essencial do intelectual, e é essa a visão de intelectual apresentada e representada na obra de Nascimento Moraes.

A constituição do *homem letrado* no enredo ocorre, a princípio, em meio a simbioses ou trocas de influência: João Olivier – “jornalista vibrante e orador

influyente” (MORAES, 2000, p. 28) era pai adotivo de Cláudio Olivier – filho dos ex-escravos Domingos Aranha e Andreza Vital –, e criara-o para ser “um homem de luta. Para trabalhar com vigor em benefício de sua raça” (*Idem, Ibidem*, p. 91) instruía, de acordo com suas palavras, “um cérebro” e educava “um coração”. Os dois, por sua vez, foram alunos de Carlos Bento Pereira, o *velho* Bento, cujos ensinamentos e diálogos foram importantes para que tivessem o alicerce do engajamento nos conflitos do bojo social maranhense do final do século XIX e início do século XX. Esses três personagens, por meio de sua verve intelectual, são mediadores das discussões e escritos sobre as condições de São Luís e do Maranhão, portando-se como sujeitos envolvidos com a política e com os problemas sociais, no sentido de denunciar a conjuntura reinante, bem como mostrar possíveis diretrizes para mudar a situação decadente vivida.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que são os intelectuais fomentadores e difusores do conhecimento, capazes de interferir na ordem social e em seus sistemas simbólicos, um dos pontos de maior relevância na narrativa concerne ao espaço que os *homens de letras* possuem e, sobretudo, de onde suas vozes partem: a cidade letrada de Nascimento Moraes é também uma cidade segregadora, pois o florescimento das letras era atravancado pelas perseguições de uma elite tacanha e uma imprensa que servia ao governo *da situação*. Sendo assim, fosse em um grau mais elevado – como os de João Olivier e Bento Pereira, com seus árduos debates –, ou em uma proporção “menor”, como os “trovadores de esquina”, valiam as opiniões não pelo que elas eram, mas por quem as dava. A legitimação de um dizer, portanto, passa, no romance, por uma *negligenciação*, a qual é vista como mais uma das causas para o tão aludido atraso – se não ecoam as palavras de alerta, de queixa, fica a sociedade à mercê de uma continuidade, da falta de ações que só podem ser pensadas de modo racional. Sobre a atuação dos letrados em *Vencidos e Degenerados*, Araújo (2011, p. 107-108) afirma:

Serão os letrados que, com seu conhecimento literário e científico, os responsáveis pelo fim da crise que se abate sobre o Estado. [...] O estado decadente estava diretamente ligado à falta de instrução e à ausência de intelectuais no poder. A crise que ia se abatendo sobre a lavoura de agroexportação à medida que o elemento servil ia ganhando liberdade era resultado também, não da falta de braços, mas sim “porque em grande parte não entendiam de lavoura e de criação os que acudiam aos honrosos qualificativos de lavradores, agricultores e fazendeiros”.

A narrativa, quanto à dificuldade de ascensão através do exercício das letras, detém-se, primeiramente, no personagem João Olivier, e é a partir de sua

trajetória que percebemos como as questões políticas e uma sociedade hierarquicamente estruturada são os fios condutores para traçar os *desfechos* dos intelectuais da obra. Descrito como “um rapaz alto, magro, moreno, rosto largo, olhos negros e vivos, faiscando através das lentes do *pince-nez*” (MORAES, 2000, p. 28), Olivier é marcado pela postura adotada, por suas condições de origem, bem como, sobretudo, pela função laboral que desempenha: é um abolicionista; um mestiço – filho de uma senhora da aristocracia alcantareense que se envolveu com um mulato –; um cronista e um guarda-livros de “uma importante casa comercial”. Constituído identitariamente dessa forma e possuindo “uma frente alevantada, altiva”, enquanto abolicionista destacou-se por ser um *homem da imprensa* que se posicionava contra a escravidão, foi sua voz uma das que bradou quando a notícia da Lei Áurea chegou a São Luís. Chamado de *causeur* nessa ocasião, fez um “discurso de conceitos, de pensamentos, sentimental, que tocou ao auge de beleza e forma, quando falou da Princesa Isabel” (*Idem, Ibidem*, p. 35). Os ex-escravos, que sabiam da luta de Olivier em prol de suas libertações, agradeceram-no, externando a ele a gratidão por ter sido um dos homens a não silenciarem sobre o julgo da escravidão e as mazelas daí advindas.

O moço jornalista levantou-se, foi encontrar à porta da sala um magote de libertos que lhe vinham dar os agradecimentos.

– Deus é quem vos há de pagar! – disse um.

– Deus e Maria Santíssima – disse outro.

Olivier, comovido, a todos abraçava, mas a pilhéria sempre a irromper de seus lábios.

– Tudo aceito: abraços, arrosos e pisadelas, o diabo a quatro! Menos essa história de meu *sinhô!* ... Esta não vai! Ou vocês querem me pagar o bem com a ingratidão? (MORAES, 2000, p. 63).

As crônicas de Olivier são colocadas como “as mais apreciadas da província”, devido ao encanto, à fluência, à pureza da linguagem, à ironia, fazendo com que o jornalista fosse comparado ao poeta maranhense Gentil Homem de Almeida Braga. Além desse aspecto – substancial na tessitura do personagem –, vemos em seus discursos a profundidade de percepção sobre as amarras e estruturas sociais de sua terra: esta não possibilita aos menos abastados a ambição, pois contra eles levanta-se a *cólera dos deuses*, ou seja, uma gama de medidas – oriunda das elites que desejam manter a *ordem estabelecida* – que “os fulminam”, tolhendo suas perspectivas. Do mesmo modo, através de suas palavras, conhecemos o panorama social e político das letras: ainda que o Maranhão fosse “uma terra fértil de homens ilustres”, com alguns de “incontestável valor”, nem todos

conseguiam galgar uma posição de destaque ou reconhecimento, pois enquanto uma parte era protegida pelo “potentado”, vivendo à custa dos cofres públicos, outra passava horríveis privações, tendo que se sustentar por meio de outros expedientes – nascem, como diz Olivier, “obscuramente” e “obscuramente desaparecem no palco da vida” (MORAES, 2000, p. 66).

Esses *obscurecidos*, segundo João Olivier, são os homens educados com os livros em punho, que não conhecem a superioridade a não ser pelo talento e pela competência, por isso são os mesmos que não se curvam “ante um senador do Império, que mal assina o nome, nem podem baixar a cerviz ante o funcionário público que não sabe somar, mas que a proteção política altamente colocou, como que querendo humilhar o preparo dos que estudou” (*Idem, Ibidem*, p. 66). Por meio da acidez e da objetividade de suas colocações, embora Olivier afirme “não poder levantar opinião” ou “inflamar uma corte de revoltados”, passou a ser tido como um paradigma para a classe média “que via nele um amigo, um irmão, um companheiro” e para “os infelizes, os desgraçados, os da mais baixa estirpe, sem nome” que se sentiam representados por um homem que lhes estendia a mão. Sendo assim concebido por essa parte da população e atirando pedras certas nos *telhados de vidro dos inimigos* – “representantes da elite e os dinheirudos burgueses” –, o pai de Cláudio Olivier tornou-se, definitivamente, por sua formação ideológica e por suas convicções, um *obscurecido* em São Luís.

Avançando temporalmente a narrativa, sob João Olivier recai o peso de uma sociedade que segrega quem se impunha contra os arranjos sociais vigentes. Após uma representação de firmeza, oriunda da escrita e da oratória, e de reivindicação, através da qual se discutiu as perspectivas para os ex-escravos após a abolição – que não foram, como se esperava, incluídos nas esferas política e educacional –, o personagem foi mais um dos que sentiu o “acentuar da crise econômico-financeira do Estado”, assim como as perseguições do grupo político a quem tecia críticas. Cedendo às amarguras inevitáveis, Olivier é levado a tomar uma atitude comum na República das Letras: deixou o Maranhão e foi para Belém, onde seu nome tornou-se conhecido e apreciado, ao contrário do que ocorreu em sua terra, na qual seu nome foi relegado ao ostracismo, sofrendo ele e sua família com várias privações. O desfecho de João Olivier assim poderia ter acabado, mas não o quis Nascimento Moraes, este que tanto lutou em sua São Luís – *real* –, deu à sua criação um fim amargo, condizente com a proposta do romance: Olivier, acometido por uma doença

na capital do Pará, retorna ao Maranhão e, estando em casa, morre “numa manhã de abril, deixando a família em completa pobreza” (MORAES, 2000, p. 100). Nesse caso, o personagem não buscava, necessariamente, reconhecimento por sua lida intelectual, mas sim o suficiente para que pudesse sobreviver; é preciso notar que a derrocada dele é resultado das relações de poder que estavam na superfície e nas entrelinhas da sociedade. Olivier, no campo das trocas simbólicas, era um homem letrado posto na condição de oposicionista, cuja voz incomodava os agenciadores da máquina governista. Em uma relação de forças, ele era o lado dos que não detêm o poder dominante, mas sim aquele que se opõe a este.

João Olivier [...] o vibrante e inesquecível cronista maranhense morrera ao voltar de Belém, para onde fora, depois de alguns anos de ostracismo em sua terra. O grupo político contrário ao que ele pertencia galgou o governo definitivamente. Olivier aguentou [apenas] os primeiros anos de perseguição. Dava-lhe o ordenado de guarda-livros, o qual, por causa das péssimas condições do comércio, fora reduzido para as despesas mais urgentes. A crônica não lhe rendia nada. A imprensa maranhense é formada por um grupo de rapazes que gratuitamente trabalham, contentando-se com o representá-la nos bailes, nas festas, nos banquetes e no teatro. Olivier era um destes abnegados. A perseguição de que era vítima, em parte ocasionada por essa imprensa a quem ele servia por amor à arte, apresentou-se furiosa e insolente na casa comercial onde ele era empregado; impôs-se, por fim, ao patrão, e o desditoso guarda-livros começou a sentir o fel da indiferença. (MORAES, 2000, p. 98).

O campo literário de *Vencidos e Degenerados* é representado, com nitidez, através de homens de letras que não agem em nome, apenas, da *estética da escrita*, mas, sobretudo, da arte de escrever pautando-se na configuração do campo político de onde partem suas considerações. Essa relação entre a intelectualidade e a política é significativa – e bastante evidenciada – quando vemos a formação simbólica do personagem Carlos Bento Pereira, descrito como um poliglota, “uma das vastas ilustrações de que se honrava o Maranhão” (MORAES, 2000, p. 74). O *velho* Bento era um jornalista e um professor cujas “extremadas lutas partidárias o houveram impossibilitado de trabalhar com os outrora liberais e conservadores” (*Idem, Ibidem*, p. 74). O narrador não é específico ao mencionar que *lutas* aconteceram, detém-se a expor o que elas trouxeram à vida do personagem: foi afastado da imprensa – onde conquistara um nome respeitado e muitos desafetos – e passou a sobreviver a partir do ensino de aulas particulares, que não supriam suas necessidades e as de sua família, vivendo-se, assim, “em quase completa miséria”.

A vida material precária de Bento Pereira coexistia ao lado de sua arguta análise dos fatos sociais vigentes. Em seu *Panfleto – a síntese social e política* da crise moral, intelectual e econômica do Maranhão –, cuja composição já foi exposta

por nós, observamos o ponto máximo de reflexão, na narrativa, sobre os motivos do avanço do estado, destacando-se, entre outros aspectos, que o próprio desenvolvimento da intelectualidade era embaraçado devido à conjuntura política: segundo o *velho* Bento, muitos homens de letras nascidos no Maranhão saíam de sua terra natal fustigados pela “má vontade dos cruéis e dinheirudos mandões, que não perdoam a um indivíduo obscuro o crime de querer focalizar-se” (MORAES, 2000, p. 206), sendo assim, para construir uma trajetória profissional nesse ramo, era preciso rumar a outros campos. Mais uma vez a ideia de “obscuridade” é utilizada para se referir a quem não era partícipe do lado privilegiado da sociedade, mas, mesmo com todas as adversidades, tentava desenvolver seu ofício “letrado”. O mestre dos Olivier’s é um dos sujeitos que atua nesse sentido: nunca deixando a capital maranhense para tentar “o êxito” em outros estados, sobrevivia, também, de seus escritos, ainda que estes fossem redigidos para o âmbito político, campo constantemente criticado pelo *velho* Bento. Respondendo a uma pergunta de Cláudio Olivier, afirma o poliglota:

– Por quem escreve?

– Pelos dois.

– Como assim?

É simples: apareceu-me, em primeiro lugar, o Dr. Teodoro Ribas, interessado por parte do Sousa. Escrevi, pois, o primeiro artigo. Ao dia seguinte, apresenta-se-me cá o Moura Júnior e pede-me que responda ao artigo... Eu já não tinha dinheiro... Só a dívida da quitanda absorveu quase toda a quantia que me pagou o Ribas. O pedido do Moura veio tirar-me de outra dificuldade... Meti mãos à obra, eis-me a fazer polêmica comigo mesmo (MORAES, 2000, p. 202).

Participando de todo desenrolar do enredo, podemos inferir que Carlos Bento Pereira é “um sobrevivente em um panorama inglório”. Para João Olivier apresenta as primeiras partes do seu *Panfleto*; para Cláudio Olivier – anos depois –, as últimas. Seriam estes os únicos interlocutores de um texto que trazia, de modo profundo, as vicissitudes e as raízes dos males e da crise do Maranhão. O eco que se esperava dessa produção não ocorreu, posto que o panfleto nunca fora publicado, e o povo, que poderia ter tido acesso a ela, permaneceu no alheamento tão característico da República das Letras de *Vencidos e Degenerados*: havia dificuldade de publicação, de distribuição e de leitura do que se produzia. Dessa forma, embora tenha composto a agremiação literária fundada por Cláudio e escrito sobre a fragmentação social na política, no campo artístico-cultural, no desenvolvimento econômico, a representação que cunharia o *velho* Bento foi do “intelectual que não deixou o Maranhão” e, por toda sorte de empecilhos postos ao

seu trabalho, foi relegado à absoluta miséria. Nas páginas finais do romance de Nascimento Moraes, descreve-se essa situação:

[...] alguém começou a gemer com voz cansada e surda...
 – Coitado! – diz D. Corina – este pobre velho há muitas noites que não dorme. Faz pena ouvi-lo gemer.
 – É aqui? – perguntou o Cláudio com o mesmo ar preocupado, a bater com o talher no prato.
 – Não, é um vizinho. É o velho Bento Pereira!
 – O velho Bento!
 – É verdade, – acudiu o Neiva. – Eu estava até com sentido de dizer... É meu vizinho há um ano. É um homem liquidado!
 – É um esqueleto, – diz uma voz de mulher.
 – Também, ele não come! – exclama a mãe de Trancoso. – Passa os dias a fazer cruces na boca. Não sei de que lhe servem tantos livros!
 – Contrista, não há dúvida, – diz o Neiva.
 – Atirado aí, como um cão, – expressa dolorosamente uma mocinha.
 – Com certeza a publicação do folheto acabou de esmagá-lo, – lembra o Cláudio. – Um folheto que, cá no meu entender, é mais um desabafo... Uma cólera incendiada...
 – Que folheto? – perguntaram algumas vozes.
 – Então ele não publicou um panfleto?
 – Com que recurso? – pergunta vitoriosamente Onésimo.
 Uma espessa nuvem toldou a fisionomia de Cláudio. Seu espírito fez uma viagem ao passado, e lá de suas brumas surgiu o vulto de João Olivier, que lhe repetiu esta frase: “O panfleto do velho Bento é uma obra de Santa Engrácia”. (MORAES, 2000, p. 205-206).

Os caminhos percorridos por Cláudio Olivier, à semelhança de seu pai adotivo e do *velho* Bento, também foram formados por meio de muitos dissabores, iniciados desde sua infância, quando ia à escola e era perseguido não só pelos colegas de classe, mas ainda por alguns de seus professores, que agiam conforme “a prevenção que há nesta terra contra todo rapaz que não descende das antigas famílias dos ominosos tempos!” (MORAES, 2000, p. 88). O narrador, que “acompanha” esse personagem desde quando tinha apenas oito anos de idade até sua chegada à fase adulta, destaca a caracterização de Cláudio Olivier através da inteligência e da altivez cultivadas por seu pai, quem o preparou para ser “um homem destemido, e não um bacharel qualquer, forrado para resistir a insultos, pulso rigoroso para esmagar preconceitos; um polemista terrível que faça uma época” (*Idem, Ibidem*, p. 92). Portanto, o alicerce ideológico formador do jovem foi estabelecido para que não fizesse parte da *camarilha*, e sim fosse um homem de enfrentamentos.

A primeira “provação” de Cláudio ocorreu justamente no episódio em que João Olivier faleceu: tendo apenas concluído os estudos no Liceu, abriu “um curso secundário, particular” para o auxílio do sustento da família. Nessa mesma ocasião, o português João Machado – *Paletó Queimado* no início do enredo – arranja-lhe

algumas “escritas de tavernas” para complementar a renda da então depauperada casa dos Olivier’s. Esse último fato mencionado é crucial no desenvolvimento do romance: à medida que Cláudio Olivier vai à contramão do que determina o sistema dominante – incomodando a elite com seus escritos e envolvendo-se com uma filha da aristocracia –, Machado não apenas deixa de ajudá-lo financeiramente, como também faz questão de que a ordem que ele ocupa saiba que não apoia ou está do lado de quem faz frente aos interesses de seu grupo.

A perspectiva do *herói problemático* proposta por Lukács (2009) relaciona-se, de modo singular, a Cláudio Olivier, pois é a partir de suas ações que observamos, em um grau mais acentuado, como o desenvolvimento dos conflitos surge do choque entre “aquele que sai em busca de si” e o lugar fragmentado onde vive. Não esqueçamos que o *mundo degradado* da São Luís de *Vencidos e Degenerados* fulmina – por sua estrutura vertical – os *indivíduos problemáticos*. Por isso, à medida que Cláudio começa a intervir nos campos que não lhe são próprios, mas dos *outros*, passa a ser perseguido até que se ponha *em seu lugar*. Esse jogo entre *nós* e *ele*, ou seja, a estratificação social, é profundamente abordado quando o jovem, por seu “decidido gosto pelas letras”, funda uma agremiação e um periódico literário, ajudando-o, nessa empreitada, *seus pares*: rapazes oriundos da arraia miúda da sociedade, a exemplo de Plácido Monteiro, filho de um calafate; Júlio Bezerra, cuja mãe engomava para sustentar o filho nos estudos; Jorge da Cruz, “um rapagote de cor branca”, neto de um desembargador empobrecido. Embasado discursivamente no ideário do marasmo literário maranhense – com o dormir de um sono condenador –, o grêmio literário fundado – o *Grêmio Gonçalves Dias* –, a princípio, não passa de um motivo de escárnio nas rodas de conversa, sendo o seu idealizador o “mais alcançado pelas pedradas”. Indo de encontro às considerações feitas, expandiu-se o projeto, e, além das reuniões e debates, lançou-se o periódico “*O Campeão*”, cujo primeiro número de circulação ocorreu em 28 de julho, não por acaso data da adesão do Maranhão à Independência do Brasil. Com o labor dos gremistas e a revisão dos escritos realizada pelo mestre Carlos Bento Pereira, era incontestável a ascensão do grupo:

Os gremistas fecharam os ouvidos ao falar mal e continuaram a secundar esforços. Saiu o segundo número, o terceiro, o quarto. **Os jornais da terra que não souberam estimular os nóveis intelectuais que, com tanto ardor, se entregavam às pugnas das letras, tiveram que envergonhar-se com os elogios que chegavam da imprensa de outros Estados, os quais eram propositadamente transcritos pelo *Campeão*.** Em algumas dessas animadoras notícias, vinham destacadas produções deste ou

daquele rapaz, o que dava lugar a uma festa indescritível no seio do *Grêmio* (MORAES, 2000, p. 107, *grifos nossos*).

As “pistas narrativas” colocadas por Nascimento Moraes fazem-nos observar que as atividades do grêmio, no seio de São Luís, não tardariam a ser tolhidas: composto por pessoas pobres e sem representatividade, não houve, por parte do público local, o reconhecimento alcançado por quem era de fora: “[...] já lhes andavam o nome por outras plagas e a imprensa de todo o país [...] elogiava-lhes os trabalhos. Era exato que os lentes do Liceu não olhavam com bons olhos para os gremistas” (MORAES, 2000, p. 107). Do mesmo modo, em certa ocasião, afirmou o *velho Bento*, para Cláudio, que agora ele ia “ver quem é esta gente... Prepare-se que eles para matar o Grêmio não trepidarão em jogar todas as armas: – a calúnia, a intriga, a mentira deslavada, falsos testemunhos...” (*Idem, Ibidem*, p. 217). “Esta gente” passou a *enxergar* detidamente os atos do *Grêmio Gonçalves Dias* quando “a coisa já se estava tornando séria”, ou seja, a partir da possibilidade de composição do campo intelectual por *homens quaisquer*, a exemplo de Cláudio Olivier, “um pobre, paupérrimo”, “um carafuz desrespeitador e audaz” que afrontava a “vizinhança honrada e séria!” (MORAES, 2000, p. 142). Esse engajamento no âmbito intelectual e as dificuldades encontradas assemelham-se, de acordo com Nascimento (2012, p. 39) à trajetória do próprio autor de *Vencidos e Degenerados*:

O empreendimento de Cláudio e seus colegas equivale, na narrativa, ao empreendimento de Nascimento Moraes ao lançar *Vencidos e Degenerados*. A diferença é que as condições de oposição ao grêmio, como veremos, eram muitíssimo mais intensas que as de recepção do romance. No período em que publicou o romance, em 1915, Moraes havia conseguido uma situação mais estável no campo literário local, pela aproximação com o governo estadual. É exatamente essa aproximação, a meu ver, que possibilita as condições financeiras e culturais que permitem a publicação da obra. Ainda que no campo literário regional a poesia estivesse no topo dos gêneros literários, e Gonçalves Dias era sempre lembrado, o lançamento de um romance, ainda mais por um intelectual subalterno naquelas relações estabelecidas, como era o caso de Moraes, significava um investimento fundamental para acumulação de capital simbólico e, com ele, outras possibilidades de acesso a postos mais importantes na estrutura governamental e na imprensa. Significava, também, nos dois casos, um desequilíbrio no campo intelectual local, o que implicava em oposição de outros homens de letras e seus aliados, na medida em que os recursos eram poucos e disputados com todas as armas que os contendentes dispunham.

A partir da iminente *ameaça* da ascensão do grupo no panorama literário da cidade, houve um enfrentamento aos jovens intelectuais. Isso porque, inconformados com a evidência dos *vencidos* da terra, os que simbolizam o outro lado do escopo social trouxeram a lume o *Clube Odorico Mendes* e o jornal *O*

Triunfo – nome bastante apropriado para o que significou socialmente sua fundação – não só para fazer frente a *O Campeão*, mas, principalmente, para evitar que uma “imprensa menor” desse destaque à arraia miúda da sociedade. Reunindo-se, pois, no “salão nobre da Câmara Municipal”, com a presença de muitas senhoras e cavalheiros, os integrantes da nova associação literária – dentre os quais “o filho do presidente da Câmara de uma cidade do interior do Estado, o sobrinho de um desembargador do Superior Tribunal, o filho de um deputado estadual” (MORAES, 2000, p. 108) – estavam dando um passo que garantiria a manutenção dos padrões sociais vigentes. Era, na ótica deles, necessário que a continuidade, e não a ruptura, fosse preservada. Do contrário, poderia ocorrer o que eles temiam:

- **Vejam o futuro que há de vir por aí!** Amanhã os filhos do desembargador Brito serão criados **de um** Cláudio Olivier, **de um** Plácido Monteiro, que naturalmente virão ocupar nesta sociedade as mais elevadas e honrosas posições!... [...] Era preciso reagir. (MORAES, 2000, p. 108, grifos nossos).

O futuro que “estava por vir” foi cerceado, o *Grêmio Gonçalves Dias* e o jornal *O Campeão* foram dissolvidos, seus integrantes – que em sua maioria dependiam de mesadas e empregos conseguidos por outrem – foram aos poucos abandonando o ideal de renovação literária, os debates e as escritas de artigos de cunho político-social. Cláudio Olivier, vendo-se cada vez mais desamparado, com suas perspectivas fustigadas e ainda mais perseguido quando se relacionou amorosamente com uma mulher que pertencera à elite, percebe o quão difícil era viver em uma cidade que, além de possuir escassos postos de trabalhos vinculados às letras, era dominada por uma decadência moral, sobressaindo-se não o valor da escrita, mas o peso das relações sociais construídas em torno dos “poderosos da terra”. Por isso, aconselhado por seu pai biológico Daniel Aranha, deixa São Luís e encontra no Amazonas um reduto em que pôde exercer aquilo que não conseguia em seu berço – um espaço que lhe possibilitasse difundir suas ideias sem que elas fossem julgadas por quem as escreve, mas sim pelo que apresentam. Sobre esse aspecto do romance, propõe Nascimento (2012, p. 41):

O episódio da fundação e dissolução do grêmio parece-me central no encaminhamento do enredo e na produção de significados da narrativa, a partir do que identifico como eixo central do romance a impossibilidade de intelectuais com as características de Cláudio, pobre e mulato, assumirem posições centrais no campo literário de São Luís da Primeira República, apesar dos supostos talentos que possuísem. O narrador constrói dois corpos de literatos que se opõem, sobretudo, pela origem social e condição étnica. Em outras palavras, essas características socialmente estabelecidas são utilizadas como recursos nas disputas que se estabelecem no campo intelectual construído pela trama. Há, na narrativa desse episódio que se

estende por muitas páginas, uma série de detalhes significativos que nos permite compreender a caracterização que o autor faz dos grupos em disputa e de seus lances simbólicos, a começar pelo título dos periódicos. O do grupo de Cláudio, em vista do caráter desafiador e desequilibrador de sua ação estratégica, tinha o título quase heroico de *O Campeão*, enquanto o periódico dos “rapazes da elite” trazia o nome de *O Triunfo*, a expressar não apenas o lugar social a partir de onde se pronunciavam, mas também a certeza que tinham, e com razão, de que no final da trama, efetivamente, seriam os vencedores, como sempre foram.

Nascimento Moraes, ao criar personagens “situados num determinado espaço, movendo-se numa determinada ação” (SILVA, 1968, p. 268), constrói, para os leitores, um ponto de partida analítico que deve levar em consideração um teor essencialmente simbólico, o qual traz à superfície e às entrelinhas textuais um universo construído pelas amarras “invisíveis” das relações de poder. Não por acaso, o *velho* Bento, após o embate entre as agremiações literárias, afirma que o “jornalismo é amima conveniências”, pois “quando não se põe em jogo o interesse particular, que é muito grande, o jornalismo é um manietado” (MORAES, 2000, p. 216), ou seja, mesmo a imprensa, da qual se pressupõe imparcialidade, é um dos âmbitos por onde se alastra a decadência moral, a subserviência aos poderosos, contribuindo, por sua representatividade, para que apenas o lado dominante – e quem nele se apoia – continue a ser ouvido e visto.

Dessa forma, reiteramos que em *Vencidos e Degenerados*, há, de acordo com Bourdieu (1989, p. 11), uma rede de relações de poder que dependem, e são formadas “do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nessas relações”. Esses agentes, compreendidos como sujeitos de diferentes classes, aparecem, no romance, envoltos em lutas travadas em nome de uma remodelação ou continuação da estrutura do mundo social onde vivem. Nessa relação de forças, João e Cláudio Olivier, homens que atuaram no sentido contrário de quem pretendia manter São Luís no mesmo quadro de exclusões, foram esmagados por seus desejos de ascendência social, sendo, de certo modo, obrigados a sair do Maranhão para conseguir melhores perspectivas de vida. Sendo assim, embora apareça – no encerramento do romance – elegante, bem trajado, acompanhado por uma peruana e com destino ao Sul do país, após ter se tornado um jornalista famoso no Norte, Cláudio Olivier não alcançara esse êxito em São Luís, ou em qualquer parte do Maranhão, pois seu conhecimento e sua habilidade nunca foram superiores, em sua terra natal, às discriminações que sofreu por ser um pobre, mulato com aspirações *ousadas* para pessoas como ele.

José do Nascimento Moraes – apresentando em sua narrativa aspectos do imaginário coletivo de sua época, como os discursos da decadência e da *ateniense* – associou, de modo bastante emblemático, a Abolição da Escravatura à Proclamação da República: o primeiro acontecimento, partilhado pela população *comum*, trouxe a perspectiva de um despertar para mudanças no bojo social, pois, como afirmamos, havia, em São Luís, a *cidade de esperanças*; o segundo, comemorado pela elite ludovicense no Teatro São Luís – sem que pudesse o povo adentrar esse suntuoso espaço – reunia os antigos grupos que haviam galgado definitivamente o poder, mesmo depois da queda da Monarquia e da inclusão de *novos livres*. A ligação entre esses acontecimentos – a abolição explicitada no início da narrativa e a proclamação comemorada no final – é simbólica na medida em que o romance mantém como fio narrativo um percurso crítico, imbuído das muitas decepções que atingiram os *vencidos*, os *degenerados* por um sistema social marginalizante, que impossibilitava a ascensão em diversos âmbitos, tais como o econômico e o intelectual. A obra de Nascimento Moraes, no conjunto de produções dos *Novos Atenienses*, figura como um dos mais incisivos romances a respeito de uma sociedade cujas raízes estavam fincadas em uma realidade conservadora, segregacionista, que reclama transformações emergentes, mas é perpassada por discursos pautados na manutenção das aparências e das “práticas forjadas no passado escravocrata”. (MARTINS, 2006, p. 64). Ser *excluído*, na São Luís de *Vencidos e Degenerados*, portanto, é ser fruto de uma cidade em ruínas materiais e morais, traços associados a uma decadência e a um marasmo que atingem a todos, mas, de modo especial, aos historicamente desprivilegiados e desassistidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não é com poucos anos que se transforma uma sociedade e se desenraizam preconceitos” (MORAES, 2000, p. 88) – esse é um dos pensamentos que melhor representa o enredo construído no único romance de José do Nascimento Moraes, *Vencidos e Degenerados*, publicado em 1915 e reeditado nos anos de 1968, 1982 e 2000. A mencionada frase da obra foi dita quando o personagem Cláudio Olivier, ainda em tenra idade, sofria com o olhar discriminatório que lhe era destinado por alguns colegas de classe, bem como por determinados professores. Observando apenas este aspecto, podemos perceber que Nascimento Moraes traz em sua narrativa um olhar crítico sobre uma sociedade – a São Luís ficcional – que, embora estivesse vivenciando mudanças históricas advindas da Lei Áurea e da Proclamação da República, permanecia atrelada aos mesmos discursos de superioridade e de pré-julgamento em relação aos sujeitos. Com base nessa ótica, ao realizarmos uma análise a respeito do lugar dos *excluídos* da cidade de São Luís a partir da obra de Moraes, mostramos como, através de uma atmosfera ficcional, emergem muitos anseios e perspectivas que circundam a formação de um povo e como este, por sua vez, é importante para compor as representações de seu lugar de origem.

Fator essencial à nossa abordagem concerne à percepção de que o texto literário dialoga com a temporalidade em que foi escrito. Diante das discussões vigentes no lapso do tempo narrativo do romance, em paralelo ao momento *real* de sua tessitura, pudemos vislumbrar um diálogo entre as discursividades histórica (social) e literária: em *Vencidos e Degenerados*, descortina-se um mundo interior em colapso, uma São Luís decadente em suas faces moral, econômica e intelectual, sendo este último aspecto largamente desenvolvido: vimos uma República das Letras formada por aqueles que queriam denunciar, por quem desejava sobreviver de sua escrita, por homens que lutavam para não ver sua *Atenas* cair em um *sono condenador*, vivendo o pesar da decisão entre ficar no Maranhão – e aqui mesmo ser esquecido – ou dele sair, aspirando ao ideal de que *lá* há de ser melhor. Essa descrição, resguardados os limites entre a ficção e a realidade, pode ser dada ao mundo exterior – à terra natal de Nascimento Moraes, o qual enfrentou os mesmos pesares: a hecatombe econômica do estado após a Abolição da Escravatura, a dificuldade e o uso dos governadores do *discurso da decadência* para conclamar a urgência de haver o progresso, os intelectuais – os *Novos Atenienses* com seus

textos científicos e narrativas literárias – reunindo-se para manter o invólucro de São Luís como a eterna *Atenas Brasileira*.

Nesse sentido, nosso olhar analítico volta-se para o ponto de vista de que o texto literário não pode ser pensado como uma arte dissociada do mundo exterior, ou seja, com base na dicotomia entre *o imaginado* e *o real*. Sobre isso, Candido (2006, p.14), afirma que “quando estamos no terreno da crítica literária somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar”. Nesse caso, ao tomarmos o fator social como um dos elementos condutores da compreensão de *Vencidos e Degenerados*, utilizamo-o porque o romance nos fornece um alicerce para tal, percebemos que é relevante para a “obra enquanto obra de arte” (*Idem, Ibidem*, p. 15). Tendo, portanto, a acuidade de considerar os fatores sociais no papel de um dos formadores – e não determinantes – da estrutura literária, coadunamos com as afirmativas de Martins (2006, p. 63) quando se reporta ao romance de Nascimento Moraes como “uma das obras que melhor explorou as entranhas de uma sociedade decadente, como a maranhense, entre o final do século XIX e o início do século XX”, um “documento sociológico, formando nas lides jornalísticas, onde atuava o autor com sensibilidade e disposição atávicas” (*Idem, Ibidem*, p. 64).

O lutador que foi Nascimento Moraes, no bojo de uma sociedade conservadora e incrédula, escreveu em sua narrativa uma cidade voltada para os escravos, a partir da chegada reluzente e depois enevoada da Abolição da Escravatura. Essa paradoxal mudança de concepção foi observada, dentre inúmeros fatores, através dos personagens Domingos Daniel Aranha, Andreza Vital, João da Moda e Zé Catraia, que representaram o fato da *libertação* não ter significado, para os ex-escravos, o ingresso na classe formal de trabalhadores, ao contrário, simbolizou o abandono, um excedente na estrutura social. Não possuindo, ainda, acesso à escolarização, às decisões políticas e ao processo industrial, vimos que os novos livres permaneceram à margem da sociedade, destacando-se não pelo que são em seu íntimo, mas sim pelos seus vícios e pelas *palavras* que os categorizam. Dessa forma, no desenrolar dos anos após a promulgação da Lei Áurea e da Proclamação da República, ganham expressão no cenário urbano “ora pelo pauperismo e hábito de embriaguez, ora pela valentia e pela malandragem” (FERREIRA, 2009, p. 5).

Ressaltamos, pois, que São Luís, no enredo abordado, é uma cidade marcada pela desigualdade social, exclusão e segregação, principalmente dos antigos cativos. Nesse contexto de graves problemas, é de uma fina ironia uma das últimas passagens da obra que mostra a comemoração acerca do 15 de novembro no Teatro São Luís. Nessa ocasião, havia espaço apenas para os representantes da elite ludovicense: aqueles que apareceram em âmbito central no início da narrativa – os negros, pobres e os intelectuais sem meios para desenvolverem-se – eram apenas expectadores de uma cidade em que “o primeiro que foi recebido com pancadaria da banda de música foi o governador do Estado, e [...] o Dr. Álvares Rodrigues, com sua excelentíssima esposa, filha do coronel pacato e dinheirudo”. (MORAES, 2000, p.278). O personagem Cláudio Olivier – perseguido por suas aspirações literárias e pelo romance com Armênia Cruz – é um dos *excluídos*, que em virtude de suas conquistas no Amazonas, faz parte desse momento festivo e nele pôde perceber a sordidez da sociedade, que ao mesmo tempo aplaude e critica os sujeitos das classes mais abastadas, ou seja, observa com nitidez a decadência moral formadora de seu povo, que enquanto o aponta como “um pobretão, obscuro [...] que [...] voltava rico, orgulhoso, abarrotado de brilhantes, comissionado pelo governo” (*Idem, Ibidem*, p. 281), expulsa o personagem Zé Catraia por *importunar*, com seu tom pilhérico, o entorno da comemoração. Reitera-se, portanto, um dos aspectos mais relevantes do enredo: o lugar dos ex-escravos permanecia sendo as *beiradas* e não o *centro* da sociedade, o início e o fim da narrativa confrontam-se e ajustam-se por isso – apesar da Lei Áurea, efetivamente as condições de vida dos negros não melhoraram, e a comemoração pela Proclamação da República – no desfecho do enredo – apresenta a certificação disso, pois os protagonistas eram os mesmos *senhores* do passado.

A intelectualidade, diante desse panorama, foi crucial à medida que serviu como meio para que homens como João Olivier, Cláudio Olivier e Carlos Bento Pereira pudessem intervir em seu campo social. Em *Vencidos e Degenerados*, os intelectuais são aqueles que se envolvem nas querelas políticas, apontando e denunciando os problemas sociais, sendo, portanto, engajados em uma luta que não poderia ser vencida sem uma intervenção racional e crítica. Não obstante, em uma sociedade em que se abalizam relações de força em todas as instâncias, como na imprensa, os intelectuais mencionados foram *vencidos*, frustram-se suas expectativas de intervir decisivamente em sua terra. Conforme afirma Araújo (2011,

p. 119), “a cidade se degenera por causa do descaso do poder público, de seus vícios e preconceitos contra seus cidadãos e, ao longo da narrativa, todos vão se deixando vencer [...] pelas precárias condições de sobrevivência”. Sendo assim, o ostracismo, a miséria, o abandono de São Luís são termos que ilustram quem, no final, foram João Olivier, o *velho* Bento e Cláudio Olivier.

Nascimento Moraes, dessa forma, teceu um romance cujos heróis – utilizando a visão de Lukács (2009) – são *problemáticos*, peregrinam em busca de si em um meio degradado pelos valores sociais deturpados cujas raízes se alastram nos mais sutis e aparentes âmbitos. Podemos notar que *Vencidos e Degenerados* traz a lume uma ampla descrição a respeito das relações de poder em uma São Luís decadente, deixando nítido como o estatuto de classes, acentuado após o término da escravidão, era uma expressão fundamental para as representações formuladas para cada partícipe social. Esse teor dá ênfase à necessidade de políticas que abrangessem o anseio da população por melhorias nas condições de vida e pelo alcance da tão esperada mudança a partir do dia 13 de maio de 1888. O romance, uma obra secular, pela verve jornalística e combativa de seu autor e por seu teor realista, deixa-nos vislumbrar uma realidade política e socialmente instável, uma mundividência perpassada por um corolário de problemas característicos de um estado formado por bases escravocratas, que teve um choque ao se deparar com a mudança de sistema político-econômico e o despreparo para tal.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Antologia da Academia Maranhense de Letras (1908 – 1958)**. São Luís: AML, 1958.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. São Luís: IPES, 1983.

ARAÚJO, Adriana Gama de. **Em nome da cidade vencida: A São Luís republicana na obra de José Nascimento Moraes (1889-1920)**. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2011.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 18. ed. São Paulo: Ática, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini et al. 5 ed. São Paulo: Editora da UNESP e HUCITEC, 1993.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. In: Revista de Teoria da História. Ano 1, número 3, junho/2010. Disponível em: https://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BORGES.pdf. Acesso em: 15/06/2017.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Uma Athenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. São Luís: Edfunc, 2010.

_____. **Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BROCA, José Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 3. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755- 1822)**. São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 9 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2006.

_____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 5. ed. Belo Horizontes: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CARDOSO, Patrícia Raquel Lobato Durans. **Lobo x Nascimento na “Nova Atenas”**: literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Maranhão. 2013.

CEIA, Carlos. **A Construção do Romance** – Ensaios de Literatura Comparada no Campo dos Estudos Anglo-Portugueses. Almedina: Coimbra, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CORRÊA, Rossini. **Atenas Brasileira**: a cultura maranhense na civilização nacional. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Corrêa, 2001.

_____. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017. Disponível em: http://www.secti.ma.gov.br/files/2017/06/Forma%C3%A7%C3%A3o-Social-do-Maranh%C3%A3o_Book_Web.pdf. Acesso em: 01/06/2017.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís, EDUFMA, 2012.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822-1929**. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **“Malandros, poetas e degenerados”**: representações da São Luís pós-abolição na obra de Nascimento Moraes. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009, p. 1-8. Disponível em: <https://anais.anpuh.org/?p=18780>. Acesso em: 04/12/2017.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Reedição fac-similar promovida pela Sudema: Guanabara: Livros de Mundo Inteiro, 1970. (Edição original: Paris: oficina de P.-N. Rougeron, 1818).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. 2. ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GOMES, Antonio Marcos. Notas sobre o Processo de Formação do Mercado de Trabalho no Maranhão: da grande lavoura aos grandes empreendimentos. In:

BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva Silva Camara; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. et al. **História do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma; Jundiá: Paco Editorial, 2015.

HANCIAU, Nubia Jacques. **Confluências entre os discursos histórico e ficcional**. Disponível em: hanciau.net/arquivos/CADERNOSLITERARIOS2001-CONFLUENCIAS...pdf. Acesso em: 05/06/2017.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JACINTO, Cristiane Pinheiro dos Santos. Fazendeiros, negociantes e escravos: dinâmica interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (organizadores). **O Maranhão Oitocentista**. 2.ed. revista e ampliada. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

LEÃO, Ricardo. **Os atenienses e a invenção do cânone nacional**. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2013.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão: a Colônia**. 2.ed. revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2006.

_____. **História do Maranhão: a Monarquia**. 2.ed. revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2008.

_____. **História do Maranhão: a República**. 2.ed. revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2010.

LIMA, Denise Maria de Oliveira Lima. **Campos do poder, segundo Pierre Bourdieu**. Revista Cógito, nº 11, p. 14-19, 2010. Disponível em: <http://www.circulopsibahia.org.br/n11a03.pdf>. Acesso em: 25/01/2018.

LOBO, Antônio. **Os Novos atenienses** (Subsídios para a História Literária do Maranhão). 3. ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 34. ed. São Paulo: Duas cidades, 2009.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2006.

MARTINS, Tiago. **Notas sobre o Romance e sobre a Teoria do Romance: a questão da condição humana em um gênero que ainda vive**. RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 04, nº 02, ago/dez, 2012, p. 257- 266. Disponível em: www.revlet.com.br/artigo/167. Acesso em: 05/02/2018.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: D.A.S.P. – Serviço de Documentação, 1960.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

_____. **A criação literária: prosa**. 9. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1979.

MONTELLO, Josué. **Escritores Maranhenses** (1955-1965). Vol. I. São Luís: Edições SECMA, 2017.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de Literatura Maranhense**. 3.ed. São Luís: Edições SIOGE, 1979.

MORAES, José do Nascimento. **Vencidos e Degenerados**. 4. ed. São Luís, 2000.

MOTA, Antonia da Silva. **Família e fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: EDUFMA, 2006.

NASCIMENTO, Dorval do. **Estratégias de consagração no campo intelectual maranhense na Primeira República**. Revista Dimensões, v. 26, 2011, p. 239-254. Disponível em: www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2592/208. Acesso em: 01/12/2017.

_____. **Representações de intelectuais em Vencidos e Degenerados, de Nascimento Moraes**. Revista *Outros Tempos*, vol. 09, n.14, 2012. p.32-46. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uma/article/viewFile/9/3. Acesso em: 06/03/2018.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. “Vão-se os anéis e ficam os dedos”: escravidão, cotidiano e ideias abolicionistas no Maranhão do Século XIX. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (organizadores). **O Maranhão Oitocentista**. 2.ed. revista e ampliada. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, número 14, set. 2003. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30220/pdf. Acesso em: 05/06/2017.

_____. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POUND, Erza. **ABC da literatura**. Tradução de José Paulo Paes e Augusto de Campos. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. 2.ed. São Luís: [s.n.], 2013.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. 1983. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (tomo 1). Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. **Teoria da Literatura**. 2. ed. revista e aumentada. Almedina: Coimbra, 1968.

TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. **A ilha e o tempo – Século e vidas de São Luís do Maranhão (1612 – 2012)**. São Luís: Instituto Geia, 2012.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira:** de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1808. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão, 1612-1895.** São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.